



Mirando al Mundo

Realização de Observatórios
do mundo juvenil
nas cidades da América Latina

© 2012 Effatà Editrice
Via Tre Denti, 1
10060 Cantalupa (Torino)

Tel. 0121.35.34.52
Fax 0121.35.38.39

E-mail: info@effata.it
www.effata.it

ISBN 978-88-7402-317-2

Grafica: Silvia Aimar, Vito Mosca

CREDITS

MIRANDO AL MUNDO

Realização de Observatórios do mundo juvenil nas cidades da América Latina

© 2012 CITTÀ DI TORINO

Servizio Cooperazione Internazionale (já Settore Cooperazione Internazionale e Pace)

Via delle Orfane, 22 – 10122 Torino

Tel. 011.4424990 – Fax 011.4434888

E-mail: cooperazione.internazionale@comune.torino.it

cooperazione.americhe@comune.torino.it

Website: <http://www.comune.torino.it/cooperazioneinternazionale/mirandoalmundo.shtml>

Organizadores:

Maurizio Baradello, Maria Bottiglieri, Stefano Chicco, Elide Delponte, Francesca Pignatelli

Editing:

Stefano Chicco, Elide Delponte, Francesca Pignatelli

Traduções:

Global Target in Motion, Stefano Chicco, Elide Delponte, Francesca Pignatelli, Valentina Vitali

Revisão linguística:

Stefano Chicco, Elide Delponte, Francesca Pignatelli, Valentina Vitali, Frente Nacional de Prefeitos, Municipalidad de Rosario

Imagens:

Agenzia Eventum, Archivio Faculdade São Lucas, Archivio Fundação Cidade Mãe, Archivio Gobierno Autónomo Municipal de La Paz, Archivio Municipalidad de Rosario, Archivio Prefeitura de Santos, Archivio Prefeitura de Várzea Paulista, Archivio FNP, Archivio Co.Co.Pa., Ufficio Stampa Città di Torino, Maurizio Baradello, Stefano Chicco, Elide Delponte, Honorio Moraes, Francesca Pignatelli, Federico Rusich / Motion Pixel

Effatà Editrice

Via Tre Denti, 1 – 10060 Cantalupa (Torino)

Tel. 0121.35.34.52 – Fax 0121.35.38.39

E-mail: info@effata.it – www.effata.it

Impressão:

Publistampa – Pergine Valsugana (Trento)

OS PARCEIROS DO PROJETO

Città di Torino

Diretor: Maurizio Baradello

Project Manager: Maria Bottiglieri

Technical Manager: Renzo Gallini

Assistant Technical e Project Manager: Elide Delponte, Francesca Pignatelli

Responsável dos projetos de cooperação na América Latina: Stefano Chicco

Suporte ao projeto: Maura Favero

Gobierno Autónomo Municipal de La Paz

Coordenadora do projeto: Tania Carola Nava Burgoa

Grupo de pesquisa: José Antonio Condori, Antonio Barriga Muñoz

Municipalidad de Rosario

Coordenadores do projeto: Josefina Bianchi, José María Catena

Grupo de pesquisa: Josefina Bianchi, Sofía Meier, Verónica Kussianovich, Virginia Borra,

Mara Catalano, Cristina Alberdi, Sebastián Castro Rojas

Fundação Cidade Mãe – Prefeitura Municipal de Salvador

Coordenadora do projeto: Auristela Leal da Anunciação

Grupo de pesquisa: Ana Paula Dórea Santos Almeida, Carla Liane Nascimento dos Santos,

Eneida Maria Abreu de Souza, Patrícia Lessa dos Santos

Prefeitura Municipal de Santos

Coordenadora do projeto: Maria del Pilar Ferrer Camara

Grupo de pesquisa: Rosa Maria Stefanini de Macedo, Lígia Rosa de Rezende Pimenta,

Jorge Manuel de Souza Ferreira, Jorge Telésforo Branco

Prefeitura Municipal de Várzea Paulista

Coordenadora do projeto: Giany Aparecida Povoá

Grupo de pesquisa: Anna Luiza Salles Souto, Caroline Hilário Macedo Jarrete

Faculdade São Lucas

Coordenador do projeto: Honório Moraes

Grupo de pesquisa: Honório Moraes Rocha Neto, Ricardo Pianta Rodrigues da Silva,

Ana Karolina Zampronio Bassi, Hélia Cardoso Gomes da Rocha, Luciana Mamedio da Silva,

Tharini Fuza de Souza, Jessica Silva Felix Bastos, Maria Jose de Souza Saraiva,

Renan de Paula da Silveira e Silva, Aline Souza da Fonseca, Poliana de Andrade,

Luciana Santana Martins, Magnum Aparecido de Oliveira, Rebeca Barbosa de Melo,

Sâmia Gabriele Nunes Rocha, Renata Moreno Martins

Frente Nacional de Prefeitos

Coordenador do projeto: Gilberto Perre

Grupo de pesquisa: Edson Claudio Pistori

Coordinamento Comuni per la Pace della provincia di Torino

Coordenador do projeto: Edoardo Daneo

Grupo de pesquisa: Francesca Birolo, Cecilia Elia, Alessandra Fontana, Roberta Ghidoni,

Cristina Pidello, Claudia Sitara, Fotio Teingni Detio, Ilaria Zomer



Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo dela é da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projeto Mirando al Mundo e não pode, sob circunstância alguma, ser tomado como expressão das posições da União Europeia.

INTRODUÇÕES



Saudação da Città di Torino

A globalização e a abertura de novas perspectivas que com ela se concretizam, representam um valor adicional e uma extraordinária oportunidade para todos: novas ligações entre os povos, os mercados, a produção, a transferência da tecnologia e das mercadorias, a circulação e a difusão do saber. Mas é preciso, para viver em um mundo mais justo, criar as condições para que esta nova dinâmica mundial se traduza em uma globalização de direitos, de benefícios, de oportunidades, em uma redistribuição das riquezas, de modo que os que estão às margens do desenvolvimento possam obter oportunidades e ocasiões para sair de sua condição de marginalidade e encontrar enfim uma dignidade de vida, valor e existência.

Para colocar à disposição das partes mais fracas do planeta e das nossas cidades os recursos e os instrumentos para crescer, é preciso promover também e sobretudo a nível local, políticas capazes de governar a mudança. É preciso construir políticas para os jovens, que vivem naturalmente uma idade de transição e realizar atividades reais de cooperação descentralizada.

Eis o porquê um projeto europeu como *Mirando al Mundo*, que encontrou terreno fértil na Argentina, Brasil e Bolívia e que soube manter juntas, ambas estas políticas, pode constituir uma experiência singular de promoção de uma cultura global e compartilhada dos direitos e da democracia, que se torne capaz de ler a mudança, interpretar as causas e governar os efeitos também sobre as novas gerações.

Nos últimos anos, Turim foi bastante ativada ao tecer relações internacionais com Municipalidades geminadas e com aquelas onde realiza colaborações em vários níveis; no que se refere à cooperação internacional, está entre as Cidades na Itália que mais investiu em projetos em tantas partes do mundo, com a clara intenção de alargar os próprios horizontes de trabalho e de conhecimento, respondendo à ambição de representar a própria dimensão internacional voltada para a colaboração e cooperação entre os povos.



Turim, 8 de novembro de 2011 – Palazzo Civico. De esquerda à direita: Roberto Miguel Lifschitz, Prefeito de Rosário; Piero Fassino, Prefeito de Turim; Eduardo Tadeu Pereira, Prefeito de Várzea Paulista; Luis Revilla Herrero, Prefeito de La Paz.

Piero Fassino
Sindaco di Torino

Saudação do Gobierno Autónomo Municipal de La Paz

«Os jovens são o futuro». Nesta frase se concentrava um critério equívoco e preconceituoso, segundo o qual somente a uma certa idade os seres humanos são idôneos para assumirem um papel ativo na sociedade. Esta simplificação biologizante de um problema complexo, típico do positivismo eurocêntrico e principalmente focalizado nas classes sociais cujas entradas permitem dispensar, aos que ainda não completaram 18 ou 21 anos, de qualquer contribuição à renda familiar e à produção coletiva, revelava-se ao mesmo tempo a abordagem profundamente hierárquica e discriminatória sobre a qual estava fundada uma visão do mundo já negada pela própria realidade.

A frase em questão, de fato, fazia referência também a uma outra premissa insustentável: a presumível imaturidade de quem é juridicamente classificado como menor menor, considerado o incapaz de tomar decisões – e é este o enorme paradoxo desta falsa trama conceitual – marcando definitivamente os modelos do futuro coletivo que os jovens, quando não serão mais tais, deverão administrar sem ter tido qualquer possibilidade de influírem na sua configuração.

Era então, em essência, a expressão desgastada de uma filosofia imposta pelo poder, que em tal modo garantia a própria reprodução sem aventurar-se em possíveis mudanças que, originadas da imaginação juvenil, poderiam colocar em dúvida as formas e as instituições de uma organização social caracterizada pela iniquidade.

Todavia, se para os países do centro do mundo deixar os jovens às margens de todos os espaços e os mecanismos de gestão do futuro da comunidade era, e é, um

gravíssimo erro, em países como nosso se transforma diretamente em um despropósito, sobretudo quando a porcentagem de jovens tem um peso sempre mais significativo na composição da pirâmide da população. Trata-se, em resumo, de uma espécie de amputação deliberada, em virtude da qual a sociedade se exime da possibilidade de contar com a força criativa e com a imaginação dos jovens, detentores privilegiados de uma força de transformação que não deve ser absolutamente desperdiçada.

Além disto é oportuno indicar que, num mundo onde os meios de comunicação e as tecnologias da informação sempre mais sofisticadas colocam à disposição das crianças e pré-adolescentes imagens que alimentam um desejo precoce de emancipação da tutela familiar, em busca de uma independência que lhes permita ter acesso às ilusões do progresso pessoal, os obstáculos para chegar a tal aspiração podem causar um sentimento de frustração tal que se transforme facilmente em comportamentos radicalmente hostis à própria sociedade ou na busca de “estradas alternativas” para ter acesso quanto antes àquele bem-estar que acaba por assumir um aspecto de uma miragem inalcançável.

Seguindo estes e outros dados do ambiente circunstante, a atual Administração do Governo Autónomo Municipal de La Paz decidiu deixar definitivamente para trás o preconceito citado no início do presente escrito, trabalhando com o objetivo de abrir sempre maiores espaços de participação para os jovens.

Esta é a tarefa da Delegação Municipal para a Promoção da Juventude, entendida como braço operativo encarregado de articular transversalmente, nas políticas locais, tal



Turim, 8 de novembro de 2011 – Palazzo Civico. Luis Revilla Herrero, Prefeito de La Paz, com Piero Fassino, Prefeito de Turin.

abertura de espaços e mecanismos, para tornar os jovens ativos no projeto e na atuação das mesmas.

Com tal finalidade, se deve antes de tudo conhecer a verdadeira realidade dos jovens, para poder demolir os propósitos teóricos com uma ação que responda concretamente à realidade supracitada e onde os efeitos passem da abstração conceitual à efetiva implementação de oportunidades em linha com exigências, desejos e aspirações.

Nas próximas páginas, o estudo, cujos dados apresentamos para o uso dos decisores públicos, não tem então um propósito exclusivamente ou principalmente acadêmico. Ao contrário, tem o objetivo de ser uma guia prática, um instrumento de trabalho útil para delinear quais respostas são nosso dever, e nosso compromisso, garantir.

Existem dados estatísticos, mas também as visões dos jovens em torno das quais deveriam fundar-se as decisões orientadas para mudar uma realidade que continua a impedir a realização das aspirações e direitos que, como tais, merecem ser considerados, em primeiro lugar pelas autoridades, mas também pela sociedade em geral. Os indivíduos, os setores e os campos de atividades da sociedade têm um papel a ser exercitado neste âmbito, a partir do inevitável reconhecimento do fato que os jovens são o presente.

Luis Revilla Herrero
Alcalde Municipal de La Paz

Pedro Susz Kohl
Director de Gobernabilidad

Saudação da Municipalidad de Rosario

A capacidade dos Governos Locais de se associar nos projetos de cooperação descentralizada – como no caso de *Mirando al Mundo* – permite a criação e o reforço de políticas públicas estratégicas com o objetivo da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e a promoção de sociedades mais justas e inclusivas.

A partir destas parcerias de longa duração com Cidades equivalentes, a diversidade de realidades e situações se transforma em um cenário propício para que as Autoridades Locais se relacionem através da troca de conhecimentos e boas praticas com base em uma comunicação aberta, flexível e horizontal. A partir dos interesses comuns, da reflexão e do confronto conjunto são gerados laços de confiança e são compartilhadas responsabilidades.

A participação de Rosario no projeto *Mirando al Mundo* permitiu realizar pesquisas e análises da realidade juvenil local, articulando os interesses e as necessidades e promovendo ações e práticas inovadoras na matéria.

A coordenação dos mecanismos de participação cidadã – e, particularmente, da participação dos jovens – com as atribuições e competências dos órgãos do Governo Local se vê refletida na implementação de políticas públicas sobre a temática juvenil muito mais representativas da realidade e sustentáveis no tempo.

O trabalho comum dos sócios no projeto é um importante valor adicional na gestão de temáticas que se referem à juventude; ainda reforçou as ligações entre as Cidades participantes e reavaliou o papel dos Governos Locais no cenário internacional.



Turim, 8 de novembro de 2011 – Palazzo Civico. Roberto Miguel Lifschitz, Prefeito de Rosario, durante seu discurso.

Roberto Miguel Lifschitz
Intendente de la ciudad de Rosario

Saudação da Prefeitura Municipal de Salvador

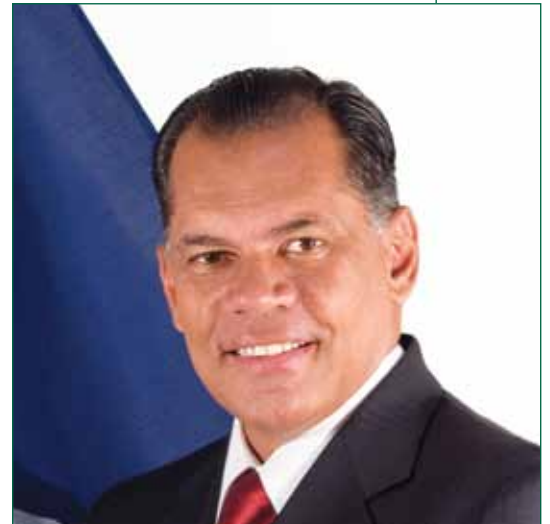
É com grande satisfação que apresentamos os resultados do projeto *Mirando al Mundo*, fruto da parceria entre Salvador e a Prefeitura de Turim, executado pela Fundação Cidade Mãe, com o apoio da Assessoria de Relações Internacionais.

Dentre inúmeras cidades sul-americanas, Salvador foi contemplada para ser uma das seis sedes da implementação do Observatório do Mundo Juvenil, que procura avaliar as condições e as políticas para jovens com o intuito de promover metodologias de pesquisa social para melhorar o conhecimento da realidade juvenil.

Várias ações já foram desenvolvidas no âmbito deste projeto, dentre as quais está a pesquisa *A violência e suas múltiplas dimensões na percepção dos educando atendidos pela Fundação Cidade Mãe*, realizada pela parceria entre a Universidade do Estado da Bahia – UNEB e a Fundação Cidade Mãe, e cujos resultados são apresentados nesta publicação. A pesquisa teve como abordagem central a violência numa perspectiva transversal, contemplando aspectos relacionados à educação, cultura e lazer, convivência familiar e comunitária, bem como o protagonismo dos/das jovens na sociedade.

O lançamento desta publicação é um grande privilégio para a Prefeitura de Salvador, ao passo em que constitui um instrumento de combate à violência, de fomento às melhores práticas e de construção de políticas públicas que garantam a inclusão social e a melhoria na vida de centenas de jovens.

Parabenizamos a todos e todas pelo trabalho realizado, agradecendo especialmente o apoio da União Europeia e desejando que a leitura nos estimule na busca de uma gestão cada vez mais responsável e comprometida com a nossa juventude.



O Prefeito de Salvador, João Henrique de Barradas Carneiro.

João Henrique de Barradas Carneiro
Prefeito de Salvador

Saudação da Prefeitura de Santos

Santos têm o privilégio de ser um dos Municípios a participar do projeto *Mirando al Mundo*. A iniciativa da União Européia e da Cidade italiana de Turim, desenvolvida em território santista em parceria com a Prefeitura, representa hoje um importante instrumento na definição de políticas públicas voltadas à nossa juventude.

Esta publicação, que traz os resultados de pesquisa realizada junto a moradores na faixa etária de 14 a 29 anos, oferece informações preciosas ao governo e a toda a comunidade no que diz respeito à evasão escolar.

O estudo também fornece subsídios para a implementação do Observatório para Políticas Juvenis e Sociais de Santos, que com certeza será uma das mais poderosas ferramentas na promoção da qualidade de vida da população.

Nossa cidade vive um momento especial: um novo ciclo de desenvolvimento econômico está acontecendo a partir da expansão das atividades portuárias e da exploração de petróleo e gás na Bacia de Santos. Para que este desenvolvimento resulte em ganhos sociais e melhor distribuição da riqueza, precisamos que nossa juventude estude e se qualifique profissionalmente, tendo assim condições de aproveitar as oportunidades de emprego e renda que vêm sendo geradas. Neste contexto, o *Plano Municipal de Políticas Públicas para a Juventude*, lançado no dia 30 de setembro de 2011, elenca as ações em vigor e propõe novas estratégias.

Com isso, Santos se fortalece como uma cidade que investe em sua juventude, consolidando assim seus bons índices de desenvolvimento humano, reconhecidos no Brasil e no mundo.



O Prefeito de Santos, João Paulo Tavares Papa.

João Paulo Tavares Papa
Prefeito de Santos

Saudação da Prefeitura Municipal de Várzea Paulista

Cidades do mundo inteiro têm se revelado grandes protagonistas do processo de cooperação internacional descentralizada. Essa ascensão dos Municípios como atores internacionais está estreitando o diálogo entre os governos locais de diversos países e fomentando a busca de alternativas de solidariedade e inclusão social de forma conjunta.

No Brasil, esse movimento ganhou forma nos anos 90, quando diversas Cidades se lançaram em ações internacionais. As razões para essa atividade eram muitas: captação de recursos internacionais, intercâmbio de conhecimentos e experiências, visibilidade internacional (e nacional), entre outras.

Essa atuação incentivou entre gestores públicos a formulação de novas idéias, políticas e possibilidade de outras fontes de recursos. A parceria entre a Prefeitura de Turim, por meio do projeto *Mirando al Mundo*, com outras seis Cidades da América Latina, como Várzea Paulista, é um exemplo dessa cooperação entre as Cidades do mundo.

Uma experiência de sucesso, o Observatório da Juventude além de ser um instrumento de pesquisa, para detectar os anseios e as necessidades dos jovens varzinos, e com base nesses dados definir as políticas públicas para esse público, é também um exemplo de que os governos de Várzea Paulista e Turim pensam a cooperação internacional como um novo caminho para a construção políticas pautadas nos ideais de democracia, inclusão, participação e solidariedade.

Uma ferramenta importante para o fomento de novas experiências nas cidades, por meio da troca de experiências e apoio mútuo, a cooperação internacional descentralizada vai muito além. Ela é fundamental na busca de um novo mundo e as experiências compartilhadas são poderosos instrumentos nessa construção.



Turim, 8 de novembro de 2011 – Palazzo Civico. Eduardo Tadeu Pereira, Prefeito de Várzea Paulista, durante uma entrevista.

Eduardo Tadeu Pereira
Prefeito Municipal de Várzea Paulista

Saudação da Faculdade São Lucas

Mesmo que quiséssemos viver enclausurados dentro dos limites de nossas cidades, de nossas províncias, estados, países ou continentes, a força impetuoso do progresso científico e tecnológico, aplicado no campo econômico, nas comunicações, no transporte, na política, na educação e na cultura em geral, nos leva a ultrapassar qualquer fronteira. Hoje pensa-se e age-se em aberto; o fechamento é coisa do passado.

O dialogo é, desde sempre, o melhor caminho e a mais digna forma de relacionamento entre as pessoas, entre as culturas, entre as raças, entre os povos e as nações.

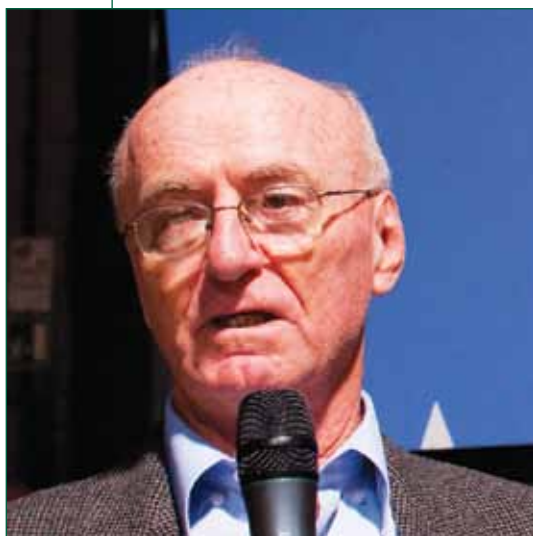
Dentro desse contexto emerge, com força e beleza, a importância e a oportunidade do projeto *Mirando al Mundo*, exemplo do acima exposto. É um forma concreta em que instituições de culturas e países diferentes dialogam, oferecendo suas contribuições e experiências e recebendo contribuições e experiências de outros países.

Políticas públicas se enriquecem muito através desse dialogo e intercâmbio em nível municipal, estadual, nacional, internacional e intercontinental.

A Faculdade São Lucas está engajada com entusiasmo neste projeto.

José Dettoni

Diretor acadêmico da Faculdade São Lucas



Turim, 9 de novembro de 2011 – OGR. José Dettoni, Diretor acadêmico da Faculdade São Lucas, durante seu discurso.

Saudação da Frente Nacional de Prefeitos (FNP)

As relações internacionais, sejam elas acordos econômicos, pactos políticos ou troca de experiências, se tornaram, sob diversos pontos de vista, um importante instrumento de intercâmbio entre Cidades, países, Estados e províncias do mundo. No Brasil – país com 27 Estados e 5564 Municípios e regime federativo com três entes: nacional, estadual e municipal – as Cidades despontaram como atores internacionais quando se tornaram entes federados, em 1988.

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que reúne representantes de governos locais do Brasil, tornou-se uma grande incentivadora da atuação das Cidades na cooperação descentralizada, tendo um departamento específico para a discussão do papel dos Municípios nas relações internacionais. Esse intercâmbio tem sido promissor.

Esse envolvimento dos Municípios na cooperação descentralizada com governos locais de outros países é potencializado pela tendência nacional que consiste em uma dinâmica relação do Brasil com outras nações. Temos acordo sobre relações internacionais descentralizadas com a França e a Itália e, com esse último, assinamos em 2007 o *Protocolo adicional ao Acordo de Cooperação Técnica*, que prevê esse tipo de intercâmbio.

Desde então as relações com a Itália vêm se estreitando. Em 2010, A FNP renovou o acordo com a ANCI (Associação Nacional de Prefeituras Italianas), firmado entre João Coser e Sérgio Chiamparino, presidentes das respectivas associações. Isso possibilitou a continuidade da parceria de Cidades brasileiras com Cidades italianas no programa *100 Cidades para 100 projetos Itália-Brasil*, representado por Alberto Tridente, que inclusive acompanhou a Vice-presidência de relações internacionais na primeira reunião da nova diretoria da FNP com a Presidenta Dilma.

Esse acordo é uma parceria importante para a FNP, não apenas do ponto de vista dos benefícios proporcionados pelo intercâmbio entre as Cidades, mas pelos laços históricos entre Brasil e Itália. Segundo estimativas da Embaixada italiana, há cerca de 25 milhões de descendentes italianos vivendo em território brasileiro, o que corresponde a aproximadamente 13% da nossa população.

Por essa identificação, há a perspectiva de construir uma relação mais profunda e permanente, entre os nossos dois países: a parceira entre diferentes Cidades brasileiras constituiram com Cidades como Turim na área de políticas públicas voltadas para juventude, mulheres e cidadania participativa.



O Presidente da FNP e Prefeito de Vitória, João Carlos Coser.

João Carlos Coser
Presidente da Frente Nacional de Prefeitos

Saudação do Coordonamento Comuni per la Pace della provincia di Torino (Co.Co.Pa.)

Criado em 1996 pelo desejo de 13 entidades, entre elas o Comune di Torino, a Co.Co. Pa. (*Coordinamento Comuni per la Pace della provincia di Torino* - Coordenação dos Municípios para a Paz da província di Torino) é uma coordenação política constituída por 34 Municípios (que representam cerca de 70% da população provincial) e da Província di Torino, que tem como objetivo promover a difusão de uma autêntica cultura da paz, partindo do nosso território para se ampliar através das relações de cooperação e de diplomacia das Cidades.



Turim, 8 de novembro de 2011 – Palazzo Civico. Roberto Montà, Presidente do Co.Co.Pa., durante uma entrevista.

Os nossos membros realizam projetos de educação para a paz nos seus próprios Municípios, de cooperação descentralizada para o desenvolvimento e intervenções de “diplomacia a partir de baixo” em zonas de pós-conflito, traduzindo em ações concretas o compromisso político, que os une desde à constituição da Coordenação.

Cada vez mais, ouvimos afirmar que em tempo de crise econômica, mas também de valores, é necessário dar voz aos jovens, espaço para sua criatividade, atenção aos seus pedidos de participação ativa. O mundo dos adultos reafirma que os jovens representam o futuro das nossas cidades e que nas suas mãos está o futuro das nossas comunidades. No entanto, na realidade, os espaços de participação dos jovens na vida das nossas cidades parecem diminuir em relação às suas possibilidades de participação direta na vida política, e portanto das escolhas administrativas, no que se refere ao atendimento de suas exigências.

Em 2006, a partir do compartilhamento destas considerações, a Coordenação dos Municípios para a Paz da província di Torino deu uma atenção especial ao envolvimento dos jovens nos nossos territórios.

Isto ocorreu porque os jovens parecem ser a faixa da população mais disponível para trabalhar sobre os temas da mudança social, da justiça econômica, da paz, dos direitos humanos, e também por contrastar o crescente desinteresse que os jovens demonstram pela política e para aproximá-los das atividades das nossas Administrações.

Assim, os jovens do nosso território foram envolvidos em projetos de *peer education*, na animação de mostras e na realização de eventos nas nossas cidades (sobre os direitos da infância, sobre o papel das mulheres na África), nas iniciativas para a paz em Israel e na Palestina, no Líbano (em colaboração com a UNDP), como guias do Museu da Paz de Collegno, e ainda, participam dos projetos *Giovani e cooperazione* (*Jovens e cooperação*) e *Giovani: costruttori di Pace* (*Jovens: construtores da Paz*) na Itália, e nas atividades de cooperação descentralizada do programa da Região Piemonte em Sahel (como Co.Co.Pa. – *Giovani, Endamm, Ne Yi Beeogo Burkina, Jeunesse Info, Innov'action, I colori dello sviluppo* em Burquina Faso, Moçambique, Senegal e muitos outros países do Sul do mundo) e vivem a experiência do serviço civil nos países onde a Co.Co.Pa. atua.

Em alguns casos, os próprios jovens administraram parte do projeto junto com grupos de jovens da mesma idade nos países do Sul do mundo. As Entidades Locais fornecem a eles recursos para realizarem as atividades e os formarão e os acompanharão no projeto e na monitoragem das ações, permitindo que eles se tornassem atores e protagonistas, e estimulando-os a assumirem responsabilidades e empenhos.

Na Itália, as políticas juvenis, por tradição, são promovidas por Entidades Locais. O Comune di Torino e o primeiro cinturão são o modelo destas políticas desde os anos setenta e tiveram um papel de estímulo para a elaboração das políticas de outras Municipalidades italianas. Obviamente, cada Entidade desenvolveu as políticas segundo as peculiaridades do seu próprio território, o que acarretou uma grande quantidade de boas práticas e projetos interessantes.

Com grande entusiasmo, a Co.Co.Pa. recebeu a proposta do Comune di Torino (cujo Prefeito é o Vice-presidente da Coordenação) para ampliar a pesquisa sobre as boas práticas em matéria de políticas juvenis à outras Entidades locais. Aliás, na sede foi escolhido transformar este convite numa oportunidade a mais para os jovens das nossas Cidades, e ao invés de entregar a pesquisa a profissionais externos, a escolha foi a de envolver diretamente os jovens, que participam das atividades de Coordenação, e lhes é oferecida a oportunidade de formação e de aprender como conduzir uma pesquisa sobre as boas práticas dos seus Municípios.

Isto só foi possível graças à competência dos funcionários do Comune di Torino e à disponibilidade das outras seis Prefeituras da Co.Co.Pa. e dos jovens que aceitaram a nossa proposta.

Os jovens pesquisadores foram formados por seis meses, interagiram com serviços públicos, realizaram entrevistas e levantaram dados sobre as boas práticas administrativas, que foram depois reelaborados por uma pesquisadora profissional. Nós já possuímos alguns dados sobre a situação do mundo juvenil italiano, mas com esta pesquisa pudemos conhecer a opinião dos próprios jovens pesquisadores sobre as atividades de suas Cidades e sobre os projetos em que foram envolvidos.

Acreditamos que o projeto *Mirando al Mundo* tenha ajudado a compararmo-nos para melhorar e relançar as políticas juvenis nas nossas Cidades. Para nós, na Itália, é útil compararmo-nos com países onde não se é jovem até os 35 anos, mas tornam-se autônomos e capazes de assumir responsabilidades muitos antes. Temos ainda muito o que aprender sobre os modos de envolver os jovens, coisas que as outras cidades do mundo estão adotando e que o projeto nos permitiu conhecer.

Continuaremos a colocar à disposição a experiência concreta dos nossos Municípios que, mesmo neste momento em que os Entes Locais vêem reduzir drasticamente os financiamentos para as políticas juvenis, continuam a investir nos jovens, sobretudo em quem interpreta a crise atual também como uma oportunidade de mudança e de transformação positiva do nosso modelo de desenvolvimento. As indicações recolhidas na pesquisa são a base da qual desejamos partir no nosso trabalho em comum.

Esperamos também que a experiência positiva do projeto *Mirando al Mundo* possa continuar ativando também projetos concretos dedicados aos jovens e co-projetados e co-realizados com os jovens.

Roberto Montà
Presidente

Edoardo Daneo
Direttore

PREFÁCIO

Maurizio Baradello*

Mirando al Mundo é o primeiro projeto europeu de cooperação descentralizada com gestão direta da Città di Torino. Esta publicação, deste modo, não coleta apenas os êxitos do trabalho destes anos, mas constitui também o mapa das relações institucionais, profissionais e de amizade construídas entre os parceiros com paixão e competência.



Turim, 8 de novembro de 2011 – Palazzo Civico. Maurizio Baradello, Diretor do Setor Cooperação Internacional e Paz da Prefeitura de Turim.

É significativo que a primeira parte da obra seja iniciada com as palavras e os desejos dos Prefeitos de cada Cidade parceira: a circunstância que em Turim foram assinados em 8 de novembro de 2011 quatro *Protocolos de cooperação bilateral* com La Paz, Rosario, Santos, Várzea Paulista (que são adicionados ao anterior *Acordo com Salvador*) testemunha desde agora a sustentabilidade do projeto no interior das relações institucionais que pretendem ir bem além do próprio projeto.

Nas *Introduções* evidencia-se como o tema da mudança mantém juntos os aspectos de cooperação descentralizada e políticas juvenis tematizadas dentro de *Mirando al Mundo*. É ilustrado o perfil metodológico da pesquisa social usada no projeto e é contada a experiência apaixonada dos especialistas envolvidos, que eviden-

ciam de que modo este projeto se tornou um processo, de que modo «seis ilhas podem desenhar um arquipélago». É ainda apresentada uma reflexão sobre a validade das trocas e dos encontros de trabalho entre os parceiros para o sucesso de um projeto de cooperação descentralizada.

O coração do projeto está contido na segunda secção, *As pesquisas*, onde são sintetizadas as pesquisas de cada Cidade parceira e as razões que levaram cada ente a indagar sobre alguns aspectos em particular das políticas juvenis.

A terceira secção, *As interpretações*, é dedicada à interpretação que especialistas das políticas juvenis expressaram sobre o projeto, sobre as pesquisas e sobre seus êxitos. Além dos especialistas, desejou-se dar a palavra aos jovens das diversas cidades envolvidas no projeto, para compreender como se sentem “ouvidos” pelas suas Municipalidades e com quais experiências concretas consideram poder tornar a própria cidadania mais ativa e participada

A quarta secção, *A constituição dos Observatórios*, evidencia o modo em que a experiência de pesquisa deste ano foi estruturada no interior de cada ente. Além da premissa metodológica, existe uma ficha sobre os Observatórios do Mundo juvenil realizados em cada Cidade parceira.

* Maurizio Baradello é Diretor do Settore Cooperazione Internazionale e Pace da Città di Torino.

O PROJETO EUROPEU *MIRANDO AL MUNDO* ENTRE POLÍTICAS JUVENIS E POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA

Maria Bottiglieri*

O projeto *Mirando al Mundo – Realización de Observatorios del mundo juvenil en las ciudades latinoamericanas* nasce do desejo de seus parceiros de reforçar as políticas juvenis promovidas a nível urbano em um contexto de cooperação descentralizada.

A ideia de colaborar nas políticas juvenis promovidas a nível local teve origem durante a mesa de trabalhos sobre a *Infanzia e Adolescenza* (Infância e Adolescência), do programa *100 Città per 100 progetti Italia-Brasile* (100 Cidades para 100 projetos Itália-Brasil), que se reuniu, em 2005, em Turim e, em 2006, em Belo Horizonte por ocasião dos Fóruns internacionais do programa. Tal ocasião depois se concretizou primeiro no projeto *Olhando o Mundo*, promovido com quatro Prefeituras brasileiras (Salvador na Bahia, Santos, Várzea Paulista e Porto Velho), e num segundo momento no projeto *Cammini Comuni di Formazione* (Caminhos Comuns de Formação), que viu unir-se a elas as Cidades de Rosário (Argentina) e de La Paz (Bolívia).

A escolha de promover com *Mirando al Mundo* um percurso de observação permanente das realidades juvenis deveu-se, como bem destacado pelas pesquisas promovidas pelo Observatório da Faculdade de Porto Velho e da Cidade de Santos, aos esforços políticos de querer *primeiro* entender “o que acontece entre os jovens”, ter informações adequadas, e *então* dispensar formação ou *fazer* políticas juvenis adequadas às necessidades das gerações mais jovens. Observar para agir, escutar os jovens para acompanhá-los no crescimento parece ser o *fil rouge* que liga as pesquisas de cada Observatório realizadas graças a este projeto¹.

O *incipit* de *Mirando al Mundo* foi muito linear e típico dos projetos de cooperação descentralizada promovidos por Autoridades Locais que decidem colaborar nas matérias de suas competências. O três anos de trabalho em comum, a troca ocorrida entre os parceiros e os próprios êxitos das ações revelam todavia um valor agregado da inteira ação, que talvez vai além dos objetivos declarados do projeto e que merece ser evidenciado. Tal *quid pluris* reside, no parecer de quem escreve, na *vis* propulsora dada pelo *mix* “políticas juvenis / políticas de cooperação descentralizada”, legível nos diferentes denominadores comuns que ligam estas duas políticas locais.

Um primeiro elemento comum das duas políticas é dado pela *ubi consistam* das mesmas. No caso das políticas juvenis, o tema de fundo é o próprio conceito de juventude.

Das pesquisas de muitos parceiros, como aquela realizada pelo Observatório de Rosário, emerge que a juventude é uma etapa plena da vida e que os jovens são já *aqui e agora* sujeitos plenos de direitos², não sujeitos titulares de meras expectativas ou de direitos em via de expansão. Por isso o enfatizar ainda mais a cifra que caracteriza a condição

* Maria Bottiglieri é *Project Manager* de *Mirando al Mundo*.

¹ A metodologia do escutar estruturado das novas gerações, colocada em prática nos Observatórios latino-americanos, dialoga em modo significativo com as políticas europeias em matéria: já o *Livro branco* de 2001 indicava o *escutar* dos jovens como uma «estratégia para criar as condições de uma plena participação dos jovens na vida de sociedades democráticas, abertas e solidárias». Cf. o *Livro branco* da Comissão Europeia *Um novo impulso para a juventude europeia* (COM[2001]681) no site <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2001:0681:FIN:PT:PDF>

² Sobre o direito dos jovens e sobre a análise da ou das juventude(s) na perspectiva dos direitos concentraram-se também outras pesquisas, como a do Observatório de Salvador na Bahia ou a do Observatório de Porto Velho.

juvenil, que não é um monólito, mas encerra em si uma complexidade e uma variedade de significados: não existe o jovem, mas existem diferentes modos de ser jovens, quando não se trata de novos modos de ser adultos, e é exatamente esta complexidade que as Administrações Públicas deveriam assumir na definição das políticas locais adequadas.

Um discurso análogo poderia ser feito para o objetivo de base que alimenta as políticas de cooperação descentralizada, ou seja, o direito dos povos de ver-se construídos *hic et nunc* os direitos do homem, o direito à democracia e ao bom governo, além do que o direito a um crescimento inclusivo e sustentável para o desenvolvimento humano³. Um direito que é atual e presente, e não é uma mera expectativa.

Para melhor definir algumas características comuns à/às juventude(s) europeia e latino-americana pode auxiliar a reflexão feita durante o seminário intermediário de Rosário por um pesquisador da Frente Nacional de Prefeitos, que observava como os jovens brasileiros fossem os primeiros a não se lembrarem das ditaduras e de terem-se formado num regime democrático.

Uma consideração análoga, mesmo que em um contexto diferente, pode ser feita para os jovens italianos e europeus, que foram os primeiros a crescerem na era do euro. Aquilo que aparentemente pode parecer somente um fenômeno monetário e econômico, representa na realidade para a Europa, ou ao menos para os seus jovens, muito mais: o euro é somente a ponte do iceberg de um processo que tem raízes mais profundas. É graças ao Mercado Comum se a França e a Alemanha há mais de sessenta anos não entraram em guerra; se a Irlanda e Reino Unido estão conseguindo conter um conflito histórico; é graças à perspectiva da entrada no espaço europeu que se poderia resolver a questão balcânica, assim como é um evento histórico a reunificação sob a mesma bandeira europeia dos países do Leste e daqueles do Oeste do Velho Continente.

Os jovens europeus, portanto, são os primeiros a não ter mais memória das guerras (quentes ou frias) e dos regimes ditatoriais que levaram à Segunda guerra mundial; e são os primeiros que cresceram em um espaço sem fronteiras onde puderam se mover livremente, trabalhar e aprender mais facilmente do que antes – uma Europa bem diferente daquela onde cresceram seus avós ou mesmo somente seus pais.

Esta analogia entre a condição de muitos jovens das cidades sul-americanas e os jovens europeus torna ainda mais significativa e interessante a troca e o confronto que *Mirando al Mundo* promoveu. Qual é a relação entre as nossas cidades, os nossos jovens e os fenômenos globais como a constituição de organizações internacionais em escala regional? Qual a relação com a guerra, a paz, a ditadura, a democracia?

Podem-se intuir relações não banais, porque na Itália, como em muitos outros Estados do mundo, é sobretudo a nível local que se fazem as políticas juvenis. Turim, por exemplo, foi a primeira Prefeitura italiana a aprovar um *Proyecto Jovem*; a primeira lei regional na Itália sobre as políticas juvenis foi a da Região Piemonte. Tais políticas podem então revelarem-se um teste da enredo entre o local e o global.

Um segundo elemento comum a ambas as políticas é a cifra da pluralidade: assim como não existe juventude, mas os jovens – com as suas diferenças pessoais, sociais e culturais – também não se pode falar de *um mundo* em vias de desenvolvimento ou em transição, mas é necessário declinar estas pluralidades e as identidades culturais multiformas dos povos da terra com modelos (não apenas *um* modelo) de crescimento plurais, capazes de interceptar e dar repostas adequadas às diferentes realidades. Em tal direção vai a *Agenda para a Mudança*⁴ da União Europeia, quando expressa a necessidade de traduzir a pluralidade em diferentes combinações de políticas, adequadas para cada país parceiro.

³ Cf. em tal sentido a Comunicação ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao Comitê das Regiões de 13 de outubro de 2011, *Potencializar o impacto da política de desenvolvimento da União Europeia: um programa de mudança* (SEC[2011]1173) no site http://ec.europa.eu/europeaid/what/development-policies/documents/agenda_for_change_pt.pdf

⁴ Confronte a nota anterior.

Conectado ao *target* das duas políticas está o objetivo do projeto, ou seja o *observar*.

Observar os jovens não significa ficar olhando de longe a população juvenil de cada cidade, mas quer dizer construir um percurso estruturado e permanente que permite às Instituições escutarem aquilo que os jovens amam, pensam e sonham, para fazer com que estas emoções e estes pensamentos entrem nos prédios do poder público e possam incidir na construção das políticas locais juvenis mais adequadas (no caso das Municipalidades)



Rosário, 4 de novembro de 2010. O Prefeito de Rosário, Roberto Miguel Lifschitz, recebe do Secretario da Cooperação Internacional da Città di Torino, Giovanni Maria Ferraris, uma placa com o Estandarte da Cidade.

ou nos programas de formação pertinentes (no caso das Universidades). Não só: o olhar dos jovens deve poder contaminar e condicionar também as outras políticas locais⁵.

Considerações análogas podem ser feitas para as políticas locais de cooperação descentralizada: não é mais concebível construir programas de cooperação sem escutar os beneficiários dos mesmos, sem pretender que eles mesmos participem da construção das políticas mais adequadas para alcançar objetivos de crescimento e de bom governo por eles mesmos fixados. Neste sentido, é interessante enfatizar a intervenção do Co.Co. Pa. durante o seminário de Turim, que propunha um feliz paralelismo entre o observar o mundo (ou os mundos) juvenil e o observar o mundo (ou os mundos) próximos a nós: observar no sentido de escutar outros povos com um olhar aberto, que se deixa interpelar pela cultura e diversidade dos outros; um olhar que não é portanto voltado para si mesmo (ou para os próprios pequenos mundos e interesses), mas que é virado para esta alteridade.

Um outro aspecto comum às políticas juvenis e de cooperação descentralizada é dado pela *transversalidade* de ambas em relação às políticas cívicas às quais pertencem.

Na pesquisa do Observatório de La Paz, por exemplo, surge a necessidade de considerar as políticas juvenis como chave de leitura das outras políticas cívicas – elemento transversal à luz da qual adequar também outras políticas locais em termos de competências empreendedoras, intersectorialidade e territorialidade. Esta reflexão parece ecoar nos numerosos documentos europeus que enfatizam a necessidade, para todos os setores das políticas públicas (inclusive as locais), de ter uma dimensão “jovem”⁶. As políticas juvenis não são somente aquelas que têm os jovens como beneficiários ou aque-

⁵ Sobre o tema da transversalidade das políticas juvenis cf. melhor *infra*.

⁶ Sobre o tema da transversalidade das políticas juvenis cf. em tal sentido:

- o Livro branco da Comissão Europeia *Um novo impulso para a juventude europeia*, cit., que solicitava aos Governos nacionais introduzirem melhor o tema da juventude na atuação das outras políticas;
- o documento do Congresso dos poderes locais e regionais da Europa, *Carta europeia revista da participação dos jovens na vida local e regional*, disponível no site <http://www.fnaj.pt/images/stories/biblioteca/pub-cartaEuropeia.pdf> onde diz que «a participação dos jovens na vida local e regional deve fazer parte de uma política global que fomente a participação dos cidadãos na vida pública [...]. As autoridades locais e regionais estão convencidas de que todas as políticas sociais deveriam ter em conta os jovens»;
- a Comunicação ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comitê Económico Social Europeu e ao Comitê das Regiões, de 27 de abril de 2009, *Uma estratégia da UE para a juventude - Investir e mobilizar. Um método aberto de coordenação renovado para abordar os desafios e as oportunidades que se colocam à juventude* (COM[2009]200) disponível no site <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0200:FIN:PT:PDF> ; a *Resolução sobre um quadro renovado para a cooperação europeia no setor juvenil (2010-2018)* do Conselho da União Europeia dos Ministros para a Juventude de 27 de novembro de 2009, disponível no http://ec.europa.eu/youth/pdf/doc1648_en.pdf. Tais documentos foram todos elaborados a partir de um diálogo estruturado com os jovens e as suas associações.

las onde os jovens são também co-decisores e recurso para a comunidade civil, mas são também (ou talvez sobretudo) aquelas que se *fazem* tendo um pensamento, um olhar e uma abordagem *jovem*.

Neste sentido são políticas “jovens” também as políticas econômicas que promovem o crescimento e não deixam às gerações futuras uma dívida pública não sustentável; são políticas “jovens” aquelas que não hipotecam o ambiente e os recursos naturais dos quais cada governo territorial é o guardião por conta da inteira humanidade e de cada geração (aquelas futuras em particular modo); são políticas “jovens” aquelas que investem na educação, na pesquisa científica e na inovação; são enfim políticas “jovens” aquelas que sabem cavalgar e administrar as mudanças ou que são elas mesmas motor da mudança e do crescimento.

Na Itália, por exemplo, foi uma geração “jovem” a administrar uma das mudanças mas profundas para o nascimento da democracia do país: a maior parte daqueles que permitiram o nascimento da República em 1946 e que escreveram a Constituição de 1948 eram pessoas de trinta anos ou um pouco mais. E não é por acaso que os programas promovidos pela Comunidade Europeia para fazer nascer uma cultura de cidadania supranacional foram programas de intercâmbio juvenil (programa *Erasmus*).

Se é verdade, como a história parece ensinar, que as jovens gerações foram muitas vezes, e continuam a ser⁷, as principais protagonistas das mudanças sociais, as vezes profundas, é bem possível que também nos tempos atuais de crise as respostas mais inovadoras para superá-la poderão vir dos jovens que – com a sua capacidade de adaptação, o seu ser um grupo em devir, capaz porém de compartilhar valores e aspirações – melhor do que muitos outros poderiam ser capazes de ler e interpretar as mudanças econômicas, demográficas, culturais e sociais. As políticas juvenis – seja aquelas onde os jovens são os beneficiários ou protagonistas e sobretudo aquelas que são tais pelo tipo de abordagem – são então um elemento estratégico para as políticas locais e para as políticas globais – elemento no qual os governos locais nacionais e internacionais deveriam adequadamente investir.

Estas razões são as mesmas que tornam as políticas juvenis um elemento estratégico também nas políticas de cooperação descentralizada, que podem ser imaginadas como o espaço privilegiado onde a descentralização e o local se casam com a política estrangeira e o global⁸.

Poder-se-ia quase observar que a cooperação descentralizada é como a *coruja de Minerva*⁹, a qual inicia o seu voo ao crepúsculo, quando o sol já está se pondo sobre as funções fundamentais das Cidades. Ela, isto é, não teria razão de existir se as Autoridades Locais que pretendem promovê-la não tivessem já em seu crédito uma bagagem de políticas locais suficientemente significativas para poder ser colhidas e contadas às Cidades parceiras; se não tivessem uma parceria territorial ativa e organizada junto à qual encontrar realidades análogas dos lugares geograficamente distantes, mas próximos quanto aos problemas e processos: um virtuoso sistema de gestão do lixo, a organização racional dos serviços públicos, do *welfare* local, do desenvolvimento econômico em escala local estão na agenda política de Cidades do Norte, do Sul, do Leste e do Oeste. A cooperação descentralizada, no fazer circular boas práticas, *know how* de política cívicas do Norte ao Sul e na lógica do co-desenvolvimento, do Sul ao Norte consente um confronto útil, eficaz e construtivo que pode, melhor do que tantas teorias, fazer caminhar juntas as Cidades do mundo em processos positivos de *governance* democrática local. Neste sentido, a cooperação descentralizada não deve ser considerada como uma política em si mesma, mas representa um modo peculiar com o qual as Administrações Públicas cumprem suas

⁷ Pensar no papel das jovens gerações na c.d. primavera árabe.

⁸ Nesta direção parecer ir também a *Agenda para a Mudança* da Comissão Europeia, que sublinha a centralidade da questão juvenil desde o seu *incipit*, quando diz: «Em primeiro lugar, os objetivos de desenvolvimento, democracia, direitos humanos, boa governação e segurança estão interligados entre si; em segundo lugar, é fundamental que as sociedades ofereçam aos jovens perspectivas de futuro».

⁹ Prendendo emprestado e adaptando a conhecida metáfora de Hegel.

tarefas de serviços ao cidadão¹⁰; em tal significado elas se assemelham em modo extraordinário às políticas juvenis (ou às políticas *juvenis*) porque representam uma política transversal àquelas ordinariamente promovidas pelas Municipalidades¹¹.

Não é por acaso que boa parte dos projetos de cooperação descentralizada promovidos pela Città di Torino nos últimos dez anos tiveram como tema as políticas juvenis (da realização da *Internet Center* para os jovens de Gaza ao *Centro de Multimídia juvenil* de Ouagadougou, do *Youth Center* de Kragujevac ao *Centro jovem* de Breza...); e não é por acaso que hoje, em Turim, estas duas políticas ficaram sob a responsabilidade direta do Prefeito, quase querendo enfatizar a marca de inovação e internacionalização com os quais o Governo da Cidade pretende reler ou reprogramar todas as políticas cívicas.

Exatamente a transversalidade destas duas políticas permitiu à um percurso como o experimentado no projeto *Mirando al Mundo* revelar-se mais eficaz e incisivo do que as expectativas. Trata-se das características que torna ambas flexíveis e elásticas, capazes portanto de ler a mudança, interpretá-la e governar os seus efeitos. Seja as políticas juvenis seja aquelas de cooperação descentralizada, para serem adequadas, deveriam ser capazes de governar a transição; em tal sentido parece pertinente enfatizar o que emergiu da pesquisa do Observatório de Várzea Paulista.

Várzea Paulista, cidade brasileira de recente constituição e ainda sem alguns serviços necessário para a formação dos jovens, é consciente de ser um centro de “passagem”, onde os jovens nascem num outro lugar (porque no hospital da cidade não há maternidade) e sabem que para crescerem devem *ir embora* (por trabalho, para a formação universitária...). A interrogação que a Administração Local se põe a propósito é a de compreender quais políticas promover para fazer de um ex-bairro uma cidade. As legítimas atenções de Várzea para atuação de políticas locais que consintam aos jovens escolherem ficar, se o desejam, solicitam reflexões especulares nas Municipalidades parceiras da mais antiga constituição, ao menos sob dois aspectos.

Em primeiro lugar se pode observar que as cidades *grandes* muitas vezes sofrem com o fato de estarem distantes de seus próprios cidadãos, dos mais jovens em particular modo. Daqui os percursos de descentralização urbana que valorizam os bairros, seja criando organismos participativos *ad hoc* (na Itália, as *Circoscrizioni*), seja descentralizando os serviços públicos também a nível periférico (em Turim, por exemplo, nos bairros estão descentralizados os cartórios de registro civil, os serviços sociais, os serviços para o trabalho, a polícia urbana): a intenção é tornar próxima a Municipalidade ao cidadão mais distante, de levar o governo local às portas dos residentes nos bairros.

Sob um segundo perfil, poder-se-ia observar que cada Cidade do mundo deve estar pronta para promover políticas locais capazes de governar a transição, a “passagem”, desde que a mobilidade social dos próprios cidadãos é um dado em crescimento constante, seja pelos grandes fluxos migratórios que atualmente envolvem o planeta inteiro, seja pela dimensão de *atravessamento* própria dos cidadãos mais jovens, que estão cada vez mais longe dos modelos de estabilidade territorial e social dos seus pais. Em tal sentido, para uma cidade ser um lugar de passagem não constitui um limite, mas é ao invés um recurso para se aprender a ler e interpretar ao fim de construir em modo adequado políticas públicas locais (também) juvenis. A condição de *atravessamento* intrínseca a muitas cidades contemporâneas, grandes e pequenas que sejam, aproxima de qualquer modo as Municipalidades à condição dos pais: toda mãe e todo pai sabe que os próprios filhos crescem realmente somente quando “vão embora”, quando estão maduros e prontos para o desligamento; assim, como cada genitor procura definir um programa educativo para preparar os próprios filhos a enfrentarem aquele momento, torna-se estratégico para as Cidades construir políticas que acompanhem os próprios cidadãos não somente para ficarem, mas também para partirem, de todo modo *transitar*. Nisto se

¹⁰ Cf. BOTTIGLIERI, M. *Città, politiche europee e cooperazione decentrata in Italia*. Em BARADELLO, M.; BOTTIGLIERI, M.; CHICCO, S. (Orgs.). *Le Città e la cooperazione decentrata. Il caso del progetto europeo Mirando al Mundo*. Roma: ANCI ComuniCare, 2012.

¹¹ Refere-se às políticas locais fundamentais: políticas educacionais, serviços sociais, governo do território, serviços públicos essenciais, comércio, cultura, formação profissional, transportes locais e viabilidade.

pode perceber uma grande proximidade dos objetivos entre as políticas juvenis e as políticas de cooperação descentralizada, seja quando miram formar e fazer crescer “cidadãos do mundo” abertos á cultura do diálogo, da solidariedade internacional e da paz, seja quando raciocinam em termos de mudança.

A mesma *mudança* foi indicada pela Comissão Europeia como cifra através da qual construir as políticas de cooperação internacional da União. Na *Agenda para a Mudança* a Comissão declara querer perseguir o objetivo de «enfrentar os desafios da transição», e para este fim individua a possibilidade de usar «instrumentos inovadores» como:

- o reforço de «um *ensino de qualidade* a fim de dotar os jovens de conhecimentos e competências que lhes permitam tornar-se membros activos de uma sociedade em mutação»;
- a promoção de programas para um trabalho digno, regimes de proteção social que encorajem as políticas voltadas à facilitação da mobilidade da força trabalho a nível regional;
- o desenvolvimento da parceria público-privado e de novos instrumentos financeiros;
- a valorização da correlação entre desenvolvimento e migração¹².

Termos como flexibilidade, evolução, inovação, mobilidade, *novos* aparecem várias vezes neste documento, que aparece *jovem* porque criativo, inovador e corajoso, seja nas inspirações seja nos objetivos.

Uma possível modalidade de administrar a nível local a transição e a mudança, evidenciada por todos os parceiros do projeto *Mirando al Mundo*, é a de promover uma *governance* consorciada das políticas locais, através da construção de redes:

- redes *na cidade*, construídas ao redor da centralidade do jovem da cidade e à sua esfera de afetos entre todos os sujeitos que podem acompanhá-lo para crescer melhor (a escola, o mundo do trabalho, o bairro, as associações e os grupos informais, ...¹³);
- redes *entre cidades*, na convicção que o *compartilhamento das informações entre Municipalidades gera muitos benefícios para a gestão pública*¹⁴.

A rede parece ser, portanto, a ulterior *cifra* através da qual ler e interpretar o percurso da pesquisa social e de cooperação descentralizada promovidos nestes anos pelo projeto *Mirando al Mundo*. Neste quadro, o tema da sustentabilidade e da divulgação de tais experiências entre outras Cidades, enfrentando em Turim pelo Vice-Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, pareceu como um correto corolário ao tema.

Os Observatórios realizados no interior de cada Cidade parceira têm, portanto, a ambição de representar o espaço institucional que garante, a nível local, este *network* de diálogo entre os jovens e as diferentes instituições que os acompanham no crescimento; a nível internacional os Observatórios pretendem continuar a cultivar esta rede de trocas concretas de dados, políticas, pontos de força e pontos fracos das políticas juvenis de cada uma das Cidades latino-americanas.

Eis porque, no momento em que o projeto *Mirando al Mundo* está terminando, parece importante enfatizar a perspectiva de trabalho com a qual os representantes das várias Cidades parceiras se deixaram durante os dias do congresso de Turim: partir da instrução formal dos Observadores em cada cidade para construir uma rede entre os mesmos que consinta dar continuidade e sustentabilidade não somente a cada atividade local, mas também ao fluxo de troca e diálogo entre operadores das políticas juvenis das cidades brasileiras, argentinas, bolivianas e italianas envolvidas neste projeto.

¹² Vale a pena lembrar que normalmente os fenômenos migratórios interessam as faixas mais jovens de uma população. Em tal sentido, o sucesso das diferentes experiências de programas de cooperação descentralizada, que a Città di Torino pôde realizar com associações de migrantes provenientes das zonas-alvo, deveu-se sobretudo à flexibilidade e ao espírito propositivo destes *novos* cidadãos.

¹³ Nesta direção cf. *infra* a pesquisa promovida pelo Observatório de Santos.

¹⁴ A tal propósito cf. *infra* a pesquisa promovida pelo Observatório de La Paz.

METODOLOGIA PARA INICIAR OS OBSERVATÓRIOS DA CONDIÇÃO JUVENIL

Renzo Gallini*

A partir do pedido para iniciar os Observatórios da condição juvenil, feito por algumas Cidades brasileiras no mês de julho de 2006, chegou-se à realização de pesquisas sociais por parte de alguns parceiros, cuja síntese dos resultados está publicada no presente volume.

O percurso foi caracterizado por alguns aspectos de caráter metodológico:

- gerar o projeto e a construção de um Observatório a partir do próprio contexto institucional, social e cultural, com particular atenção às prioridades e exigências específicas de cada realidade urbana;
- envolver diretamente os parceiros no projeto do Observatório e das pesquisas como atividades principais, a partir da desconstrução da experiência de Turim, e a sucessiva composição dos Observatórios locais segundo as próprias exigências institucionais e representações específicas do mundo juvenil.

O projeto *Cammini Comuni (Caminhos Comuns)* representou para os parceiros a ocasião para participar ativamente de uma experiência formativa onde, através de uma simulação, foram lançadas as bases para projetar um Observatório da condição juvenil e as pesquisas sociais realizadas posteriormente no âmbito de *Mirando al Mundo*.

Cada parceiro foi protagonista na criação e no projeto do Observatório e da pesquisa; o grupo de parceiros representou o ponto de encontro onde as ideias que foram confrontadas agregavam um valor aos “modelos” individuais.

Desde o início a atenção foi sempre dada a dois objetivos:

- a construção e o início de um projeto de Observatório coerente com a própria realidade local;
- o projeto e a realização de uma pesquisa propedêutica para a construção do Observatório.

Todo o trabalho realizado constituiu uma metassimulação do trabalho típico/possível de um Observatório.



São Carlos, 17 de julho de 2009. Renzo Gallini, *Technical Manager* do projeto, apresenta à mesa brasileira “Infância e Juventude” do programa *100 Cidades* as modalidades da recolha das boas práticas.

* Renzo Gallini é *Technical Manager* de *Mirando al Mundo*.

Os conteúdos das pesquisas realizadas depois da experiência *Cammini Comuni* são apresentados neste volume nas sínteses dos principais resultados.

O projeto dos Observatórios locais começou por um modelo metodológico realizado em Turim e desenvolvido durante vinte anos (*Osservatorio del mondo giovanile del Comune di Torino 1988-2008*) do qual estão expostas as principais fases operacionais.

Indicações de trabalho para iniciar um Observatório

A vontade política, administrativa e técnica

A primeira condição indispensável para iniciar um Observatório da condição juvenil em uma Prefeitura ou em uma outra entidade pública é obter o consenso, o claro desejo de realizá-lo, seja por parte do “Político” seja do “Administrativo”. Este desejo se verifica na disponibilização de recursos: uma verba julgada adequada, pessoal competente, um escritório equipado.

Um Observatório pode ser iniciado também segundo um procedimento de *bottom-up*, graças a disponibilidade de técnicos, de operadores que pretendem realizá-lo, e que gradualmente, à medida que iniciam a realizar as atividades de pesquisa a custo zero no âmbito dos balanços de outros projetos, podem buscar cedo ou tarde este consenso para dar legitimidade ao Observatório, que deve tornar-se uma estrutura integrada dentro da Prefeitura ou da entidade que o realiza.

O grupo técnico

Ao mesmo tempo que se trabalha para obter o consenso e os recursos, é necessário escolher as pessoas que lidarão com o Observatório da condição juvenil em seus diversos papéis e funções.

A condição mínima para o funcionamento de um Observatório é a presença de:

- um responsável que tenha a função de dirigir, coordenar, seguir e contribuir para a realização de todo o processo de trabalho;
- alguns colaboradores externos para a realização de atividades ligadas à pesquisa social (levantamento de dados, entrevistas, elaboração e análise de dados, comentários escritos sobre os dados). Geralmente se trata de pesquisadores e professores de Universidades ou de outras organizações que tenham a tarefa de realizar estudos e pesquisas;
- além do responsável e dos colaboradores externos, é necessário escolher no território pessoas que conheçam os problemas dos jovens entre operadores dos serviços, responsáveis de associações, cooperativas, etc.: organizações que trabalham para e em contato com os jovens. Estas pessoas são colaboradores importantes para a coleta de informações e opiniões sobre a situação dos jovens, mas também pela sua contribuição para gerar o projeto de intervenções/projetos a partir de baixo.

No caso desta situação mínima, todo o trabalho do Observatório fica nas mãos de uma única pessoa que se serve da colaboração voluntária ou remunerada de alguns profissionais da pesquisa social e de diferentes operadores e sujeitos significativos presentes no território, nos bairros.

A condição ideal para o funcionamento de um Observatório implica, além da figura do responsável, também a presença de pessoal técnico para a realização das atividades previstas.

As atividades/funções de um pessoal técnico são as seguintes:

- secretaria administrativa e organizativa com conhecimento dos meios de comunicação e informáticos;
- competências suficientes para elaborar e analisar os dados e realizar os relatórios;

- garantir boas relações com todos os colaboradores e interlocutores externos;
- competências de metodologia para pesquisa social;
- competência para o uso de alguns instrumentos da pesquisa social: entrevista, questionários, pesquisas bibliográficas, *focus group*.

Conteúdos: aspectos da vida dos jovens a serem observados e analisados

Uma primeira atividade a ser realizada por parte do Observatório, eventualmente junto com os colaboradores externos, é a escolha dos conteúdos, dos temas, dos problemas que se quer observar/analisar.

A escolha dos fenômenos a serem examinados depende certamente da avaliação dos interesses de quem realiza o Observatório, mas também dos destinatários dos resultados das pesquisas.

A seguir, encontra-se uma série de temas que geralmente são tratados por um Observatório da condição juvenil. Esta lista representa um ponto de partida que deverá ser integrada, modificada, adequada às exigências de cada realidade local empenhada neste processo.

Os campos de investigação do Observatório podem ser:

- 1) população residente;
- 2) fluxos migratórios;
- 3) núcleos familiares;
- 4) estrangeiros residentes ou presentes na cidade e suas condições de vida;
- 5) população escolar do ensino fundamental II, médio e superior;
- 6) abandono escolar no ensino fundamental II e superiores;
- 7) mercado de trabalho e problemas relativo à busca de trabalho;
- 8) dependência de drogas;
- 9) delinquência juvenil;
- 10) manifestações transgressivas (violência, alcoolismo);
- 11) agregação juvenil formal (associacionismo) e informal (grupos espontâneos);
- 12) estruturas e recursos para a agregação;
- 13) culturas antagonistas;
- 14) tendências culturais e estilos de vida.

As fontes onde buscar dados e informações

O tema das fontes é muito importante para um Observatório: delas também depende a boa qualidade dos resultados.

Quando se inicia um Observatório uma atividade fundamental é fazer um levantamento das fontes existentes no território e nas instituições dispostas a colaborar e fornecerem os dados e as informações que se quer colher.

A escolha dos temas e dos fenômenos sociais a serem investigados e sobre os quais colher dados e informações é uma atividade que deve ser feita juntamente com a escolha das fontes e da disponibilidade das mesmas.



Várzea Paulista, 15 de julho de 2009. Um momento dos trabalhos do primeiro Seminário Internacional do projeto.

A escolha das fontes deve ser feita em paralelo para cada tema ou fenômeno social que se quer conhecer e analisar.

Existem dois tipos de fontes: diretas e indiretas.

O primeiro tipo de fonte diz respeito a uma revelação de dados interpelando diretamente os sujeitos alvo da investigação, mediante o uso de diferentes instrumentos das ciências sociais: questionários, entrevistas, *focus group*, entrevista de grupo e outros.

Recorre-se a este tipo de fonte geralmente quando se quer aprofundar um determinado argumento da condição juvenil sobre o qual as fontes indiretas não possuem dados e informações suficientes ou são totalmente carentes.

Podem-se escolher ao menos três tipos de fontes indiretas:

- 1) *Fontes institucionais*. Dizem respeito a todos aqueles setores presentes em organizações públicas e privadas como Municípios, Regiões, Estado, Fundações, grandes associações, centros de estudos, que têm a possibilidade de fornecer dados quantitativos e em alguns casos informações de caráter qualitativo. Atualmente muitas fontes e os relativos dados podem ser consultados na web.
- 2) *Testemunhas significativas*. São todas as pessoas que por razão de estudo e profissional têm um bom conhecimento da situação de vida dos jovens. Podem ser assistentes sociais, educadores, religiosos, professores, responsáveis de associações e cooperativas, etc.: todas as pessoas que por trabalho estão em contato com os problemas e as diferentes situações dos jovens. São muito preciosas porque através de entrevistas, conversas informais, *focus group* e outras técnicas podem fornecer as informações que as fontes institucionais não têm ou não produzem.
- 3) *Fontes bibliográficas*. Se trata de meios de pesquisas publicadas, realizadas por diversos sujeitos: Universidades, Centros de estudos, Fundações, Institutos de pesquisa, Administrações públicas, e os demais que fazem pesquisa e publicam resultados. A parte bibliográfica é importante porque a consulta-leitura de outras pesquisas consente o estudo de um mesmo fenômeno numa lógica comparativa e a aquisição de diferentes interpretações em relação a alguns fenômenos sociais. Livros e revistas ajudam a entender os dados e as informações que um Observatório colhe e elabora, representando uma guia que acompanha os operadores do Observatório no seu trabalho de pesquisa. A pesquisa bibliográfica permite adquirir sugestões em mérito à necessidade de investigar e aprofundar os fenômenos importantes ou novos para os quais voltar a atenção dos técnicos e dos políticos do setor.

Levantamento de dados e arquivo

Definidos quais argumentos investigar e as relativas fontes, é necessário programar o levantamento de dados; no que diz respeito às fontes indiretas institucionais pode ser muito útil concordar com elas o fornecimento de dados e de informações, estabelecendo um acordo para o fornecimento constante e atualizado dos dados ao longo do tempo.

Assim que os dados e as informações são colhidas é necessário organizá-los de forma racional em um arquivo (hoje predominantemente informático). Mais os dados são colocados em uma determinada ordem, em modo constante, mais fácil é consultá-los a qualquer momento e construir uma série histórica, que consinta monitorar o andamento ao longo do tempo dos diversos fenômenos.

Elaboração e produção do relatório da pesquisa

Em base a disponibilidade dos dados e das informações que se consegue coletar junto às diversas fontes, o grupo de trabalho do Observatório, com a contribuição dos próprios colaboradores, decide o índice daquele que poderá ser o relatório da pesquisa.

A elaboração do relatório pode ser contextual à elaboração e análise dos dados colhidos e sistematizados.

Uma vez composto o relatório final da pesquisa se passa à sua reprodução e difusão em tantas cópias quantos são os destinatários a quem se quer entregar, em modo compatível com os custos de reprodução e de expedição.

Comunicação

Uma vez publicado, o relatório de pesquisa é apresentado ao público.

A apresentação pública é uma escolha que em geral cabe à Administração pública ou de qualquer forma aos responsáveis políticos que apóiam a realização do Observatório.

A apresentação pode ser organizada de várias maneiras:

- 1) conferência de imprensa;
- 2) seminário;
- 3) sessão aberta;
- 4) uma combinação das três primeiras modalidades.

Durante a apresentação o relatórios de pesquisa é distribuído aos participantes.

Depois da apresentação pode ser enviado por correio ou mandado através de meio locais próprios aos destinatários interessados.

Estes são os sete pontos cuja realização depende muito também de uma dimensão do agir social que atravessa todo o projeto e a sua realização: a política de pesquisa que se quer adotar.

Em vinte anos de trabalho eu fui testemunha de diversas aplicações do trabalho de pesquisa realizado por vários Observatórios, do mais passivo ao mais dinâmico e ativo. No primeiro caso se limitava a realizar uma pesquisa, publicá-la, distribuir um certo número de cópias, enfim apresentá-la mediante uma conferência de imprensa; no segundo caso todo o percurso de projeto, realização e comunicação da pesquisa é enriquecido pela participação de jovens, operadores, voluntários, políticos, na definição dos conteúdos e das formas da comunicação à cidadania e às instituições, até fazer da própria pesquisa uma ocasião para gerar debates e projeto participativo.

O sentido completo de um Observatório encarna-se neste tipo de percurso ativo e propulsor.

DO PROJETO AO PROCESSO

Elide Delponte e Francesca Pignatelli*

As seis ilhas

Para entender a gênese e o desenvolvimento do projeto *Mirando al Mundo* é útil de um lado delinear um quadro geral da atual condição da juventude na América Latina, espelho complexo da facetada realidade local; do outro, e conseqüentemente, considerar o quadro sócio-político específico e a escolha do tema da pesquisa, dos vários grupos de trabalho das Cidades parceiras, como pontos de partida do processo do projeto, local e internacional: combinar e interceptar o universal com o singular, olhar o macro para compreender o micro.

Os jovens na América do Sul representam cerca de 20-25% da população total, mais de 150 milhões de pessoas: um formidável potencial de mudança e de inovação com uma identidade delineada e forte, já em parte envolvido no interior das dinâmicas de mobilização internacional que, nesta última década, viram e continuam a ver moças e rapazes de todo o mundo ativarem-se em primeira pessoa como indivíduos de um *unicum* coletivo, que progressivamente vai em direção da criação de uma sociedade civil e política diferente em relação àquela atual.

De Seattle a Porto Alegre, do surgimento do movimento dos *no global* aos fatos de Gênova, das contestações do G8 até os protestos transversais dos *indignados* espanhóis e dos povos da primavera árabe, a antipolítica, sobretudo aquela dos jovens de todo o mundo, marca uma nova fronteira, um novo modo de fazer escutar a própria voz. Graças sobretudo aos *social networks*, utilizados como instrumentos de agregação e mobilização das massas além das fronteiras geográficas, as diferenças desaparecem e os objetivos tornam-se comuns. Os jovens neste mecanismo de revolução cultural globalizada e ao mesmo tempo local retomam o *modus operandi* das gerações que os precederam: indo para as praças e ruas, expressando o desejo de subverter os clássicos modelos econômicos e sociais que lhes oferecem um espaço residual nas decisões políticas e que muitas vezes não são capazes de valorizá-los como recurso econômico, nem de envolvê-los em virtuosos mecanismos de diálogo e de participação democrática.

Como comentou Mohamed El Baradei, prêmio Nobel egípcio, por ocasião dos recentes acontecimentos de revolta no seu país: «É inevitável, a mudança tem que chegar; e o motor desta mudança são os jovens. É a geração abaixo dos trinta anos, 60% da população egípcia, pessoas que não têm qualquer esperança, algum futuro, mas também nada a perder».

Os jovens, aqui na Europa e em outros lugares, no resto do mundo, no Egito como no Brasil, na Argentina e na Bolívia, anulam o espaço comunicando, cancelando as diferenças e ativando-se, a nível individual e coletivo, para um mesmo objetivo: um futuro melhor, contra toda centralização do poder e das riquezas, em direção a uma sociedade realmente igualitária, que lhes garanta um trabalho digno e uma verdadeira justiça econômica e social.

* Elide Delponte e Francesca Pignatelli são *Assistant Technical Manager* de *Mirando al Mundo*.

Partindo deste contexto geral, é importante ressaltar que uma das características de força encontradas desde o início do projeto *Mirando al Mundo* foi a boa contingência política sul-americana com grande interesse em relação às políticas juvenis: deve-se pensar no papel estratégico que o governo Lula no Brasil reconheceu, desde o seu primeiro mandato, aos jovens como agentes fundamentais para a criação do progresso e do desenvolvimento econômico e social (por exemplo, com os programas *ProJovem* e *Cultura Viva* ou com o *Conselho nacional da Juventude*), ou ao renovado entusiasmo e interesse político que envolveu os jovens argentinos durante o governo da Presidenta Kirchner, ou ainda ao fato que o Mercosul está dedicando sempre maior espaço e atenção ao papel e às ideias dos jovens no vasto território sul-americano.

No interior deste dinâmico quadro político, encontra-se a nível local o papel técnico revestido pelos representantes de cada Cidade parceira, que desde o primeiro momento acreditaram no *Mirando al Mundo* e empenharam-se para que no momento do projeto se gerasse não só a realização das atividades previstas, mas sobretudo realizações políticas sólidas. Como técnicos e especialistas das enormes mudanças em ato na sociedade sul-americana, os responsáveis locais determinaram o sucesso do projeto graças às suas competências e determinação: os sentimentos pessoais foram colocadas a disposição das exigências do lugar, exigências que somente quem trabalha no campo conhece, que também graças a este projeto e à dimensão da rede formada no curso dos anos puderam realmente manifestar-se. A este propósito, a habilidade do representante técnico do projeto consistiu, nesta primeira fase, na identificação do tema da pesquisa, escolhido através de mecanismos de participação e de especialistas do setor, mas também de jovens politicamente ativos.

A escolha do tema abriu debates: tratou-se de uma escolha técnica, mas também política, uma escolha dos especialistas mas também dos jovens, onde a definição de cada um, segundo os próprios critérios e as próprias exigências, encontrou a identidade da sua realidade.

Os temas de pesquisa foram vários e diferenciados: entre os parceiros brasileiros, Porto Velho e Salvador escolheram aprofundar o tema da violência perpétua dos jovens e contra os jovens, cada um com uma abordagem e uma dimensão de pesquisa específicas e locais. A análise da violência conduziu à reflexão sobre a vulnerabilidade dos jovens nas respectivas realidades e sobre a conseqüente necessidade de estimular políticas públicas que possam atender as exigências do mundo juvenil e que possam criar, ao menos em parte, uma alternativa à violência nas ruas, através de atividades de formação e de socialização.

Conectando-se ao tema da violência, mas observando-a de um ponto de vista diferente, a Municipalidade de Rosário analisou a interpretação e a representação das leis por parte dos jovens em situação de vulnerabilidade, com a intenção de ilustrar quais são as imagens que os jovens têm da lei, entendidas como um conjunto de normas e regras que se referem não somente ao sistema legal instituído, mas também àquele cultural e social. A mudança de perspectiva resulta interessante: da violência à lei que deveria evitar as violências, mas que não sempre é capaz de fazê-lo, neste sentido as pesquisas comparadas dão um quadro completo e não óbvio da questão.

A pesquisa da Prefeitura de Várzea Paulista se questiona sobre o significado que os próprios habitantes atribuem ao ser jovem em Várzea, investigando sobre a percepção dos jovens em relação a como eles vivem a própria cidade, um tempo estigmatizada e vista somente



Rosário, 4 de novembro de 2010. Francesca Pignatelli e Elide Delponte ao segundo Seminário Internacional do projeto.

como apêndice das modernas e ativas cidades vizinhas, hoje em pleno processo de aquecimento e construção de uma identidade sólida.

Santos aprofundou o tema do abandono escolar, numa época em que o programa nacional *Bolsa Família*, no Brasil, melhora os índices de presença na escola dos adolescentes do ensino obrigatório e limita os abandonos escolares.

Enfim, a Cidade boliviana de La Paz escolheu o tema da ocupação e do trabalho juvenil como eixo da pesquisa, analisando, através do testemunho direto de rapazes e moças, as atuais condições do emprego no seu território: afetado por um alto índice de desocupação juvenil e de trabalho informal, o Governo Autônomo Municipal de La Paz examinou as exigências dos seus jovens para compreender como enfrentar o problema e criar políticas úteis para reduzir os bolsões de trabalho ilegal, sem direitos e garantias.

Cada cidade tem as suas cores, as suas singularidades, cada representante tem as suas competências, as suas impressões: o que foi criado, nestes anos de troca de ideias, a partir dos encontros formais com os políticos e técnicos das várias realidades parceiras, dos seminários internacionais, das conversas noturnas informais e fora do horário de trabalho representa o verdadeiro valor acrescentado e a riqueza do *Mirando al Mundo*. O saber comparar-se, o desejo de escutar e de falar, o compartilhamento dos problemas, das preocupações, das reflexões, das soluções criou fortes laços de trabalho e de amizade: as duas dimensões se sobrepõem e conduzem o grupo de trabalho do projeto a um enriquecimento humano e profissional.

Além disto, a combinação entre a experiência e a competência do representante *in loco* com o atual momento histórico do continente sul-americano e as exigências locais deu vida a um interesse político inicialmente inesperado, que em muitos casos superou a dimensão da convivência institucional para chegar a representar uma efetiva oportunidade de colaboração e comunicação entre as diversas Cidades parceiras.

A passagem da peculiaridade da experiência local ao contexto de rede internacional estimulou um grande envolvimento político que, como testemunhado também pelo interesse demonstrado pelos Prefeitos das Cidades parceiras, durante o seminário em Turim, se espera tenha um futuro de cooperação e correlação, capaz de concretizar-se, para além dos financiamentos do momento, em ação constante de diálogo e troca recíproca, úteis a todos os parceiros envolvidos para um crescimento e um desenvolvimento comum, mesmo que "de longe".

Mirando al Mundo representou um dos muitos meios de expressão e de análise do variegado mundo juvenil, recolheu a voz dos jovens e a sua relação com as autoridades públicas e o mundo dos adultos, partindo de um ponto de vista individual e pessoal e usando uma metodologia de pesquisa comparada: as seis ilhas tornam-se arquipélagos quando o projeto torna-se processo, lá onde as fronteiras geográficas desaparecem e as intenções e os objetivos tornam-se comuns, compartilhados.

O arquipélago

A metáfora do arquipélago apresenta-se em modo eficaz para descrever a dualidade do *processo* iniciado pelo projeto: por um lado aquele conjunto de atividades e relações que, desenvolvendo-se em modo *circular* e com uma certa continuidade, permitiu às diversas realidades envolvidas instituírem um terreno de confronto comum sobre o tema das políticas públicas juvenis; por outro lado o *processo horizontal* ativado no interior de cada entidade para adotar um instrumento de observação funcional e de auxílio à programação e projeto de tais políticas.

Os encontros internacionais organizados no curso dos três anos do *Mirando al Mundo* tiveram um papel decisivo para o *processo de socialização* das visões políticas e das atividades do projeto atuadas localmente em matéria de políticas juvenis. A dimensão

política destes encontros deu lugar a um confronto internacional sobre o tema da juventude, a momentos institucionais de reflexão dedicados à centralidade dada ao tema das jovens gerações, tanto das políticas locais quanto da agenda global. Ao mesmo tempo, a dimensão operativa dos momentos dos seminários consentiu à coordenação técnica (constituída pelos representantes individuais de cada Cidade parceira para o início do próprio Observatório) definir o quadro metodológico em comum, em base ao qual programar as diferentes atividades em programa, compartilhar as dificuldades encontradas na elaboração do próprio projeto de pesquisa, apresentar os primeiros resultados alcançados e enfim comparar as escolhas organizacionais adotadas para a constituição dos grupos de trabalho internos. Outra importante função desempenhada pelos seminários técnicos foi a de harmonizar as intenções em comum com os vínculos administrativos específicos de cada realidade: a circulação das informações e o compartilhamento das possíveis soluções a serem adotadas para enfrentar os obstáculos encontrados ao longo do percurso garantiram a realização dos objetivos esperados e a valorização da pluralidade desta experiência.

A força de uma rede consiste exatamente em valorizar a troca e a interconexão das experiências: no transferir ao próprio contexto geográfico e cultural a metodologia de trabalho proposta pela experiência de vinte anos da Città di Torino, as realidades sul-americanas souberam colher e valorizar a principal potencialidade de tal experiência, ou seja a capacidade do Observatório de gerar *processos horizontais* através dos quais instituir um espaço dialético e participativo de relações, no interior do qual comparar-se sobre temáticas consideradas particularmente significativas para descrever a realidade juvenil do próprio território.

As Cidades parceiras parecem ter plenamente percebido que a verdadeira essência de um Observatório consiste no *processo gerado pelo projeto de pesquisa*: os resultados alcançados e expostos no presente relatório não representam o ponto de chegada de um percurso cognitivo, mas o ponto de partida para o planejamento de projetos mirados e eficazes, síntese de um complexo procedimento de inclusão e valorização das especificidades e competências colocadas em campo por todos os sujeitos envolvidos no âmbito da atividade de pesquisa.

Neste sentido, os fatores que influíram sobre a definição dos temas de investigação espelham a firme intenção de responder aos interesses cognitivos de uma comunidade de atores e não exclusivamente de quem apoiou e está realizando o Observatório na própria realidade. A seleção dos fenômenos sociais analisados ocorreu através de um trabalho de consulta tornado possível pela criação de mesas apropriadas para a conscientização e discussões destinadas a dar voz aos desejos e exigências dos decisores, administradores, operadores dos serviços públicos e destinatários finais das pesquisas.

Para a realização das atividades de pesquisa, a maior parte das entidades sul-americanas valeu-se da colaboração de pessoal especializado (institutos de pesquisa, profissionais liberais, grupos de pesquisa do mundo acadêmico). A assessoria técnica colocada a disposição destes sujeitos não contribuiu exclusivamente para dar valor científico aos resultados, mas foi destinada a formação dos funcionários que no futuro serão responsáveis pela execução e continuidade das atividades programadas pelo próprio Observatório. O objetivo comum que os representantes sul-americanos se propuseram alcançar, através da adesão a esta iniciativa, hoje pode então ser considerado plenamente alcançado: as informações e os dados, conservados em modo fragmentário por uma pluralidade de atores que todo dia operam no território para e com os jovens, foram agrupados e sistematizados segundo uma lógica de trabalho compartilhada e participada, dotada de unidade orgânica. O aspecto transversal dos fenômenos observados e a heterogeneidade dos grupos de trabalho formados para a realização das pesquisas são a sua demonstração.

MIRANDO AL MUNDO: AS ORIGENS

Stefano Chicco*

Contrariamente ao que poderia presumir o público das pessoas estranhas ao tema, uma parte não irrelevante dos projetos de cooperação internacional nasce não tanto para fornecer uma resposta precisa às necessidades fundadas dos beneficiários potenciais, quanto mais para satisfazer exigências não confessas dos entes proponentes, como garantir a visibilidade e a notoriedade a nível internacional, usufruir de linhas de financiamento específicas e dedicadas às quais, de outro modo, não se teria conseguido acessar, readaptar iniciativas anteriores para oferecer continuidade de trabalho às próprias equipes empresariais; e tudo isto prescindindo do conhecimento do contexto no qual se irá operar, e às vezes até de posse da competência indispensável para alcançar os objetivos pré-fixados.

Em relação a tal eventualidade, verossimilmente remota, mas certamente não confortante, *Mirando al Mundo* constitui uma exceção feliz, pelo menos por três circunstâncias. Antes de tudo, a idéia primordial do projeto nasceu precisamente a partir de uma exigência compartilhada por alguns dos parceiros internacionais: de fato, foram as Prefeituras brasileiras presentes na mesa “Infância e Juventude” de julho de 2006, realizada

em Belo Horizonte por ocasião do Segundo Fórum da Cooperação Descentralizada Itália-Brasil do programa *100 Cidades*, em reconhecer no Observatório do Mundo Juvenil turinense uma boa prática com as características da excelência, concordando sobre a oportunidade de intercambiar com as Administrações interessadas o *know how* acumulado em vinte anos da Città di Torino e, ao mesmo tempo, valorizar as experiências já existentes *in loco* de monitoramento da condição dos jovens, para co-projetar um modelo que se revelasse adequado ao seu contexto.

E ainda, *Mirando al Mundo* foi precedido por duas ações de projeto que se referiram aos mesmos temas (as políticas juvenis e, em particular, o instrumento da observação) e que se revelaram fundamentais para seu sucesso. Com o primeiro, denominado *Olhando o Mundo*, de janeiro de 2007 a março de 2008 foram coletados estudos e pesquisas sobre a condição juvenil já existentes nas mesmas quatro Cidades brasileiras que depois se tornaram parceiras do projeto europeu, dispondo assim as bases para um atento conhecimento da situação da juventude local e permitindo ao mesmo tempo delinear os assuntos de maior importância a serem aprofunda-



Olhando o Mundo / Osservando il mondo. Relatório 2008 / Rapporto 2008.

* Stefano Chicco é Responsável dos projetos de cooperação na América Latina pela Città di Torino.

dos em uma fase posterior com a utilização de informações diretas (questionários, *focus group*, entrevistas, etc.). Ao mesmo tempo, *Olhando o Mundo*, na sua qualidade de primeira experiência de trabalho conjunto sobre o tema dos Observatório do Mundo Juvenil entre Turim e os Municípios sul-americanos envolvidos, representou uma ocasião importante também do ponto de vista metodológico e sobre dois níveis diversos: por um lado, de fato, significou o início do confronto com os parceiros extra-europeus sobre o método de trabalho específico; por outro, representou o começo de uma colaboração bilateral (aliás, de quatro) até aquele momento inédita. No curso do projeto, foi assim possível apurar, de modo progressivo e não sem dificuldades, um conhecimento recíproco e um *modus operandi* inicialmente todos a serem definidos; e para alcançar este resultado, revelaram-se determinantes, bem mais das relações à distância, as visitas técnicas nas Cidades parceiras, como testemunho também de sinais precisos sobre este ponto do *Relatório final* do projeto:

Em conseqüência desta experiência resulta evidente a importância que a viagem ao Brasil tem representado para a conclusão do relatório de pesquisa, já que a comunicação via internet e telefônica não têm sido suficiente para a parte italiana que tem o propósito de desenvolver um acompanhamento adequado e pontual. Tampouco tem sido suficiente para a parte brasileira que pretende compreender os mecanismos e metodologias que necessitavam inevitavelmente de encontros diretos entre os responsáveis. Desta forma, o conhecimento dos parceiros, do território e das instituições de referimento têm enriquecido e facilitado o trabalho de ambas partes¹.

Também o sucessivo projeto *Cammini Comuni di Formazione*, que de 2 a 13 de março de 2009 acolheu em Turim os representantes das quatro Cidades brasileiras já protagonistas de *Olhando o Mundo* e da Prefeitura argentina de Rosário (que entretanto tinha-se juntada à parceria), marcou uma passagem decisiva para a construção de *Mirando al Mundo*. Este em primeiro lugar no plano teórico, enquanto esta iniciativa, partindo da constatação que a discussão participada sobre a adoção de uma metodologia comum com base em que definir o trabalho e as diversas fases da pesquisa teria significativamente contribuído para uma instituição mais fácil e consciente de Observatórios do Mundo Juvenil nas realidades sul-americanas, ofereceu às Administrações envolvidas em um percurso específico de formação, mantido pelo responsável da estrutura turinense e integrado com visitas a projetos promovidos pela Città di Torino, pelo Município de Biella e por outros entes públicos, como também a algumas realidades peculiares do privado social local, na qualidade de exemplos de boas práticas existentes, eficazes e facilmente reinterpretáveis em outros contextos urbanos.

Mas *Cammini Comuni* soube colocar bases tangíveis também para as atividades a serem desenvolvidas em *Mirando al Mundo*, pois durante o desenvolvimento da formação, cada referente sul-americano pode identificar os macrofenômenos característicos do próprio território a ser submetido à investigação, levando em conta as necessidades



A guia *Caminhos Comuns. Suporte metodológico participativo*.

¹ BARADELLO, M.; BOTTIGLIERI, M.; CHICCO, S. (Orgs.). *Olhando o Mundo / Osservando il mondo. Relatório 2008 / Rapporto 2008*. Torino: Città di Torino – Edizioni Cosmopolis, 2008, p. 21.

cognitivas e o contexto sócio-econômico de partida, e definiu concretamente as hipóteses de trabalho, os instrumentos de pesquisa mais adequados para a coleta de dados e informações e as fontes as quais se dirigir para obtê-las. Na parte final do curso, depois, realizou-se uma verdadeira simulação das tarefas as quais os vários referentes teriam tido que lidar em *Mirando al Mundo*: cada um dos participantes tiveram, de fato, que conceber um projeto de pesquisa que espelhasse as expectativas próprias e do próprio ente de pertinência, mas que ao mesmo tempo respeitasse alguns vínculos precisos, como os recursos econômicos disponíveis (não por acaso, correspondentes aos fundos que cada parceiro teria efetivamente recebido nos três anos do projeto europeu), o pessoal necessário internamente no ente e os custos dos vários fornecimentos de bens ou serviços. A esse respeito, deve ser evidenciado como, exatamente para a aproximação participada que se quis atribuir à toda a iniciativa, a formação

não teve um caráter de lição frontal, nem de transmissão de conceitos ou metodologias relativas ao Observatório já decididas e préconfeccionadas. O coordenador, além que ser o mediador do curso, orientou e organizou simplesmente a troca de idéias, as propostas, as dúvidas e as reflexões que surgiram nos vários dias de encontro².

Deste modo, foi também dedicada uma sensível evolução ao tipo da colaboração mesma entre os vários parceiros: a densidade dos temas enfrentados no curso das atividades de aula, a intensidade das trocas de opiniões que foram derivadas, a atenta participação nas visitas em campo, unidas à alegria dos momentos de convívio (fundamentais para diminuir a fadiga dos quinze dias vividos em um quase retiro), de fato permitiram passar da pluralidade de relações bilaterais que tinha destacado *Olhando o Mundo* a uma relação transversal de colaboração entre todos os referentes, prelúdio àquela dimensão de rede que depois constituiu um dos objetivos declarados do sucessivo projeto europeu e conjunto ingrediente fundamental para o seu total sucesso.

² BOTTIGLIERI, M.; CHICCO, S.; GALLINI, R. (Orgs.). *Caminhos comuns. Observatórios do Mundo Juvenil na América Latina. Suporte metodológico participativo*. Torino: Città di Torino, 2009, p. 55.

AS PESQUISAS



TRABALHO E OCUPAÇÃO JUVENIL

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS/DAS ADOLESCENTES E DOS/DAS JOVENS ENTRE 15 E 30 ANOS E AS SUAS EXPECTATIVAS DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE LA PAZ

Tania Nava Burgoa, José Antonio Condori, Antonio Barriga Muñoz*

Apresentação

O município de La Paz é atualmente o mais próspero e desenvolvido no território boliviano em diferentes âmbitos, tanto a ser caracterizado na atual gestão do Governo Autônomo Municipal mediante o slogan *La Paz con Fuerza... La Paz con Ñeq'ë*.

Esta força é representada por um dos motores do desenvolvimento da cidade, o que quer dizer que os/as jovens, cujo número no município de La Paz equivale a cerca de 261.092; por tal motivo a atenção do Governo Autônomo Municipal é particularmente orientada para esta faixa da população, à qual são dirigidas muitas ações previstas dentro das políticas municipais. Deste modo se quer dar impulso a um desenvolvimento humano e econômico que responda às atuais necessidades do mundo juvenil.

O ponto de maior destaque sobre este tema é o que nos indica que o nosso país, e também a nossa cidade, está atravessando o fenômeno do “bônus demográfico”; isto é que a população em idade produtiva está efetivamente aumentando e está superando a população dependente (crianças e idosos). Por este motivo o investimento nas políticas sociais, em particular modo naquelas ligadas ao mundo do trabalho, assume aspectos que não podem de forma alguma ser negligenciadas.

Ao mesmo tempo, em contraste com esta oportunidade, estamos diante de uma alta taxa de desocupação juvenil, problemática que entre os/as jovens é observada a nível nacional, departamental e municipal.

O Observatório do Mundo Juvenil do Governo Autônomo Municipal de La Paz decidiu então enfrentar o tema em uma pesquisa para poder estabelecer algumas linhas guias. O presente documento está portanto orientado para mostrar os aspectos determinantes da situação, com traços territoriais



Turim, 8 de novembro de 2011 – Palazzo Civico. A assinatura do *Protocolo de amizade, intercâmbios e cooperação descentralizada* entre La Paz e Turim pelos Prefeitos das duas Cidades.

* Tania Nava Burgoa é *Delegada Municipal para la Adolescencia y Juventud* do Gobierno Autónomo Municipal de La Paz; José Antonio Condori e Antonio Barriga Muñoz são pesquisadores do grupo de pesquisa local de *Mirando al Mundo*.

específicos, de modo que a partir deles o desenvolvimento e a monitoragem das políticas municipais tornem possíveis as mudanças necessárias.

Na Bolívia, todo ano se diplomam 50.000 jovens, dos quais 20.000 buscam trabalho; uma considerável quantidade destes jovens se encontra em condições de desocupação, tanto que representam 2/3 de toda a população sem trabalho. Os/as jovens que encontram trabalho, em muitos casos, acabam por cair em uma situação de exploração¹.

Na cidade de La Paz são necessárias 22.294 empregos para eliminar a desocupação juvenil, tendo em conta que cerca 20% não participa atualmente do mercado de trabalho e que a subemprego absorve uns 79% deles.

Além dos dados estatísticos, o fato de iniciar uma pesquisa sobre o trabalho e a ocupação juvenil é importante para examinar também outras problemáticas correlatas, como a migração, a ausência de direitos trabalhistas, a falta de experiência e outros aspectos que, no âmbito da interdependência dos direitos, devem ser levados em consideração no momento em que se fala de direito ao trabalho.

A falta de compreensão por parte daqueles que projetam as políticas públicas, do fato que o trabalho é um direito, faz sim que a pertinência do tema em questão não resulte prioritária, o que determina um atraso no desenvolvimento humano e econômico.

Por isto, com o apoio da União Europeia, graças aos fundos do projeto *Mirando al Mundo*, coordenado pela Città di Torino (Itália), foi possível implementar um projeto metodológico do tipo descritivo, para que seja do ponto de vista quantitativo que qualitativo fossem analisados os aspectos das percepções dos jovens entre 15 e 30 anos em relação às condições que se encontram no trabalho, mas também para compreender o “mundo do trabalho deles”.

Com tal finalidade foram realizados laboratórios nos sete microdistritos e em um dos distritos rurais do município de La Paz com a participação de 485 jovens, dos quais 248 mulheres e 237 homens. Os/as participantes do programa *Mi Primer Empleo – 2011 (O meu primeiro emprego – 2011)* foram testemunhas chave para a pesquisa.

Os resultados desta primeira pesquisa produzida pelo Observatório do Mundo Juvenil do Governo Autônomo Municipal de La Paz, compartilhados neste documento, consentirão endereçar as políticas municipais em direção a mecanismos de garantia dos direitos dos/das jovens, em particular modo daqueles relativos ao trabalho e ao emprego juvenil.

Um agradecimento especial vai à União Europeia e à Città di Torino por terem tornado possível a constituição da rede de Cidades do projeto *Mirando al Mundo*, enquanto o compartilhamento de informações entre Municipalidades gera inúmeros benefícios para a gestão pública.

La Paz, 2011

1. Introdução

1.1. A situação

A desocupação juvenil na América Latina é preocupante: dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram como o crescimento da economia dos países da área não foi acompanhado por um crescimento paralelo da ocupação juvenil. Por causa da crise, 600.000 jovens juntaram-se à massa de desocupados, com cifras que chegam a 17% no que se refere a desocupação juvenil, em relação a uns 6% da desocupação adulta.

A América Latina apresenta atualmente 30 milhões de empregados no setor informal; considera-se que a produtividade poderia subir de 4 a 7 pontos percentuais se fosse redu-

¹ CEDLA (Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario). Revista Informativa, n. 27.

zida a desocupação juvenil. No total existem 104 milhões de jovens neste continente, aos quais seria necessário poder garantir, uma vez terminados os estudos, um emprego.

Paul Cavalie, no âmbito do projeto *Vigilancia Social en Empresas Transnacionales 2003-2005* (*Vigilância social em empresas transnacionais 2003-2005*), afirma, em relação à formação profissional, que a maior parte dos países deste continente dispõe de importantes sistemas de formação que funcionam à margem das escolas acadêmicas, mas que resultam ainda insuficientes para garantirem um trabalho digno.

Na Bolívia existe uma crescente demanda de trabalho por parte dos jovens com qualificação escassa ou nula (64,6%)², condição que transforma a desocupação juvenil em um problema estrutural. O emprego juvenil apresenta entre as próprias declinações também o emprego informal, que resulta em crescimento. A taxa de desocupação conhecida chega a 13,6% somente na cidade de La Paz, dado do qual se pode deduzir que o fato de ter uma formação profissional não garante o conseguimento de um trabalho.

Uma considerável quantidade de jovens é admitida como praticante em âmbitos profissionais; embora esta oportunidade dê experiência, na maior parte dos casos não se transforma em acesso ao trabalho.

Um estudo desenvolvido pelo CEDLA (*Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario*) em 2008 em vários países da América Latina sobre o emprego dos adolescentes e dos jovens em geral aponta que o acesso ao mercado de trabalho acontece a partir dos 14 anos sem distinção de sexo.

Atualmente se emprega mais tempo para encontrar trabalho – entre 6 e 12 meses – e evidencia-se uma elevada instabilidade no trabalho: 49% dos que estão empregados têm um trabalho temporário e os salários são abaixo da cesta básica alimentar³.

Os/as adolescentes e os/as jovens que não entram no mercado de trabalho dedicam-se ao estudo em 81% dos casos e aos trabalhos domésticos em 11% dos casos; além do que a gravidez apresenta-se como um ulterior limite para a obtenção de um emprego para as mulheres a partir dos 15 anos.

1.2. Políticas públicas em matéria de trabalho juvenil

Os diferentes problemas no âmbito do trabalho e da ocupação juvenil requerem políticas públicas diferenciadas. Neste sentido o Governo Autônomo Municipal de La Paz (GAMLP), a partir de 2007, estimou no âmbito do próprio *Plano de Desenvolvimento municipal* que 52,49% da população encontra-se em idade produtiva, motivo pelo qual implementou a política municipal denominada *O meu primeiro emprego*.

Este programa pioneiro na ativação e gestão da entrada dos jovens no trabalho no âmbito da Administração pública municipal admite jovens diplomados e/ou que tenham um título em matéria técnica ou de um diploma universitário para permitir-lhes desenvolverem as primeiras experiências de trabalho no interior da estrutura municipal.

De 2007 até hoje foram admitidos 408 jovens especializados de ambos os sexos. No curso de 2011 participaram do programa 85 jovens (homens e mulheres entre 22 e 30 anos de idade), com contratos semestrais e um salário mensal de 2.155 bolivianos⁴.

Este programa estimula os/as jovens a não deixarem o país ou a cidade, contribuindo com a economia local e incentivando-os a dedicarem-se a ações positivas para a comunidade. Além do que, os/as participantes recebem uma formação sobre as leis, regulamentos e estatutos que regem a atividade dos funcionários públicos.

Uma outra política municipal de destaque é a desenvolvida pela *Oficialía Mayor de Promoción Económica* (OMPE, Escritório superior para a promoção econômica) do GAMLP

² CEDLA, 2010.

³ A cesta básica alimentar (*canasta normativa alimentaria* – CNA), elaborada e atualizada pelo CEDLA, é definida a partir da seleção de um conjunto de alimentos que cobrem as necessidades energéticas e nutritivas dos membros de uma família padrão da população boliviana. Em 2011, o valor CNA era igual a 815,40 bolivianos, que equivale a cerca de 90 euros [NE].

⁴ Segundo os dados fornecidos pela Banca d'Itália, em 1º de janeiro de 2012, 1 boliviano valia cerca de 0,11 euros. Em tal data, portanto, 2.155 bolivianos correspondiam a um pouco mais de 240 euros [NE].

através da Unidade de Qualificação Produtiva, enquanto apoia a qualificação técnica da mão de obra, dirigindo-se em particular modo à população jovem.

O OMPE indica que a expectativa dos jovens de ter acesso à formação universitária representa um importante objetivo; todavia somente depois dos 4-5 anos necessários para obterem o título conseguem aproximar-se do mundo do trabalho, e esta busca de trabalho às vezes dura ainda anos.

O mercado de trabalho na cidade de La Paz requer pessoal técnico e/ou com determinadas especializações, demanda que satura a oferta de formados.

A política nacional de emprego juvenil, esta também denominada *O meu primeiro emprego*, mira formar jovens em determinados setores técnicos para depois propô-los às empresas privadas.

2. Quadro metodológico

O desenho metodológico levou em consideração o trabalho em sete macrodistritos urbanos: Periférica, San Antonio, Mallasa, Sur, Centro, Cotahuma e Max Paredes, junto aos distritos rurais de Hampaturi e Zongo. Infelizmente em Zongo não foi possível levar adiante o trabalho de campo, por problemas sociais derivantes das greves na área.

Para o trabalho nos *focus group* foram escolhidos líderes de organizações juvenis, além de jovens formados pelo programa *O meu primeiro emprego*, que representa a componente central da pesquisa em questão.

2.1. Perguntas na base da pesquisa

Os questionários apresentavam perguntas onde era solicitado responder em forma anônima:

- Onde você mora? O que você pensa do estudo? Onde você gostaria de estudar? Você contribui com a economia da sua família?
- Quem trabalha na sua família e quantos anos tem?
- Você encontrou dificuldade para encontrar trabalho?
- Você acha que os adultos discriminam os/as jovens que procuram trabalho?
- Quais as faculdades deveriam ser feitas e quais não? Mencione três para ambos os casos.
- Você acha que deverá emigrar para realizar os seus objetivos pessoais?
- Quais ações devem ser tomadas pelo Governo para gerar fontes de emprego para os jovens?
- Você conhece os direitos dos trabalhadores?
- Atualmente quais oportunidades você tem: somente trabalhar? Somente estudar? Trabalhar e estudar?

Estas perguntas foram fundamentais para identificar as necessidades dos/das jovens e as suas preocupações: o processo de investigação partiu desta base, também se depois ocorreram ações paralelas no quadro metodológico.

2.2. Temas da pesquisa

- Existe um mercado de trabalho suficiente para os/as jovens?
- Quais são as condições de trabalho oferecidas aos/às jovens a partir do nível salarial, hierárquico, de gênero, instrução e experiência?
- Quais são as expectativas dos/das jovens no âmbito do trabalho? Por que?
- O que pensam os/as jovens da emigração?
- O que pensam os/as jovens da abordagem adultocêntrica no âmbito do trabalho?
- Quais as responsabilidades tem o Estado, empresas e centros de ensino sobre este tema?

2.3. Trabalho dos laboratórios nos macrodistritos

Os laboratórios tiveram uma média de 15-30 participantes.

- *Primeiro momento.* Realização de uma dinâmica motivacional, para que os jovens analisassem a própria vida e se questionassem sobre quais pontos deveriam ainda trabalhar para melhorá-la; neste contexto era prioritário ter um trabalho a médio/breve prazo.
- *Segundo momento.* Preenchimento de um questionário com as perguntas base da pesquisa, como indicado no ponto 2.2.; no total foram preenchidos 485 questionários.
- *Terceiro momento.* Realização de uma intervenção sobre o mercado de trabalho na Bolívia e na América Latina em geral, examinando a posição ocupada pela juventude como categoria social na demanda do trabalho, como problema social e econômico.
- *Quarto momento.* Agrupamento dos/das jovens em cinco mesas de trabalho com a finalidade de analisar, discutir e responder às perguntas guia da pesquisa. Em um segundo tempo explicaram as suas necessidades e preocupações, também por meio de representações escritas e teatrais.
- *Quinto momento.* Apresentação em plenário das preocupações dos jovens que surgiram em resposta às perguntas guia, que geraram confrontos e pontos de vista às vezes divergentes à luz das diferentes experiências de vida.
- *Sexto momento.* Conclusão dos laboratórios com reflexão sobre o emprego e o trabalho juvenil, solicitando sugestões sobre como resolver a desocupação. Alguns grupos resultaram mais participativos, fazendo emergir alguns líderes.



La Paz, 27 de julho de 2011. Conferência de imprensa para a apresentação do Observatório.

2.4. Mesas de trabalho com a participação dos/das jovens

Nas cinco mesas de trabalho em cada laboratório, os/as participantes responderam às perguntas sobre os temas da pesquisa.

2.5. Propostas dos/das jovens

Os/as 485 participantes responderam como segue as perguntas apresentadas nas mesas de trabalho:

- *Existe um mercado de trabalho suficiente para os/as jovens?*
O mercado de trabalho está saturado, motivo pelo qual, por necessidade, se acaba por aceitar trabalhar em condições de exploração do trabalho. Os rapazes na maior parte dos casos encontram emprego como ajudantes de pedreiro, *voceadores* (ajudantes de motoristas), garçons e engraxates; no caso das moças, estas são admitidas como vendedoras, empregadas domésticas, mulher de limpeza e em alguns casos recebem ofertas para desempenho sexual. Esta realidade mostra como seja ainda presente a visão patriarcal no interior da sociedade, segundo a qual aos homens são designadas funções produtivas a às mulheres funções reprodutivas.

- *Quais são as condições de trabalho ofertadas aos jovens a partir do nível salarial, hierárquico, de gênero, instrução e experiência?*
Os salários são muito baixos, às vezes não superam 300 bolivianos para um meio-período⁵, também há quem ganha 800 por um período integral.
Quanto à questão de gênero, os homens são mais considerados por causa da sua força física e por desempenharem trabalhos mais manuais; as mulheres ao invés são consideradas quase somente para o serviço doméstico e como caixas.
Um elemento constante é o fato que os patrões requerem dos/das jovens experiência e um alto grau de formação; o título de estudo é importante, mas não assim significativo, enquanto em alguns casos a dispensa do serviço militar é um requisito.
- *Quais são as expectativas dos/das jovens no âmbito do trabalho, por que?*
O mercado do trabalho formal requer pessoas com experiência, condição discriminante e adultocêntrica; ao mesmo tempo considera os jovens como trabalhadores informais, pouco sérios e incapazes de assumirem as próprias responsabilidades. Este é um dos motivos que levam os jovens para o mercado de trabalho informal, onde porém veem violados os próprios direitos e sofrem abusos e explorações.
- *O que pensam os/as jovens da migração?*
45% dos/das entrevistados/das afirma que seria necessário emigrar para o exterior para realizar os próprios objetivos pessoais. Os países mais desejáveis são: Estados Unidos, Espanha, Argentina e Brasil. Deste modo pensam também de poder ajudar as famílias (pais, irmãos, irmãs) enviando dinheiro do exterior. 55% dos 485 participantes afirma de não querer deixar a Bolívia e aquilo que falta no país é a criação de políticas públicas orientadas para garantir maiores oportunidades de emprego para os jovens.
- *O que pensam os/as jovens da abordagem adultocêntrica no âmbito do trabalho?*
Afirmam que os adultos assumem principalmente um papel ultraprotetivo em relação a esta faixa da população e que, pelo mesmo motivo, não levam em consideração as suas opiniões, freando as suas preocupações e iniciativas, mandando-as para outros âmbitos. Uma constante foi: «Como podem nos pedir experiência se não nos dão a oportunidade de chegar a tê-la?».
- *Quais responsabilidades têm o Estado, as empresas e centros de ensino sobre este tema?*
Segundo os rapazes o Estado (entendido como Governo central, governos autônomos departamentais e municipais) é o principal responsável em tema de projeto, criação e definição de políticas de emprego para os jovens. Parecem então convictos que seja o Estado e não se comprometer em maneira direta e séria nesta problemática.
É opinião dos rapazes que as empresas públicas deveriam dar trabalho ao menos para 20% dos jovens; da mesma maneira a empresa privada deveria oferecer a possibilidade aos jovens de ambos os sexos de entrarem na empresa e adquirirem experiência em vários campos.

3. Fontes consultadas durante a pesquisa

3.1. Empresas públicas

Foram tomadas como referência duas empresas públicas: a Empresa pública social de Água e Depuração (EPSAS) e a Empresa nacional de Telecomunicações (ENTEL).

Na EPSAS, a idade média dos/das jovens empregados vai de 20 a 30 anos, categoria que representa 18% do total dos funcionários; de consequência 82% é formado por pes-

⁵ Menos de 35 euros [NE].

soas idosas ou de qualquer forma adultos. Na ENTEL, a porcentagem dos trabalhadores de idade entre 20 e 30 anos é de 32%.

Para a pergunta sobre a eventual existência de alguma política para a colocação dos jovens como pessoal com contrato temporário, os responsáveis dos recursos humanos das duas empresas responderam que não existe nenhum processo de colocação programado para os jovens, mas um recrutamento realizado segundo as demandas e as necessidades da empresa. São identificadas como variáveis para a admissão: experiência de trabalho, trabalhos precedentes e conhecimento técnico no campo.

3.2. Empresas privadas: empresas médias, microempresas, empresas unipessoais

3.2.1. Empresas médias

Foram interpeladas dez empresas entre hotéis (Presidente, Radisson, Europa, Gloria) e empresas gastronômicas ou *fast food* (Pollos Copacabana, Elis, Mega Burger, Bim Bom, Brosso, Toby): 71% de seus funcionários tem uma idade entre 20 e 30 anos; 70% são mulheres e 30% homens, o grau acadêmico vai do diploma até o diploma universitário.

Estas empresas consideram os/as jovens «pouco preparados para enfrentar o mercado de trabalho»; contrariamente aos dados estatísticos, os empresários declaram buscar nos centros de estudo os/as alunos/as com as médias escolares melhores e admiti-los para permitir-lhes fazer experiência nas suas empresas.

3.2.2. Microempresas

Foram interpelados 25 microempresas: confecção de roupa esportiva, conserto de celulares, mobiliário, panificação, restaurantes, bar e centros para a infância, as quais se revelaram pequenas empresas individuais conduzidas por jovens.

A idade média dos jovens que começam tais microempresas por falta de trabalho vai de 16 a 23 anos. Um dado significativo é que todos os/as jovens com papéis executivos das 25 microempresas consultadas dizem ter um título técnico intermediário; 68% são homens e 32% mulheres. Tais microempresas dispõem também de funcionários.

3.2.3. Empresas unipessoais

Foram também levadas em consideração dez empresas unipessoais: entre elas salões de beleza, desenhistas de moda, lojas de roupas esportivas, laboratórios eletrônicos e magazines.

No total de tais microempresas, 89% resulta conduzidas por homens, 11% por mulheres, com uma condução familiar. Não foi possível saber se contribuem ou não com os seguros estabelecidos pela lei, enquanto se trata de informações reservadas.

3.3. Centros de formação acadêmica: universidades públicas e particulares, institutos de formação técnica

3.3.1. Universidades

Foram visitadas a Universidade de Aquino Bolívia, a Universidade San Francisco de Asís, a Universidade Nuestra Señora de La Paz, a Universidade Mayor de San Andrés e a Academia Nacional de Policía – Universidade de Policía.

As universidades entrevistadas declararam poder oferecer melhor “instrução multidisciplinar”, acrescentando também que os próprios formados não só são capazes de responder às necessidades do mercado de trabalho mas, em muitos casos, encontram um emprego antes mesmo de se formarem. No caso específico da Academia Nacional de Policía foi indicado que quem se forma nesta instituição pode competir com os das outras academias latino-americanas.

3.3.2. Instituições

Outras testemunhas-chave levadas em consideração no âmbito da investigação foram: NLC (língua inglesa), Lincoln Institut (secretaria de empresa), CISMED (informática), Arrieta (secretaria de empresa), Atenea (desenho gráfico). As suas respostas foram unânimes em afirmar que todas correspondem à demanda do mercado e que os seus alunos encontram trabalho facilmente.

Entretanto, em uma pesquisa realizada de maneira não estruturada entre 30 estudantes dos centros de estudos mencionados acima, emergiu que 90% se matriculam com a segurança de poder contar com uma fonte de emprego em breve tempo, mas a porcentagem não coincide com aqueles que encontram efetivamente uma colocação assim que terminam os estudos.

3.3.3. Grupos de jovens que pedem oportunidades iguais

O GAMLP interage com 50 organizações juvenis, de ambos os sexos, que desenvolvem as próprias atividades em diferentes âmbitos. Em tal âmbito foram escolhidas dez pessoas que se colocaram à disposição para responder a perguntas sobre o tema. Eis as reflexões emergentes:

1. A falta de experiência faz com que não se possa encontrar trabalho em empresas grandes ou conhecidas no mercado: os/as jovens disputam empregos com baixo salário e onde são "explorados".
2. Os/as adultos/as pensam que os/as jovens não sabem nada, os discriminam e desprezam, mas no fundo isto é resultado do egoísmo e medo, enquanto uma pessoa jovem por natureza pode inovar-se e melhorar suas capacidades.
3. Não existe trabalho para os/as jovens interessados/as no mundo da arte, do canto, âmbitos que são de interesse sobretudo nesta etapa da vida. Um fator de grande discriminação é a orientação sexual, fato que fecha as portas do mercado de trabalho.
4. Os/as jovens necessitam de formação permanente: isto deveria ser interpretado como um investimento e não como um custo; a falta de emprego é o reflexo de um Estado que apresenta carências do ponto de vista da organização.

4. Análise dos dados

4.1. Macrodistrito *Periférica*

42% dos entrevistados identifica como um problema para o conseguimento de emprego a falta de experiências anteriores, enquanto 58% diz de não encontrar nenhum obstáculo. As faculdades mais desejáveis: Medicina 37%, Turismo 11,1% e Arquitetura 11,1%. 59% dos entrevistados estabelece que os/as adultos/as têm uma atitude discriminatória, contudo 41% declara que são principalmente os empresários que procuram gente jovem para empregarem. Dos/das entrevistadas no macrodistrito Periférica, 62,9% propõe como percurso resolutivo a criação de maiores fontes de emprego digno, enquanto 37,1% considera que a solução reside no dar aos jovens uma formação adequada.

4.2. Macrodistrito *San Antonio*

14,8% afirma que o problema principal é a falta de experiência. 10,5% deseja estudar Engenharia, 10,5% prefere faculdades técnicas, 10% Direito, 9,8% Arquitetura. 14% considera que seja presente uma certa discriminação por parte da população adulta.

Sobre a emigração, 50% afirma que se trata uma solução que poderia resolver os próprios problemas econômicos. 40,3% dos/das entrevistados/as considera a formação em novos setores como a solução para poder escolher entre mais oportunidades de traba-

lho; 20% considera que seja o Estado a ter que resolver o problema.

4.3. Macrodistrito *Mallasa*

48% diz que a falta de experiência é um fator limitante para a obtenção do trabalho. 36% dos rapazes prefere estudar matérias técnicas, 14% é mais propenso a Medicina e o resto é indeciso. Neste microdistrito os jovens são muito orientados em direção ao trabalho independente.

Somente 14% julga que exista uma qualquer forma de discriminação no âmbito do trabalho, enquanto 86% ao invés tem dúvidas a respeito. Esta percepção pode ser devida ao fato que Mallasa é um macrodistrito turístico, onde as microempresas são unipessoais e/ou familiares; 74% declara de não ter intenção de migrar.

Além do que, a corrupção na Administração Pública é identificada como um freio no desenvolvimento: é evidenciado que com tais recursos dilapidados seria possível criar políticas públicas de suporte aos/as jovens em busca de trabalho.

4.4. Macrodistrito *Sur*

64,7% dos entrevistados afirma que a falta de experiência representa o principal obstáculo para o acesso a uma colocação, enquanto 26,4% afirma de não ter problemas na busca de um emprego.

23,5% prefere estudar Direito, 20,5% Ciências Sociais, 11,7% Economia, 11,7% Engenharia e 32% é indeciso. 35,2% demonstra interesse por um eventual migração, 64,8% não deseja ao invés deixar o próprio país.

Como solução, 79,4% propõe que o Estado encoraje o estabelecimento de indústrias no país.

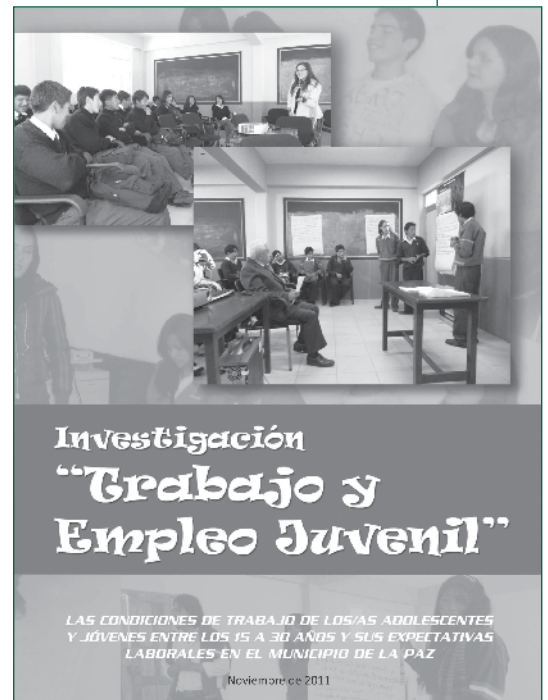
4.5. Macrodistrito *Cotahuma*

61% dos/das jovens considera que o principal problema no momento da busca por um trabalho na Administração Pública seja a politização, enquanto o fato de aceder a um emprego depende do grau de amizade ou parentesco com os/as administradores/as públicos/as. No percurso de estudos preferido, uma média de 28% escolheria Engenharia, 17,54% Medicina, enquanto aparece pela primeira vez a carreira militar com 10,52% e 8% prefere faculdades técnicas. 22% dos/das entrevistados/as admite que existe uma forma de discriminação por parte dos adultos na busca de um emprego.

No que se refere à migração, 68,4% deseja ir embora da Bolívia. Nesta mesa de trabalho nasceu a proposta que seja o Estado a criar programas de crédito bancário rápido para os jovens empresários, e que ao menos 5% do pessoal do setor público e privado seja adolescente e/ou jovem.

4.6. Macrodistrito *Max Paredes*

A falta de experiência é o principal obstáculo para 57% dos entrevistados. 22% pensa em estudar Medicina, 13,5% Engenharia, 11,8% em fazer carreira na polícia, 10,1% em seguir faculdades técnicas, e o resto é indeciso. Os/as jovens de Max Paredes se sentem discriminados pelos/as adultos/as e recebem maus-tratos no trabalho. Sobre a migração, 17% manifesta interesse em emigrar do país, o resto prefere permanecer.



Rosto da pesquisa realizada pelo Gobierno Autónomo Municipal de La Paz.

47% estima que o Estado deveria ser o primeiro artífice da criação de empregos para os jovens. Foi proposto o fortalecimento de um programa social a favor dos jovens que estudam em faculdades de humanas, para que com uma remuneração mínima possam obter experiência de trabalho trabalhando com os mais necessitados.

4.7. Macrodistrito *Hampaturi* (área rural)

45,2% dos jovens declarou que é evidente a existência de problemas para a entrada dos/das jovens no mercado de trabalho por causa da falta de experiência no setor formal.

54,7% considera ao invés que existam problemas em encontrar um emprego, contudo, muitos deles trabalham como ajudantes no setor da construção, garçons/garçonetes, etc., isto é no setor informal.

A maior parte destes jovens no que se refere à faculdade preferida afirma que gostaria de estudar Ciências da Educação em 42,8% dos casos, faculdades técnicas em 14,2%, e que gostaria de fazer a carreira na polícia em 12% e a carreira militar em 10%. O resto é indeciso.

61% afirma que a discriminação existe, em particular modo na cidade de La Paz: segundo estes jovens existe discriminação em relação à cor da pele, ao modo de vestir-se dos jovens e por causa da gíria juvenil. 39% não tomou uma posição a respeito.

Sobre a migração, 90% afirma não querer deixar o país, ao contrário pede novas políticas públicas voltadas ao fortalecimento do setor produtivo, tanto privado quanto público.

4.8. Macrodistrito *Centro*

No interior deste grupo foram examinados os/as participantes do programa *O meu primeiro emprego*, jovens diplomados e universitários, para que trouxessem a própria experiência da busca do trabalho.

43% dos jovens pensa que o problema mais grave durante a busca de uma colocação seja a falta de experiência pregressa. 57% diz ao invés de não encontrar nenhum obstáculo, contentando-se porém com trabalhos esporádicos e muitas vezes mal pagados. As faculdades mais desejáveis são Engenharia com 32%, Medicina com 16,1% e Arquitetura com 11,1%. A motivação da escolha destes percursos de estudo é que são os que mais ajudariam a desenvolver a vocação para o serviço a favor da comunidade.

53% declara ainda de ser sujeita a uma abordagem adultocêntrica e 47% pensa que o fato de serem jovens represente uma vantagem. 77% considera que não se deveria migrar, 33% afirma que deveria deixar o país para encontrar melhores possibilidades de emprego.

59% considera ainda que o Governo deveria criar possibilidades de emprego digno, enquanto 41% considera que a solução está na formação adequada dos jovens.

5. Resultados

5.1. Percepções – Expectativas

Os/as jovens reputam que há poucas políticas públicas capazes de darem uma resposta completa ao problema do trabalho e do emprego juvenis.

Ao lado desta escassez, a abordagem adultocêntrica constitui um fator que impede a sensibilização da sociedade sobre a necessidade de criar processos produtivos que levem em consideração tal setor da população, elemento que contribuiria com a economia da cidade e do país em geral.

Não obstante a existência de vários programas de formação técnica a nível nacional

e municipal, os/as jovens miram sempre as faculdades universitárias. As mais requeridas são Medicina, Engenharia, Arquitetura e Direito: exatamente aquelas que se encontram no momento em uma situação de saturação seja no âmbito universitário, seja no mercado de trabalho em geral.

Os/as jovens empregados/as não se sentem protegidos sem o reconhecimento dos seus direitos de trabalhador/a, enquanto a falta de qualidade do emprego, a instabilidade no trabalho, a exploração e os baixos salários constituem os traços característicos do emprego juvenil; 80% dos jovens conhece as normas do mundo do trabalho que deveriam protegê-los.

5.2. Condições do trabalho

O mercado de trabalho abre as portas aos jovens em termos de trabalhos esporádicos, mal remunerados e sem que haja um necessidade de formação adequada.

A exploração do trabalho manifesta-se em horários que superam os estabelecidos pela lei ou em atividades que podem causar riscos para a saúde de quem os efetua.

No caso dos jovens diplomados e/ou formados, do que emerge dos dados levantados sobre a situação do direito ao trabalho juvenil, é evidenciado que para encontrar um trabalho formal são necessários mais de seis meses, mesmo com um salário baixo; os setores privados e públicos requerem experiência aos/às jovens candidatos/as.

O setor público é aquele que oferece menor possibilidade de colocação dos jovens, motivo pelo qual o programa *O meu primeiro emprego* do Governo Autônomo Municipal de La Paz apresenta-se como uma resposta a esta preocupação.

6. Conclusões

A ocupação juvenil nos dias de hoje constitui uma necessidade que deve ser garantida no quadro do direito ao trabalho como condição indispensável para o desenvolvimento humano e econômico de toda a sociedade.

A situação do bônus demográfico é um cenário que abre possibilidades de poupança a nível individual, familiar, municipal e nacional, motivo pelo qual investir socialmente torna-se um percurso em direção ao desenvolvimento.

A realidade atual em matéria de trabalho e ocupação juvenil obriga a ativar o princípio de intersectorialidade, mediante o qual deveriam articular-se instâncias públicas e privadas em modo co-responsável nos âmbitos políticos, econômicos, sociais e culturais.

O apoio das políticas públicas representa então uma premissa que deve tornar possível a redefinição dos currículos educacionais e a correspondente oferta à luz do atual mercado do trabalho, dado que em caso contrário continuaremos a alimentar a contradição atualmente existente entre as expectativas de formação dos/das jovens e a abertura do mercado de trabalho voltada a eles. Os diferentes problemas necessitam de diferentes políticas públicas.

Com a finalidade de promover o empreendedorismo juvenil não é suficiente que vários programas e projetos se desenvolvam com sucesso, é necessário que a criação de conhecimento seja acompanhada por políticas econômicas que tornem possível a concessão de microcréditos e créditos que deem impulso às microempresas.

No âmbito da democratização das decisões, as políticas públicas destinadas aos jovens deveriam ser delineadas de maneira consensual e participativa, abrindo cenários de discussão, debate e tomada de decisões.

O programa municipal *O meu primeiro emprego* é uma resposta adequada à citada problemática da desocupação juvenil, enquanto rende possível a entrada no interior da função pública de jovens diplomados e/ou com títulos técnicos e/ou formados.

Todavia, os/as jovens entrevistados/as sugerem que seja ampliado o número das admissões, do momento que são necessárias políticas sustentáveis para gerar mudanças evidentes.

7. Recomendações

Considera-se de grande importância uma atualização contínua dos resultados da presente pesquisa, com a finalidade de avaliar os progressos ou os regressos em matéria de trabalho e emprego juvenis.

Com mérito às implementações públicas de investimento social, à luz do fenômeno do



Mercado em La Paz.

bônus demográfico, será possível na Bolívia, e na cidade de La Paz de modo particular, consolidar-se um panorama favorável em vista dos anos que virão.

Do mesmo modo, no campo da educação será necessário estabelecer em modo claro se os institutos de ensino técnico e superior cumprirão a promessa de oferecer aos próprios estudantes uma formação adequada para ter a possibilidade de uma colocação pertinente com os relativos endereços de estudo.

No futuro, as pesquisas a serem realizadas deveriam estar relacionadas em particular modo com a migração e a exploração do trabalho dos jovens, à luz dos dados transversais resultantes da presente pesquisa.

JOVENS: LEI, AUTORIDADE... E DIREITOS?

ABORDAGEM DOS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS ÀS LEIS PELOS JOVENS DE ROSÁRIO

Josefina Bianchi, Sofia Meier, Verónica Kussianovich, Virginia Borra, Mara Catalano, Cristina Alberdi, Sebastián Castro Rojas*

Introdução

As sociedades democráticas modernas são caracterizadas pelo reconhecimento do direito à diferenciação e agem para que as diferenças não se transformem em desigualdades que, em alguns casos, dão lugar a processos de discriminação, fragmentação ou exclusão social.

Além do que, as situações de desigualdade como a pobreza e a indigência que atingem grande parte da população dos países latino-americanos, sobretudo depois das políticas neoliberais aplicadas nos anos noventa, não resultam iguais para todos e todas: mulheres, crianças, jovens em geral, populações originárias são as categorias que resultam mais atingidas respeito a outros setores da sociedade. No interior do mesmo processo, os governos locais tiveram que se responsabilizar sempre mais em relação aos problemas sociais por causa da sua proximidade com os cidadãos e do desinteresse dos outros níveis do Estado.

Neste sentido, a Administração da Municipalidade de Rosário concebeu e colocou em prática uma gestão de assuntos públicos baseada em uma perspectiva inclusiva, que age a partir de uma concepção de cidadania entendida como vínculo de integração social, como reconhecimento social e jurídico segundo o qual uma pessoa tem direitos e responsabilidades pelo próprio fato de pertencer a uma comunidade com uma dada base territorial e cultural.

A partir destes princípios e depois de um percurso de vinte anos no âmbito das políticas juvenis, o governo local propõe-se construir e implementar um modelo de gestão transversal, integral e plural das políticas públicas juvenis. Assim, a perspectiva geracional é integrada a outras ações de governo, superando os espaços e os programas destinados exclusivamente aos jovens, com a finalidade de reforçar o diálogo intergeracional.



Turim, 8 de novembro de 2011 – Palazzo Civico. A assinatura do *Protocolo de amizade, intercâmbios e cooperação descentralizada* entre Rosário e Turim pelos Prefeitos das duas Cidades.

* Membros do grupo de pesquisa local de *Mirando al Mundo*.

Além do que, os programas e os projetos que são projetados e realizados pelo Centro da Juventude se baseiam nas seguintes considerações:

- a juventude é uma etapa plena da vida, além da noção que a circunscreve à um momento de formação ou preparação para a vida adulta;
- as “Juventudes”, entendido que “a juventude” não é outra coisa se não uma construção histórico-social: existem então diferentes modos de “ser jovens” segundo a classe social, a etnia e o contexto sócio-cultural;
- o/a jovem é um sujeito pleno de direitos.

A partir desta perspectiva, se aposta na abordagem interdisciplinar e de ligação permanente com as escolas, as instituições de formação profissional, as organizações sociais, a família e os outros atores da vida dos/das jovens que deixam marca e recriam a sua trajetória de vida.

A partir de 2009, a participação no projeto *Mirando al Mundo – Realização de Observatórios do mundo juvenil nas cidades da América Latina* enquadra-se nestas políticas juvenis da Prefeitura.

Os conhecimentos resultantes desta pesquisa representam uma importante contribuição como instância inaugural do Observatório Juvenil de Rosário, espaço que será fundamental para aprofundar e atualizar o conhecimento das necessidades, preocupações, perguntas e aspirações das/dos jovens da cidade, permitindo assim aprofundar e melhorar as políticas públicas juvenis locais.

Procedimento de escolha do tema

A escolha do tema objeto do estudo esteve no centro de um longo processo de debate e, mesmo tendo sido diversos os eixos sugeridos, percebeu-se que vários destes fossem caracterizados por uma preocupação vinculada à relação entre os/as jovens e a lei.

Percebeu-se também que em muitas das atividades propostas pelas instituições estatais acontecem encontros/choques com os modelos propostos. Isto está associado à desconfiança gerada e à estigmatização muitas vezes sofrida, em particular modo por aqueles/aquelas jovens que pertencem aos setores mais vulneráveis.

Basta pensar que no momento conjuntural no qual se definiu o tema, a relação da população juvenil com a lei penal era ao centro da atenção mediática, dado que entre os meios de comunicação estava no auge o debate sobre a diminuição da idade da imputabilidade. Esta situação alarmou os grupos de trabalho locais – que apóiam uma posição oposta – levando-os a colocarem-se perguntas cruciais: o que é que coloca ordem na vida diária dos/das jovens nas diversas atividades que eles/elas vivem? O que pensam em relação às normas que as instituições lhes “impõem”? Para eles/elas é mais simples ou mais difícil adaptar-se às regras de um grupo de iguais em relação àquelas da família ou da escola? O que têm a ver estes “choques” com a exclusão escolar? Por que torna-se difícil o apoio desta população nos espaços oferecidos pela Prefeitura? Qual contribuição podem oferecer as políticas locais para prevenir a consolidação de uma conduta delinquente? Estes e estas jovens se reconhecem como portadores/as de direitos?

Definição do problema

Nestes últimos tempos, várias foram as mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas que influíram na vida diária dos/das jovens. As relações com as instituições pró-

prias da modernidade, com o Estado, a família, a escola e o trabalho, foram se modificando, com um conseqüente impacto sobre a sociedade em geral e sobre a população jovem em particular, enquanto geração que se interroga sobre o que lhe é transmitido e deixado como herança.

Como dito anteriormente, em um contexto onde foram acentuadas as desigualdades, os/as jovens argentinos/as resultam um dos setores mais afetados, tanto que muitos/as deles/as confluíram progressivamente na população denominada “nem-nem” (isto é “nem estuda nem trabalha”) não por escolha ou desinteresse, mas substancialmente por falta de oportunidade.

Atualmente os/as jovens – em particular modo aqueles/as que residem nos centros urbanos – são associados/as pela opinião pública às várias situações de violência, tanto no papel de vítimas como de artífices, como autores de diferentes tipos de delitos ou transgressões nas normas estabelecidas pela sociedade, em particular modo aqueles que pertencem a setores sociais vulneráveis.

À luz de quanto foi dito, o trabalho concentrou-se sobre os jovens em situação de vulnerabilidade¹, com o objetivo de conhecer as representações que construíram e que continuam a construir em relação a lei, entendida como um conjunto de normas e regras, do sistema legal estabelecido à tradição cultural. Por consequência, este conjunto constitui a base de socialização primária em toda a sociedade e consente a constituição de cada sujeito, definindo um *status* de cidadania entendida como vínculo de integração social com direitos e responsabilidades.

A lei, então, não é considerada somente em base ao próprio caráter restritivo, coercitivo, mas também como elemento constitutivo do sujeito enquanto ator social, e como garantidor dos direitos do próprio sujeito.

Por outro lado, os esquemas de interpretação que os/as jovens constroem em relação à lei e a/as autoridade(s) junto às quais esta “toma forma”, permitem-nos aproximarmos dos significados que eles atribuem às relações com o mundo adulto, assim como à “ordem” estabelecido nos diferentes âmbitos.

Neste sentido, a “autoridade” emerge associada à uma figura encarregada de fazer aplicar e transmitir a lei, entendida como uma atribuição e como construção interativa, em uma relação de reciprocidade. Ao mesmo tempo, para que exista uma autoridade, é necessária a diferença entre uns e outros – neste caso, entre jovens e adultos – de modo que, por sua vez, seja possível a transmissão de valores e significados verdadeiros.

Objetivo geral

- Analisar o conjunto das representações sociais de competência da lei por parte dos jovens da cidade de Rosário em situação de vulnerabilidade, jovens inseridos em diferentes contextos de inclusão/exclusão educacional.

Objetivos específicos

- Identificar nos discursos das/dos jovens o reconhecimento/desconhecimento do “papel da autoridade” nos diferentes espaços de socialização, como a família, a escola e os grupos de iguais.
- Detectar indícios em relação à apropriação por parte das/dos jovens dos direitos que trazem consigo.
- Contribuir para melhorar os processos de inclusão sócio-educacional seja nos espaços de educação não formal oferecidos pelas políticas locais, seja no sistema provincial da educação formal.

¹ O conceito de vulnerabilidade refere-se às situações de desvantagem social, ignorando porém o conceito de pobreza, mais associado à economia, à distribuição e ao consumo que a sistemas de indicadores sociais.

Delimitação da área de estudo

A abordagem da população jovem em situação de vulnerabilidade apresenta dificuldades com relação ao fato que esta não se encontra necessariamente inserida no sistema de ensino formal. Por isto, o estudo foi delimitado entre os/as jovens entre 14 e 19 anos, segundo os dados da convocação anual do *Programa Jovem de inclusão sócio-educacional*² para o ano de 2010. A seguir foram incluídos os jovens da mesma faixa etária, frequentadores das escolas localizadas no mesmo território de cada uma das áreas de aplicação do programa citado, com a finalidade de analisar se a inclusão no sistema educacional formal constitui uma dimensão diferenciadora em relação à construção da imagem da lei³.

Quadro metodológico

Em relação à metodologia utilizada no presente estudo, é necessário indicar que foi iniciado um processo dinâmico organizado em três etapas, onde cada uma tomava a anterior como um *input* e base de partida: uma fase de exploração através do *focus group* e questionários, um estudo quantitativo através de pesquisas e um estudo qualitativo onde foram realizadas entrevistas.

Dada a complexidade da população abordada, foram escolhidas duas amostras, uma nas áreas de aplicação do programa e a outra nas escolas; para ambas foram dados questionários semi-estruturados.

Resultados obtidos em cada etapa

1. Fase de exploração: análise dos focus group

A dinâmica de trabalho consistiu na apresentação das imagens que se referiam a situações de delito, violência, exercício da autoridade, sanção, convivência, etc.

Em termos gerais, pode-se dizer que as/os jovens com os quais se trabalhou identificam facilmente os atores sociais cuja função é impor qualquer regra, norma ou lei. Esta ação é legitimada, como também o fato de sancionar a transgressão ou o não-cumprimento.

Quando a lei não aparece associada no modo evidente a uma pessoa que a faça respeitar, as ideias tornam-se ambíguas, contrapostas. Acontece, por exemplo, que uma greve de um lado seja vista como uma opção válida para colocar em prática um direito, do outro seja considerada algo que impede a circulação nas estradas públicas. Todavia, isto não é reconhecido como transgressão de uma lei.

No caso apenas citado, como em muitos outros, é possível vislumbrar a influência dos discursos hegemônicos produzidos e reproduzidos nos meios de comunicação. São apresentadas ideias que se contrapõem às experiências vividas pelas pessoas que as relatam.

Muitas das instituições às quais se fez referência – como a escola, a família e o grupo dos iguais – são reconhecidas e consideradas socializantes, de formação e de contenção.

² A população destinatária do *Programa Joven* inclui jovens de diferentes bairros da cidade, que vivem em um contexto familiar e social de vulnerabilidade, com escassa ou nenhuma escolaridade. As atividades foram efetuadas dentro dos distritos de Rosário, e em cada um deles estão presentes duas ou três áreas de aplicação do programa.

³ A população das escolas conserva características sócio-econômicas semelhantes em relação à população inicial.

As situações em que as pessoas ficam em silêncio estão associadas ao respeito enquanto, ao contrário, os casos de discussões evidentes são associados à violência e a um significado negativo.

2. Estudo quantitativo

O estudo a seguir baseou-se em 317 questionários: 78 distribuídos nas áreas de aplicação do *Programa Joven* e 239 nas escolas.

Para a interpretação dos dados levantados durante a pesquisa, foi efetuada uma análise estatística descritiva, através de fichas e gráficos univariados e bivariados, e inferencial com a realização de testes de hipótese, chegando assim a caracterizar as/os jovens, seja das áreas de aplicação do programa, seja das escolas, segundo as dimensões da base do estudo.

Caracterização da população

Nas áreas de aplicação do programa foram realizadas pesquisas com 32 mulheres e 46 homens, enquanto nas escolas a divisão foi de 126 mulheres e 113 homens.

Quanto à faixa etária, 61,5% dos entrevistados das áreas de aplicação do programa têm entre 13 e 16 anos e nas escolas 71,5% pertence à mesma faixa etária. 12,8% dos jovens entrevistados/as nas áreas de aplicação do programa conviveu ou convive com o próprio companheiro/a; nas escolas esta porcentagem é drasticamente menor. Analisando a situação da convivência dos entrevistados, percebeu-se que nas áreas de aplicação do programa, 33,3% deles vive com os pais, enquanto que, nas escolas, tal porcentagem sobe para 60,3%. 30,7% dos jovens das áreas de aplicação vive em uma família monoparental (com um só genitor); nas escolas, este valor é de 20,4%. Notou assim a quantidade de entrevistados das áreas de aplicação que vive com outros familiares e/ou com não familiares (35,9%), porcentagem que desce a 19,2% no âmbito escolar.

Nas áreas de aplicação, o reconhecimento da figura do chefe da família recai em percentuais semelhantes tanto sobre o pai (38,5%) quanto sobre a mãe (34,6%), enquanto que nas escolas a figura do pai chega a 63,2%.

Com relação à condição de ocupação do chefe da família, observa-se que nas áreas de aplicação 32,1% resulta desempregado; ao contrário, nas escolas esta porcentagem é drasticamente menor, indicando 9,2%.

Dimensão educacional

A inclusão no sistema educacional é somente de 33,3% entre as/os jovens entrevistados nas áreas de aplicação do programa: de 66,7% que não frequenta atualmente a escola, 100% declara de tê-la frequentada ao menos uma vez no passado.

Em relação ao nível alcançado, observa-se que em tais áreas, 26,9% não completou o ciclo I do ensino fundamental. Os motivos principais do abandono são: a maternidade/paternidade, causa indicada principalmente pelas moças (17,3%); o trabalho (13,5%) e/ou o conflito ou maltratos na escola (11,5%) e o desinteresse (28,8%) entre os motivos principalmente indicados pelos rapazes.

Dimensão do trabalho

Em relação à ocupação, notou-se significativa diferença nas áreas de aplicação do programa, onde 60,3% dos jovens afirma ter trabalhado ao menos uma vez; nas escolas somente 37,7% declara o mesmo.



Rosto da pesquisa realizada pela Municipalidad de Rosario.

Em relação à idade do primeiro trabalho, no total dos jovens entrevistados nas áreas de aplicação que declararam ter trabalhado ao menos uma vez, 61,7% indicou ter iniciado antes dos 15 anos; a porcentagem relativa ao mesmo dado nas escolas ao invés desse a 43,3%.

Dimensão da representação atribuída à lei

Com respeito à representação atribuída à lei, no questionário havia a seguinte pergunta aberta: «Para você a lei é ...». A partir da análise das respostas dadas foram individuadas várias categorias.

A lei é ...	Áreas de aplicação	Escolas
Obrigação	42,31%	49,79%
Respeito	11,54%	13,81%
Associada ao governo, polícia	10,26%	8,79%
Convivência	7,69%	4,18%
Direito	2,56%	6,28%
Ordem	6,41%	7,95%
Segurança	2,56%	1,67%
Não sei	16,67%	7,53%
Total	100,00%	100,00%

Jovens entrevistados nas áreas de aplica o do programa e nas escolas: classifica o baseada nas representa es atribuídas   lei.

Assim, o dado relativo   porcentagem dos jovens que declara não saber sobre a lei   drasticamente superior nas áreas de aplica o em rela o às escolas.

Nas áreas de aplica o, 43,8% das jovens associa a lei   *obriga o*, 12,5% ao *respeito*. Entre os rapazes, 41,3% relaciona a lei   *obriga o*, 15,2% ao *governo e/ou   polícia*.

Nas escolas, a maior parte das jovens v  a lei como *obriga o* (57,9%) e uma porcentagem menor a associa ao *respeito* (12,7%). Os rapazes colocam a lei em rela o com a *obriga o* (40,7%), com o *respeito* (15,0%) e com o *governo e/ou a polícia* (15,0%).

Confrontando diferentes faixas etárias, nas áreas de aplica o as diferenças mais significativas entre os percentuais são para as seguintes respostas: *respeito*, por um lado, e *convivência e segurança*, por outro lado. A primeira foi escolhida mais pelos jovens de idades entre 13 e 16 anos, enquanto as duas últimas possibilidades foram apoiadas em maior número entre os jovens entre 17 e 19 anos.

Os/as jovens maiores de 18 anos das escolas são aqueles que associam em maior medida a lei como o *direito*, embora somente em 7,4% dos casos. As/os jovens de idade inferior, no mesmo âmbito, tendem a escolher a rela o com o *direito*, comparando o que foi notado na faixa etária das áreas de aplica o do programa.

Em ambos os contextos, a maior parte das pessoas pensa que se não existissem as leis reinaria o *caos* e a *confusão* (respectivamente 56,4% e 65,3%), enquanto a declarar que não haveria problemas, ao contrario seria melhor se não existissem leis e normas   somente 0,4% nas escolas e 5,1% nas áreas de aplica o, diferencial bastante significativo.

Dimensão "Autoridade"

A maioria dos jovens das áreas de aplica o declarou que as leis lhes são impostas principalmente em casa (69,2%) e na escola (57,7%), enquanto nas escolas afirmaram sentir a incumbência das leis principalmente na escola (89,5%), colocando a casa em segundo lugar (70,3%).

A maior parte dos/das jovens em ambas as esferas pensa também que quem os faz respeitar as leis e as normas são os pais, irmãos ou avós (respectivamente 71,8% e

72,8%) e do mesmo modo a maioria dos jovens considera que as regras a serem respeitadas são aquelas estabelecidas na família (75,6% nas áreas de aplicação e 78,2% nas escolas) e em medida muito menor aquelas de outros espaços.

Dimensão “Obediência individual à lei”

Entrevistando os/as jovens sobre a obediência individual às normas/leis, nas áreas de aplicação emergiu que 73,1% afirma segui-las somente às vezes, enquanto nas escolas isto é afirmado por 65,7%, diferença que não resulta significativa.

Às pessoas que durante a entrevista declararam ter tido problemas com a lei (47,4% nas áreas de aplicação e 41,0% nas escolas), foi pedido também com quem eles os tinham tido: nas áreas de aplicação emergiu que 24,3% teve problemas com a polícia, enquanto nas escolas esta porcentagem de jovens é drasticamente inferior (8,2%). Observa-se também que, mesmo se a porcentagem dos jovens entrevistados nas áreas de aplicação do programa com problemas com os pais e/ou família (37,8%) é superior àquela observada nas escolas (30,6%), tais diferenças não são muito significativas.

Dimensão “Tempo livre”

Em relação ao que fazem as/os jovens quando estão com os/as amigos/amigas, tanto nas áreas de aplicação do programa quanto nas escolas percebe-se uma alta porcentagem da mesma resposta: conversar ou passar o tempo juntos e/ou brincar.

Dimensão “Respeito no grupo/entre iguais”

A porcentagem dos jovens entrevistados nas áreas de aplicação que declara de respeitar alguma lei/norma/código quando se encontra com o próprio grupo é de 60,3%, enquanto nas escolas é de 70,7%.

Nas áreas de aplicação 48,9% das/dos jovens reconhece o tipo *respeito dentro do grupo* e 22,4% o de *não trair, não brigar, não consumir drogas*. Nas escolas os tipos mais mencionados foram *não trair, não brigar, não consumir drogas* (29,0%), *respeito dentro do grupo* (28,4%) e *respeito pelo/a namorado/a* (21,9%).

3. Análise qualitativa

Nesta análise considera-se a lei como uma dimensão transversal nos diferentes âmbitos de socialização onde, largamente, as/os jovens desenvolvem as próprias práticas diárias, como a família, a escola e os grupos dos iguais.

Esta análise baseia-se em 36 entrevistas realizadas com 18 rapazes e 18 moças, dos quais 12 efetuadas nas áreas de aplicação do *Programa Joven* e 24 nas escolas.

Famílias

Neste parágrafo se entende aprofundar o modo em que as/os jovens se relacionam com outros membros da família – consanguíneos ou não, conviventes na mesma casa – e identificam as normas estabelecidas e o significado da autoridade no interior do núcleo familiar.

A partir das entrevistas foi possível identificar diferentes formas de laços familiares onde se colocam em jogo as relações entre os diferentes atores envolvidos.

No que concerne as normas estabelecidas no interior do lar, pode-se dizer que, das palavras dos entrevistados, estas resultam ser diretamente ligadas à autoridade materna e/ou paterna. A divisão das tarefas no interior da família revela uma marcada diferença de gênero, que se traduz também em uma apropriação desigual dos espaços públicos e privados entre rapazes e moças. Um rapaz afirma: «Não, não me fazem fazer nada. Na minha casa, somente minha mãe e minha irmã são quem limpam». Uma moça ao invés declara: «Sim, limpo o meu quarto, o quarto do meu irmão e o quintal [...]. Meu irmão volta do trabalho e vai dormir, depois sai com os amigos, vai dormir cedo».

Outras normas citadas tanto pelos rapazes quanto pelas moças estão vinculadas ao

respeito como norma de convivência e à observância do horário de retorno para casa – embora, em geral, os rapazes parecem passar mais tempo fora do que as moças.

No que concerne a autoridade no interior do âmbito familiar, as/os jovens reconhecem em primeiro lugar a figura do pai e da mãe, enquanto se faz referência em menor medida a um irmão maior ou a um padrinho. Esta autoridade é principalmente respeitada e legitimada enquanto atribuída, geralmente, àquela pessoa que passa mais tempo em casa, e que tem a “última palavra” ou que chama a atenção e castiga mais.

Escola

A este propósito é interessante aprofundar os aspectos significativos que, nas entrevistas das/dos jovens, ligam a instituição de ensino à lei e à autoridade.

As razões adotadas pelas/pelos jovens que não frequentam atualmente a escola como motivo do abandono variam muito entre os dois gêneros. Enquanto as moças dizem ter deixado a escola por uma gravidez ou distúrbios físicos, os rapazes indicam como motivo o desinteresse, o enfado, os conflitos e a transgressão das normas institucionais.

Não obstante isto, os discursos em modo geral das/dos jovens coincidem quanto à importância da escola como instituição que fornece conhecimento, valores e, fundamentalmente, um título que torna possível a formação superior e o acesso a trabalhos melhores. De consequência, a escola é associada à uma ideia de futuro, à possibilidade de construir uma identidade e um sentimento de pertencer: «Se uma pessoa deseja um futuro é obrigatório, e se não o deseja, bem, que fique em casa dormindo ou fazendo aquilo que quiser»; «...porque se não se vai à escola hoje em dia você não é nada». Da sua parte, muitas/os aludem a comentários dos pais que têm expectativas sobre as instituições escolares: «A única coisa que me pedem é de terminar a escola, nada mais [...], para ter um trabalho ou mesmo só para que eu fique bem».

Com relação às normas da escola, as considerações dos jovens não escolarizados não diferem daquelas dos que frequentam a escola; assim não existem diferenças significativas entre as/os alunas/os das diferentes escolas. Os temas comuns nos discursos estão relacionados à convivência, ao respeito entre iguais e pelos adultos à obrigação de usar o uniforme e de respeitar os horários estabelecidos, bem como o uso apropriado dos recursos e dos espaços físicos. Quando lhes é perguntado se estas normas devem ser respeitadas, observa-se a aceitação das mesmas, embora, em muitos casos, os rapazes admitam transgredi-las.

Fazendo ao invés perguntas sobre a relação dos/das jovens com os vários atores com os quais entram em contato na escola, obtém-se repostas heterogêneas quando se alude a companheiros/as e docentes, enquanto se podem encontrar pontos em comum sobre as relações com diretores, *preceptores*⁴ e coordenadores. Muitos/as jovens falam de mútuo respeito com os adultos: respeitando isto é quem os/as fazem se sentirem respeitados/as, estabelecendo um vínculo de reciprocidade.

Tanto a figura do *preceptor* como a do coordenador resultam maiormente ligadas a contenção, a escuta, a reflexão e a ajuda. Um jovem declara ter mudado a própria conduta «porque falei com a *preceptora*, falamos; por cerca de uma hora, falei com a minha coordenadora e com a *preceptora*, e prometi que teria mudado, e mudei...».

Com relação ao reconhecimento da autoridade na escola, também as pessoas externas ao sistema educacional são propensas a identificarem principalmente o/a diretor/a como a figura de maior autoridade, colocando em segundo lugar o *preceptor* ou a *preceptora*.

Em geral o respeito pela autoridade está ligado ao estarem calados, enquanto a diferença de opiniões parece levar sempre à situações de agressividade ou violência.

Podemos dizer que, em termos gerais, não existe uma apropriação da ideia da educação como direito; esta última é observada somente nas palavras de uma jovem que diz:

⁴ Na Argentina, pessoa que controla a frequência e a disciplina na escola secundária [NT].

«Eu acredito que as pessoas agora a vejam como uma obrigação, porém na verdade é um nosso direito que... que é para o nosso bem».

Grupos dos iguais

Esta parte do estudo focaliza-se na existência ou não das regras, normas ou códigos que são respeitados no grupo de iguais, assim como sobre a identificação ou não de líderes reconhecidos pelas/pelos jovens no interior de tais grupos.

Entre as atividades que as pessoas entrevistadas reconhecem realizar com os próprios semelhantes, emergem as de dar passeios, ir dançar nos fins de semana, ir à casa de amigos e amigas, encontrarem-se em algum lugar público – na rua, nas esquinas, no bar, no corredor – para conversar ou beber algo. Além do que, são citadas atividades ligadas às novas tecnologias: «Jogamos com a *play*», «Ficamos no computador», «*Chats*».

As/os jovens negam a presença de um líder quando devem responder à pergunta sobre quem comanda no interior do grupo, e afirmam com convicção serem todos/as iguais no mesmo. Reconhecem ao invés a presença de códigos que devem ser respeitados no interior do grupo. A maior parte destes aparecem ligados à ideia do respeito. Faz-se referência a não “ficar” com a namorada ou o namorado de um membro do grupo, a não se agredirem verbalmente ou fisicamente, a ficarem juntos, defenderem-se, serem honestos, sinceros - «Dizer as coisas na cara», para citar as suas palavras – e, nos discursos de muitos rapazes, emerge o dever de não deixar sozinho um membro do grupo com um externo que o ataca.

A sociedade e as leis

Este parágrafo trata do significado atribuído pelas/pelos jovens à lei: quais são as leis jurídicas que eles conhecem? Quais normas queriam estabelecer e que coisa aconteceria se não existissem leis, normas e regras sobre as quais a vida social possa apoiar-se? É ainda analisado o significado de autoridade, de direito, em base a presença ou a ausência destes conceitos nos discursos feitos pelos jovens.

Na pergunta:«O que é a lei?», as respostas mais representativas foram: «Uma lei é algo a que precisa obedecer, são regras feitas para serem respeitadas»; «Respeitar quanto dito por outra pessoa, que seja a Presidenta ou outra pessoa»; «As coisas que precisa obedecer, não roubar, coisas assim». A este nível não estão presentes diferenças significativas entre as respostas dos rapazes e das moças, como também entre os jovens escolarizados e os não escolarizados. Estas respostas reafirmam a análise quantitativa segundo a qual as/os jovens colocam principalmente em relação a lei com a obrigação.

Quando os/as entrevistados/as fazem referência à lei, nos seus discursos apontam várias vezes as normas do trânsito rodoviário, junto a algumas outras de convivência civil como o não jogar o lixo nos espaços públicos e respeitar as outras pessoas. Do mesmo modo, em muitos casos emerge a ideia de “não roubar” como uma ação associada diretamente à sanção.

Quando se dá a eles/elas a possibilidade de pensar em criar uma nova norma, as respostas são heterogêneas, mas muitas das propostas feitas são altamente punitivas. Uma jovem que frequenta irregular-



O Centro de la Juventud de Rosário.

mente a escola comenta: «Nos fins de semana tudo bem estar por aí até as quatro, cinco, porém durante a semana [...]. Que digam “bem, no máximo às 2 da madrugada vocês devem estar todos em casa” e se não, quem não obedece vai de castigo, mesmo somente por umas, duas horas».

Se pensamos na ideia de lei associada à obrigatoriedade e à sanção ligada à relativa inobservância, é coerente que as/os jovens adotem um papel de punidores quando pensam a si mesmos em uma posição de poder. Nas suas considerações a ideia de lei está claramente ligada ao poder que sanciona, condena, controla, coloca ordem no caos e resolve desordens.

Seguindo esta lógica de pensamento, pode-se notar como a falta de leis, normas e regras esteja associada pelas/pelos jovens ao caos, à desordem, ao furto e à morte de pessoas.

Na pergunta: «Quem tem a autoridade na sociedade?», a resposta mais frequente foi «a Presidenta», enquanto outras pessoas a atribuem a outros atores do Poder Executivo, a algum adulto e ao traficante do bairro. Em nenhum caso foi feita referência ao Poder Legislativo ou Judiciário.

A lei vista como um direito não emerge das palavras dos jovens. Às vezes, os jovens declaram-se até mesmo contra as leis que reconhecem direitos a grupos específicos, por exemplo aqueles em discussão atualmente. Todavia, deve-se notar a posição de uma moça que exprime o próprio desejo de tornar-se juíza para contribuir com a «igualdade entre todos». É a única que levanta a questão das desigualdades sociais para explicar a delinquência.

A totalidade dos/das jovens entrevistados/as tem uma imagem negativa da polícia, enquanto a associa as pessoas que cumprem o próprio papel fundamentalmente com a violência, a negligência e a corrupção, como alguém que precipita nas suas vidas diárias. Um rapaz fala de uma experiência pessoal: «A última vez me pararam na porta de casa enquanto eu estava fumando um cigarro, e diziam que eu estava me drogando; me prenderam [...], me perguntaram se eu tinha dinheiro, se eu queria fugir!».

Contudo, os jovens pensam que a polícia seja necessária enquanto instituição social que cuida da aplicação das leis e das normas estabelecidas, o que faz emergir nos discursos ideias contrapostas: de um lado, a rejeição e a raiva; do outro, a possibilidade de poder recorrer à ela.

Conclusões

O estudo consente apresentar algumas conclusões provisórias à luz da complexidade do fenômeno enfrentado. É importante perceber que foi tomada como amostra uma série de jovens participantes do *Programa Joven* de inclusão sócio-educacional e outros frequentadores das escolas próximas das áreas de aplicação e, por este motivo, os resultados não revestem um caráter de representatividade em relação à população total dos jovens em situação de vulnerabilidade da cidade de Rosário.

Entre as características gerais encontradas na população analisada encontram-se aquelas ligadas às condições e às oportunidades educacionais e de trabalho. Existem muitos casos de repetência e abandono do sistema educacional formal. Além do que, as condições são instáveis, precárias e muitas vezes de risco.

Em função dos quesitos colocados e dos objetivos planejados, as conclusões podem ser sintetizadas em cinco linhas principais.

I) A lei como obrigação

Em relação ao objetivo principal do presente trabalho, pôde-se observar como as/os jovens entrevistados vejam a lei como algo distante e estranho em relação a eles, que lhes é imposto e à qual deve-se obediência. Se não é respeitada, ocorre sanção, ideia plenamente legitimada por parte desta população.

Em outras palavras, as representações da lei a interpretam como norma ou regra que obriga e proíbe, raramente como algo que garante ou que atribui direitos.

Tais representações são transversais em todos os âmbitos de socialização onde os jovens desenvolvem as suas práticas, uma vez que existe uma aceitação das normas estabelecidas na família, na escola, nos grupos de iguais e na sociedade em geral. Não obstante isto, em algumas ocasiões as/os jovens reconhecem transgredir as leis, normas e regras, o que gera uma grande contradição dialética quando a sanção recai sobre eles.

Seguindo tal lógica, compreende-se como as/os jovens possam adotar posições coercitivas e punitivas quando são colocados na posição de ter o poder e declararem-se contrários a medidas que defendem os direitos das minorias.

II) As instituições, os espaços

No caso das áreas de aplicação do programa, a maior parte dos/das jovens declara que o espaço onde eles/elas são obrigados/as a seguir as leis, normas, regras é em primeiro lugar a casa, seguido logo depois pela escola. Esta relação é inversa para os jovens escolarizados, que colocam a escola em primeiro lugar e a família em segundo.

Nas representações das/dos jovens alvo do estudo, a escola ocupa um lugar de destaque e respeito, um aspecto que emerge em modo mais claro e aprofundado nas entrevistas que nos questionários. Tal atributos aparecem ligados à ideia de futuro profissional e, fundamentalmente, de trabalho.

Entre as experiências relatadas pelos jovens em mérito ao grupo de iguais, se podem reportar aquelas ligadas à convivência, ao respeito das relações de casal, ao não se insultarem, ao não brigarem e ao não trair. Uma das questões de destaque levantada entre os rapazes é o sentimento de solidariedade com os membros do próprio grupo e a defesa em caso de conflitos com externos.

No que concerne as normas que regulam a sociedade em geral, nos testemunhos repetem-se as relativas ao tráfego rodoviário, ao cuidado com o espaço público e ao furto. Tais normas são citadas sobretudo em mérito à violação das mesmas, em particular modo nos bairros onde moram estes/estas jovens.

III) A autoridade

Os/as jovens reconhecem algumas figuras às quais atribuem autoridade nos vários espaços e nas várias instituições.

A pessoa que é reconhecida como a que ordena ou organiza as relações de convivência e a vida diária na família, resulta a mesma que é mais considerada e respeitada por fatores ligados mais ao poder da sanção que a um reconhecimento de sabedoria ou experiência («aquele/a que tem a última palavra», «aquele/a que castiga»).

Na escola, a figura do docente aparece colocada de lado e a relação varia segundo o fato que os/as jovens se sentem respeitados/as na classe ou não, enquanto adquirem importância os diretores e os *preceptores* (ambas as figuras ligadas à sanção mais do que à transmissão de conhecimentos).

A ambivalência em relação à figura da polícia (como um tipo de “mal necessário” para dirimir conflitos sociais) pode ser interpretada à luz de quanto já dito, ou seja a força com a qual se impõem em alguns discursos hegemônicos as representações da lei em relação à série obrigação-proibição-sanção de que se apropriam as/os jovens e à pouca ligação que lhes atribuem como garantia de direitos.

IV) Uma visão de gênero

Levando-se em conta a perspectiva de gênero neste estudo, se faz necessário aprofundar algumas considerações.

Tanto no grupo dos/das jovens submetidos/as ao questionário como aquele dos/das entrevistados/as tomou-se em consideração cerca o mesmo número de rapazes e moças. Deste ponto de vista, então, é importante destacar algumas diferenças resultantes das respostas dadas pelos dois grupos.

Primeiramente, pode-se observar como a proporção das jovens que afirmam ter abandonado a escola por ter tido um/uma filho/a seja drasticamente maior em relação àquela dos rapazes; são de fato as moças as que em maior número abandonam o grupo de amigos por tornarem-se mães e esposas, o que reforça a persistência dos estereótipos de gênero. Estes últimos são confirmados pelas tarefas assumidas entre as paredes domésticas.

É também relevante a diferença entre quem trabalhou ao menos uma vez e quem não, no que a porcentagem de rapazes é maior seja nas áreas de aplicação do programa seja nas escolas. No grupo de iguais, também quando as atividades não variam muito entre um gênero e outro, a mulher parece ter um papel mais passivo e com menos direitos em relação ao homem: o consumo de álcool, tabaco e maconha e outras substâncias se apresenta com uma conotação muito mais negativa para as moças que para os rapazes.

As moças associaram em modo drasticamente maior respeito aos rapazes a lei à uma dimensão de obrigação, enquanto os rapazes relacionam em porcentagem maior a lei com o governo e a polícia seja nas escolas seja nas outras áreas alvo do estudo. Nenhuma das jovens declarou ter tido problemas com a polícia, enquanto pode-se dizer o contrário para os rapazes em ambos os âmbitos. Ao contrário, as jovens manifestam maiores problemas com os docentes e com os adultos das suas famílias no caso das jovens contactadas nas escolas.

V) E os direitos?... Sugestões para a construção de cidadanias juvenis a partir das políticas públicas

Com base aos pontos anteriores, as contribuições desta pesquisa em relação à formulação de políticas públicas juvenis podem ser resumidas em três eixos principais.

- 1) Aos jovens é oferecido uma "ordem adulta" sem regras bastante claras, com processos de filiação enfraquecidos, ao qual devem se adaptar através das instituições (a escola, o trabalho) que, ainda em alguma medida são consideradas dignas de estima pelos/pelas mesmos/as jovens, atualmente perderam grande parte da sua eficácia como dispositivos que conduzem à condição de cidadania e à autonomia adulta. Não se trata de descartar tais dispositivos, nem mesmo de recorrer a eles assim como foram pensados para a juventude "moderna"; é ao invés necessário reinventá-los e pensar também em outros espaços significativos para os jovens, onde eles possam ser envolvidos em modo ativo e responsável, com base nas próprias experiências.
- 2) A tal escopo, parece necessário introduzir em cada um dos espaços por onde transitam os/as jovens a promoção efetiva de mecanismos que os/as levem a organizarem-se, a criarem propostas e projetos, a participarem e incidirem nas decisões que se referem à suas condições de vida. Deste modo as organizações juvenis de diferentes tipos que se criam nos vários âmbitos da vida social devem ser construídas não só como interlocutoras legitimadas pelo Estado, mas também como escolas de cidadania a serem apoiadas e reforçadas. Estes e outros espaços de participação juvenil deveriam ser a regra e não a exceção dentro e fora dos âmbitos institucionais. Isto implica a necessidade de diferenciar o respeito do outro do silêncio obediente e de relacioná-lo mais à possibilidade de aceitar o dissenso, de trocar opiniões e saberes, em síntese de hierarquizar a palavra.

Todavia, como sugerido por Repetto e Moro, isto deve ser pensado sem cair em visões românticas, isto é à luz do apego à legalidade, enquanto os/as próprios/as jovens deste estudo manifestam a necessidade de recuperar/manter o respeito pelo outro, pelas normas. Além do que, é importante ressaltar que as «políticas públicas juvenis diferenciadas daquelas apoiadas durante a repressão e o castigo»⁵ requerem por parte dos vários atores



Rosário, 4 de novembro de 2010. Um momento dos trabalhos do segundo Seminário Internacional do projeto.

um «exercício responsável de autoridade com apego à legalidade»⁶.

- 3) Uma política que se proponha a apropriação e o exercício dos direitos por parte dos/as jovens deverá incorporar, da fase de formulação até aquela de execução e avaliação, os diferentes modos com os quais os/as jovens, a partir das próprias condições sócio-econômicas e de gênero, se representam e projetam a sua vida e os seus interesses.

São também necessárias estratégias diferenciadas nas ações diretas para envolver «os jovens com menor capacidade de se fazerem escutar na esfera pública e mais diretamente implicados em situações de violência e exclusão»⁷. Neste sentido, o olhar geracional deve integrar-se com todas as dimensões que tenham o propósito de construir uma sociedade baseada no respeito das diferenças, mas sem desigualdades.

Enfim, é fundamental evidenciar que as políticas públicas juvenis não são separadas de um contexto político global, que se refere também a um quadro institucional onde as mesmas são formuladas e administradas.

Muitas das afirmações feitas pelos/pelas jovens que tomaram parte deste estudo levam a pensar que a concepção moderna que construiu a imagem do jovem “agente da mudança”, como aquele que coloca em discussão a ordem “herdada”, põe-se hoje, por varias razões, em forma interrogativa.

Parece então necessário que a cidadania no seu inteiro proponha a transformação e a mudança para uma sociedade mais inclusiva, solidária e justa, evitando descarregar esta difícil tarefa somente sobre os ombros das juventudes.

⁵ Cf. MORO, J.; REPETTO, F. *Políticas públicas para promover cidadanías juveniles*. Em MORO, J. (Org.). *Juventudes, violencia y exclusión. Desafíos para las políticas públicas*. Guatemala: Magna Terra Editores, 2006.

⁶ *Ibidem*.

⁷ *Ibidem*.

Referências bibliográficas

- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *La construcción social de la realidad*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *La juventud no es más que una palabra*. Em *Sociología y Cultura*. México: Grijalbo / Conaculta, 1990.
- BRASLAVSKY, Cecilia. *La juventud argentina: informe de situación*. Buenos Aires: CEAL, 1987.
- CÁRCOVA, Carlos M. *La opacidad del derecho*. Buenos Aires: Trotta, 1998.
- CÁRCOVA, Carlos M. Acceso a la justicia. Exclusión y aculturación. *Urbe et ius: revista de opinión jurídica*, nº 2, pp. 11-17, 2004.
- CASTEL, Robert. *De la exclusión como estado a la vulnerabilidad como proceso*. Barcelona: Archipiélago, 1995.
- CEPAL. *Informes*. Santiago de Chile: CEPAL, 2000 e 2004.
- Documentos institucionales* del Centro de la Juventud. Rosario: Secretaría de Promoción Social, Municipalidad de Rosario.
- DUSCHATZKY, Silvia; COREA, Cristina. *Chicos en banda. Los caminos de la subjetividad en el declive de las instituciones*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- GIMÉNEZ, Gilberto. *La sociología de Pierre Bourdieu*. México: Instituto de Investigaciones Sociales de la UNAM, 1997.
- IAIES, Gustavo F.; DE LOS SANTOS, Alejandra. *La construcción de políticas educativas para la inserción social y laboral de los jóvenes*. México: Escuela Iberoamericana de gobierno educativo, 2011.
- MARGULIS, Mario. *La juventud es más que una palabra. Ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Biblos, 1996.
- MORO, Javier (Org.). *Juventudes, violencia y exclusión: desafíos para las políticas públicas*. Guatemala: Magna Terra Editores, 2006.
- PERONA, Nélica B.; ROCHI, Graciela. Vulnerabilidad y Exclusión social. Una propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares. *Kairos. Revista de temas sociales*, nº 8, 2001.
- REDONDO, Patricia. *Escuela y pobreza. Entre el desasosiego y la obstinación*. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- SAINTOUT, Florencia. *Jóvenes e incertidumbres. Percepciones de un tiempo de cambios: familia, escuela, trabajo y política*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Buenos Aires: FLACSO, 2007.
- URRESTI, Marcelo. *Culturas juveniles e Generaciones*. Em ALTAMIRANO, Carlos (Org.). *Términos críticos de sociología de la cultura*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- ZABLUDOVSKY, Gina. *Sociología y política, el debate clásico y contemporáneo*. México: Facultad de Ciencias Sociales de la UNAM, 1995.
- ZAMORA POBLETE, Guillermo; ZERÓN RODRIGUEZ, Ana María. Sentido de la autoridad pedagógica actual. Una mirada desde las experiencias docentes. *Estudios Pedagógicos*, vol. 35, 2009.

A VIOLÊNCIA E SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES NA PERCEPÇÃO DOS EDUCANDOS ATENDIDOS PELA FUNDAÇÃO CIDADE MÃE

Ana Paula Dórea Santos Almeida e Auristela Leal da Anunciação*

1. Introdução

Este documento apresenta uma síntese do relatório que expõe os resultados da pesquisa realizada nas Empresas Educativas da Fundação Cidade Mãe-FCM no período que compreendeu o segundo semestre de 2010 e o primeiro semestre de 2011.

O estudo realizado com os jovens atendidos por essas unidades buscou lançar luz sobre o tema da violência e pobreza a partir da percepção dos mesmos, com vistas a subsidiar as ações do Observatório do Mundo Juvenil implantado em parceria com a Cidade de Torino (Itália). Desta forma, se pautou nas representações sociais de crianças, adolescentes e jovens do contexto escolar da FCM sobre a violência. Isto permitiu obter informações sobre as principais demandas existentes entre crianças e jovens no que tange à violência, de modo indicar possibilidades de intervenção e enfrentamento do problema.

Partiu-se do pressuposto de que a violência sofrida pelos jovens (ou por eles praticada) possui forte vinculação com a situação de vulnerabilidade social em que vivem e que é relacionada, em parte, ao declínio das oportunidades formais de trabalho. Destarte, a não inserção no mercado de trabalho tem colocado a infância e juventude latino-americana em uma posição de falta de perspectivas futuras, dificultando, por conseguinte, o acesso às estruturas de possibilidades disponíveis nos campos da saúde, educação, trabalho, lazer e cultura. Em consequência, delineiam-se cenários críticos difíceis de enfrentamento por meio de políticas públicas (Abramovay, 2002).

No caso dos jovens atendidos pelas Empresas Educativas da FCM, há de se destacar que a grande maioria advém de famílias pobres que buscam na instituição oportunidades de formação e qualificação profissional. Outrossim, é recorrente o contingente de jovens que busca tais unidades como um abrigo das ruas, da fome, da violência dentro e fora de suas casas.

Entende-se que este trabalho que alia pesquisa e possibilidades de intervenção permitiu alcançar os objetivos específicos propostos no projeto inicial voltados para: a produção de informações sobre o perfil socioeconômico e geográfico-institucional das comunidades onde estão inseridas as Empresas Educativas; informações sobre as demandas sociais existentes na área da infância e juventude, com foco na percepção das crianças, adolescentes e jovens sobre a violência e suas múltiplas dimensões a partir da análise das entrevistas com os jovens.

Assim, os resultados deste estudo serão apresentados nos itens deste relatório como segue. Espera-se que tais resultados possam oferecer subsídios para a elaboração de políticas sociais locais voltadas a esse universo, gerando, portanto, um aprofundamento da

* Ana Paula Dórea Santos Almeida é Presidente da Fundação Cidade Mãe; Auristela Leal da Anunciação é Gerente da Proteção Especial da Fundação e Coordenadora de *Mirando al Mundo* da mesma instituição.

problemática e a indicação de alternativas possíveis de superação dos desafios existentes. Para tanto, se faz necessário o fortalecimento de projetos sociais e das políticas públicas que promovam o protagonismo juvenil, combatendo a vulnerabilidade social pelo aumento do capital social e cultural que poderá converter o clima de insegurança e instabilidade em um sentimento de confiança no futuro e participação social.

2. A Fundação Cidade Mãe

A Fundação Cidade Mãe, entidade sem fins lucrativos, vinculada à Prefeitura Municipal do Salvador através da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Direito do Cidadão, atua como instrumento de efetivação dos direitos sociais de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, e se fundamenta no artigo 227 da *Constituição Federal* e no *ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente*.

A Fundação foi concebida e implantada como ponto de partida para uma política municipal dirigida a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Esta instituição apresenta um caráter predominantemente formativo e profissionalizante, constituindo-se, assim, num contexto de aprendizagem e desenvolvimento, o que implica admitir que todas as ações realizadas devem ter intencionalidade educativa.

A proposta pedagógica, que compreende a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, caracteriza e destaca a atuação da Fundação Cidade Mãe. Tal proposta complementa a educação formal, através de oficinas lúdico-pedagógicas e de cursos profissionalizantes, propiciando a crianças e adolescentes ambientes e atividades compatíveis com sua condição de indivíduos em desenvolvimento.

A Fundação Cidade Mãe acolhe crianças e adolescentes dos segmentos populares que se encontram em processo de exclusão social em função dos altos índices de desemprego e do acesso limitado às políticas básicas. São crianças e adolescentes que habitam em comunidades populares da cidade de Salvador que, vivendo nas ruas, geralmente por força da extrema pobreza, estão expostas à violência em suas múltiplas manifestações.

Para o cumprimento de sua missão, a Fundação organizou Empresas Educativas em bairros carentes de Salvador, que se constituem em espaços de acolhimento e desenvolvimento de atividades culturais, esportivas e de iniciação profissional, organizando também, mecanismo de proteção em regime de Abrigo e Unidades de Acolhimento.

O eixo político pedagógico da Fundação Cidade Mãe é a educação para a cidadania e os direitos humanos, o que requer uma harmônica integração entre princípios, critério, normas e métodos. Esta integração é garantida por meio da relação entre educadores e educandos, categorias que, em sentido amplo, incluem todos os responsáveis pelo fazer cotidiano no âmbito institucional estendendo-se à família e comunidade.

Com a pesquisa realizada em parceria com a União Européia e a Cidade de Torino, a Fundação Cidade Mãe objetiva fortalecer o trabalho político pedagógico, já existente, enfocando e priorizando o tema violência e suas múltiplas dimensões.



Rosto da pesquisa realizada pela Fundação Cidade Mãe.

A violência é um fenômeno complexo, com conceituação ampla, fazendo-se necessário discutir práticas individuais e coletivas, ressignificando-a segundo tempos, lugares, relações e percepções. Com a pesquisa o objetivo maior da Fundação Cidade Mãe é aprimorar às atividades com os educandos das Empresas Educativas e das Unidades de Acolhimento, trabalhando o conceito de violência desmistificando e ampliando a visão dos jovens e adolescentes, bem como das suas famílias e comunidade na qual estão inseridos.

Assim a FCM vem percorrendo durante esses 16 anos uma trajetória de conquistas, desempenhando a sua missão de contribuir para a superação das desigualdades sociais, formulando e executando políticas supletivas de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco social e pessoal. Desta forma, o resultado da pesquisa contribuirá para a implementação de ações pontuais junto aos educandos, incentivando a sua participação e protagonismo conforme proposta pedagógica já desenvolvida nas Unidades de atendimento, buscando ainda o fortalecimento dos adolescentes e jovens como sujeito de direitos fundamentado nos princípios de democracia, justiça e cidadania, o que de certo contribuirá para a ressignificação do conceito de violência, o que impactará diretamente a sua convivência social, familiar e comunitária.

3. Procedimentos metodológicos e instrumentos da pesquisa

3.1 A pesquisa de campo e os instrumentos de pesquisa

- *Questionário semi-estruturado que incluiu questões fechadas e de livre associação.* Segundo Minayo (1994), a entrevista semiestruturada combina questões abertas, que facultam ao entrevistado discorrer livremente sobre o assunto e fechadas, que propõem alternativas para o entrevistado escolher, podendo ser de única ou múltipla escolha.
- *Ficha para mapeamento socioeconômico e geográfico institucional das comunidades.* Para cada comunidade a ser mapeada foi produzida uma ficha a ser preenchida pelo pesquisador nas entidades que detém informações sobre os bairros em questão, levando em consideração as seguintes variáveis: *mapeamento socioeconômico; mapeamento geográfico institucional* (descrevendo a construção do espaço e suas inter-relações).
- *Diário de campo.* Nele foram anotadas as observações dos pesquisadores sobre a situação da pesquisa, o cenário, a observação das brincadeiras, as conversas, a interação crianças-adultos, as marcações de idade, gênero, classe e etnia, os movimentos. Todas essas descrições possibilitaram uma riqueza qualitativa complementar ao estudo e presentes neste relatório.

3.2. A realização da pesquisa de campo propriamente dita

Passos que precederam a pesquisa de campo

- a. Revisão bibliográfica e seminários temáticos sobre infância, juventude e violência.
- b. Apresentação do projeto de pesquisa aos responsáveis pela FCM.
- c. Elaboração de um questionário e uma ficha para mapeamento dos bairros.
- d. Seleção de pesquisadores de campo entre os estudantes de graduação da UNEB.
- e. Treinamento dos pesquisadores de campo com o uso de instrumento de pesquisa.
- f. Realização de um pré teste visando avaliar o instrumento de pesquisa.

A pesquisa

- a. Realização de pesquisa documental visando elaborar o perfil dos bairros ou comunidades onde estão presentes Unidades da FCM.
- b. Acompanhamento semanal da pesquisa de campo por meio de encontros de toda a equipe. Nestas reuniões os pesquisadores de campo entregavam relatórios escritos ou diários de campo que eram debatidos por todos.
- c. Realização da pesquisa de campo em dois momentos: o primeiro momento no final de 2010 e o segundo momento em março de 2011. Neste buscou-se complementar o número de questionários visando cumprir a amostra definida, já que alguns questionários aplicados foram avaliados pela equipe e invalidados, por carência de informações.
- d. Produção de relatórios parciais.

3.3 Organização e análise das entrevistas

Dois caminhos foram seguidos na sistematização do material colhido nas entrevistas. Os dados de identificação dos entrevistados e as questões fechadas presentes no roteiro, que já têm indicadores, foram lançadas em um banco de dados criado no programa estatístico SPSS. Já no caso das questões abertas, foram construídos indicadores que agruparam as diferentes respostas para cada pergunta específica. Para tal determinação dos indicadores de análise, as respostas passaram por uma minuciosa leitura para determinar afinidades de sentido e, daí, todos os elementos mencionados foram listados e depois agrupados por afinidade temática/significativa, com frequências variadas. As frequências, tanto das questões fechadas quanto das abertas, foram transformadas em tabelas e gráficos a serem apresentados na análise.

A técnica do núcleo central das representações por associação livre (Sá, 1996) foi aplicada ao tratamento e análise dos dados coletados em duas questões específicas do roteiro de entrevistas, uma que se refere a opinião dos entrevistados sobre a FCM e outra que se refere ao entendimento que têm sobre o tema violência. Em linhas gerais, trata-se de elucidar elementos que mais provavelmente pertencem ao núcleo central das representações que os indivíduos fazem sobre um objeto específico, a partir da combinação de critérios de frequência de evocação - os entrevistados citam livremente palavras que resumam tais valores ou sentimentos - e de ordem média de evocação de cada palavra (Sá, 1996).

O conjunto desses recursos de pesquisa, confrontados com os objetivos da mesma, permitiram uma interpretação mais sistematizada e auxiliaram uma avaliação crítica dos dados.

4. Educandos da Fundação Cidade Mãe: perfil, representações sobre violência e cidadania

4.1. Análise das entrevistas

4.1.1. Distribuição da amostra nas Empresas Educativas da FCM e perfil das crianças e adolescentes entrevistados

O questionário semi-estruturado previu um item inicial com a identificação do entrevistado e da Unidade ao qual faz parte. Aqui serão destacados alguns desses itens.

A seguir, no **Gráfico 01** apresenta-se o número total de entrevistados (100 em números absolutos) de acordo com a amostra definida.

Como se vê foram entrevistados jovens em seis Unidades da FCM, excetuando as duas desativadas que são Pau da Lima e Bairro da Paz. Os responsáveis pela Fundação explicaram que as mesmas estão passando por reformas para adequação do espaço físico. Também se pode observar o maior percentual de entrevistas foi realizado em Coutos (30%), Unidade que concentra o maior contingente de alunos. Em seguida vem Roma (19%) e Chapada do Rio Vermelho (16%).

As desigualdades de renda, riqueza e de oportunidades marcam o cenário urbano de todo o município que apresenta uma realidade sócio espacial de segregação e um processo vertiginoso de crescimento urbano¹.

Uma breve leitura da caracterização sócio econômica dos jovens educandos da FCM que fizeram parte da amostra permitiu averiguar que variáveis como escolaridade dos pais, condições de moradia e acesso a bens, condições econômicas, acesso a bens culturais e sociais, dentre outros indicam um quadro de vulnerabilidade social que interfere, sobremaneira, na forma como os mesmos vivenciam a sua condição juvenil. Aqui destacam-se algumas dessas variáveis para análise e outras podem ser observadas nos anexos deste relatório.

Com relação à caracterização dos entrevistados por gênero e faixa etária, percebe-se que, no conjunto das Unidades da FCM, há maior concentração de jovens entre 10 e 15 anos (73%) conforme aponta o Gráfico 02.

Também há uma maioria feminina na amostra representativa do conjunto das unidades, perfazendo 65% do total. A concepção da educação como meio de ascensão social e, até mesmo, como uma espécie de arma contra a violência (de todo o tipo) tem atribuído uma crescente importância à escola por parte das famílias. No caso das meninas, a escola em bairros considerados muito violentos é a alternativa dos pais para edu-

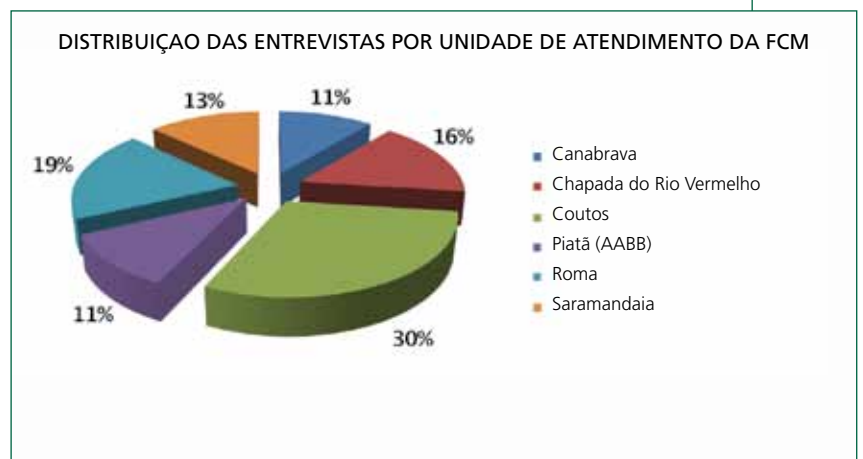


Gráfico 01: Distribuição das entrevistas por Unidade de atendimento da FCM

Fonte: Pesquisa direta. Educandos atendidos pela FCM. PROEX/NUEC – UNEB. Maio 2011.



Localização das Empresas Educativas em Salvador (Mapa dividido por Regiões Administrativas – RA).

Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador.

¹ NUNES, E.; SOUZA, D.; SANT'ANNA, I. Agenda 21: Estratégias de desenvolvimento local na periferia de Salvador. *Educação e Contemporaneidade*. Salvador: FAEEBA – Faculdade de Educação do Estado da Bahia, v. 16, n. 28, pp. 57-66, jul./dez. 2007.

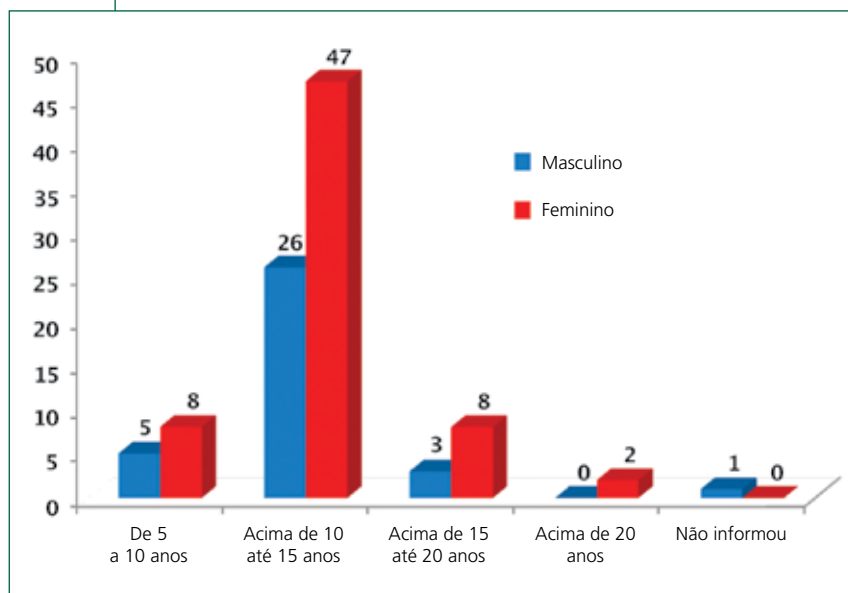


Gráfico 02: Caracterização dos entrevistados conforme gênero e faixa etária.
 Fonte: Pesquisa direta. Educandos atendidos pela FCM. PROEX/NUEC – UNEB. Maio 2011.

nos e meninas que se declararam negros (42%), e pardos (36%). Evidencia-se que os bairros populares de Salvador, tradicionalmente concentram população negra e pobre da capital.

Com relação ao grau de instrução do chefe da família, conforme Tabela 01, pode-se perceber uma distribuição mais ou menos equitativa em todas as faixas etárias, o que demonstra a diversidade de padrões educacionais de uma população que reside em áreas caracterizadas como muito pobres, apontando para uma condição heterogênea em termos culturais e educacionais nesses bairros, ainda que haja proeminência entre as faixas de analfabetos até ginásial incompleto (52%).

Grau de Instrução	Casos	% casos	% válido	% acumulado
Analfabeto / Primário Incompleto	23	23,0	28,8	28,8
Primário Completo / Ginásial Incompleto	29	29,0	36,3	65,0
Ginásial Completo / Colegial Incompleto	14	14,0	17,5	82,5
Colegial Completo / Superior Incompleto	14	14,0	17,5	100,0
Não informou	20	20,0	-	-
TOTAL	100	100,0	-	-

Tabela 01: Grau de instrução do "Chefe de Família".

Fonte: Pesquisa direta. Educandos atendidos pela FCM. PROEX/NUEC – UNEB. Maio 2011.

Destarte, na Tabela 01, muito embora os percentuais de chefe de família analfabeto ou com primário incompleto (23%) e com primário completo ou ginásial incompleto (29%) sejam predominantes, há ocorrência significativa de superior incompleto (14%).

Estas foram algumas tabelas selecionadas a partir do item «Caracterização sociodemográfica do entrevistado» (que inicia o questionário). O tema sobre a relação entre o jovem e a FCM, ou «Caracterização educacional», é abordado em seguida.

cação e, até mesmo, como forma de proteção. Por outro lado, alguns estudos demonstram como meninas têm assumido com maior seriedade os estudos, ocupando espaço nas escolas e obtendo, inclusive, melhor desempenho (Sirota, 1994). No caso da FCM durante a pesquisa de campo, alguns familiares evidenciaram em conversas informais que a opção por colocar os filhos e filhas na instituição foi, dentre outras coisas, uma forma de livrá-los das drogas ou dos perigos oferecidos pelas ruas dos bairros.

Com relação à variável raça tem-se uma maioria de meni-

4.1.2 A criança, o jovem e a Fundação Cidade Mãe

Ao serem questionados em uma questão específica sobre a opinião acerca da FCM, os entrevistados optaram entre as alternativas que são expressas no Gráfico 03, como segue.

Conforme expresso no Gráfico 03, a maioria avalia como boa a educação oferecida pela FCM, perfazendo 45,3% e excelente, com 27,4%. Assim, o total de avaliação positiva é 72,4%.

As justificativas que qualificam as respostas dão conta de vários temas desde a questão da qualidade educacional, passando pela violência, afetividade, alimento e abrigo. Não surpreende nas entrevistas, principalmente por se tratar de crianças e adolescentes, aflorarem esses temas. Muitos autores abordam a afetividade na escola como condição *sine qua non* para o desenvolvimento do aluno e para a aprendizagem (Vygotsky, Piaget). O contexto escolar é rico em relações, tanto de formação, participação e solidariedade, como outros mais de agressão, conflitos. Os sentimentos em relação ao espaço escolar da FCM ilustrado nos depoimentos dão conta disso, expressando carinho, afeto, alegria e, por outro lado, desencanto, medo, impotência, fragilidade.

Acerca dos motivos para procurar a FCM foram registrados os itens expostos no Gráfico 04, com base em uma questão de múltipla escolha.

Como se pode perceber a principal motivação para ingressar é o interesse por *ter uma formação* (37,1%). O interesse em aprender a ler e escrever, a falar bem e a obter uma qualificação profissional é o grande elemento motivador dos jovens que pleiteiam ocupar uma posição no processo produtivo e/ou mesmo ascenderem socialmente. O reconhecimento da importância da educação por parte dos jovens atendidos pela FCM indica uma disposição para se esforçar em aprender.

Em segundo lugar aparece o ideal de *ter diversão* (20,2%), que pode ser considerado um meio para a aprendizagem entre crianças e jovens, seguido de *para sair da rua* (15,3%).

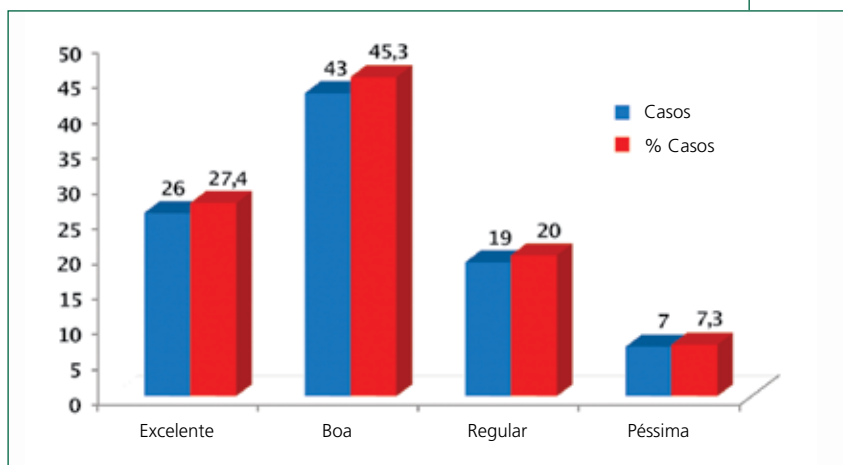


Gráfico 03: Caracterização educacional – Opinião/avaliação da instituição de ensino.

Fonte: Pesquisa direta. Educandos atendidos pela FCM. PROEX/NUEC – UNEB. Maio 2011.



Gráfico 04: Motivos para procurar a Fundação Cidade Mãe

Fonte: Pesquisa direta. Educandos atendidos pela FCM. PROEX/NUEC – UNEB. Maio 2011

Nota: O gráfico se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o % casos.

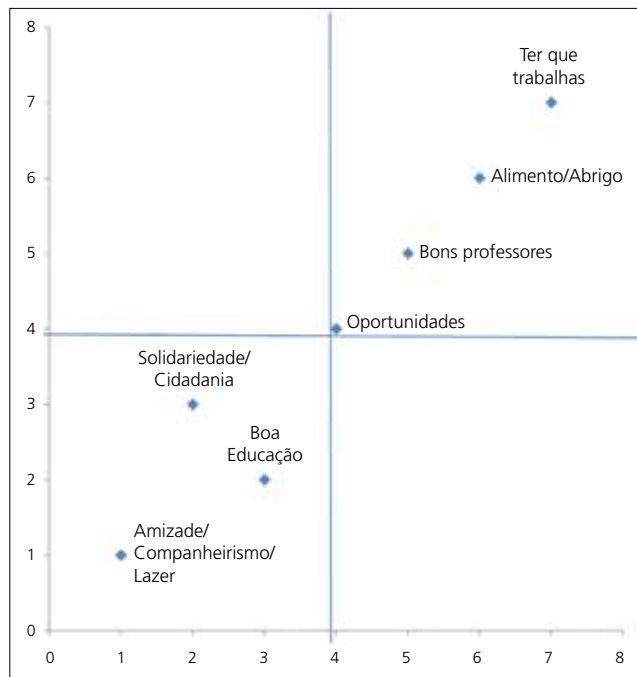


Gráfico 05: Significado da FCM para o estudante.

Fonte: Pesquisa de campo FCM, 2010-2011.

É importante destacar que, quanto mais próximos de um (1), maior a frequência (dada pelo número de vezes em que a palavra foi citada) e a intensidade (dada pela posição da palavra na ordem da enunciação) dos valores, mais cristalizados eles são. Assim, pela leitura do gráfico, o primeiro quadrante, na parte inferior esquerda congrega valores com alta frequência e alta intensidade. O quadrante superior esquerdo refere-se a valores que tiveram alta frequência, porém baixa intensidade, o que significa que não apareceram nas primeiras posições na ordem de citação do conjunto das respostas. Já o quadrante inferior direito reúne valores com baixa frequência e alta intensidade. Finalmente, no quadrante superior direito, estão os valores com baixa frequência e baixa intensidade, portanto mais distantes de um, menos cristalizados.

Entre todas as ideias citadas, a *amizade, companheirismo e lazer* apresenta-se mais próxima do núcleo central. Pode-se dizer que tal proposição, em se tratando de crianças e jovens, é um elemento fundamental que pauta as relações. Os adolescentes, de sua parte, costumam se reunir em grupos, sendo estes definidos de acordo com certas afinidades, certas visões de mundo. O adolescente que percebe não ter o *status* de adulto, procura condições sociais em que sua admissão como indivíduo de direitos não esteja sujeita ao aval dos adultos, daí transformam a sua faixa etária em um grupo social de reconhecimento mútuo, formando verdadeiras micro sociedades integradoras, a partir de estilos, de afinidades, linguajar e simbologias múltiplas (Calligaris, 2000).

Um segundo elemento que teve grande frequência nas respostas a essa questão foi a *boa educação*: «Os professores ensinam a gente a não xingar, a respeitar os outros...» (educando FCM).

4.1.3 Crianças e jovens da FCM e a experiência com a violência

Novamente em uma questão de associação livre de palavras, perguntou-se o que significa a violência para os jovens. Obteve-se, a distribuição apresentada no Gráfico 06 a seguir.

Como se pode observar no gráfico a maior frequência e intensidade das respostas dos jovens para o tema da violência a qualificam como *agressão física/morte* em primeiro lugar e, em segundo, como *desrespeito/intrigas/xingamentos*. Estudos mostram, nes-

Por outro lado, o desinteresse e desestímulo com os estudos também são expressos – ainda que em número menos significativo – nas indicações de *porque os pais obrigaram* (1,6%) ou mesmo tão somente *por alimento e abrigo* (1,6%).

Buscando melhor aprofundar esta avaliação da FCM, apresentaram-se aos estudantes uma questão na qual eles citavam livremente palavras ou frases para qualificar o tema sobre o que significa a Fundação para eles. Obteve-se o resultado exposto no Gráfico 05 que os apresenta de acordo com a relação que mantêm com o núcleo central da representação – ressaltando sua importância na evocação dos entrevistados sobre o assunto.

te caso, que há uma tendência dos jovens reconhecerem atos violentos apenas em situações pautadas por agressões físicas (Campos; Guimarães, 2009). Vincula-se, pois, a representação da violência a ato agressivo e, principalmente, o que resulta em morte do indivíduo agredido. Essa interpretação exclui, portanto, comportamentos eminentemente violentos e que se referem à intimidação, coação, negligência, descaso.

No entanto, um segundo grupo que relaciona violência a agressões verbais também teve alta frequência entre os entrevistados, conforme aparece no gráfico relacionado a *desrespeito/intrigas/xingamentos*. Em seguida aparecem *drogas* e *medo ou insegurança*. No caso das drogas, tema que faz parte do cotidiano dos jovens, há referências nas entrevistas às mortes e agressões causadas por envolvimento no tráfico. No caso das noções de medo e insegurança, referem-se – embora com menor frequência – às situações de coação sofridas pelos indivíduos.

Abuso sexual surge no gráfico como o terceiro elemento mais frequente, muito embora não tenha sido citado, pela ordem da enunciação, em quinto lugar. Percebeu-se nas entrevistas com crianças e adolescentes da FCM uma dificuldade em tratar do tema.

Por fim, *falta de oportunidades educacionais*, indicam a pobreza e exclusão como tipos de violência. Também *família*, nesse caso trata-se de crianças que sofrem violência de parentes em casa. E *polícia*, alguns jovens atribuem à polícia situações violenta que vitimaram colegas ou conhecidos.

Corroborando as indicações no Gráfico 06, os jovens descreveram em uma questão específica as causas da violência, conforme apresentado no Gráfico 07.

Como se observa, drogas aparece de longe como principal causa de atos violentos (38,7%), seguida de desigualdade social (19,9%) e falta de educação (16,6%). Essa realidade que associa violência e drogas é bem conhecida pelos informantes desta pesquisa. O

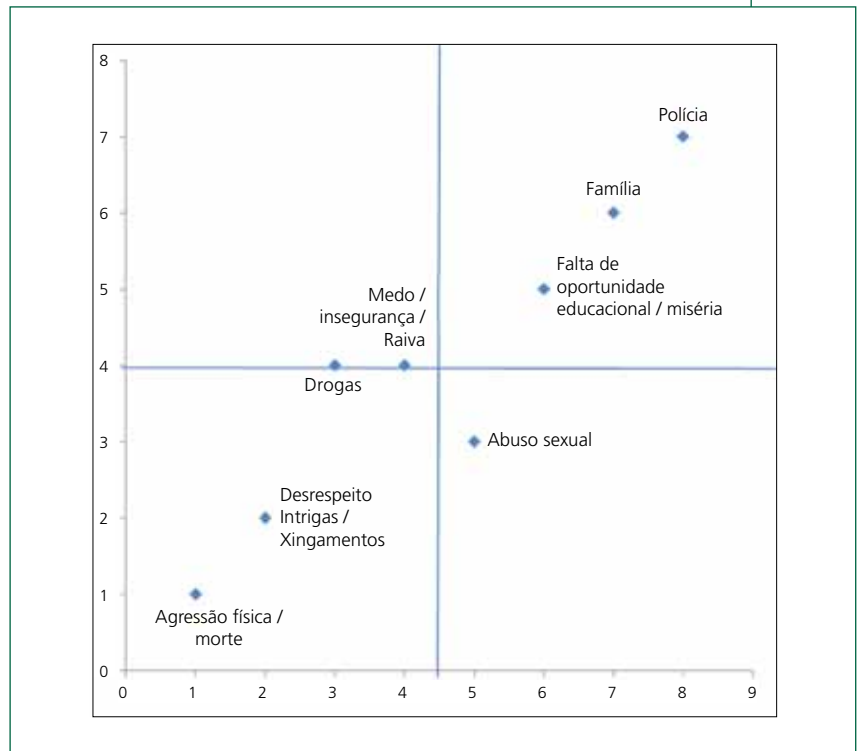


Gráfico 06: Significado da violência para o estudante da FCM. Fonte: Pesquisa de campo FCM, 2010-2011.

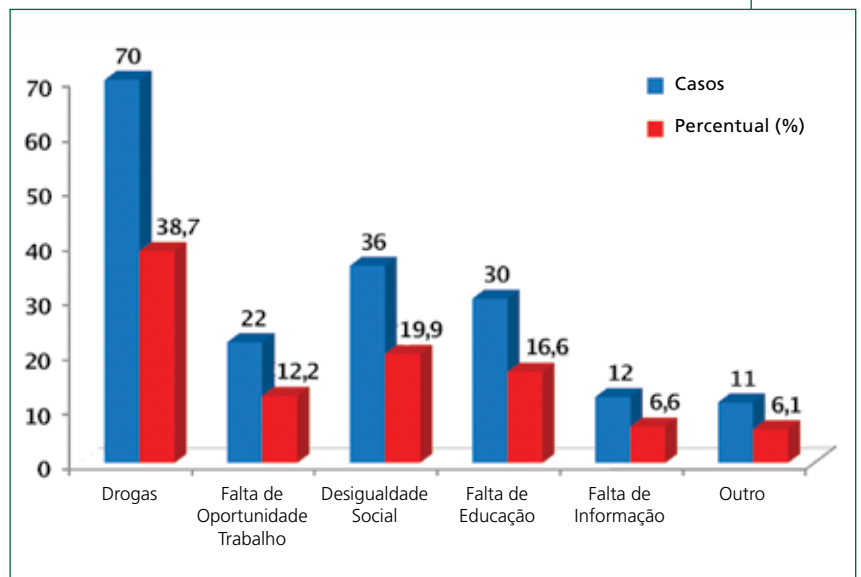


Gráfico 07: Principais causas da violência apontadas pelos educandos da FCM.

Fonte: Pesquisa direta. Educandos atendidos pela FCM. PROEX/NUEC – UNEB. Maio 2011.

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita sobre o % casos.

tráfico instituiu um poder paralelo nos bairros populares que é o grande deflagrador de atos violentos. Houve relatos, entre os entrevistados, de colegas que foram mortos ou sofreram mutilações por conta de brigas originadas no tráfico.

A escola dentro deste contexto acaba tendo seu cotidiano penetrado pela violência que assola a vida social do bairro onde se situa. E a convivência com essa situação enseja um posicionamento adequado por parte dos seus dirigentes. Um desses chegou a relatar, durante uma entrevista inicial, o caso de um professor que reprovou um aluno (traficante) e, por isso, foram jurados de morte, tendo que se transferir para outra unidade da FCM.

Ao serem questionados sobre terem sofrido algum tipo de violência 60% afirmaram que sim, conforme Gráfico 08.



Gráfico 08: Padecimento de alguma situação violenta ou de violência sexual.

Fonte: Pesquisa direta. Educandos atendidos pela FCM. PROEX/NUEC – UNEB. Maio 2011.

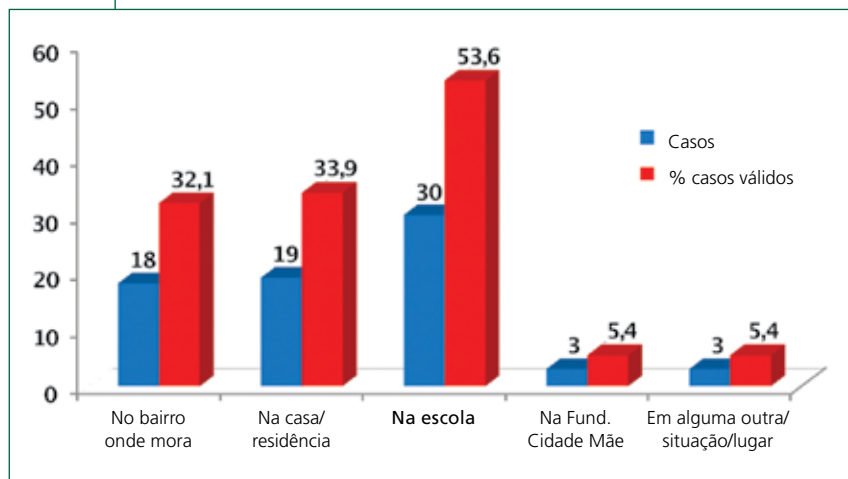


Gráfico 09: Principais locais de ocorrência da situação violenta.

Fonte: Pesquisa direta. Educandos atendidos pela FCM. PROEX/NUEC – UNEB. Maio 2011.

Nota: A tabela se refere a uma questão de resposta múltipla. A análise deve ser feita no % casos válidos.

le de tais atos. Isso foi registrado em questões anteriores quando os entrevistados relatam as mudanças da vida após o ingresso na FCM, conforme destacado no excerto que segue: «Mudou, pois agora sei mais sobre o racismo e me valorizo mais, sei me definir como cidadã de bem» (Entrevistada Canabrava).

O tema da violência foi desdobrado em outras questões do roteiro, uma delas se referiu ao local onde ocorrera a situação violenta com o entrevistado, conforme apresentado no Gráfico 09 a seguir.

Conforme observado, a escola é o local que concentra o maior percentual de ações violentas apontadas pelos entrevistados (41,1%), seguida da residência (26%) e bairro (24,7%).

Estudos revelam que os comportamentos violentos na escola podem ser exógenos, no sentido de que acontecem de fora para dentro em bairros pobres, degradados e pautados pelo tráfico – que invadem o ambiente escolar –, ou mesmo endógenos, quando a instituição não se organiza no sentido de criar um ambiente tranquilo, coibir situações de indisciplina e estimular valores positivos aos jovens estudantes (Matos; Carvalhosa, 2001).

Interessante destacar que no caso das escolas da FCM aparece um número pouco significativo de casos (3), indicando um bom desempenho da Fundação no sentido do contro-

Sobre o tema confiança nas instituições, os entrevistados avaliaram algumas instâncias de defesa dos direitos da criança e adolescente, conforme apresentado no próximo item.

4.1.4 Opinião sobre instituições de defesa da criança e adolescente e protagonismo juvenil

Constitui-se uma tarefa importante indagar sobre a aceitação e confiança dos jovens, que vivem em um contexto violento, nas instituições mediadoras de conflitos. Conforme Gráfico 10, acerca da opinião sobre os órgãos de combate à violência e proteção juvenil, obteve-se o seguinte resultado:

A FCM é a instituição que detém o maior nível de confiabilidade entre os jovens, pois 71% a consideraram *excelente* em termos do combate à violência. Tais dados referem-se a uma percepção da importância da mesma para os jovens por ela atendidos, conforme sugerem os depoimentos: «Quando entrei aqui tudo mudou, saí da rua, fico menos vulnerável às brigas» (Educando Saramandaia).

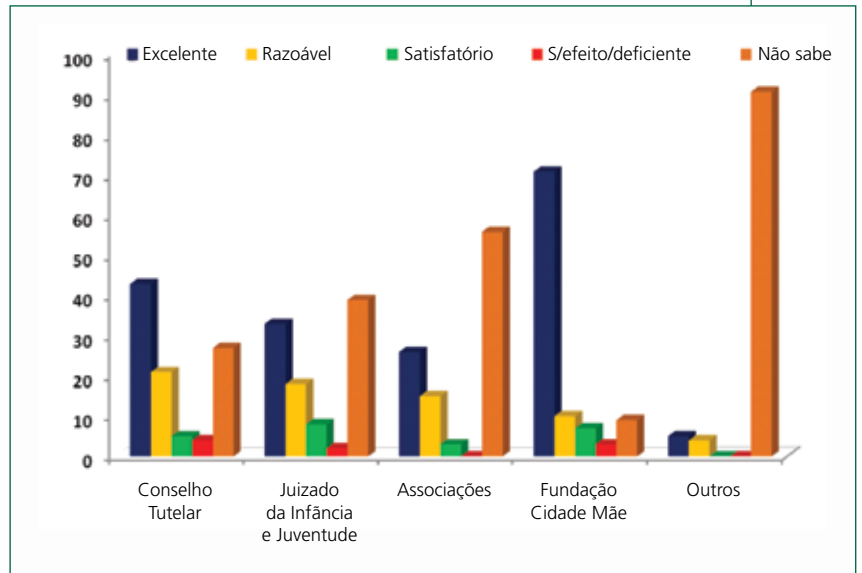


Gráfico 10: Opinião/Avaliação em relação aos órgãos e grupos de combate à violência.

Fonte: Pesquisa direta. Educandos atendidos pela FCM. PROEX/NUEC – UNEB. Maio 2011.

5. Dificuldades encontradas

A pesquisa foi realizada nas Unidades da FCM presentes em seis comunidades de Salvador. Durante as atividades de campo os pesquisadores registraram em seus relatórios o medo da violência e a sensação de insegurança em transitar nesses espaços periféricos da capital baiana.

Outro entrave referiu-se à dificuldade de obter informações, das crianças e jovens, sobre a temática violência sexual. Isto porque esta enseja melindres, principalmente nesta faixa etária. Assim, não se obteve informações sobre o tema, a despeito dos indícios de violência sexual sofrida por alguns. Fugiam do assunto e, em alguns casos, usavam de ironia como forma de proteção e preservação pessoal. Consequentemente a parte do questionário dedicada ao tema não fora preenchida.

Vale ressaltar enquanto limites dessa pesquisa a ausência de uma investigação mais aprofundada a partir das entrevistas com as famílias dos educandos atendidos pela FCM, com os gestores e educadores, a inexistência de uma etnografia das comunidades em que estes fazem parte e também a formação de grupos focais envolvendo os diferentes atores (educandos, família, instituições e comunidades) que permitisse o trabalho com a técnica do Teatro do Oprimido, para que esses sujeitos pensassem seus principais problemas e eles próprios a partir de suas representações apresentassem as soluções construídas coletivamente para o enfrentamento de tais questões.

6. Algumas considerações: pontos a serem analisados e aprofundados

A partir da pesquisa realizada com os educandos da Fundação Cidade Mãe e dos indicadores socioeconômicos do Estado da Bahia percebeu-se o crescimento significativo de crianças, adolescentes e jovens em situações particulares de denegação de direitos elevando, as incidências da violência nas suas múltiplas dimensões.

No caso desses sujeitos da pesquisa percebeu-se, através das suas representações, a importância do papel da Fundação Cidade Mãe no sentido de ressocialização por meio de práticas sócio educativas reproduzidas nos seus espaços de esporte, cultura,



Salvador. Um momento da apresentação do projeto.

lazer, qualificação profissional e participação cidadã interferem fortemente na sua forma de vida e reprodução, afastando-os da sociabilidade violenta que precisa ser combatida. Entretanto, tais ações precisam ser fortalecidas e ampliadas, por meio de investimentos públicos e parcerias no sentido de intervir também nas comunidades, nas famílias, nas escolas e demais esferas de sociabilidade infanto-juvenil. Pois, somente uma articulação em rede poderá garantir uma cultura de paz, em contraposição

a uma cultura da violência, combatendo a exclusão social e a vulnerabilidade socioeconômica, fomentando o protagonismo infanto-juvenil na direção do desenvolvimento social.

Dessa forma a Fundação Cidade Mãe ao implantar o Observatório do Mundo Juvenil deve analisar tais questões criando assim um espaço de trocas e reciprocidades que promova interfaces entre as diferentes dimensões da vida cotidiana (convivência familiar, escolar e comunitária) desses atores, visando construir de forma legitimada, políticas públicas representativas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança, do adolescente e da juventude.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Perseu. *Pesquisa em Ciências Sociais: um guia para estudantes*. Salvador: Núcleo de Recursos Didáticos da UFBA, 1974.
- ARENDRT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1973.
- AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira (Orgs.). *Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu Editora, 1989.
- AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira. *Incesto ordinário: a vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas conseqüências psicológicas*. Em AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira (Orgs.). *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento* (pp. 195-208). São Paulo: Cortez, 1993.
- BAHIA, Governo do Estado. *Plano de ocupação para a área do miolo de Salvador*. Salvador: CONDER/SEPLAM, 1985.
- BRASIL. *Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 13/07/90*.
- BRASIL, República Federativa – Ministério da Criança. *O combate à violência contra crianças e adolescentes no Brasil de hoje*, 1990.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A “juventude” é apenas uma palavra*. Em: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.
- CALLIGARIS, Contardo. *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CONDER (Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia). *Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: Fundação João Pinheiro, 2006.
- DELLA BARBA, Patrícia Carla Souza; MARTINEZ, Claudia Maria Simões; CARRASCO, Bianca Gonçalves. *Promoção da saúde e educação infantil: caminhos para o desenvolvimento*. Em: *Paidéia*, vol. 13, nº 26 (2003).
- DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- DE MAUSE, Lloyd. *História de la infância*. Madri: Alianza Universid, 1991.
- DURKHEIM, Emile. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GUIMARÃES, Sílvia Pereira; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. *Norma Social Violenta: Um Estudo da Representação Social da Violência em Adolescentes*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20 (2), pp. 188-196, 2007.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MATOS, Margarida Gaspar de; CARVALHOSA, Susana Fonseca. *A violência na escola: vítimas, provocadores e outros*. Tema 2, nº 1. Faculdade de Motricidade Humana/ PEPT – Saúde/GPT da CM Lisboa. 2001.
- MATURANA, Humberto. *Emoções e Linguagem na Educação e na Política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MAUSS, Marcel. *Trois observations sur la sociologie de l'enfance*. Gradhiva, 20, 1996.
- MINAYO, Maria Cecília. *O que você ainda não sabe sobre violência contra a criança*. *Revista Crescer em Família – Ed. Globo*, Ano I, nº 4.
- ____ et al. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- ____ *Fase de trabalho de campo*. Em: *O desafio do conhecimento*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

- MONTANDON, Cléopatre. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, nº 112, Março 2001.
- PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (Org.). *As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando campos*. Em: *As crianças: contexto e identidades*. Braga: Centro de Estudos da Criança, 1997.
- PROUT, Alan. *Reconsiderar a nova sociologia da infância*. Braga: Universidade do Minho – Instituto de Estudos da Criança, 2004.
- RAVENS-SIEBERER, Ulrike; KOKONYEI, Gyongyi; THOMAS, Christiane. *School and health*. Em: CURRIE, Candace; ROBERTS, Chris; MORGAN, Anthony; SMITH, Rebecca; SETTERTOBULTE, Wolfgang; SAMDAL, Oddrun, et al. (Orgs.). *Young people's health in context. Health Behavior in School-aged Children (HBSC) study: international report from the 2001/2002 survey*. Copenhagen: World Health Organization, 2004.
- RIBAS, Fábio Barbosa Jr. *Educação e protagonismo juvenil*. Disponível em <<http://prattein.publier.com.br/dados/anexos/95.pdf>>. Acesso em 28 de junho de 2010.
- RIBEIRO, Luzia. A Efetivação do E.C.A. e do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. *Revista à Criança e o Adolescente em questão*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, Dez. de 1994.
- ROSSIN, Elizabeth. Intervenções junto as famílias em situação de risco pessoal e social. Em: *Cadernos caminhos para a cidadania – Série Escolas de Conselhos*. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, nº 1, 1999.
- SÁ, Celso Pereira De. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SALVADOR, Prefeitura Municipal. *Discussão do PDDU nas Regiões Administrativas de Salvador: Relatório*. Salvador: Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, Coordenadoria Central de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, 2005.
- SÊDA, Edson. O Neoliberalismo, a criança e o século XXI. Em: *Cadernos caminhos para cidadania – Série Escolas de Conselhos*. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, nº 1, 1999
- SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. São Paulo: *Cadernos de pesquisa*, n. 112, Mar/2001. Disponível em <www.scielo.br/pdf/cp/n112/16099.pdf>. Acesso em 21 de junho de 2007.
- SIROTA, Régine. *A escola primária no cotidiano*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- SOUZA, Sinara de Lima. *A violência vivenciada por adolescentes trabalhadores de rua*. Dissertação de mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.
- UCHÔA, Marco. Violência e covardia. *Revista Criativa*, IPERCO, nº 100, Ano IV, set. 1997.
- WAISELFSZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil. Juventude, Violência e Cidadania*. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2004.
- ZALUAR, Alba. *Violência, dinheiro fácil e justiça no Brasil: 1980-1995*. Em: ACSELRAD, Gilberta (Org.). *Avessos do Prazer*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000.
- _____. *Gangues, Galeras e Quadrilhas: Globalização, juventude e violência*. Em: VIANNA, Hermano (Org.). *Galeras Cariocas: Territórios de Conflito e encontros culturais*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 1997.

A EVASÃO ESCOLAR NA CIDADE DE SANTOS

Rosa Maria Stefanini de Macero, Lígia Rosa de Rezende Pimenta,
Jorge Manuel de Souza Ferreira, Jorge Telésforo Branco,
Maria del Pilar Ferrer Camara*

O município de Santos vive um dos melhores momentos de sua história, com investimentos públicos, assim como privados, visando proporcionar aos seus munícipes, uma vida segura, saudável e de oportunidades.

Inquietados com a nossa juventude, em parceria com a Prefeitura Municipal de Turim/ Itália e com recursos da União Europeia, e colaboração da nossa Secretaria de Educação e da Diretoria Regional de Ensino do Estado de São Paulo, a Secretaria de Assistência Social, por trabalhar diretamente com famílias vulneráveis, encetou pesquisa, através do Núcleo de Estudos e Pesquisas (NESE) da Universidade Santa Cecília de Santos, para estudos dos problemas que envolvem nossos jovens, que abandonam as escolas, quer no final do curso fundamental, quer no médio, com o objetivo de desenvolvermos ações para coibir a evasão, o que entendemos ser o grande gargalo na Educação.

Necessitamos inovar, com a reforma do ensino, fazendo-o mais atrativo, tornando a escola mais atraente; acolhedora e apreço aos nossos jovens que deixaram de pertencer à comunidade escolar e que merecem uma atenção especial para o seu regresso à sociedade.

Para coibir o abandono e a evasão escolar, cabe ao Poder Público, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselhos Tutelares e a Sociedade Civil, dar a importância a este problema, atuando cada órgão com prontidão e a sociedade ser menos insensível.

Destacamos os grupos de “redes de conversa”, momento de compartilhar das experiências de cada ator desse processo.

Há necessidade de darmos sequência ao trabalho e, para isso, a implantação do Observatório é de extrema importância para a execução de políticas



Turim, 8 de novembro de 2011 – Palazzo Civico. A assinatura do *Protocolo de amizade, intercâmbios e cooperação descentralizada* entre Santos e Turim pelo Prefeito Piero Fassino e pelo Vice-Prefeito Carlos Teixeira Filho.

* Rosa Maria Stefanini de Macero é coordenadora do Núcleo de Família e Comunidade da PUC-SP; Lígia Rosa de Rezende Pimenta é psicóloga, especialista na área da família; Jorge Manuel de Souza Ferreira é coordenador de pesquisa no Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioeconômicos (NESE) da UNISANTA; Jorge Telésforo Branco é assessor técnico na Prefeitura Municipal de Santos; Maria del Pilar Ferrer Camara é coordenadora de *Mirando al Mundo* na Prefeitura Municipal de Santos.

públicas que estabeleçam a estrutura do ensino. O Município que se preocupa com seus adolescentes, investe no seu futuro.

Carlos Teixeira Filho
Secretario Municipal de Assistência Social

Prefácio

O envolvimento com as questões sociais foi determinante para a escolha do tema a ser trabalhado pelo projeto *Mirando al Mundo* em Santos, fruto da parceria com o Setor de Cooperação Internacional e Paz da Cidade de Turim com recursos da União Européia. Por esse motivo, ao abraçarmos a coordenação local do projeto, propusemos uma pesquisa na área de educação. Conhecer as razões pelas quais os jovens de Santos abandonaram a escola, sempre foi um questionamento das ações desenvolvidas pelos profissionais da área social da Secretaria de Assistência Social. Verificar se as famílias excluídas têm fortes modelos de reprodução, onde a baixa escolaridade dos pais se reflete no nível de escolaridade dos filhos, ouvir dos pais e dos filhos as razões para a questão da evasão e do abandono escolar, e trazer a tona as questões que possibilitem um enfrentamento ao analfabetismo, sob a luz da ciência da pesquisa foi o desafio que lançamos.

Implantar um observatório para subsidiar a construção de políticas multidisciplinares, partindo das questões apontadas pela pesquisa será o passo seguinte, que buscará o sucesso pessoal, escolar, familiar além de incorporar novos padrões culturais e educacionais aos valores das famílias que vivenciam o fracasso escolar nas suas histórias pessoais e na vida dos seus filhos.

Maria del Pilar Ferrer Camara
Coordenadora do projeto *Mirando al Mundo* em Santos, Brasil

1. Introdução

Este relatório apresenta os resultados do projeto *Mirando Al Mundo – Observatório do mundo juvenil na cidade de Santos (São Paulo, Brasil)*, a partir do entendimento das razões para a crise de audiência no ensino médio.

A pesquisa trata dos fatores determinantes da evasão e do abandono escolar¹ no Ensino Médio (EM) e na educação para adultos (EJA), a partir da abordagem de perspectiva sistêmica² que abrange a complexidade dos fatores envolvidos na relação jovens e escolas. A pesquisa foi realizada no município de Santos, litoral do Estado de São Paulo, com jovens que abandonaram os estudos, além de entrevistas com educadores e com jovens que ainda permanecem na escola.

Em relação ao fator da pobreza e a problemática da evasão escolar, importante considerar que pesquisa recente (MEC, 07/05/2010) concluiu que estudantes cujas famílias recebem dinheiro do programa de transferência de renda *Bolsa Família* apresentam

¹ O conceito de evasão refere-se ao aluno que desiste de frequentar a escola e não retorna ao sistema no ano seguinte. Já abandono é o aluno que deixa a escola, mas se matricula novamente no próximo ano. Um aluno afastado por abandono é um aluno que abandona ou deixa de frequentar a escola sem ter solicitado transferência.

² O pensamento sistêmico diz que as crises e os problemas só podem ser entendidos e resolvidos se forem percebidos como partes integrantes de uma rede complexa de fatores em interação. São bases do pensamento sistêmico a teoria da comunicação, que aponta para o fato de que a comunicação é o elemento que une os indivíduos, a família e a sociedade, permitindo a compreensão de que todo comportamento, todo ato, verbal ou não, individual ou grupal tem valor de comunicação num processo.

melhores índices de aprovação e menores índices de abandono escolar do que os demais alunos da rede pública.

A partir deste cenário, busca-se, nesta pesquisa, o entendimento do fenômeno da evasão e abandono escolar de forma sistêmica, num complexo dinâmico em que atuam diferentes atores: sociedade civil, governo, universidades, escolas, jovens e famílias. Para isso, a pesquisa contemplou metodologias distintas, de abordagens qualitativas e quantitativas, usando em especial a técnica da terapia comunitária integrativa para a realização de “rodas de conversa” com os jovens, a fim de compreender sob um olhar inovador o fenômeno da evasão escolar.

2. Metodologia aplicada e instrumentos de pesquisa

A pesquisa foi realizada em três etapas. Na primeira delas, foi aplicado um questionário junto aos estudantes que estão fora da escola, visando traçar um perfil objetivo destes alunos, bem como conhecer suas visões e opiniões sobre a escola e o sentido que a escola, o estudo e a evasão ou abandono da escola assumem no delineamento de seus projetos de vida.

Na segunda etapa, foram realizados grupos de diálogo denominados “rodas de conversa”, inspirados na metodologia da terapia comunitária integrativa, que envolveram jovens que abandonaram a escola e jovens que permaneceram estudando.

Na terceira etapa, foi aplicado um questionário junto aos coordenadores pedagógicos e os orientadores educacionais das escolas, por considerar que os mesmos atuam como porta vozes da escola, em relação à vida escolar do aluno e a rotina escolar e por serem os profissionais que apresentam domínio das informações necessárias para a melhor compreensão do fenômeno.

2.1. Etapa 1 – Pesquisa quantitativa

O tamanho da amostra realizada de 354 alunos em suspeita de evasão escolar e um nível de confiança 95% eleva a margem de erro para 4,52%.

A amostra manteve a representatividade de cada um dos grupos participantes, considerando o nível de escolaridade: Ensino Médio e EJA, a localização da escola e a proporcionalidade de acordo com a população dos territórios, com base referencial dos bairros, contemplando as 6 áreas do município de Santos: Zona Central e Área Continental, Zona Noroeste, Zona da Orla, Morros, Zona Intermediária e Centro Histórico.

2.1.1. Capacitação da equipe de pesquisadores

A fase de treinamento e capacitação para a pesquisa quantitativa foi realizada em parceria com a UNISANTA. Vinte e oito acadêmicos do curso de Pedagogia apresentaram interesse na pesquisa.

2.2. Etapa 2 – Terapia comunitária integrativa (“Rodas de conversa”)

As rodas de conversa foram encontros com jovens baseados no método da terapia comunitária integrativa que traz em seu bojo a ética que orienta a busca do rompimento do isolamento entre o saber científico e o saber popular, esforçando-se para exigir um respeito mútuo entre as duas formas de saber. A terapia comunitária integrativa é um espaço democrático onde se procura partilhar experiências de vida e sabedorias de forma horizontal e circular. Todos são co-responsáveis na busca de soluções e superação dos desafios do cotidiano, em um ambiente acolhedor e caloroso.

A terapia comunitária integrativa seguiu, de maneira geral, os seguintes passos: dinâmicas de aquecimento, dinâmicas de apresentação e de pertencimento. Após essa rodada de dinâmicas, iniciava-se a discussão sobre a pergunta-mote: «Quais as razões que o fizeram deixar de estudar?». Essa fase era um compartilhamento de experiências, sem aconselhamento, crítica ou julgamento. No final, o terapeuta comunitário fazia uma síntese e uma dinâmica de encerramento.

Foram realizadas quatro rodas de conversa, sendo três com jovens evadidos, somando 20 participantes e uma com jovens que estão na escola, somando 16 participantes.

2.3. Etapa 3 – Entrevista com educadores

Foram realizadas trinta e duas entrevistas com educadores da rede municipal e estadual do Município de Santos. O questionário elaborado para estas entrevistas contou com treze questões, em sua maior parte abertas, que foram tabuladas e categorizadas³ conforme as opiniões expressas.

3. Resultados alcançados

Apresentamos aqui os resultados alcançados em cada uma das etapas da pesquisa, separados por cinco grandes temas: perfil do jovem que abandonou a escola, o relacionamento deste jovem com a escola, os motivos da evasão conforme os jovens, os motivos da evasão conforme os educadores e o contraponto com os jovens que permaneceram na escola. Na medida em que os dados permitirem, será apresentado o entrecruzamento entre aqueles obtidos a partir da pesquisa quantitativa e qualitativa.

Condição da residência	Frequência	Percentual
Casa de alvenaria aparência normal	183	51,69
Casa de alvenaria em estado precário (ruína ou maloca)	54	15,25
Apartamento	39	11,02
Barraco	35	9,89
Chalé aparência normal	14	3,95
Palafita	12	3,39
Cortiço e outros	11	3,10
Cômodo	3	0,85
Armazém / Galpão	2	0,56
Quarto e banheiro	1	0,28
Total	354	100

Tabela 01.

³ Apresenta-se o resultado correspondente na seção *Resultados alcançados* do presente relatório.

3.1. Perfil dos jovens evadidos

3.1.1. Local e condições de moradia

Foram localizados jovens evadidos em trinta e três bairros de Santos. A maioria reside na Zona Noroeste (33,6%) e Morros (31,9%), seguido por Centro Histórico (20,1%) finalmente na Zona Intermediária (12,4%) e Zona da Orla (2%).

Em relação às condições de residência, a grande maioria habita em ruas urbanizadas com asfalto e casas de alvenaria.

3.1.2. Renda e classe social

Em relação à renda familiar, obtivemos a média de R\$ 955,89. A maior renda declarada foi de R\$ 10.000,00 e a menor R\$ 0,00. Valores que apresentam incidência de um caso para cada um deles.

As maiores freqüências, no entanto, estão na faixa de até dois salários mínimos, que em 2010 era de R\$ 510,00. A renda familiar média foi de R\$ 955,89, com desvio padrão de R\$ 963,95, indicando o uso da Moda (R\$ 510,00) para representar a população.

Os Gráfico 01 abaixo apresentam a frequência por faixa de renda.

A partir da análise da posse de alguns bens, como TV, geladeira, rádio, automóvel, etc., foi relacionado o total de famílias por classe social: 61,3% pertencem à Classe C.

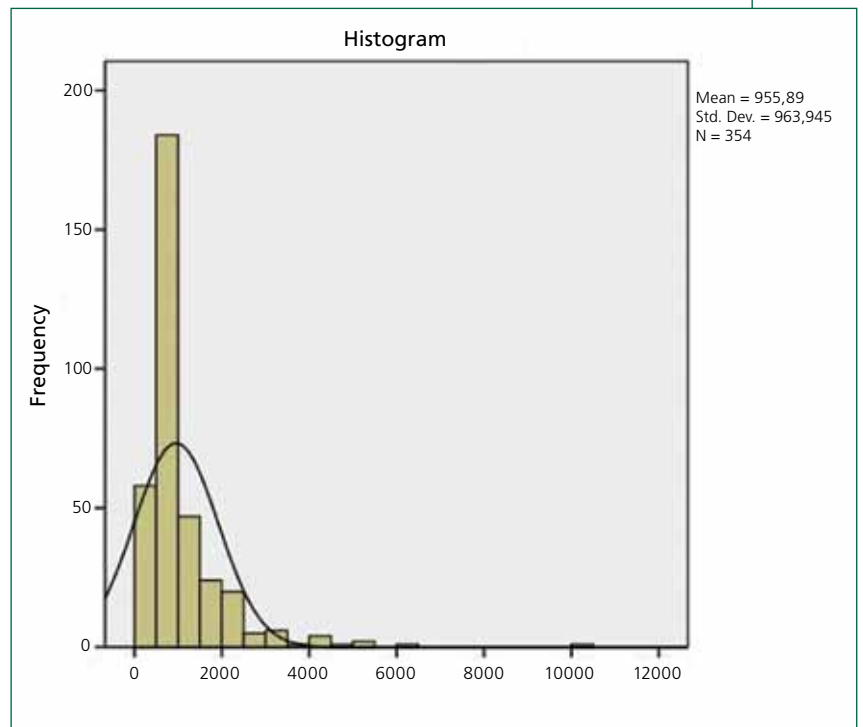


Gráfico 01: Renda familiar total sem programas.

Renda	Frequência	Porcentagem	Porcentagem cumulativa
Até R\$ 70,00	18	5,1	5,1
R\$ 70,01 a R\$ 140,00	7	2,0	7,1
R\$ 140,01 a R\$ 255,00	12	3,4	10,5
R\$ 255,01 a R\$ 510,00	93	26,3	36,7
R\$ 510,01 a R\$ 1.020,00	141	39,8	76,6
R\$ 1.020,01 a R\$ 1.530,00	32	9,0	85,6
R\$ 1.530,01 a R\$ 2.550,00	34	9,6	95,2
Acima de R\$ 2.550,01	17	4,8	100
Total	354	100	

Tabela 02.

3.1.3. Configurações da família

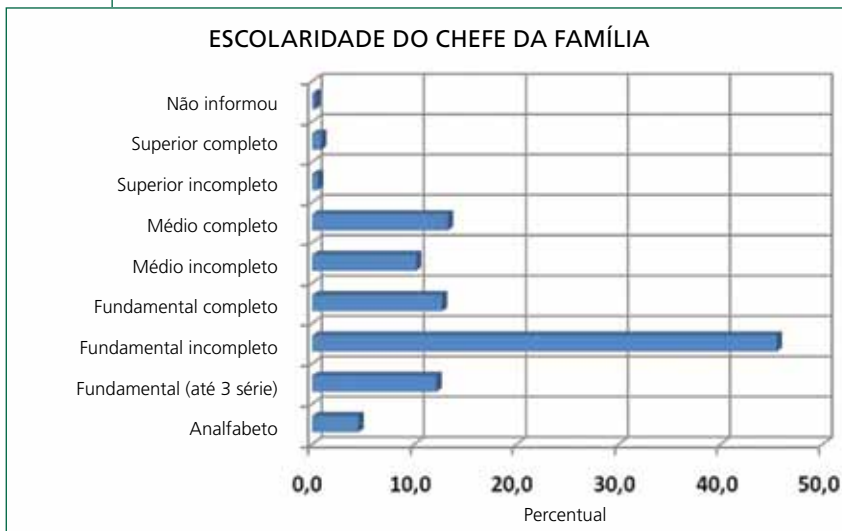


Gráfico 02: Escolaridade do chefe da família.

Em relação aos chefes de família, 51% são mulheres, e a média de anos de estudo é de 6,4 anos, com 51% com Ensino Fundamental incompleto (Gráfico 02).

3.1.4. Cor / raça, idade e posição do jovem na família

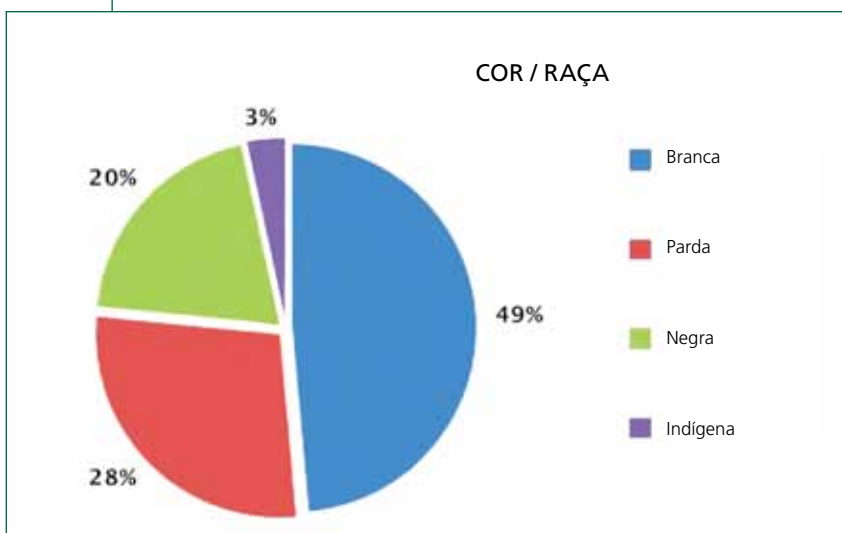


Gráfico 03: Cor / Raça.

Dos entrevistados, 48,6% são da raça branca, 52% têm de 16 a 20 anos de idade e 51,4 são homens. Em relação à família 62,4% são filhos. (Gráfico 03 e 04).



Gráfico 04: Dispersão dos entrevistados por idade.

3.2. Escolaridade e relacionamento dos jovens com a escola

A grande maioria dos jovens entrevistados (mais de 95%) informou saber ler e escrever. Em relação ao último ano de estudo, a maioria abandonou o estudo entre o sexto ano do Ensino Fundamental e o primeiro ano do Ensino Médio.

Embora o objetivo inicial desta pesquisa tivesse como proposta trabalhar com jovens na faixa etária de 14 a 29 anos evadidos ou que haviam abandonado a escola, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio e tendo em vista a dificuldade de localização, da amostra exclusiva de jovens que abandonaram a escola no Ensino Médio, o estudo considerou todos os jovens que responderam ao chamado, incluindo jovens do EJA no nível do ensino fundamental. Desta forma abordamos o sistema escolar como um todo para a realização desse estudo.

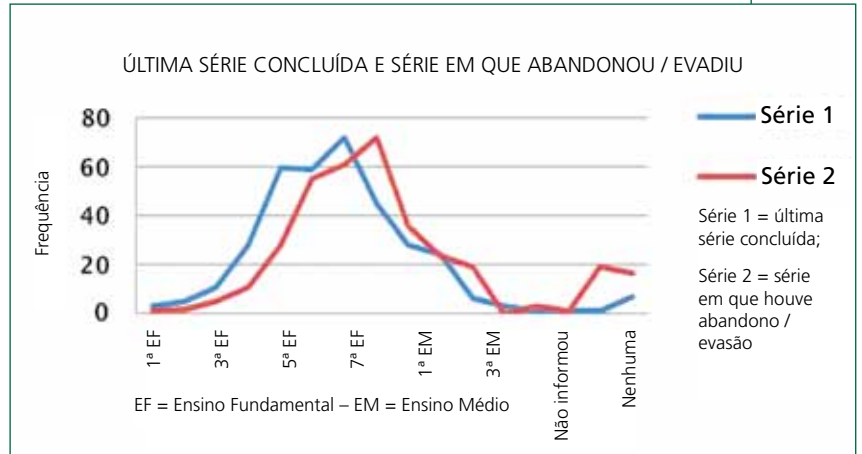


Gráfico 05: Última série concluída e série em que abandonou / evadiu.

Quando perguntado ao jovem qual foi o último ano que freqüentou a escola, a média de anos em situação de evasão é de 3,4 anos da última série concluída e 1,5 anos da série que abandonou, em relação à data da pesquisa (2010) (Gráfico 05).

No que se refere ao relacionamento com a escola, 30,8% disseram gostar de matemática, e do motivo para gostar da aula 50,8% mencionaram que se identificavam com a matéria ou tinham facilidade em alguma delas (Gráfico 06).

Como fator positivo da escola, 29,6% citaram os professores e, de negativo, a bagunça com 20%, foi o motivo principal. Quanto à atividade extra-classe houve empate entre os que afirmaram existir e não existir. Dentre as trinta e duas atividades citadas, destacou-se o futebol com 27,1% e ao serem perguntados sobre realizar estas atividades 48,2% afirmaram ser positivo.



Gráfico 06: Preferências na escola.

Motivos das preferências escolares	Frequência	Percentual
Tinham facilidade/Identificação ou gostavam da matéria	160	50,79
Gostava de cálculos	34	10,79
Professor(a)	25	7,94
Professor(a) ensinava bem	15	4,76
Não informou	16	5,08
Queria falar/escrever corretamente	9	2,86
Tem interesse em aprender outro idioma	8	2,54
Gostava das atividades/trabalhos	7	2,22
Estimula o raciocínio	6	1,90
Falava sobre o passado	6	1,90
Gostava de desenhar	5	1,59
Gosta de ler	3	0,95
A aula era dinâmica	2	0,63
Curiosidade	2	0,63
Falava sobre o corpo humano	2	0,63
Gosta de desenhar mapas	2	0,63
Gostava de lógica e objetividade	2	0,63
Incentivo do professor(a)	2	0,63
Não tinha cálculos	2	0,63
Colaboração dos alunos na aula	1	0,32
Falava sobre a natureza	1	0,32
Gosta de computador	1	0,32
Gosta de escrever	1	0,32
Gostava de gráficos	1	0,32
Incentivo da mãe	1	0,32
Não precisa de papel nem borracha	1	0,32
Total	315	100

Tabela 03.

O que destacou de positivo na escola (10 principais)	Frequência	Percentual
Os professores	104	29,55
O ensino	56	15,91
As amigas	34	9,66
Não tinha nada positivo	25	7,1
Os alunos	16	4,55
A direção	15	4,26
A aula de educação física	13	3,69
As refeições	10	2,84
Gostava de tudo	6	1,70
As atividades extras curriculares	5	1,42
Não informou ou não soube informar	46	13,07

Tabela 04.

O que destacou de negativo na escola (10 principais)	Frequência	Percentual
A bagunça	71	20,06
Nada (tudo bom)	31	8,76
Os alunos	29	8,19
Os professores	27	7,63
A direção	19	5,37
Falta de professores	15	4,24
As refeições	11	3,11
Os horários	10	2,82
O ensino	8	2,26
Não informou/ não responderam	60	13,56

Tabela 05.

Relação de atividades extraclasse oferecidas na escola (mencionadas pelos entrevistados)	Frequência	Percentual
Futebol	45	27,11
Passeios	19	11,45
Informática	16	9,64
Educação física	14	8,43
Escola da família	17	10,24
Não informou	8	4,82
Excursões	5	3,01
Teatro	5	3,01
Basquete	4	2,41
Dinâmicas	3	1,81
Vôlei	3	1,81
Campeonatos	2	1,20
Exibição de filmes	2	1,20
Palestras	2	1,20
Passeios culturais	2	1,20
Amigos da escola	1	0,60
Artesanato	1	0,60
Atividades	1	0,60
Banda da escola	1	0,60
Curso de qualificação profissional	1	0,60
Cursos no final de semana	1	0,60
Dança	1	0,60
Escola total	1	0,60
Festa junina	1	0,60

Festas típicas	1	0,60
Gincanas	1	0,60
Grêmio	1	0,60
Laboratórios	1	0,60
Oficinas de culinária e limpeza doméstica	1	0,60
Pintura	1	0,60
Programa da Prefeitura	1	0,60
Programa nossa escola	1	0,60
Recreativo	1	0,60
Time de handebol	1	0,60
Total	166	100

Tabela 06.

Em relação às amizades e ao convívio com outros alunos, mais de 85% relataram que chegou a fazer amigos na escola e que esses amigos, em 78% dos casos, permanecem estudando. Em relação aos demais alunos das respectivas escolas, 50,8% acharam os demais alunos comprometidos com os estudos. 48% dos entrevistados afirmaram participar de atividades extra-classe. No que tange à violência nas escolas 71,2% afirmaram que não tiveram problemas, mas atos de violência foram anotados por 37,0% como ocorrências no ambiente escolar. Drogas ilícitas - 58,2% disseram que nunca viram na escola e 76,5% não foram convidados a experimentar.

3.3. Motivos da evasão: o ponto de vista dos jovens

No questionário utilizado nas entrevistas, foram indicados dezenove possíveis motivos para a evasão, além de um espaço para anotações de motivos que fugissem aos indicados no instrumental. Sair da escola para trabalhar ou procurar emprego foi o motivo mais citado, com 30,23%. Os principais motivos citados estão abaixo:

Motivo	Frequência	Percentual
Trabalhar ou procurar emprego	107	30,23
Não gosto de estudar/desinteresse	67	18,93
Cuidar dos filhos	62	17,51
Gravidez	36	10,17
Em reclusão	20	5,65
Falta de transporte escolar/ escola longe/distância	19	5,37

Tabela 07.

Quando levada a mesma pergunta aos 20 jovens que participaram das rodas de conversa, este quadro pôde ser detalhado e aprofundado, e os motivos levantados foram:

Categorias / Motivos	Relatos dos jovens
Stress / Necessidades pessoais	Alguns dos presentes colocaram que o cansaço de precisar trabalhar e estudar os fez desistir de estudar.
Conflitos familiares	A falta de motivação de um dos integrantes foi relacionada à falta de interesse da responsável pela sua vida escolar.
Falta de motivação	Outro participante alega que a professora era muito despreparada, não sabia ensinar e provocou seu desinteresse e evasão.
Violência	Um dos integrantes relatou a violência dos colegas quanto à discriminação em especial no que se refere a não compreensão de seu vocabulário, aliado a falta de interesse dos seus responsáveis por sua vida escolar, com maior ênfase as brigas que provocaram a “expulsão” de uma escola. Outro integrante traz a violência de envolvimento com drogas, com gangues, culminaram na expulsão da escola, inclusive com sua detenção.
Problemas relacionais com a escola / Rejeição	Outro participante coloca que a diretoria era muito intolerante e o perseguiu, especialmente com relação a horário de entrada, impedia-o de entrar na segunda aula. Três dos participantes se sentiram rejeitados nas escolas dois pelos professores e um pelos alunos.
Conflitos familiares	Uma das participantes abandonou a escola por problemas de ordem familiar, engravidou e precisou trabalhar para manter o filho, pois não contou com apoio da mãe.
Questões domésticas ou familiares	Outra participante colocou que a gravidez a fez se sentir envergonhada e deixou de ir à escola, pensava poder retomar no ano seguinte sem que ninguém a questionasse.
Angústia / Nervosismo	Um dos participantes coloca sua grande angústia e nervosismo por não conseguir aprender, fatos que fizeram com que não quisesse mais ir à escola.
Dificuldade de aprendizagem ou repetição	Outra integrante da roda apresenta que tinha dificuldade de aprender e chorava muito, ficava muito nervosa e acabou ficando doente e não voltando à escola.
Depressão / Perda Fatores limitantes / Morte	Dois integrantes relataram que a perda dos pais e a mudança para casa de parentes os fizeram ir trabalhar e não voltar à escola.
Mudança de cidade / Vergonha novo ambiente, diferença cultural	Um dos participantes ao se mudar para Santos ficou com vergonha de voltar à escola, devido defasagem idade/série.

Tabela 08.

De acordo com os resultados, a partir de dados obtidos montamos um quadro que destaca os seguintes fatores como dificultadores para a permanência na escola.

Fatores dificultadores
1) Necessidades pessoais: – Necessidade de trabalhar ou de cuidar da família; gravidez
2) Estressores sócio-emocionais: – Cansaço, angústia, depressão, vergonha
3) Conflitos familiares: – Falta de apoio ou dificuldades financeiras e emocionais com a família
4) Problemas de relacionamento com a escola: – Violência, intolerância, rejeição
5) Mudança: – De escola, de bairro

Tabela 09.

Mas apesar de ocorrer à evasão e o abandono escolar, 61,3% dos entrevistados afirmaram que o estudo tem grande importância para os seus objetivos de vida. Além disso, mais de 60% reconhece que o diploma de estudo representa sucesso profissional (Gráfico 07 e 08).

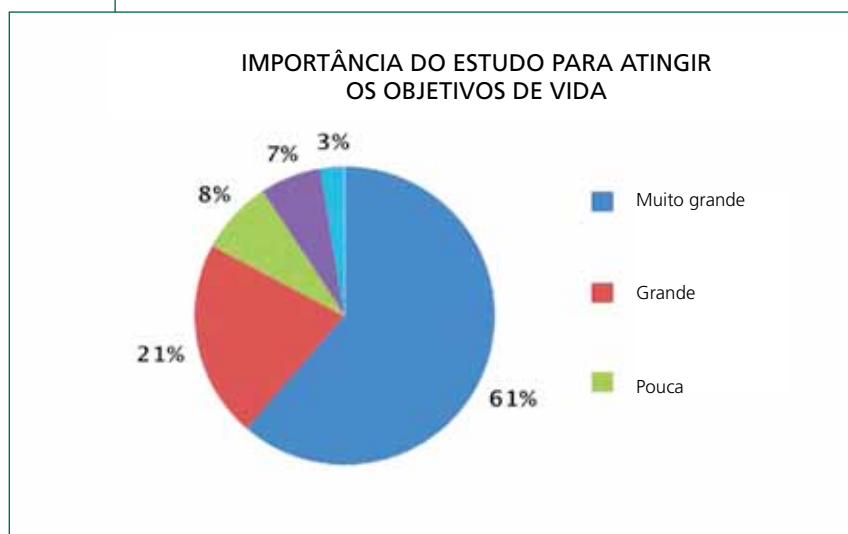


Gráfico 07: Importância do estudo para atingir os objetivos de vida.

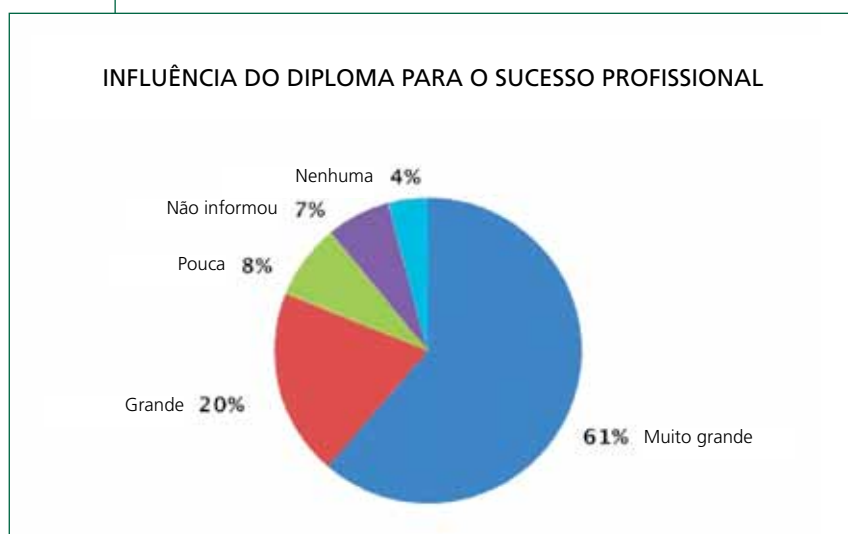


Gráfico 08: Influência do diploma para o sucesso profissional.

Contudo, essas informações contrastam com a ponderação⁴ dada pelos jovens a 4 quesitos:

Quesito	Nota ponderada
Obter / Manter um emprego	4,7
Cuidar da família	4,7
Cuidar da casa	4,3
Estudar	4,2

Tabela 10.

⁴ Nota dada em escala de 1 a 5, onde 5 é muito importante e 1 é pouco importante.

Observa-se que, em termos da importância que o jovem atribui aos estudos, esta é a menor dentre outras atividades que o jovem se envolve, tais como trabalhar, cuidar da família e da casa. Relaciona-se a isso também que o segundo motivo mais mencionado na pesquisa foi o desinteresse pelos estudos. Daí pode-se concluir que:

- o jovem, apesar de gostar e achar a escola positiva, não prioriza os estudos em detrimento de outras atividades, como o trabalho;
- isso ocorre, dentre vários fatores, pela necessidade imediata de condições materiais (gerar renda financeira);
- a despeito disso, considera o estudo importante para assumir melhores condições de vida, ainda que, no presente, prefira abandoná-lo.

3.4. Fatores que influenciam a evasão escolar

Calculada a variância entre fatores de evasão (sexo, renda familiar, escolaridade dos pais e local de moradia) pode-se verificar que a variável sexo não é significativa. Com confiança de 95% as demais variáveis influenciam a evasão.

Os dados apontam que os alunos que habitam regiões mais pobres, que possuem renda menor e que são filhos de pais de baixa escolaridade, abandonam com mais facilidade a escola.

No sentido de detectar que fatores poderiam estar correlacionados com os motivos da evasão foram calculadas as correlações entre motivos e o sexo dos jovens e do chefe da família em relação aos seguintes fatores: sexo e o nível de escolaridade, sexo e a condição de moradia e sexo e o nível de renda.

Fatores que influenciam a evasão escolar
1) Nível de escolaridade dos pais
2) Condição de moradia e acesso à rede de serviços sociais
3) Nível de renda familiar

Tabela 11.

3.5. Motivos da evasão: o ponto de vista dos educadores

A partir das respostas dadas pelos educadores em relação à pergunta «Em sua opinião, a evasão escolar está relacionada à quais fatores?», foi feito um trabalho de categorização das respostas. Os principais motivos citados foram:

1. *Necessidades pessoais*, ligadas, principalmente à necessidade de trabalhar e aos problemas socioeconômicos (necessidade de dinheiro, inclusive para o transporte até a escola).
2. *Falta de motivação*, entendida como desinteresse pelo estudo, desânimo, e vontade de namorar. Atenta-se a isso, também, o desinteresse dos responsáveis pela vida escolar e a ausência de serviços auxiliares para acompanhamento dos alunos.
3. *Questões domésticas ou familiares*, tais como cuidar dos filhos, ajudar nos afazeres domésticos, tomar conta dos irmãos, dos sobrinhos, gravidez e casamento.
4. *Problemas relacionais com a escola*, como problemas com professores ou direção escola, expulsão, falta às aulas, ausência de matrícula, insegurança.
5. *Problemas da escola*: acesso, estrutura e funcionamento, falta de transporte escolar/ escola longe/distância, falta de vaga, problema de horário das aulas, cancelamento de vaga, falta de professores, bagunça na escola, o ensino era ruim, falta de supletivo, falta de iluminação. E também: grade curricular desatualizada, aulas desinteressantes, professores desmotivados, a carga horária dos professores ser grande, falta de professores de matérias específicas.

6. *Mudança* (de cidade, de casa).
7. *Doença ou incapacidade / Fatores limitantes / Morte*.
8. *Dificuldade de aprendizagem ou repetição*.
9. *Impedimentos familiares* (falta de dinheiro, os pais não querem, não tem quem o leve até à escola, ausência de participação dos responsáveis, conscientização dos responsáveis com baixa escolaridade da importância do estudo).
10. *Problemas de conduta* (jovem que se encontra em reclusão, envolvimento com drogas, brigas e expulsão).

3.6. O ponto de vista dos jovens que permaneceram na escola

De acordo com a complexidade da questão abordada, quisemos cotejar todas as questões explicativas no sentido de ter uma compreensão mais ampla do problema e criar condições para sugerir as medidas adequadas para cada interface da questão que é motivo do presente estudo. Por isso, foi realizada uma “roda” de terapia comunitária integrativa com a participação de dezesseis jovens que permaneceram na escola, buscando descobrir razões dessa permanência. As principais respostas seguem abaixo:

Sentimentos	Relatos	Enfrentamento
<i>Satisfação / Alegria</i>	Alguns jovens expressaram a alegria de romper com o modelo familiar e estar conseguindo trilhar um caminho onde esperam conseguir uma qualificação profissional que os coloque num outro patamar (superação), que não mais vivenciem as experiências de suas mães que trabalham como diaristas ou empregadas domésticas mensalistas.	Estudam mesmo com algumas dificuldades (a escola nem sempre tem bons professores, os colegas nem sempre tem objetivos comuns e atrapalham). Têm objetivos claros e metas definidas, desejam cursar faculdade.
<i>Apoio familiar</i>	Todos sem exceção relataram contar com apoio da família e consideram fundamental esse apoio.	Todos sem exceção relataram contar com apoio da família e consideram fundamental esse apoio.
<i>Qualidade de vida para a filha</i>	Uma das jovens presentes relata que após ser mãe compreendeu a importância dos estudos, ato que fez com que a mesma retomassem sua vida escolar com grande empenho.	Realizar o sonho de ter uma casa própria, com conforto. A meta e o objetivo estão fortemente presentes em sua vida cotidianamente.
<i>Desilusão com amigos</i>	Um dos jovens relata que mesmo sem nunca haver deixado de estudar frequentava a escola para não «aborrecer a mãe», contudo, não se importava em aprender e estudar. Vivia noutro mundo, preocupado com música apenas. A partir de um curso que fez do centro da juventude ofertado pelo CRAS, de iniciação para o mundo do trabalho se deu conta que estava perdendo tempo com os «amigos falsos, que o arrastavam para fora do mundo, julgando todos e tudo». Largou os amigos, que hoje não os vê como sendo bons amigos, pois a visão de mundo não condiz com a realidade e as necessidades que o mundo tem.	Ter objetivo de cursar uma boa faculdade e seguir trabalhando e conquistar sua autonomia.
<i>Herança Familiar / Orgulho</i>	Uma jovem declara que sua motivação para estudar advém da herança familiar, uma vez que todos em sua família são professores e conseguem uma qualidade de vida melhor que a grande maioria. Em sua família nunca houve outra opção que não fosse ir para a escola e estudar. Relata que o único tio que não estudou hoje não está muito bem na vida («falando economicamente»).	Ter um objetivo claro e perseguir a meta de se tornar uma vencedora são as fontes de sua superação.

<i>Superação Pessoal / Orgulho</i>	A jovem relata haver estado muito tempo matriculada, indo à escola e ficando do lado de fora com uma turminha e noutras oportunidades ficava dentro da sala, mas não prestava atenção em nada e ficava ouvindo música. Chegou a ser expulsa da escola, por «bagunça, dentro e fora da escola». Sua avó a mandou então para morar com a mãe em Santos e esta «me cercou e apertou e me trouxe para o centro da juventude para fazer o curso de iniciação para o mundo do trabalho e agora corro atrás do prejuízo».	Ter orgulho de ser alguém, ter autonomia e conseguir um bom trabalho. Ter objetivos e metas.
<i>Exemplo / Alegria / satisfação</i>	O relato da professora presente, refere que o pai não lhe permitiu estudar, pois «lugar de mulher era em casa, lavando passando e cuidando de filhos» a obrigou a trabalhar de doméstica, como balconista de padaria até completar 18 anos e poder decidir por retomar seus estudos, formar-se professora e ter pós graduação a tornou uma mulher realizada e feliz.	Obstinação, metas claras e o forte desejo de romper com padrões culturais familiares.
<i>Conquistar / Empoderar-se</i>	Outros alunos relataram o desejo de ter muitas conquistas e entendem que somente estudando terão essas possibilidades, então se empoderaram por meio dos estudos para alcançar essas conquistas.	Ter exemplos de sucesso sempre presentes, com metas e estudo de cursos necessários para vencer barreiras.

Tabela 12.

Como se percebe dos relatos acima, apesar das dificuldades encontradas e sacrifícios exigidos depende em grande medida de valores relacionados de um lado com as expectativas e apoio da família, a herança familiar, de outro, a satisfação de conseguir romper com o modelo de analfabetismo dos pais que não tiveram oportunidade de estudar.

Isso lhes dá orgulho pela capacidade de superação pessoal, pela sensação de conquista, de empoderamento e de boas perspectivas futuras de ascensão social e de transformação da realidade em que estão inseridos.

4. Criticidades

A principal dificuldade encontrada foi o acesso e agendamento de entrevistas com os alunos. Boa parte dos alunos evadidos reside em áreas de risco e de difícil acesso, o que constituiu fator desfavorável ao acesso dos mesmos. Vale acrescentar que os dados da prefeitura não estavam atualizados e como essa amostra inclui pessoas com alta rotatividade domiciliar (devido a dificuldades de moradia e mudanças em virtude do trabalho), fato, este, que, também dificultou o acesso aos jovens definidos como público alvo da pesquisa.

O planejamento inicial, de incluir alunos do curso de graduação de Pedagogia da UNI-SANTA que tivessem vínculos ou que morassem nas imediações dos bairros contemplados na pesquisa, não teve êxito. Principalmente pelo fato dos referidos alunos não senti-



Santos, 28 de fevereiro de 2012. Apresentação do Observatório.

rem aptos para a realização das entrevistas, em virtude da falta de familiaridade com as comunidades escolhidas que os fez sentirem-se inseguros para a realização do trabalho, ocasionando a desistência por parte de número significativos dos mesmos.

Vale ressaltar que houve um maior acesso aos estudantes do EJA. Assim sendo, os dados gerados como já apontado anteriormente, correspondem aos estudantes que evadiram tanto Ensino Médio como do EJA. Embora tal resultado não invalide a questão da existência de evasão, não permitem, entretanto, avaliar a evasão do ensino médio de forma específica como proposto inicialmente.

5. Pontos a serem analisados e aprofundados

Merece atenção a relação dos motivos de evasão com os fatores que a influenciam. Os resultados apontaram uma relação significativa em termos de influência do local de moradia, nível de renda e escolaridade dos pais com a evasão que mostra-se maior nas regiões menos desenvolvidas, mais pobres, menos urbanizadas, com menor oferta de recursos sociais e de redes de programas e projetos sociais ofertados pelo governo nas famílias de menor rendimento financeiro e de menor escolaridade. É necessário aprofundar o estudo, especificamente o estudo dessas variáveis para poder ampliar as informações aqui levantadas. Torna-se fundante obter informações mais precisas sobre como tais variáveis se articulam para que se tenha uma visão sistêmica de sua interdependência a fim de planejar as intervenções efetivas e eficientes, que certamente são de natureza multidisciplinar e intersetorial na medida em que envolvem dimensões diversas da realidade.

Segundo os dados da pesquisa, o maior índice de abandono escolar se dá nas séries imediatamente anteriores à entrada no ensino médio (sexto, sétimo e oitavo ano do ensino fundamental). Torna-se necessário um estudo mais específico desse dado. Quais os fatores que impulsionam o abandono nesse período da vida escolar? As causas desse abandono seriam coincidentes com as do ensino médio ou outras variáveis ganham maior amplitude e latência? A crise no ensino médio é fruto de fatores específicos ou é resultado da crise da educação básica que se faz visível no ensino médio? A resposta a essas questões, entretanto, dependem de uma cooperação dos diferentes níveis de governo, responsáveis pela educação no âmbito federal, estadual e municipal.

6. Conclusões e perspectivas de intervenções voltadas aos jovens após os resultados

Considerando a complexidade do fenômeno aqui estudado, e acreditando na solução por meio de diversos atores e cenários envolvidos, apresentamos abaixo as conclusões e recomendações de forma articulada e integrada, dentro da visão sistêmica que considera a inter-relação entre os múltiplos fatores e atores envolvidos.

- Necessidade de estabelecer um diálogo entre os diversos setores da vida pública para que uma visão mais ampla e integrada (a intersetorialidade) seja estabelecida, com o desenvolvimento de competências para a comunicação, resolução de conflitos e motivação dos parceiros envolvidos de forma participativa e colaborativa.
- Necessidade de um levantamento dos recursos locais (capital social, capital humano e infra-estrutura) para um planejamento conjunto de estratégias de ação que gerem

mudanças efetivas nas comunidades e nos parceiros e que possam interferir nas políticas públicas localmente e globalmente.

- Um trabalho de gestão de informações, com a definição de canais de comunicação, deve ser elaborado considerando-se os cadastros e as bases de dados existentes. Existe um “gap” de troca de dados entre a Prefeitura (responsável pelo EJA – Ensino Fundamental) e a Secretaria estadual de Educação (responsável pelo Ensino Médio). Não existem informações precisas sobre os caminhos tomados pelos alunos na passagem do Ensino Fundamental para o Médio.
- Desenvolver capacidades na equipe escolar para além do aspecto puramente pedagógico, desenvolvendo a escuta de forma acolhedora para que responda de forma efetiva às diversas demandas dos alunos e das famílias.
- Tornar a escola um espaço de diálogo e conversação entre professores, famílias, alunos e a comunidade envolvente com uma atitude de valorização. A escola deve se tornar um local que oportuniza o relacionamento entre os estudantes e a comunidade contribuindo para a qualidade das relações e desenvolvimento de vínculos de confiança.
- As matrizes curriculares devem ser reavaliadas, as disciplinas devem ganhar maior aplicabilidade na vida cotidiana; com ênfase nos saberes presentes e na cultura local.
- Pensar em ações mais sistêmicas que provoquem efeitos no conjunto de motivos que impedem ou desestimulam a frequência regular na escola (ex: transporte, doenças, dificuldades financeiras, emocionais e de aprendizado, necessidade de trabalho ou de cuidado com a família, conflitos e desrespeito).
- Pensar sobre o papel da família enquanto “grupo de referência” para o sucesso da vida escolar. Estimular pais, parentes e amigos a se tornarem os grandes apoiadores da escola e do ensino formal.
- Pensar em estratégias para que os jovens tenham visão de futuro e que invistam em objetivos que possam ser plenamente alcançáveis (pensar na relação entre recursos e possibilidades).
- Promover um trabalho de conscientização que discuta o papel da educação formal de maneira mais ampla. Frequentar a escola não deve ser apenas sinônimo de melhores condições de trabalho ou emprego. Entre os jovens deve ser disseminada a idéia de que a escola é o espaço, por excelência, da promoção da cidadania.
- As recomendações aqui apresentadas, a partir de uma perspectiva inclusiva da educação, tiveram como objetivo organizar uma compreensão mais acurada do que está em jogo neste cenário, considerando a singularidade do aluno, visto no seu contexto mais amplo, nas inter-relações presentes entre aluno, família e escola.
- Acreditamos que o equacionamento destas, entre outras questões, poderá contribuir para uma possível articulação entre os estudos já realizados na perspectiva de criar sinergia no campo da juventude através da promoção conjunta de eventos e pesquisas, ampliando e reforçando esta área de estudos e servindo como justificativa e propósito para a implantação do Observatório de Políticas Públicas Infanto-Juvenis na cidade de Santos.



Um espectáculo do Centro da Juventude da Zona Noroeste de Santos.

- O projeto e a utilização da metodologia escolhida constituem um grande potencial para discutir questões-chave, aliando um processo reflexivo e de qualificação das opiniões, em um exercício colaborativo e participativo na tentativa de compreender o significado e os diferentes tipos de explicação que são dados para justificar e evasão escolar no Ensino Médio.
- A metodologia escolhida, privilegiando questionários com repostas abertas sobre motivos de evasão e abandono com jovens e professores, além das rodas de conversa com jovens que permaneceram na escola, aliando aspectos quantitativos e qualitativos constitui um rico meio de discutir questões chave do processo estudado.
- Evidentemente , consideramos esse o primeiro passo para compreender e intervir num fenômeno de tal importância e complexidade, como a evasão e o abandono escolar e acreditamos que as questões aqui levantadas atuarão como fonte de novos questionamentos que contribuirão para promover e consolidar os objetivos do Observatório de Políticas Infanto-Juvenis do Município de Santos, de forma estratégica e efetiva para consolidar uma política de direitos e de transformação social e de desenvolvimento de competências e de saberes.



Rosto da pesquisa realizada pela Prefeitura de Santos.

SER JOVEM EM VÁRZEA PAULISTA

Anna Luiza Salles Souto e Caroline Hilário Macedo Jarrete*

Apresentação

Desde 2005, o Governo de Várzea Paulista vem implantando ações pautadas num projeto político que busca a transformação da cidade.

Após seis anos de mudanças e o início da construção de uma nova história para Várzea Paulista, vamos aos poucos, alterando este cenário e a cidade está crescendo e se tornando cada dia melhor.

Com 46 anos de emancipação político administrativa, a cidade tornou-se totalmente urbana com uma população em torno de 108 mil habitantes e ainda não encontrou uma vocação para o desenvolvimento econômico que lhe oferte identidade e reconhecimento.

O território da cidade, aos poucos vai se tecendo de forma diferente, conta hoje, com maior infraestrutura, dobrou seu orçamento e oferece mais qualidade nos serviços prestados a população. Porém ainda tem muito a alcançar.

Esta cidade que cresceu e se desenvolveu com o rótulo de cidade inferior, grita hoje por reconhecimento, por novos olhares para as solidariedades produzidas no cotidiano que se gesta nos fazeres e saberes de sua população.

A cidade tem pressa, quer crescer e se desenvolver. A cidade quer mais! Querer mais é seu grito coletivo, sua expressão mais pura.

Assim, se torna possível, neste momento, indagar e analisar a cidade que temos e a cidade que queremos. Temos então a oportunidade de pensar caminhos, possibilidades e limites para esta cidade menina! Temos agora o desafio de apresentar novas formas de enfrentamento das dificuldades e novos percursos para mudanças necessárias em sua estrutura.

Nessa construção temos pela frente dois grandes desafios: a racionalidade para avaliar conquistas concretas que foram estruturantes para a vida em comunidade, como construção de novas escolas, creches, unidades de saúde, pavi-



Turim, 8 de novembro de 2011 – Palazzo Civico. O Prefeito de Turim, Piero Fassino, com o Prefeito de Várzea Paulista, Eduardo Tadeu Pereira.

* Anna Luiza Salles Souto, socióloga, é Directora do Instituto Pólis; Caroline Hilário Macedo Jarrete é funcionária na Secretaria de desenvolvimento social da Prefeitura Municipal de Várzea Paulista.

mentação de vias, ofertas de novos equipamentos, fim da falta de água e assim por diante e também o imaginário das pessoas que vai se tecendo aqui e ali.

Olhar para a racionalidade das coisas e buscar no imaginário da população a ideia de futuro nos dará a chance de olhar Várzea Paulista como uma possibilidade. Nela reside a nossa chance de construir o futuro.

Com o firme propósito de construir um futuro melhor e a partir da crença de que uma outra cidade é possível é que nos dispomos a construir o Observatório da Juventude de Várzea Paulista.

A presença dos jovens é marcante na cidade. Os jovens, entre 15 e 29 anos de idade, representam 30% da população varzina e, portanto, é necessário conhecimento sobre suas principais necessidades e expectativas. É urgente criar espaços de diálogo que dêem ao jovem a voz que ele necessita para ser ouvido, considerando-o como sujeito político, cidadão ativo, capaz de apontar caminhos para o crescimento e desenvolvimento da cidade onde vive.

O diálogo aberto tem sido premissa no Governo municipal. A participação popular e a escolha pela gestão democrática, são eixos essenciais a todos os setores da atual administração.

Nesse contexto e a partir de uma visão de governo voltada para o protagonismo e para a participação social, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social tem investido em ações e projetos capazes de responder as demandas da população jovem do município e o Observatório da Juventude inaugura este novo diálogo e interlocução mais ampla com questões que abarcam a adolescência e a juventude, conhecendo e reconhecendo suas expectativas e anseios de modo geral.

Através do Observatório da Juventude teremos a oportunidade de realizar periodicamente pesquisas quantitativas e qualitativas para melhor identificação das problemáticas que envolvem os jovens da cidade. Isso facilitará a implantação de políticas públicas eficazes e ao alcance desta população. Além disso, a partir dos dados obtidos nas pesquisas poderemos organizar um conjunto de indicadores que serão monitorados e avaliados para que possamos acompanhar o desenvolvimento das políticas juvenis em Várzea Paulista e propor novas metodologias e ações para a consolidação das mesmas.

O Observatório da Juventude, será parte integrante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, no eixo de Participação Popular, coordenado pelo Núcleo de Políticas Públicas para Juventude que terá suas ações subsidiadas pelas informações produzidas e discutidas pelo Observatório da Juventude.

Giany Aparecida Povoá

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Introdução

Este relatório apresenta de forma sintética os resultados finais da pesquisa que envolveu a Prefeitura Municipal de Várzea Paulista e o Instituto Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais.

Considerando a crescente importância da juventude e suas questões neste município, a pesquisa propôs conhecer melhor a realidade dos jovens da cidade com o objetivo de aprofundar a reflexão e subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas a esse segmento. Tal pesquisa teve aporte positivo para a construção do Observatório da Juventude de Várzea Paulista.

A oportunidade criada no âmbito da cooperação junto à Prefeitura de Torino - Itália possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa e a sua articulação com projetos dessa mesma natureza voltados a melhor conhecer as distintas vivências juvenis, de modo a impulsionar o debate e ações voltadas à garantia de seus direitos.

A primeira fase do trabalho envolveu a concepção da pesquisa, etapa que incluiu a construção conjunta do cronograma de trabalho; a definição da metodologia e dos instrumentos de coleta; e a definição do público a ser entrevistado. Essas definições foram feitas pelo Instituto Pólis em conjunto com a equipe do projeto *Observatório da Juventude* durante o mês de julho de 2010.

Cabe mencionar que a pesquisa realizada envolveu dois momentos distintos e complementares. Inicialmente foram ouvidos jovens moradores de Várzea Paulista, de idades entre 15 e 29 anos, selecionados aleatoriamente para compor grupos de discussão. Num segundo momento, buscou-se captar a percepção dos jovens participantes do *Projovem*¹ que, com base no mesmo roteiro aplicado anteriormente, manifestaram sua opinião sobre os temas em foco, contando com a mediação dos monitores do programa.

Metodologia

Para melhor atender aos seus objetivos, na primeira etapa, a pesquisa foi desenvolvida por meio da técnica qualitativa de discussões em grupo. Essa técnica possibilita captar a diversidade de opiniões, sentimentos e motivações sobre um determinado tema, bem como mapear a rede de significados e o universo simbólico em que se insere a relação dos indivíduos com a questão em foco.

Por meio das discussões em grupo buscamos levantar as representações dos/as jovens sobre Várzea Paulista, a sua percepção sobre o ser jovem na cidade, as oportunidades e entraves para a vivência da sua condição juvenil.

O roteiro apresentado a seguir foi o guia orientador das discussões, sempre considerando que questões formalmente idênticas não têm o mesmo significado para indivíduos diferentes.

Amostra

Foram realizados 7 grupos, compostos por jovens moradores de distintas regiões do município de Várzea Paulista, de ambos os sexos, de idades entre 15 e 29 anos. Os grupos foram assim constituídos:

- jovens entre 15 e 18 anos de idade, do sexo feminino;
- jovens entre 15 e 18 anos de idade, do sexo masculino;
- jovens entre 19 e 24 anos de idade de ambos os sexos (misto);
- jovens entre 19 e 24 anos de idade do sexo masculino;
- jovens entre 19 e 24 anos de idade do sexo feminino;
- jovens entre 25 e 29 anos de idade de ambos os sexos (misto).

As discussões em grupo foram realizadas em Várzea Paulista entre os dias 14 e 15 de agosto de 2010. Os grupos foram registrados por meio de áudio e de notas taquigráficas, depois transcritas com vistas a preservar a riqueza das informações posteriormente sistematizadas e analisadas.

Na segunda fase da pesquisa, desenvolvida junto aos integrantes do *Projovem*, a aplicação do roteiro feita pelos monitores do programa se deu em dois momentos distintos, realizados entre o final do mês de agosto e meados setembro de 2010.

¹ *Projovem*: programa coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, voltado para jovens de famílias beneficiárias pelo programa de transferência de renda do Governo Federal (*Bolsa Família*) e jovens vinculados ou egressos de programas e serviços da proteção social especial.

Áreas de investigação

A pesquisa abordou três áreas de investigação, assim agrupadas:

1. Visão da cidade

- Percepção geral da cidade.
- Aspectos positivos e negativos da cidade.
- Vantagens e desvantagens comparativas em relação às demais cidades da região.
- Sensações que a cidade transmite.
- Principais problemas.
- Vocação da cidade.
- Aspectos favorecem e/ou dificultam o seu desenvolvimento.
- Imagem da cidade.
- Qual o seu futuro / perspectivas.
- Em uma palavra: «Várzea Paulista é uma cidade que...».

2. Ser jovem em Várzea Paulista

- O que é ser jovem / atributos dessa fase da vida.
- Vantagens e desvantagens do ser jovem.
- Diferença entre ser jovem mulher e ser jovem homem.
- Expectativas em relação ao futuro / o que desejam para si / qual o sonho.
- Em uma palavra: «Ser jovem nessa cidade é...».
- Imagem dos jovens / como são vistos na família, na cidade / fora da cidade / pelo poder público.

3. Oportunidades e entraves para a vivência da condição juvenil

- Avaliação das ofertas em termos de:
 - educação;
 - cultura / lazer;
 - trabalho;
 - transporte;
 - saúde.
- Ações do poder público voltadas aos jovens.
- Que políticas públicas poderiam incidir na melhoria das condições de vida do/da jovem de Várzea Paulista.
- Outras ações / programas desenvolvidos por organizações da sociedade civil. Qual o impacto.
- Expectativas em relação ao poder público.
- Grau de conhecimento do OP e das Conferências realizadas na cidade.

Resultados

1. A cidade na visão dos jovens

Não obstante o reconhecimento dos avanços obtidos nos últimos anos, as primeiras imagens de Várzea Paulista apontam para os estigmas historicamente construídos sobre a cidade. No entanto, as falas dos jovens são permeadas por outras que relati-

vizam esta percepção negativa da cidade. No geral, nota-se que os aspectos negativos estão associados a uma imagem construída por seu passado quando ainda não estava estruturada; a comparação com as cidades da região do entorno, que parecem avançar mais rapidamente; e à imagem que se tem de alguns lugares que parecem exceção em Várzea, não a regra.

Esta inversão do discurso mostra uma cidade que tem problemas sim, mas está evoluindo positivamente; uma cidade que melhora, ainda que em uma velocidade lenta e tem perspectivas.

Uma das expressões recorrentes para descrever Várzea Paulista é que ela é um «bairro grande», não uma cidade. Em linha com os segmentos entrevistados na primeira etapa da pesquisa, os meninos e meninas do *Projovem* consideram-na uma «cidade pequena», visão que traduz o sentimento de um núcleo ainda em crescimento. Pode-se dizer que esta imagem estrutura-se a partir de vários fatores que remetem à falta de alguns “atributos de cidade” aspecto que aparece, por exemplo, na descrição da infraestrutura de trabalho, lazer, saúde, educação, mobilidade e transporte.

Os núcleos urbanos concentradores e estruturadores de Várzea Paulista parecem estar nos municípios vizinhos, como é o caso de Jundiaí e Campo Limpo.

Nos modelos de cidades mais tradicionais, é comum a visão de que os bairros estruturam-se a partir de um ou mais centros que adensam usos, equipamentos de maior porte, melhores condições de urbanidade. Os depoimentos sobre a estrutura de Várzea Paulista mostram que os bairros e a cidade como um todo possuem uma forte dependência de um centro que, diferentemente de outras cidades, está fora de Várzea Paulista, fica em Jundiaí.

Geralmente, o centro concentrador das atividades conforma as cidades, é a origem destas. Em Várzea Paulista, parece estar acontecendo o contrário. Tendo sido desmembrado de uma cidade, o desafio agora parece ser o de construir a sua centralidade. A mobilidade cotidiana mostra-se fortemente calcada em viagens para outros municípios, para comprar, trabalhar, estudar.

Com o deslocamento de uma série de atividades para outros municípios, apoiada pela mobilidade pendular cotidiana, é comum a associação de Várzea Paulista a uma «cidade dormitório». Pode-se dizer que a ausência de “atributos de cidade” expressa nas falas dos jovens colabora para a ideia de uma cidade subalterna, inferior e desconhecida. As falas apontam para a existência de certo estigma construído, sobretudo, a partir da comparação com as demais cidades do entorno; do passado de Várzea Paulista como periferia de Jundiaí; da imagem negativa de alguns bairros de Várzea Paulista; da construção da imagem de um município violento.

A comparação com outras cidades aparece espontaneamente e esta sempre vai na direção de enaltecer os aspectos positivos dos municípios do entorno em detrimento de Várzea Paulista.

São recorrentes os relatos sobre o preconceito em relação aos varzinos. Ainda que mencionado com leveza e graça, é de supor que as discriminações retroalimentam um sentimento de inferioridade e o desprestígio de Várzea Paulista em relação às demais



Várzea Paulista, 16 de julho de 2009. Conferência de imprensa de apresentação do Observatório.

idades da região. Vários jovens apontam que a cidade é «mal vista» ainda com características urbanas precárias, até rurais.

Ainda que de forma não generalizada, atribui-se à mídia um papel importante na disseminação da visão negativa que se tem da cidade. Para alguns, a imagem de cidade violenta não corresponde à realidade; considera-se que é construída pelos «de fora».

A sensação generalizada é de que a cidade melhorou, mas parece melhorar a passos lentos e há vários elementos que sinalizam essa melhora. O mais citado e emblemático é o asfaltamento, ícone associado ao processo de urbanização visto como positivo. Além do asfaltamento, alguns equipamentos denotam melhorias a despeito das críticas em relação à sua manutenção. Dentre eles estão: o Hospital da Cidade; a melhora da Av. Duque de Caxias; a resolução de problemas de enchentes, associados a melhorias no saneamento; a existência e a chegada de novas indústrias; a construção do viaduto; a criação de alguns espaços de lazer; o Boulevard; a Praça da Bíblia, com a pista de skate; o hotel e algumas novas tipologias de moradias, como condomínios e vilas.

As novas moradias e a construção de condomínios e vilas estão associadas a melhorias não somente pela sua estética diferenciada, mas também pelo preço mais elevado, o que é uma novidade em Várzea Paulista, reconhecida e valorizada pelos baixos preços dos imóveis.

Cabe mencionar que um dos aspectos em que a cidade se destaca positivamente na comparação com as demais é o preço da terra. Foi possível notar que o fato de ser menos infraestruturada é tido como uma “qualidade” do município para quem não tem condições de arcar com os custos de uma cidade mais equipada. Assim, o que era problema vira qualidade, por mais paradoxal que isso pareça. A falta de infraestrutura, neste contexto, parece compensada pela localização de Várzea Paulista, pela sua proximidade de centros como Jundiaí, Campinas, São Paulo.

O tema da moradia tem apelo junto aos jovens. Não raro apareceu como um componente importante ao falarem sobre suas perspectivas de futuro. Figura junto com continuidade dos estudos como um dos sonhos dos jovens entrevistados.

Na visão dos jovens, a abertura do Shopping aponta perspectivas positivas, a mais importante delas relacionada ao seu potencial de reverter o fluxo de pessoas e de recursos em direção a outras cidades, reposicionando Várzea regionalmente e invertendo este fluxo, o que é fortemente desejado. O fato do Shopping ser encarado como uma oportunidade de desenvolvimento está calcada na ideia de que o surgimento de grandes equipamentos leva inexoravelmente ao progresso da cidade.

Na visão dos jovens, os cidadãos também têm um papel a cumprir na reversão do fluxo de pessoas e recursos em direção a outras cidades.

2. Ser jovem em Várzea Paulista

Inicialmente, é importante assinalar as imprecisões que rondam as definições sociais sobre juventude. Cabe enfatizar que a categoria juventude é uma construção social, historicamente circunscrita e em disputa na sociedade. Se para efeito de políticas públicas, hoje são considerados jovens sujeitos com idades entre 15 e 29 anos, o recorte geracional não se faz necessária e exclusivamente pelo crivo etário. O que conforma uma geração é o compartilhamento «de espaços-tempos comuns em termos saberes, memórias, experiências históricas e culturais»².

É consenso que a população do município é majoritariamente composta de jovens. Um dos sinalizadores dessa presença massiva é o grande afluxo desse público na Festa do Chocolate e nos ônibus que fazem o trajeto entre a cidade e Jundiaí nos finais de semana à noite, ocasião em que eles se deslocam em busca de lazer.

Todos os entrevistados, com raríssimas exceções, consideram-se jovens. Essa percep-

² IBASE; INSTITUTO PÓLIS. *Relatório Global Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em www.polis.org.br e www.ibase.br. Acesso em: jan. 2011

ção é embasada por argumentos de ordem distinta. O fator idade, os aspectos biológicos associados ao vigor e à energia físico-mental característicos dessa fase da vida, a descontração e, sobretudo, o valor atribuído ao lazer e à diversão respondem pela sua identificação com o “ser jovem”. É interessante notar que apenas os meninos de 15 a 18 anos mencionam a ausência de responsabilidades como aspecto característico desse momento da vida.

Ser jovem é ser responsável e irresponsável ao mesmo tempo, afirmam alguns outros. Por outro lado, vale notar que os/as entrevistados de 25 a 29 anos avaliam-se como jovens, mas no decorrer das discussões referem-se a esse segmento utilizando a terceira pessoa (eles). Ao mesmo tempo em que revelam um viés externo a esse universo, colocando-se de certo modo fora desse segmento, circunscrevem seu pertencimento à juventude pela sua disposição de «correr atrás de seus objetivos» e seu apreço pela “balada”, ou seja, pelo seu estado de espírito, sua «mente jovem».

Vários estudos identificam as múltiplas dimensões do “ser jovem” hoje. Ainda que haja defensores de que os jovens devam se dedicar apenas aos estudos com vistas a alcançar uma melhor qualificação para se inserir no mercado de trabalho, essa realidade não condiz com a vivida pelos jovens hoje.

Em Várzea Paulista, grande parte dos participantes das discussões em grupo trabalha ou já trabalhou. Isso explica a centralidade das questões relacionadas à inserção no mercado de trabalho.

É consenso que o município oferece poucas oportunidades de emprego. A maioria dos jovens consultados na primeira etapa da pesquisa trabalha em outras cidades da região. A presença de grandes empresas, tais como a Continental Teves, a L. Queiróz e a KSB, não ameniza essa situação. Há queixas de que elas não absorvem os jovens da cidade, “importando” mão de obra do entorno. A empresa de tecelagem Advance parece não atrair o público entrevistado devido aos baixos salários.

Um aspecto interessante quando se discute a oferta de empregos na cidade diz respeito às distinções de gênero. Há certa concordância, sobretudo entre as mulheres, de que a cidade oferece mais empregos para o público masculino. E aqui está se falando de empregos socialmente valorizados, a saber, em empresas / indústrias. É consenso que as grandes indústrias de metalurgia ou do setor químico instaladas na cidade demandam uma mão de obra com vigor físico, atributos compatíveis com o segmento masculino. Nesse sentido, algumas mulheres sentem-se preteridas, descartadas desse nicho. Quanto ao setor administrativo que poderia absorvê-las, considera-se que ele é pequeno e restritivo a elas em razão das habilidades requeridas.

O pequeno comércio, setor visto como característico da cidade e como uma oportunidade de emprego para jovens, sobretudo mulheres, parece não sensibilizar. Os baixos salários e a exigência de se trabalhar nos finais de semana não condizem com as expectativas dos/as entrevistadas. O supermercado Russi é mencionado como uma oportunidade no que toca à aquisição de experiência e não como projeto de vida no plano profissional. Em outras palavras, é tido como uma oportunidade interessante apenas no que se refere ao primeiro emprego.

A construção do Shopping desperta expectativas positivas no que se refere à oferta de vagas na cidade. Trabalhar em Shopping parece não provocar reações tão negativas quanto aquelas associadas ao emprego no pequeno comércio local. Ícone de modernidade e lócus de consumo e lazer bastante valorizado pelo segmento jovem, o trabalho em Shopping parece ter um status diferenciado e se abrir como uma alternativa para esse público da cidade.

A busca de trabalho fora da cidade é recorrente, mas nem sempre bem sucedida. O destino, no geral, é Jundiaí. Comenta-se que algumas empresas de lá não empregam pessoas de Várzea em razão do custo de transporte (quatro conduções diárias). Para contornar esse obstáculo, há aqueles que dizem morar naquela cidade e registram o endereço de algum familiar que lá reside.

Trabalhar em Jundiaí, Campo Limpo, Atibaia ou em Cabreúva, locais mencionados pelos entrevistados, é tarefa custosa. Há inúmeras queixas quanto ao tempo despendido no trajeto, o que compromete as possibilidades de dedicação a outras atividades e também o convívio familiar. Mais do que isso, pode-se dizer que a falta de oportunidades de emprego na cidade contribui para fragilizar o vínculo dos jovens com Várzea Paulista. Ao se deslocarem para outros locais, nota-se que eles acabam também por transferir para lá boa parte das atividades relacionadas aos afazeres cotidianos.

É recorrente a demanda por iniciativas do poder público voltadas a atrair empresas para a cidade. Pensada como uma estratégia vital para alavancar o desenvolvimento de Várzea Paulista, ampliar a oferta de empregos e reverter o fluxo “migratório”, a instalação de empresas, estando aí incluído o Shopping, tem enorme potencial de reverter a imagem negativa da cidade e aumentar a autoestima do cidadão.

Correlato à discussão sobre o exíguo mercado de trabalho na cidade, a ausência de cursos técnicos e de profissionalização sensibiliza os/as participantes dos grupos. É unânime a demanda pela criação de oportunidades de qualificação profissional. Informática, inglês e espanhol são citados, pelos entrevistados da primeira etapa do estudo, como os únicos cursos existentes na cidade.

Ao discorrer sobre esse tema, o *Espaço Cidadania* e os *CRAS* são mencionados e valorizados como instâncias de atendimento aos jovens. São as ações do poder público voltadas ao segmento mais citadas pelos/as participantes da primeira etapa do estudo. Há também menções pontuais ao *Ação Jovem* e à *Guardinha Municipal*, mas estas pouco sensibilizam e parecem atender a um grupo específico de jovens. Cabe mencionar que os entrevistados de 25 a 29 anos sentem-se, de certa forma, excluídos dos programas dirigidos ao segmento juvenil da cidade.

Os participantes do *Projovem* se distinguem dos demais entrevistados pelo maior repertório sobre as ações voltadas aos jovens, num claro indicador de que a inclusão no programa tende a possibilitar o acesso a informações sobre as oportunidades oferecidas pelo poder público e demais entidades sediadas na cidade. Ao discorrerem sobre os programas direcionados à juventude, nota-se que o *Projovem* parece ser muito valorizado pelos participantes, conforme relatório sobre os três coletivos envolvidos na pesquisa.

O *Espaço Cidadania* é bastante conhecido, ainda que entre os participantes das discussões em grupo, nem sempre se tenha informações mais consistentes sobre ele. A reforma e ampliação do local e a sua transformação em *Espaço Cidadania* no decorrer dessa gestão é bem vinda, ainda que se avalie que a oferta de cursos é restrita. As referências às atividades oferecidas giram em torno, sobretudo, da biblioteca, curso de informática, capoeira e manicure.

Pode-se dizer que o *Espaço Cidadania* tem alta visibilidade, é bastante valorizado, mas isso não impede a existência de questionamentos, alguns possivelmente advindos da carência de informações a seu respeito.

Quanto aos *CRAS*, eles são, obviamente, bastante valorizados pelos integrantes do *Projovem*, e muitas vezes são mencionados como destaque positivo da cidade. Para os demais entrevistados, os *CRAS* são muito citados mas pouco se tem a falar sobre eles. Os Centros de Referência tendem a ser vistos mais como um equipamento voltado ao atendimento de segmentos mais carentes ou a fornecer a documentação legal (RGs, por exemplo).

Ainda que muito valorizadas pelos entrevistados nas discussões em grupo, as atividades oferecidas pelo *Espaço Cidadania* (e pelo *CRAS*) parecem não dialogar plenamente com as suas demandas de qualificação. Pode-se dizer que os e as jovens entrevistadas sonham mais alto. Querem construir trajetórias de vida mais significativas e que projetem um futuro melhor. A demanda recorrente é por cursos que possibilitem uma inserção qualificada no mercado de trabalho, ou seja, por cursos técnicos e de profissionalização.

Para além dos cursos técnicos e de profissionalização, a inserção no mercado de trabalho remete ao tema da educação. E, nesse caso, é recorrente o desejo de continuidade

da trajetória escolar, estando aí incluídos a conclusão do ensino médio e/ou o ingresso no ensino superior.

Ao discorrer sobre seus projetos futuros, muitos desses participantes revelam o desejo de continuidade dos estudos. Esse é um dos “sonhos” mencionado por vários/as entrevistados/as, o que revela a importância atribuída à escolaridade para a concretização de seus projetos de vida no plano pessoal e profissional. O mesmo aparece nos relatos sobre os anseios dos meninos e meninas do *Projovem*, para quem a faculdade é um objetivo a ser alcançado.

A importância atribuída à educação se faz na mesma medida e em diálogo com o trabalho, denotando duas dimensões relevantes do universo juvenil.

O jovem não quer ser obrigado a abdicar da educação em razão do trabalho ou da constituição de nova família. Isso explica as queixas quanto à inexistência de cursos supletivos em Várzea Paulista, assim como as críticas ao fechamento de cursos noturnos em algumas escolas da cidade.

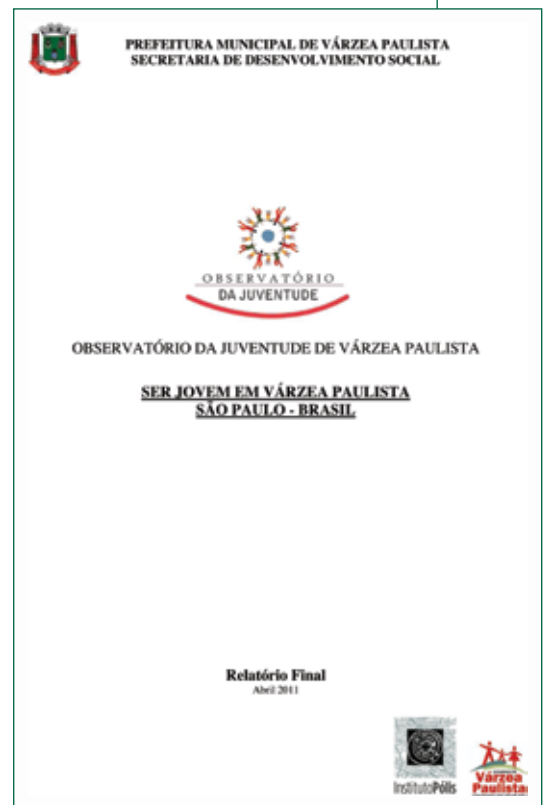
Educação, qualificação para o mercado de trabalho e emprego figuram como questões centrais entre os jovens entrevistados. No entanto, há outro tema que os mobiliza sobremaneira: o lazer. Como vimos acima, um dos aspectos citados pelos entrevistados para justificar o seu pertencimento ao segmento jovem é a importância atribuída ao lazer e à diversão. Pode-se dizer que um dos elementos mais acionado para explicar e inscrevê-los na categoria “juventude” é o valor e a dimensão que esses aspectos ocupam em suas vidas. Ou seja, no geral, é isso que os identifica como “jovens”. Não por acaso, um dos primeiros temas que emerge ao falarem sobre Várzea Paulista é o da falta de espaços de lazer e opções de entretenimento na cidade. Somente o grupo misto de 25 a 29 anos de idade inicia seu discurso denunciando a falta de empregos no município.

No que se refere aos aspectos relacionados ao lazer, o tom geral das falas vai no sentido de lamentar a ausência de espaços públicos qualificados para usufruto da população, sobretudo jovem, de eventos que dialoguem com o universo artístico / musical dessa geração e ampliem o seu repertório cultural. Como é sabido, a cultura e o lazer ocupam um lugar significativo na vida dos jovens: constituem-se em espaço valioso de sociabilidade, de interação e expressão (por meio de distintas linguagens) das suas visões de mundo e de fruição de bens e valores fundamentais para enriquecer a sua experiência de vida.

Há o reconhecimento de que foram feitos investimentos na criação de praças e parques, mas a falta de manutenção acabou por torná-los impróprios para o uso da população. A menção à carência de espaços para a prática de esportes e lazer é uma constante e se faz ainda mais crítica para os/as jovens com filhos. Comenta-se que os parquinhos estão com os equipamentos danificados, com mato, e não raro muitos desses espaços acabaram se tornando ponto de tráfico e consumo de drogas. A Praça da Bíblia é um exemplo. Antes um ponto de encontro valorizado e que por um determinado período sediou um ciclo de filmes, agora está deteriorada e abriga jovens consumidores de drogas.

A falta de opções de lazer acaba por levar os jovens a buscá-lo em outras cidades, sobretudo Jundiaí, local onde os parques são tidos como bem conservados e aptos a acolher crianças, esportistas e a população em geral.

Sobretudo entre os homens, lamenta-se o fechamento do campo de futebol para dar lugar ao futuro Shopping. Ainda que este seja muito bem vindo, a perda de um espaço



Rosto da pesquisa realizada pela Prefeitura Municipal de Várzea Paulista.

para a prática esportiva além de afetar seus eventuais frequentadores, parece ter o significado simbólico de reforçar a carência de equipamentos de lazer na cidade.

Além da demanda por eventos e espaços de lazer, são grandes as expectativas voltadas a ampliar a oferta e a dinamizar a vida cultural da cidade. Entende-se que para além de beneficiar os moradores de Várzea, sobretudo os jovens, tais eventos teriam potencial para atrair a população do entorno e projetar a cidade, revertendo a sua imagem negativa na região.

Os dados dessa pesquisa, assim como de outros estudos, indicam que educação, trabalho, qualificação profissional e lazer/cultura ocupam um lugar de destaque na agenda de demandas da juventude. E as restritas oportunidades de acessar essas dimensões da vida juvenil em Várzea Paulista respondem por certo movimento de êxodo dos jovens varzinos em direção a outras cidades.

Pode-se dizer que Várzea Paulista não oferece as plenas condições para a vivência das múltiplas dimensões que envolvem o ser jovem hoje, o que acaba por impulsionar os jovens a vivenciá-la, em boa medida, em outra cidade.

Solicitados a completar a frase «ser jovem em Várzea Paulista é...», a maioria dos participantes assinala as limitações existentes na cidade e a sua frustração.

Dizer que Várzea Paulista não oferece as condições para a plena vivência juvenil não significa dizer que os jovens rechacem de vez a cidade. São visíveis os laços afetivos que os unem à cidade. As relações de vizinhança, os vínculos familiares, as amizades, enfim a rede social construída na cidade responde em geral pelo desejo de permanecer em Várzea. Não obstante os problemas apontados, são poucos os entrevistados que afirmaram querer se mudar e morar em outra cidade.

Ao fazer um balanço sobre esse momento de suas vidas, no geral os jovens entrevistados assinalam os aspectos positivos. Mesmo considerando as limitações existentes em Várzea Paulista no que toca ao atendimento de âmbitos importantes de suas vidas, todos/as manifestam satisfação em ser jovem. Entre os pontos positivos, são destacados sobretudo os aspectos relacionados à conquista de crescente autonomia em vários âmbitos (social, financeiro etc.) e o apoio que ainda mantém da família no decorrer desse processo. Ou seja, ressaltam as vantagens desse momento meio híbrido, marcado por múltiplas experimentações e aprendizados, mas que contempla a possibilidade de errar e contar com o suporte familiar para rever caminhos e apostas. A autonomia e independência conquistadas nesse percurso se fazem acompanhar de uma sensação de liberdade, por todos/as valorizada.

Essa percepção mostra-se mais forte entre os/as jovens entre 19 e 24 anos de idade e entre as meninas de 15 a 18 anos, especialmente (mas não exclusivamente) entre

aqueles/as sem filhos. Os meninos de 15 a 18 anos compartilham aspectos dessa visão, mas às vezes parecem circunscrever esse campo de experimentações e possibilidades até os 18 anos, quando há uma mudança do seu status perante a lei.

Já os entrevistados de 25 a 29 anos, assumem uma postura diferenciada em relação aos demais. Falam sobre os jovens com um olhar de quem já não se enquadra totalmente nessa categoria, enfatizam a seriedade e a responsabilidade do segmento juvenil nos dias de



Várzea Paulista, 16 de julho de 2009. Apresentação à população do Observatório.

hoje, destacando suas vantagens relativas no mercado de trabalho frente ao público mais idoso.

Segundo os entrevistados na primeira fase da pesquisa, as diferenças de gênero se fazem sentir no cotidiano do “ser jovem”. No geral, ainda que haja o reconhecimento do avanço nas relações de gênero na sociedade brasileira no decorrer dos últimos anos, sobretudo no plano profissional, pontuam as restrições ainda vigentes no âmbito familiar e social. A voz geral é que as mulheres ainda não alcançaram o mesmo patamar de liberdade que os homens. São mais vigiadas pela família e pela comunidade. No plano profissional, galgaram postos antes ocupados exclusivamente pelos homens, mas ainda há desigualdades no que se refere à remuneração.

O discurso dos jovens de Várzea Paulista confirma e reforça a imagem negativa desse segmento perante o mundo adulto. Mais do que isso, os seus relatos denotam as discriminações sofridas, mas estas também têm distinções de gênero. Se as mulheres, sobretudo mais jovens, pontuam como desvantagens dessa fase de vida o fato de no geral os jovens serem vistos como meio irresponsáveis e, como decorrência, não serem levados muito a sério, no caso do segmento masculino, as discriminações são de outra ordem e, certamente, mais “pesadas”. Há relatos contundentes sobre as suspeitas que pairam sobre eles. As discriminações e as abordagens violentas por parte da polícia parecem fazer parte do seu cotidiano.

Ao discorrerem sobre a imagem dos jovens na sociedade e em Várzea Paulista em particular, é recorrente, entre os participantes das Discussões em Grupo, a menção às drogas e ao tráfico, aspectos que, segundo eles, incidem na representação negativa da juventude. O tom geral das falas é de denúncia sobre o senso comum que associa o jovem às drogas, penalizando aqueles que estão fora desse “circuito”. Os entrevistados condenam a tendência de se generalizar para toda juventude o comportamento de uma parcela dos jovens, ou seja, de se estender para o “todo” aquilo que é prática apenas de “uma parte” desse segmento.

Chama atenção o quanto as drogas e o tráfico estão próximos do cotidiano dessa nova geração. As “biqueiras” são por todos conhecidas e não raro há comentários sobre irmãos e amigos próximos envolvidos com drogas e atividades ilegais. A tendência é lamentar a opção de alguns jovens pelo caminho das drogas e apontar a falta de oportunidades como justificativa para tal opção.

As representações negativas sobre a juventude, apontadas por vários estudos e corroboradas pelas falas dos entrevistados desta pesquisa, deixam entrever certas marcas da experiência do “ser jovem” hoje no Brasil; marcas perversas que certamente incidem no seu cotidiano, sobretudo daqueles socialmente mais vulneráveis. Pode-se dizer que os jovens do sexo masculino, de menor renda, negros e moradores de periferias urbanas são altamente discriminados, sendo alvo de desconfianças e suspeitas generalizadas que, no limite, beiram a sua criminalização.

Considerações finais

Com base nas informações mapeadas na pesquisa, algumas questões merecem ser retomadas.

O desafio de reverter os estigmas historicamente construídos sobre a cidade passa, entre outros, por reforçar os avanços já alcançados e os em curso nas áreas menos estruturadas da cidade. Passa também pelo investimento em atrações que a diferencie na região, colaborando para reverter o fluxo, hoje direcionado para fora do município.

Existe uma grande expectativa em relação ao Shopping Center, visto como um equipamento de lazer que gerará empregos com status diferenciado. Ele é considerado um

ícone do desenvolvimento e tido como um equipamento que tem potencial de projetar Várzea Paulista frente às demais cidades do entorno. No entanto, há que se considerar que o que dá identidade a uma cidade, em geral, é uma composição de elementos que não se restringem a um único equipamento e que reverberam para uma área urbana maior. Ainda que Shoppings exijam constantes renovações em função da atividade do consumo que busca sempre diferenciação e inovação, um equipamento desses em Várzea Paulista pode ser o início de um processo de renovação que envolva também o reforço do comércio local, a criação de uma centralidade.

A mobilidade intra-urbana e regional são atributos fundamentais para configurar boas condições de urbanidade. A boa mobilidade deve dialogar com a pendularidade intermunicipal existente hoje, reconhecendo que Várzea Paulista não é auto-suficiente em todos os aspectos e compõe uma aglomeração, onde cada município cumpre funções de forma complementar. Por outro, deve permitir a ligação interbairros.

É recorrente a demanda por cursos técnicos e profissionalizantes que possibilitem a inserção qualificada dos jovens no mercado de trabalho e projetem perspectivas de um futuro melhor para eles. A recorrência dessa demanda sinaliza a natureza dos cursos almejados; cursos socialmente valorizados que projetem carreiras significativas e não somente sirvam para gerar complementação de renda.

A contundência das queixas quanto às poucas oportunidades de lazer e eventos culturais para os jovens em Várzea Paulista pode ser minimizada com a maior divulgação sobre as opções existentes. Mais do que isso, os dados da pesquisa mostram a importância de se construir, de forma compartilhada com os coletivos jovens, eventos e oportunidades alinhadas com a vivência juvenil.

Os jovens querem ser ouvidos! Querem participar e exercer sua cidadania em diferentes esferas. A escola e outros espaços, podem ser importantes na construção de um diálogo mais permanente e menos pontual com os jovens e seus coletivos.

Referências bibliográficas

- IBASE, INSTITUTO PÓLIS. *Relatório Global Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em www.polis.org.br e www.ibase.br. Acesso em jan. 2011.
- IBASE, INSTITUTO PÓLIS. *Juventude e integração sul-americana: caracterização de situações tipo e organizações juvenis – 6 demandas de uma agenda comum. Relatório sul-americano*. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em www.polis.org.br e www.ibase.br. Acesso em jan. 2011.
- IBASE, INSTITUTO PÓLIS. *Relatório Nacional Brasil: pesquisa juventudes no Brasil*. Em: SOUTO, Anna Luíza Salles; ABRAMO, Helena (Orgs.). *Sociedades sul-americanas: o que dizem jovens e adultos sobre as juventudes*. Rio de Janeiro: 2009. Disponível em www.polis.org.br e www.ibase.br. Acesso em jan. 2011.
- NOVAES, Regina; RIBEIRO, Eliane. *Grupos Focais, considerações sobre usos, alcance e limites de uma técnica de pesquisa*. Rio de Janeiro: IBASE, Instituto Pólis, maio 2008. Documento de trabalho do projeto *Juventude e Integração Sul-americana: diálogos para a construção da democracia regional* (mimeo).

AS CONVIVÊNCIAS SOCIAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Honório Moraes Rocha Neto, Ricardo Pianta Rodrigues da Silva,
Ana Karolina Zampronio Bassi, Hélia Cardoso Gomes da Rocha*

Contextualização e perfil da instituição parceira

De acordo com o *Plano de Desenvolvimento Institucional* da Faculdade São Lucas 2008-2012, parceira do projeto *Mirando al Mundo* do programa *100 Città*, a mesma foi credenciada em dezembro de 1999 e está localizada na região central de Porto Velho, em área de aproximadamente quatro hectares, com boas instalações, e sede própria.

Iniciou suas atividades acadêmicas em março de 2000, com os cursos de Turismo e de Administração (com as habilitações em Administração de Negócios e Administração Hospitalar). Em 2001, implantou os cursos de Nutrição, Biologia (bacharelado e licenciatura) e Administração Pública. No primeiro semestre de 2002 foram implantados os cursos de Fonoaudiologia, Enfermagem (bacharelado e licenciatura) e Biomedicina, em 2003 os cursos de Fisioterapia e Odontologia e em 2005 os cursos de Direito e Medicina. Destaque-se que os cursos de Administração Hospitalar, Turismo, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Biomedicina e Nutrição foram pioneiros no Estado.

A implantação da Faculdade São Lucas em Porto Velho, Rondônia baseou-se em diversos fatores sendo o principal sua localização geográfica, dentre outros que se seguem.

Nesta realidade se percebeu a carência de serviços administrativos no desenvolvimento no contexto social, econômico–financeiro e político da região Norte. As carências evidenciadas no estado de Rondônia do ponto de vista administrativo, bem como a necessidade de maior qualificação, formar profissionais capazes de lidar com as dificuldades do mercado e minimizá-las e promover a integração do conhecimento formal aos recursos e costumes regionais, a fim de prestar serviços de orientação administrativa a empresas (públicas e privadas) e organizações de qualquer porte, promover a recuperação da saúde empresarial, propor formas de incrementar os negócios, tornando-os eficientes no contexto socioeconômico e político.

Com a expansão do crescimento sócio-cultural criado pela ambiente da amazonicidade e economia local caracterizado pelo potencial turístico subutilizado, baixo índices de desenvolvimento social e econômico e, ainda pelo leque de opções de trabalho que a atividade turística oferece. Neste sentido, o curso foi proposto visando contribuir com a formação de profissionais capazes de implementar a potencialidade ociosa ou sub-utilizada e colaborar com as políticas para este setor, atuando desta forma no desenvolvimento sustentável.

A falta de profissionais licenciados em Biologia, e a necessidade crescente de formação também no nível básico aliado a necessidade de pesquisa que propiciem o desenvolvimento da região, nasceu o curso de Biologia além de ser a ciência básica para saúde.

* Membros do grupo de pesquisa local de *Mirando al Mundo*.

O acentuado déficit de profissionais de saúde, situação que se traduz numa baixa cobertura na área de saúde, principalmente no tocante a algumas especialidades, o que impõe que grande número de pessoas seja encaminhado para tratamento fora do domicílio, em outras unidades da Federação, o que tem elevado substancialmente o custo da assistência à saúde prestada à população. Por outro lado, a carência de profissionais da área sujeita o estado a conviver, permanentemente, com profissionais graduados nos países limítrofes, muitos dos quais sem o devido registro profissional e/ou com formação profissional sem a adequada avaliação do sistema de ensino nacional.

Com a criação dos cursos de Saúde ocorre a implementação das atividades de pesquisa em saúde, hoje pontualmente pouco desenvolvidas no estado. Nesse contexto, vários agravos à saúde ainda estão inexplorados por falta de motivação para a pesquisa científica, outro relevante papel dos docentes e discentes dos cursos da Faculdade São Lucas. A esse respeito, reconhecemos Rondônia como uma região da Amazônia com várias lacunas no conhecimento e no processo de investigação científica sobre sua realidade cultural, entre outros agravos prevalentes no trópico úmido.

Escolha do tema

Compreender as características da população de Rondônia e em especial da cidade de Porto Velho é primordial na execução das ações acadêmicas desenvolvidas.

Desta maneira a possibilidade de desenvolver ações, estudos e pesquisa que envolvam essa parcela da sociedade e agregam os princípios institucionais.

A cidade está em constante e permanente modificação, em grande parte decorrente do incentivo econômico proporcionado pelos investimentos da iniciativa privada e pública.

A necessidade e o compromisso de formar novos profissionais passa pelo conhecimento das realidades sociais e das características dos jovens e, neste contexto, tem se percebido um forte processo de desestruturação da condição social, especialmente da parcela envolvendo os adolescentes.

Fatores como a falta de oportunidades, acesso a sistemas básicos de ensino, saúde, trabalho, lazer dentre outros tem elevado os casos de conflitos sociais.

Sob a ótica da complexidade (Morin, 2001) percebe-se que qualquer realidade se estabelece como produto da convergência de múltiplos fatores. Assim, entende-se que o contexto da cidade de Porto Velho hoje é decorrente de aspectos históricos, geográficos, políticos, sociais, educacionais, econômicos, etc.

No âmbito desse relatório o viés educacional foi priorizado. Primeiro, por uma razão natural em função da identidade da instituição parceira, que olha a sociedade prioritariamente sob o prisma educacional, e também, porque há uma delimitação metodológica proposta pelo programa que estabelece limite para esse relatório, o que impõe escolhas, foco e concisão.

Assim, a Faculdade São Lucas, nessa etapa do programa, escolhe fazer uma leitura da situação juvenil sob a ótica educacional e parte do entendimento de que a educação está sempre atrelada a uma concepção de



Roll up do projeto realizado pela Faculdade São Lucas.

sociedade. Sociedade é aqui entendida como uma produção humana, determinante e determinada pelas relações dos homens entre si e com a natureza.

Há um consenso: forma-se o homem para uma determinada sociedade. «A educação não molda o homem em abstrato, mas de cada sociedade e para ela...» (Karl Mannheim *apud* Basbaum, 1977). A ação educativa não é neutra, pois está vinculada à sua sociedade, às relações de produção, e ao sistema político.

Como consequência do compromisso com a formação de jovens, foi natural o caminho que instituição achou para desenvolver esse estudo sob o prisma educacional de entender e compreender o hoje, para desenvolver e melhorar o amanhã.

Dificuldades e ganhos no processo de parceria

Compartilhar - essa é a palavra central e forte que marca esta parceria. Percebeu-se, em cada etapa, maior comprometimento dos profissionais que diretamente estavam envolvidos nos estudos e nas realizações das metas. Assim como, uma decorrente consciência de aprendizado institucional. Neste prisma é importante destacar que o princípio de cooperação descentralizada, que perpassa todo contexto histórico do programa *100 Città*, se estabelece como um fator facilitador desse processo.

Portanto, a participação e o compartilhamento das experiências são os ganhos diretos e imediatos. O desenvolvimento do Portal e a criação de linhas de estudos específicas proporcionará uma maior compreensão das realidades sociais da cidade de Porto Velho e do Estado.

Outro ganho que importa salientar é a participação dos jovens discentes que demonstram forte e intenso interesse que estudar e compartilhar o seu protagonismo.

Como todo processo de formação há dúvidas e dificuldades, aqui também ocorrem obstáculos, alguns superados com maior ou menor facilidade. Destacam-se especialmente os trâmites legais e administrativos de cada parceiro, público ou privado para alcançar os resultados propostos; as regras para a movimentação dos recursos do projeto, rígidas e necessárias à responsabilidade fiscal no Brasil, como a obrigatoriedade de obedecer aos prazos para licitações e publicidade que são requisitos fundamentais dos atos públicos.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa notou-se a grande dificuldade de acesso às informações contidas em alguns órgãos públicos fato este que demonstra justificável diante do tema proposta, e do sigilo que tais dados devem guardar.

Em consequência, a coleta ficou levemente prejudicada, no sentido de permitir um banco de dados mais detalhado dos conflitos urbanos na cidade.

Material e método

O foco deste estudo é a realidade social urbana, no município de Porto Velho-RO, envolvendo o universo infanto-juvenil.

Neste cenário os profissionais utilizaram dados oficiais coletados junto aos entes públicos tais quais Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) vinculado ao Ministério da Educação, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Rondônia (SESAU-RO) e Delegacia Especializada em Apuração de Atos Infracionais (DEAAI-RO). Após esta coleta, realizou-se revisões bibliográficas pertinentes à temática relacionada à desigualdade social e violência que podem influenciar na vulnerabilidade e oportunidades infanto-juvenis.

A contextualização da criança e do adolescente frente a violência

O século XX é o século da descoberta, valorização, defesa e proteção da criança. Neste momento formulam-se os seus direitos básicos, reconhecendo-se, com eles, que a criança é um ser humano especial, com características específicas, e que tem direitos próprios. Diante das realidades de opressão, surgem os direitos de terceira geração, ou seja, os direitos ao desenvolvimento, ao meio ambiente, à paz e, recentemente, os direitos dos consumidores (Marcílio, 2009).

Já se fala em uma quarta geração de Direitos Humanos para este final de milênio: o “direito à democracia”, condição essencial para a concretização dos Direitos Humanos.

Mais do que um sistema de governo, uma modalidade de Estado, um regime político e uma forma de vida, a democracia, nesse final de século, tende a se tornar, ou já se tornou, o mais recente direito dos povos e dos cidadãos. É um direito de qualidade distinta, de quarta geração (Mbaya, 1997).

Em 10 de dezembro de 1948, a Assembléia Geral da recém-criada Organização das Nações Unidas aprova a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Fundada em fatos históricos e em doutrina precedente, a *Declaração* visa atingir o Homem todo e todos os homens e propugna por sua felicidade e seu bem-estar; buscando subordinar o privado ao público. É dado então, valorização à família, à comunidade, aos interesses, as necessidades e aspirações sociais do povo. Expressa uma ética que garante a condição de verdadeiro cidadão a todos os homens, conforme se lê já no primeiro parágrafo do preâmbulo do documento: «Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo» (Marcílio, 2009).

Paralelamente ao desenvolvimento da doutrina dos direitos humanos, aprofunda-se o significado do conceito de cidadania, cuja ênfase está centrada no conjunto de direitos e responsabilidades necessárias para garantir a cada indivíduo sua participação plena na sociedade. Na clássica conceituação de Marshall, cidadania compreende direitos civis, necessários para garantir as liberdades individuais, direitos políticos, indispensáveis para permitir a participação no exercício do poder, e os direitos sociais, que cobrem a gama de direitos requeridos para assegurar que, dentro dos padrões de uma sociedade dada, cada indivíduo possa desfrutar da segurança oferecida pelo bem-estar econômico, compartilhar a herança sociocultural e viver digna e civilizadamente (Marshall, 1950).

Com os avanços da medicina, das ciências jurídicas, das ciências pedagógicas e psicológicas, o século XX descobre a especificidade da criança e a necessidade de formular seus direitos, que passam a ser tidos como especiais.

Já em 1923, formulados por uma organização não-governamental, a *International Union for Child Welfare*, foram estabelecidos os princípios dos direitos da criança. A recém-criada Liga das Nações, reunida em Genebra no ano seguinte, incorpora-os e expressa-os na primeira *Declaração dos Direitos da Criança*. São apenas quatro os itens estabelecidos:

1. A criança tem o direito de se desenvolver de maneira normal, material e espiritualmente.
2. A criança que tem fome deve ser alimentada; a criança doente deve ser tratada; a criança retardada deve ser encorajada; o órfão e o abandonado devem ser abrigados e protegidos.
3. A criança deve ser preparada para ganhar sua vida e deve ser protegida contra todo tipo de exploração.
4. A criança deve ser educada dentro do sentimento de que suas melhores qualidades devem ser postas a serviço de seus irmãos.

Depois da Segunda Guerra Mundial, ante a existência de milhares de crianças órfãs ou deslocadas de seus pais e família, a ONU resolveu criar um Fundo Internacional de Ajuda Emergencial à Infância Necessitada. Surge assim o UNICEF (*United Nations International Child Emergency Fund*) em 11 de outubro de 1946, com o objetivo de socorrer as crianças dos países devastados pela guerra. Em seus primeiros três anos, os recursos do Fundo foram encaminhados para o auxílio emergencial (sobretudo em alimentos) a crianças dos 14 países arrasados pela guerra da Europa e da China, como também às crianças refugiadas da Palestina (1948 a 1952) vítimas da criação do Estado de Israel. Pela primeira vez tinha-se o reconhecimento internacional de que as crianças necessitavam de atenção especial.

Uma vez recuperada a Europa, a Assembléia Geral da ONU de 1950 recomendou que o Unicef transferisse suas atenções da ajuda de emergência para programas de longo alcance visando a melhoria da saúde e da nutrição das crianças dos países pobres. Em 1953, a Assembléia Geral decidiu que o UNICEF seria um órgão permanente das Nações Unidas. Em 1958, a assistência do UNICEF estendeu-se a um novo campo o dos serviços sociais para a criança e suas famílias. Com isso, teve seu raio de ação ampliado, incluindo a educação.

O ano de 1959 representa um dos momentos emblemáticos para o avanço das conquistas da infância. Nesse ano, as Nações Unidas proclamaram sua *Declaração Universal dos Direitos da Criança*, de significativo e profundo impacto nas atitudes de cada nação diante da infância. Nela, a ONU reafirmava a importância de se garantir a universalidade, objetividade e igualdade na consideração de questões relativas aos direitos da criança. A criança passa a ser considerada, pela primeira vez na história, prioridade absoluta e sujeito de Direito, o que por si só é uma profunda revolução. A *Declaração* enfatiza a importância de se intensificar esforços nacionais para a promoção do respeito dos direitos da criança à sobrevivência, proteção, desenvolvimento e participação. A exploração e o abuso de crianças deveriam ser ativamente combatidos, atacando-se suas causas.

Fundada nos princípios da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) e neste instrumento dos direitos da criança (1959) a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos promoveu em 1989 a *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança*. Até fins de 1996, os termos da Convenção já haviam sido ratificados por 96% dos países com exceção dos Emirados Árabes Unidos, dos Estados Unidos, das Ilhas Cook, de Omã, da Somália e da Suíça (UNICEF, 1964). Ao ratificá-los, esses países tornaram-se obrigados, por lei, a tomar todas as medidas adequadas (determinadas pela *Convenção*) para dar assistência aos pais ou responsáveis no cumprimento das obrigações para com suas crianças.

Os direitos consagrados pela *Convenção* de 1989 são abrangentes.

A *Convenção* define como criança qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade (artigo 1), cujos 'melhores interesses' devem ser considerados em todas as situações (artigo 3). Protege os direitos da criança à sobrevivência e ao pleno desenvolvimento (artigo 6), e suas determinações envolvem o direito da criança ao melhor padrão de saúde possível (artigo 24), de expressar seus pontos de vista (artigo 12) e de receber informações (artigo 13). A criança tem o direito de ser registrada imediatamente após o nascimento, e de ter um nome e uma nacionalidade (artigo 7), tem o direito de brincar (artigo 31) e de receber proteção contra todas as formas de exploração sexual e de abuso sexual (artigo 34) (UNICEF, 1994).

O *Estatuto da Criança e do Adolescente* (2011) estabelece como criança a idade compreendida até os doze anos incompletos e adolescente as idades entre doze e dezoito anos.

A violência acomete o mundo contemporâneo em todas as suas instâncias e se manifesta de variadas formas. Ela está presente em toda sociedade e não se restringe a determinados espaços, a determinadas classes sociais, a determinadas faixas etárias ou a determinadas épocas. É equivocado pensar que ela se vincula apenas e diretamente à pobre-

za, aos grandes centros urbanos, aos adultos e aos dias de hoje. Verifica-se, por exemplo, o crescimento das práticas da violência entre os jovens de classes médias e de segmentos privilegiados da sociedade, nos seus diferentes espaços de atuação: na família, na escola ou na rua (Camacho, 2011).

Alberto Melucci expõe a sua compreensão de adolescência dizendo que ela é um primeiro momento da juventude e que não pode ser vista somente como fase de transição entre a infância e a vida adulta, como meta última da maturidade, mas como um período do ciclo vital no qual há processos específicos de transformação que investem as dimensões mental e corpórea, as relações com os outros e com o mundo. Através dessas mudanças se tornam visíveis uma organização da vida afetiva, modelos de pensamento, formas de relações, que vêm em primeiro plano, renegando temporariamente ao fundo outras partes da experiência (Melucci e Fabbrini, 1992).

Piaget, em sua obra *O julgamento moral da criança* (1932/1977) estudou, entre outros conceitos, as noções de justiça de crianças e adolescentes concluindo pela existência de três diferentes tendências de respostas: até cerca de sete a oito anos, predominam as noções de justiça como subordinada à autoridade adulta.

Na justiça retributiva as sanções expiatórias são mais escolhidas que as por reciprocidade. Ao considerarem uma situação que envolve as duas justizas, a retributiva e a distributiva, as crianças tendem a achar a necessidade de punição (justiza retributiva) mais importante que o tratamento igualitário (justiza distributiva). Há a crença na justiza emineente e, em resposta à questão sobre o que é injusto, tendem a apontar as condutas que são contrárias às ordens dos adultos, como mentir, roubar, quebrar, ou seja, ações e comportamentos considerados inadequados ou proibidos.

Entre oito e onze anos de idade, no campo da justiza retributiva, as sanções por reciprocidade são preferidas pelas crianças às expiatórias. Na justiza distributiva, a igualdade prevalece sobre a autoridade ou sobre a necessidade de sanção (justiza retributiva). É considerado como injusto aquilo que quebra as regras de um jogo ou as condutas contrárias à igualdade.

Acima de 12 anos, em média, a justiza igualitária passa a ser enriquecida pela noção de equidade. Assim, na justiza distributiva, não se trata de afirmar a lei igual para todos, mas de considerar as circunstâncias pessoais de cada um. Do mesmo modo, na justiza retributiva, consideram-se os atenuantes ao julgar-se uma ação. Além das condutas contrárias à igualdade, esses adolescentes tendem a considerar como injustiça fatos relativos à sociedade adulta, como as injustiças de ordem econômica e política (Menim, 2000).

Esses três períodos nas concepções de justiza revelam a existência de duas tendências morais antagônicas que marcam todo o desenvolvimento moral da criança: a heteronomia, ou moral do dever e da obediência e a autonomia, ou moral do bem, do respeito mútuo. Estas, por sua vez, são praticamente determinadas pelas relações sociais que vivem as crianças. Se predominam relações de respeito unilateral, de coação do mais forte ao mais fraco, a moral possível é a da obediência. Ao contrário, se a criança puder viver relações entre iguais, relações de cooperação, pode então surgir a moral da autonomia (Menim, 2000).

A população e o desenvolvimento social e econômico

As cidades brasileiras vivem um acelerado processo de desenvolvimento econômico, político e social. Esse processo evolutivo decorrente do atual estágio da globalização além de facilitar a socialização de informações fomenta crescimento.

A circulação de informações gera movimentação nas sociedades, os indivíduos mais bem informados buscam melhoria da qualidade de vida, fazendo com que as cidades absorvam grande contingente de pessoas em processo de migração. Historicamente a migração já foi decorrente de fatores políticos, guerras, aspectos climáticos, e ultimamente da movimentação voluntária, consequente da busca de oportunidades.

Segundo Jurandir Sanches (2002):

A expressão migração voluntária significa em movimento em que os indivíduos são livres para escolher sua saída do local de origem em direção a outros que lhe permitam a realização de uma expectativa de melhoria no seu padrão de vida.

O movimento migratório está contribuindo para o desenvolvimento e aumento populacional da cidade de Porto Velho, que é capital e o maior Município do estado de Rondônia, tanto em extensão territorial quanto em população. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE o Município possui atualmente:

Índicadores	N.
População 2010	428.527
Área da unidade territorial (km ²)	34.096,43
Densidade demográfica (hab./km ²)	12,57

Tabela 01: Dados demográficos do Município de Porto Velho.

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010.*

Os últimos estudos publicados pelo (IBGE), demonstram que a cidade na última década possui dois momentos distintos em relação ao aumento populacional:

- no primeiro quinquênio a população teve um aumento de 13% (treze por cento), decorrente de processo migratório voluntário, passando de 294.220 em 1999 para 334.661 em 2005;
- no segundo quinquênio da década, observando o último estudo publicado em 2010, percebe-se que o aumento populacional foi de 43% (quarenta e três por cento).

Período	População
1999	294.220
2005	334.661
2010	428.527

Tabela 02: Indicador Populacional (IDI) - IBGE.

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2007, 2010.*

Esse aumento populacional é decorrente do investimento econômico, dentre outros fatores, onde a cidade recebeu 5 mil novas empresas em apenas um ano, além de 30 mil novos empregos (Camata Junior, 2011).

Segundo Valdemar Camata Junior (2011), economista e presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO), o Estado possui hoje a maior taxa de ocupação da população economicamente ativa da região Norte (94,6%) e a segunda menor taxa de desemprego do Brasil. A renda média do trabalhador portovelhense é também a mais alta da região (R\$ 880,00, acima da média nacional).

Rondônia possui hoje a maior taxa de ocupação da população economicamente ativa da região norte, 94,6%. Isto inclui a renda média do trabalhador, R\$ 880,00, a maior da região. Desse total, 12,1% trabalha na indústria (Camata Junior, 2011).

Essas características, também confirmada pelo (CENSO/2010/IBGE), demonstram que, majoritariamente, o perfil das oportunidades de trabalho está situado na prestação de serviço.

Item	Percentual
Serviços	83,80%
Agropecuária	5,30%
Industria	10,90%

Tabela 03: Composição econômica de Porto Velho.

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010.*

A oferta de emprego tem provocado a migração para Porto Velho, reforçando a tendência de migrações internas na região. Entretanto, a oferta de bens e serviços públicos não estão acompanhando o atual ritmo de crescimento da população (Camata Junior, 2011).

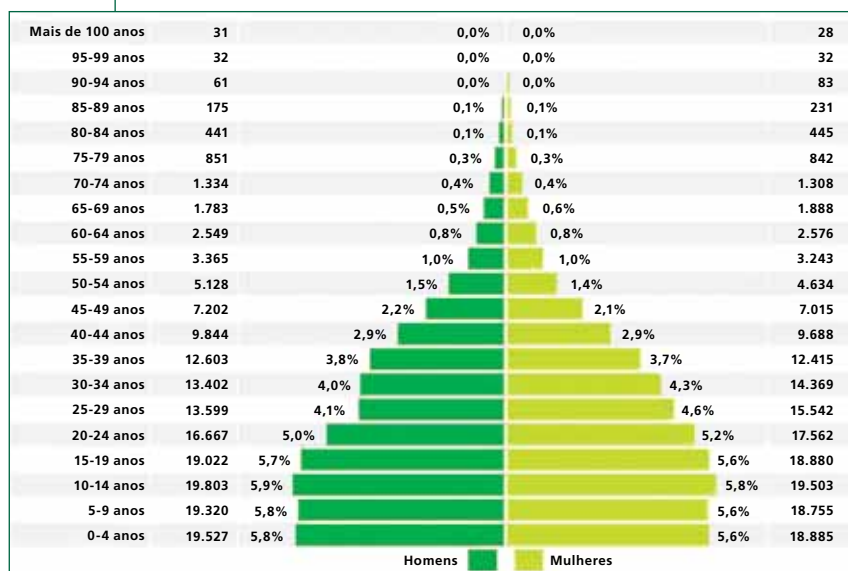


Gráfico 01: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade em Porto Velho no ano 2000.

Fonte: www.censo2010.ibge.gov.br

Contexto e realidade juvenil de Porto Velho

Ao analisar os dados oficiais pode ser observada uma mudança de concentração populacional juvenil, demonstrado nos Gráficos 1 e 2 do IBGE, que no ano 2000 apresentava sua maior fatia populacional nas faixas etárias de 10-19 anos, representando 11,6%. No final da década (2010), essas mesmas faixas etárias apresentam-se reduzidas para 9,8%. Entretanto, houve um aumento populacional absoluto de 6.319 adolescentes no período.

Houve um crescimento da faixa etária adulto-jovens (20-24 anos) no ano de 2010, o que indica um envelhecimento da população, assim como, uma diminuição da taxa de natalidade, evidenciadas nos referidos gráficos.

O crescimento da população juvenil, mesmo que não demonstre aumento percentual significativo, representa para o município de Porto Velho, um aumento real do contingente escolar de Ensino Fundamental e Médio, fato este que não se observa nos quantitativos oficiais da Tabela 04. A tabela permite inferir que houve uma redução na quantidade de jovens matriculados nos três níveis da Educação Básica.

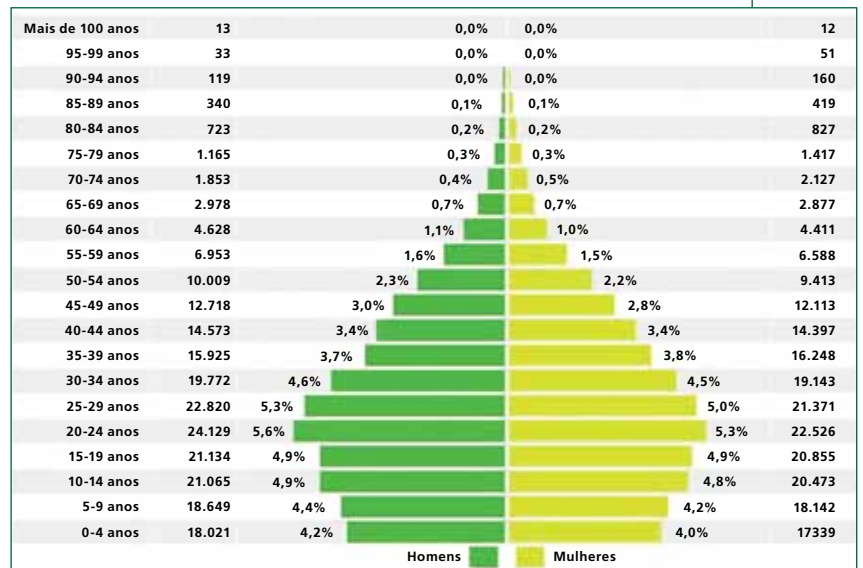


Gráfico 02: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade em Porto Velho no ano de 2010.

Fonte: www.censo2010.ibge.gov.br

Descrição		2005	2007	2009	
Matrícula	Ens. Fundamental	P. Estadual	43525	42743	43020
		P. Municipal	26518	25937	26464
		Privada	8788	9111	9213
SUBTOTAL		78831	77791	78697	
Matrícula	Ens. Médio	P. Estadual	10408	9886	10788
		P. Municipal	138	90	0
		Privada	2739	2258	2344
SUBTOTAL		13285	12234	13132	
Matrícula	ens. Pré-escolar	P. Estadual	1410	707	696
		P. Municipal	5492	6320	7749
		Privada	4189	3392	2220
SUBTOTAL		11091	10419	10665	

Tabela 04: Número de crianças matriculadas no município de Porto Velho.

A Tabela 05 revela que houve uma redução no número total de unidades escolares na cidade, um caminho inverso ao aumento populacional. Este contra-senso entre o aumento populacional e a diminuição do número de escolas e, conseqüentemente, de alunos matriculados, pode representar, a curto prazo, um aumento no nível de desigualdade social e redução das oportunidades aos jovens.

Descrição	Grado	2005	2007	2009
Escolas	Ens. Fundamental	282	272	247
Escolas	Ens. Médio	48	47	45
Escolas	Ens. Pré-escolar	91	89	79

Tabela 05: Número de escolas no município de Porto Velho.

O registro de matrículas da tabela 04 na rede municipal para o Ensino Médio foi igual a zero, por cumprir um requisito legal. Neste aspecto é importante salientar que a competência de cada ente da Federação é estabelecida pela *Constituição da República Federativa do Brasil* em seu art. 211, *verbis*:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1 A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996*).

§ 2 Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil (*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996*).

§ 3 Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio (*Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996*).

§ 4 Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório (*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009*).

Violência

Segundo Minayo, nunca é demais lembrar que «é, hoje, praticamente unânime [...] a idéia de que a violência não faz parte da natureza humana e que a mesma não tem raízes biológicas» (1994). A violência trata-se de um «fenômeno histórico-social, construído em sociedade», portanto, «pode ser desconstruída» (1999).

A desconstrução da violência exige o envolvimento dos sujeitos, das instituições e da sociedade, em suas multidimensionalidades (física, mental, emocional, ética, espiritual, econômica, jurídica, política, etc.). O sistema educacional tem uma responsabilidade especial nesse processo. Se, por um lado, é fundamental não ceder à tentação de colocar a responsabilidade pela transformação da sociedade nos ombros da educação ou de considerar que as injustiças sócio econômicas poderão ser solucionadas por um ensino de qualidade, por outro lado, é inegável o papel crucial que desempenha na formação intelectual e moral das novas gerações (Milani, 2003).

Um dos fatores para que os adolescentes tenham sido envolvidos neste cenário da violência é a dificuldade de pais, profissionais de educação e de saúde, e governantes em compreenderem as características e necessidades dessa etapa uma vez que a violência pode ser também um aspecto de influência social quanto à saúde infanto-juvenil.

A paz, a educação, a habitação, a alimentação, a renda, um ecossistema estável, a conservação dos recursos, a justiça social e a equidade são requisitos fundamentais para a saúde (*Carta de Otawa, 1986*)

A adolescência é marcada por profundas transformações nas quais se entrelaçam processos de amadurecimento físico, mental, emocional, social e moral, que são influencia-

dos pelas peculiaridades inerentes a cada sujeito, pelo seu ambiente sociocultural e pelo momento histórico, o que torna complexa a sua delimitação ou conceituação (Osório, 1989; Costa, 1999).

Os dados oficiais apurados pela Delegacia Especializada em Apuração de Atos Infracionais (DEAAI), demonstram na **tabela 06** que há um decréscimo nos níveis dos diferentes atos infracionais juvenis e ações desenvolvidas pela DEAAI:

Natureza do fato	2007	2008	2009	2010
Procedimentos instaurados	2.229	2.666	2.158	1.640
Flagrantes	309	232	156	91
Adolescente na direção	122	170	198	153
Furto	473	363	338	186
Homicídio	41	28	20	12
Latrocínio	14	2	6	1
Lesão corporal	41	272	269	157
Posse de arma	80	107	79	28
Posse de entorpecente	407	483	423	306
Roubo	287	275	258	134
Tentativa e homicídio	42	41	29	19
Estupro	0	0	10	18
Atentato violento ao pudor	0	0	20	12
Ocorrência registradas na DEAAI	0	653	576	362
Ocorrência em outras DPs	0	2.639	2.036	1.464
Intimações entregues	0	1.882	2.028	389
Busca e apreensão cumprido	0	200	219	64
Busca e apreensão pendente	0	108	468	312
Ordens de emissão expedidas	172	254	300	265
Ordens de emissão cumpridas	172	205	248	216
Operações realizadas	0	40	62	36
Condições coercitivas cumpridas	0	336	242	51

Tabela 06: Número de infrações cometidas por adolescentes no município de Porto Velho.

Fonte: Relatório de atividades desenvolvidas pela DEAAI ano 2010.

Não há como elencar as causas da redução dos índices de atos infracionais juvenis evidenciados na tabela 06. Historicamente pode-se identificar medidas que cooperaram para minimizar esses índices, como: o acesso a escola, universalizado no Brasil desde o final da década de 80; o Ensino Fundamental, obrigatório desde 1996 (LDB /1996) e existência de atuais projetos e medidas sócio-educativas em Porto Velho.

Entretanto, estudo realizado na Casa do Adolescente Sentenciado no ano de 2007 – primeira etapa do projeto *Mirando al Mundo* – que revelou que dos 122 adolescentes participantes do estudo, apenas 03 (três) possuíam o 9º (nono) ano do Ensino Fundamental. Estes dados permitem o levantamento da hipótese de que o baixo nível de escolaridade é um fator de vulnerabilidade juvenil, colocando o adolescente ora como vítima, ora como vitimizador (*Olhando o Mundo*, 2008).

ITEM	IDADE								TOTAL
	NI	13	14	15	16	17	18	19	
S/Instrução	–	–	1	1	5	11	3	–	21
1º ANO	–	–	–	–	–	–	–	–	0
2º ANO	1	–	–	–	2	2	2	1	8
3º ANO	–	–	1	1	1	1	–	–	4
4º ANO	–	–	–	2	–	–	3	–	5
5º ANO	1	–	2	3	3	6	1	–	16
6º ANO	4	1	–	4	7	12	12	1	41
7º ANO	–	–	–	1	3	7	3	–	14
8º ANO	–	–	1	1	1	4	3	–	10
9º ANO	–	–	–	–	1	1	1	–	3
Total	6	1	5	13	23	44	28	2	122

Tabela 07: Escolaridade de crianças internas na Casa do Adolescente Sentenciado no município de Porto Velho.

Equipe e produto decorrente deste projeto

Atuarão diretamente neste trabalho quatro profissionais de diversas áreas do saber com o objetivo de planejamento e acompanhamento da criação do portal para produção de conhecimento e sistematização de informações para alimentação do portal.

Este portal, denominado *Observatório Juvenil “Mirando al Mundo” Porto Velho*, tem como finalidade registrar, sistematizar, classificar e prover informações acerca das realidades urbanas, movimentos sociais e acompanhar os diversos cenários sociais e de vulnerabilidade que possam acometer o grupo foco deste observatório, a infância e a juventude.

O banco de dados disponibilizados e expostos neste ambiente virtual poderá oferecer informações e subsídios quantitativos bem como auxiliar na formulação de diversas políticas públicas além de expor a realidade infanto-juvenil do município de Porto Velho.

A busca por meios eletrônicos de sites oficiais e diversos de notícias serão consultados diariamente e, assim, atualizados sempre com a utilização de palavras chaves em terminais de computadores da instituição parceira, a Faculdade São Lucas.

Considerações finais

Uma evidente violência estrutural permeia a sociedade brasileira e manifesta quadro de injustiças sociais, diferenças econômicas, exclusão e falta de oportunidades que atinge a maioria da população e, em consequência, crianças e jovens. Essa realidade, considerada por muitas vezes comum, natural e inevitável pode ser a base para expor crianças e jovens há inúmeras modalidades de violência, que é a forma mais fácil de ser evidenciada.

Entretanto, é essencial que se desenvolva ações concretas que viabilizem tomadas de decisões imediatas como expor a realidade vivenciada por esta faixa etária do mundo infanto-juvenil. Mediante observação desta realidade pode-se realizar ações e, concomitantemente, haver mudanças estruturais nos sistemas econômico, político e jurídico.

Necessário se faz um esforço da sociedade no sentido de colaborar efetivamente para o desenvolvimento integral das gerações em formação. Urge estar convicto da necessidade e viabilidade do trabalho integrado, em nível dos microsistemas, em processos sistemáticos e permanentes de educação para a paz, para o respeito aos direitos humanos e à diversidade, e para os valores éticos universais. A infância é a base deste processo e a partir da adolescência, etapa crucial na formação da identidade, precisa ser aproveitada para que sejam ensinadas a cooperação, a solidariedade, a resolução pacífica de conflitos e a inseparabilidade entre direitos e deveres na vida em sociedade.

Na busca de caminhos possíveis, o adolescente precisa ser reconhecido como um dos protagonistas. Enquanto ele for visto e tratado apenas como um problema, será excluído da possibilidade de canalizar construtivamente suas energias como agente de transformação social. Neste momento o olhar deve-se voltar as questões sócio-educacionais que culminaram na falta de oportunidades e vulnerabilidade infanto-juvenil.



Porto Velho, 28 de abril de 2010. Reunião do grupo de pesquisa local na presença de Francesca Pignatelli, *Assistant Technical Manager* do projeto.

Referências bibliográficas

- BARADELLO, Maurizio; BOTTIGLIERI, Maria; CHICCO, Stefano (Orgs.). *Olhando o Mundo. Observatório do Mundo Juvenil no Brasil*. Torino: Città di Torino, 2008.
- BASBAUN, Leoncio. *Alienação e humanismo*. São Paulo: Edições Símbolo, 1977.
- BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008
- CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes. *Educação e Pesquisa*. São Paulo: v. 27, nº 1, junho de 2001.
- CAMATA JUNIOR, Valdemar. Rondônia: Economia e Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.fiero.org.br/>. Acesso em 2 de set. de 2011.
- FACULDADE SÃO LUCAS, *Plano de Desenvolvimento Institucional, 2008-2012*.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. A lenta construção dos direitos da criança brasileira - Século XX. Em: *Revista USP*. São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28339-28350-1-PB.pdf>. Acesso em 10 de set. de 2011.
- MARSHALL, Thomas Humphre. *Citizenship and Social Class and Other Essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 1950.
- MBAYA, Étienne-Richard. Evolução e Universalidade dos Direitos Humanos Frente à Diversidade de Cultura. *Estudos Avançados, USP*.II, 30-mai.-ago./1997.
- MELUCCI, Alberto e FABBRINI, Anna. *L'età dell'oro: adolescenti tra sogno ed esperienza*. Milano: Feltrinelli, 1992.
- MENIN, Maria Suzana De Stefano. *Representações sociais de justiça em adolescentes infratores: discutindo novas possibilidades de pesquisa*. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2000, vol. 13, n. 1, pp. 59-71. ISSN 0102-7972. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722000000100008>. Acessado em 10 de set. 2011.
- MILANI, Feizi M. *Adolescência e violência: maisuma forma de exclusão*. Educação em Revista, 2003 Disponível em: http://www.educarevista.ufpr.br/arquivos_15/milani.pdf. Acessado em 10 de set. 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *A violência social sob a perspectiva da Saúde Pública*. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 10 (supl. 1), p. 07-18, 1994.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. *É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da Saúde Pública*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 1, n. 4, p. 7-32, 1999.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. 3. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- OSÓRIO, Luiz Carlos. *Adolescente hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- PRIMEIRA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE. (Ottawa, 21 de novembro de 1986). *Carta de Ottawa para promoção da saúde*. Acesso em 17 de set. de 2011.
- ROSS, Jurandy Luciano Sanches. *Geografia do Brasil*. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- UNICEF. *A Infância dos países em desenvolvimento. Um Relatório do UNICEF*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.
- UNICEF. *Situação Mundial da Infância 1997*. Brasília: UNICEF, 1997.

JUVENTUDE E GOVERNO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO EM SEIS CIDADES BRASILEIRAS

Edson Cláudio Pistori*

Este resumo apresenta os estudos de caso realizados no contexto do projeto *Mirando al Mundo* empreendido pela parceria entre a Frente Nacional de Prefeitos, no Brasil, e a Cidade de Torino, na Itália, por intermédio de uma cooperação internacional descentralizada.

O estudo levantou ações dos Governos Locais voltadas aos jovens das seguintes cidades brasileiras: Araraquara, Camaçari, Fortaleza, Lauro de Freitas, São Carlos e São Leopoldo. A investigação teve três atenções especiais: a identificação das principais iniciativas empreendidas por essas Cidades; os conceitos e concepções (o discurso) que sustentam as ações e o modo de interação entre os Governos Locais e os jovens.

Considerações gerais

A análise dessas seis Cidades brasileiras foi realizada de maneira contextualizada considerando o quadro emergente do tema juventude na agenda social brasileira.

O Brasil conta hoje com o maior contingente de jovens de toda a sua história demográfica, mais de 34,2 milhões, na faixa entre 15 a 24 anos, e cerca de 51,3 milhões se considerarmos a faixa entre 15 a 29 anos. Isso representa, respectivamente, 18% e 27% da população brasileira (IBGE, *Censo 2010*).

O que seria uma ótima notícia se transformou num problema, pois o Estado não dispunha de políticas públicas para receber este enorme contingente populacional.

Apesar disso, diversas experiências bem sucedidas realizadas no Brasil têm demonstrado que o potencial criativo e o protagonismo dos jovens são forças impulsionadoras do desenvolvimento local.

Por esses motivos, o tema juventude tem adquirido grande relevância na agenda do poder público. No decorrer desta última década multiplicaram-se iniciativas – governamentais e não governamentais – voltadas para esse segmento populacional.

Principalmente a partir de 1996, um número significativo de Municípios brasileiros constituiu assessorias, coordenadorias, Secretarias e programas no âmbito do Poder Executivo com atribuições específicas de atendimento das demandas dos jovens.

Contudo, tais espaços na estrutura do Poder Público, por serem muito recentes, ainda estão em processo de construção e, por isso, enfrentam inúmeros desafios para a sua consolidação.

Assim, o reconhecimento da categoria juventude como alvo da ação do Estado é recente no Brasil, tendo colaborado para isso tanto a conjuntura econômica e social, quanto episódios de natureza violenta envolvendo jovens. Desta forma, a construção da

* Edson Cláudio Pistori é assessor em políticas públicas de juventude.

violência juvenil é colocada no centro das preocupações dos gestores públicos ao lado da questão do desemprego juvenil.

Portanto, as ações realizadas são, na sua maioria, voltadas (1) para ocupação sadia do tempo livre dos jovens a fim de que não se envolvam em atividades delinquentes e (2) para sua preparação na entrada no mundo do trabalho e geração de renda.

Também foi possível distinguir uma ideia presente em muitas iniciativas desses Governos Locais que está relacionada a imagem dos jovens como atores de mudanças fundamentais (protagonismo juvenil), sendo considerados “agentes estratégicos do desenvolvimento”.

Considerações específicas sobre as seis cidades brasileiras

A seguir uma breve apresentação das características das cidades pesquisadas:

Cidade	Unidade da Federação	Macrorregião do Brasil	Distância da Capital	Habitantes	População 15 a 29 anos	Orçamento	Ano de Fundação
Araraquara	São Paulo	Sudeste	250 km	208 mil	53.227	R\$ 339 mi	1832
Camaçari	Bahia	Nordeste	51 km	243 mil	44.464	R\$ 411 mi	1758
Fortaleza	Ceará	Nordeste	capitale	2,4 milhões	718.613	R\$ 2,63 bi	1725
Lauro de Freitas	Bahia	Nordeste	30 km	164 mil	46.551	R\$ 205 mi	1962
São Carlos	São Paulo	Sudeste	213 km	222 mil	56.893	R\$ 331 mi	1865
São Leopoldo	Rio Grande do Sul	Sud	34 km	214 mil	56.128	R\$ 291 mi	1846

Tabela 01.

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*.

Principais iniciativas dos Governos Locais

Em **São Carlos**, a Prefeitura mantém um Centro da Juventude cujo objetivo é proporcionar espaços de convivência e de formação para os jovens, além de articular as diversas Secretarias de Governo em torno desse público.

O Centro foi idealizado em 2001 e construído no bairro Monte Carlo que é considerado uma das áreas com maior carência de equipamentos públicos e marcado por uma situação de pobreza da população.

As instalações do Centro da Juventude incluem salas de aula, auditório, sala de informática, sala de marcenaria, piscina, quadra poliesportiva, campo de futebol, quadra de areia, laboratório de estética, quiosque e áreas livres.

Todos os cidadãos podem usufruir das dependências do centro, contudo as atividades programadas são voltadas para jovens de 15 a 24 anos. As atividades estão estruturadas em quatro eixos: (1) qualificação e preparação profissional; (2) cultura e lazer; (3) esporte; (4) convivência e socialização.

Além deste equipamento público, a cidade também mantém um espaço de diálogo permanente com os jovens, por meio do Conselho Municipal de Juventude. Tanto o conselho quanto o centro de juventude são administrados pela Secretaria Municipal de Infância e Juventude.

Em **Araraquara**, a Prefeitura mantém uma assessoria especial de políticas para juventude vinculada diretamente ao gabinete do prefeito. Não se verificou projetos específicos voltados aos jovens. Entretanto, a prefeitura sustenta um espaço de diálogo e participação com os jovens por meio de um Conselho Municipal de Juventude. No decorrer da pesquisa identificou-se que uma proposta gerava muita polêmica entre os jovens e as autoridades. O poder legislativo municipal discutia uma iniciativa legislativa que, se aprovada, restringiria o direito de circulação dos jovens menores de 18 anos em espaços públicos (praças, quadra e ruas) após as 22 horas. Tal medida seria uma alternativa para reduzir os índices de violência juvenil.

A prefeitura convocou uma Conferência Municipal de Juventude, realizada no dia 10 de setembro último, sendo este um dos muitos temas que seriam debatidos pelos jovens.

Em **Fortaleza**, há um destaque especial para o Centro Urbano de Cultura, Ciência, Arte e Esporte - CUCA. O CUCA é considerado por seus idealizadores como o maior Centro de Juventude da América Latina. O CUCA da Barra do Ceará, batizado com o nome do revolucionário argentino Che Guevara, atende cerca de 3,5 mil jovens por mês em atividades esportivas, culturais e de formação. Ao todo, são três centros distribuídos em diferentes regiões da cidade.

Atualmente, estão sendo realizados cursos de formação em diversas áreas, tais como, esporte (futsal masculino e feminino, basquete masculino e feminino, futebol americano, capoeira, vôlei, capoeira e pedagogia do batuque), música, teatro, informática, idiomas, literatura, dança e comunicação popular. Além disso, a programação do CUCA conta com apresentações artísticas e culturais. O equipamento já recebeu grandes eventos, como a Mostra de Cinema e Direitos Humanos da América Latina, a 7ª edição da Bienal Internacional de Dança do Ceará, a Mostra de Cinema da Consciência Negra, dentre outros.

Fortaleza também promove o Festival Latino-americano das Juventudes, que já está na sua segunda edição. Trata-se de um grande evento cultural, social e político com uma temática diversificada e programação variada.

Além deste expressivo projeto, a Prefeitura de Fortaleza estruturou os projetos de *Pré-Vestibular Popular de Fortaleza* (POPFOR) oferecendo aos jovens de baixa renda um curso preparatório gratuito para ingresso na Universidade.

Outra iniciativa é o programa *Cred Jovem Solidário* que disponibiliza incentivos financeiros e apoio institucional aos jovens de 18 a 29 anos que estudam ou estudaram em escolas públicas, a fim de que possam desenvolver atividades produtivas, comerciais ou de serviços, na perspectiva da economia solidária.

Recentemente, o Poder Legislativo local aprovou um *Plano Municipal de Juventude* em que prevê diretrizes, ações e metas para as políticas públicas. A cidade de Fortaleza



Florianópolis, 26 de abril de 2010. Um momento do encontro entre o Presidente da ANCI, Sergio Chiamparino, e o Presidente da FNP, João Carlos Coser.

também mantém em funcionamento um Conselho Municipal de Juventude, sendo este um canal de participação dos jovens.

Para administrar as ações destinadas à juventude, a Prefeitura criou um órgão público vinculado ao Gabinete da Prefeita intitulado Coordenadoria Municipal de Juventude.

Em **Lauro de Freitas**, as principais iniciativas institucionais foram a criação de um Departamento Municipal de Juventude e o Conselho Municipal de Juventude. Ambos foram instituídos os programas e projetos do Governo Federal que a Cidade administra.

Na cidade de **Camaçari**, o projeto *Fala Jovem* mobiliza os rapazes e moças da cidade para discutir as políticas públicas. A iniciativa é realizada por meio de oito audiências públicas em que os participantes apresentam suas demandas. O resultado do processo irá produzir o *Plano Municipal de Juventude*.

Em **São Leopoldo**, foi criada uma Diretoria Municipal de Juventude voltada quase exclusivamente à gestão dos programas do Governo Federal. O destaque está para a iniciativa pioneira do Município na criação de um Grupo de Trabalho para formular uma política específica de moradia para jovens. A cidade identificou um forte demanda de jovens por acesso aos programas de financiamento de unidades habitacionais. Além disso, o Município realiza eventos culturais como a Semana Intermunicipal de Juventude.

Análises das iniciativas dos Governos Locais

As Secretarias, Coordenadorias e/ou Assessorias de Juventude vinculadas à gestão pública municipal são ainda uma novidade no cenário das políticas públicas. A criação desses órgãos nasce de diferentes demandas políticas e são uma resposta do poder público aos problemas sociais envolvendo os jovens.

Em regra, gestores desses organismos são jovens e a um só tempo são considerados responsáveis pelas políticas e representantes dos jovens na gestão pública. Assumem uma posição ambígua com imagem conflitante, pois são ao mesmo tempo considerados autoridades públicas e de representantes do público alvo da ação do Estado.

As Cidades de Fortaleza e São Carlos tem uma atuação destacada, pois dispõe de mais recursos próprios para realizar iniciativas. As demais cidades dependem da disponibilidade de recursos do Governo Federal.

No campo das interações entre os jovens e poder público, a participação e a democracia participativa assumem a tônica dos discursos da gestão municipal. As notícias envolvendo os referidos órgãos dão destaque para realização de Conferências, Audiências Públicas, Orçamento Participativo e Conselhos Municipais em que se ressalta o envolvimento dos jovens.

A maioria das cidades disponibiliza poucas informações na internet sobre os programas desenvolvidos, formas e prazos não estão bem acessíveis.

Ademais, vale considerar que as deficiências na gestão municipal das políticas de juventude, em grande medida, são decorrentes de uma baixa compreensão do tema enquanto categoria de política pública.

Considerados estes aspectos, observa-se que a compreensão da condição juvenil no Brasil é um desafio. As fronteiras que separam a infância da adolescência, a adolescência da juventude e a juventude da vida adulta são muito tênues. Marília Sposito (2005) aponta que as profundas transformações observadas no século XX produziram impactos na forma como as idades e o ciclo de vida são experimentados levando a uma desregulação das etapas e descronologização da condição juvenil.

A desregulação das idades e a perda de linearidade dessa fase da vida, leva com que as políticas públicas tradicionais não mais dêem conta das demandas dos indivíduos jovens.

Portanto, abertura de novos espaços públicos e serviços do Estado, em nível local, deverá necessariamente promover a experimentação, emancipação, mobilidade e circulação dos jovens, bem como acesso aos serviços e equipamentos públicos.



Florianópolis, 26 de abril de 2010. Apresentação do projeto durante a 57ª Reunião geral da FNP.

Conclusões

As políticas públicas de juventude nas Cidades de Araraquara e Lauro de Freitas ainda estão num estágio inicial de estruturação e requerem forte apoio para se viabilizar.

Quanto às Cidades de Camaçari e São Leopoldo é possível visualizar significativos esforços para atender os jovens, todavia as iniciativas estão adstritas à participação e ao desenho de planos e a formação de agendas do poder público, sem uma escala de atendimento em projetos e programas.

Já as Cidades de São Carlos e Fortaleza, as políticas de juventude encontram-se num estágio bem mais avançado e organizado de desenvolvimento e conseguem atender uma escala relevante de jovens.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: n. 5 e 6, 1997 (número especial).
- ABRAMOVAY, Mirian; CASTRO, Mary. *Juventude, juventude: o que une e o que separa*. Brasília: UNESCO, 2006.
- BRASIL. *Emenda Constitucional n.º 65* de 13 de julho de 2010.
- Lei n.º 11.129* de 30 de junho de 2005.
- Documento Base da I Conferência Nacional de Juventude*. Brasília: 2008.
- CAMARANO, Ana Amélia et al. *Caminhos para a vida adulta: Múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros*. Texto para discussão n.º 1038. Brasília: IPEA, 2004.
- CLEMENTINO, Josbertini Virginio. *As Políticas de Juventude na Agenda Pública Brasileira: Desafios e Perspectivas*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UECE, 2009.
- CONJUVE. *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude, Fundação Friedrich Ebert, 2006.
- IBASE. *Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas. Relatório Final*. Rio de Janeiro: IBASE, 2005.
- IBGE. *Censo Populacional 2010*.
- IPEA. *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2010.
- IPEA. *Juventude no Brasil. O Estado de uma Nação*. Brasília: IPEA, 2005.
- RUA, Maria das Graças. *As políticas públicas e a juventude dos anos 90*. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, p. 731-749, 1998.
- SPOSITO, Marília Pontes. Indagações sobre as relações entre juventude e a escola no Brasil. Em: *JOVENes, Revista de Estudos sobre Juventud*, ano 9, núm. 22. México, DF: janeiro-junho 2005.
- SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo Cesar. *Juventude e políticas públicas no Brasil*. Disponível em <<http://www.uff.br/obsjovem?Doc%20cient%EDficos.htm>>. Acesso em 16 de janeiro de 2004.

SÍNTESE DO RELATÓRIO DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS SOBRE AS POLÍTICAS JUVENIS E AS RELATIVAS BOAS PRÁTICAS ATUADAS EM SETE CIDADES PIEMONTESES

(COLLEGGNO, GRUGLIASCO, NICHELINO, RIVALTA,
SETTIMO TORINESE, TURIM, VENARIA REALE)

Katiuscia Greganti*

As políticas juvenis são políticas que orientam as ações e os projetos no âmbito político, econômico e sócio-cultural, a serem realizadas para os jovens e com os jovens, portanto um plano de ações coordenadas que permite guiar as decisões e as ações de diversos atores e obter êxitos racionais. Estas ações podem ser conduzidas pelas Administrações públicas ou organizações do setor privado.

No âmbito do projeto *Mirando al Mundo*, cujo chefe de fila é o Settore Cooperazione Internazionale e Pace da Città di Torino, foi promovida uma pesquisa junto às Administrações da Co.Co.Pa. (Coordinamento Comuni per la Pace della provincia di Torino – Coordenação dos Municípios para a Paz da província di Torino) com o objetivo de analisar as políticas públicas e as boas práticas no campo das políticas juvenis. Esta pesquisa, cujo título é *Buone pratiche di politiche giovanili nelle città italiane (Boas práticas das políticas juvenis nas cidades italianas)*, foi realizada por um grupo de jovens selecionados especificamente pelo curso itinerante *Giovani e cooperazione allo sviluppo (Jovens e cooperação para o desenvolvimento)* conduzido pela Co.Co.Pa. O presente relatório é o seu retorno.

Para a realização da investigação nas Municípios que se colocaram à disposição, foram elaborados dois instrumentos: uma ficha para a recolha das boas praxes e um quadro conceitual composto por dez “palavras” com as quais se podem definir e descrever as políticas juvenis.

A ficha de boas praxes foi preenchida por funcionários responsáveis pelas políticas juvenis dos Municípios envolvidos; os mesmos forneceram aos jovens a documentação necessária para descrever as políticas juvenis com base no quadro conceitual adotado.

Os dados levantados foram submetidos a análise quantitativa (*software* SPSS) e qualitativa (análise do conteúdo). O objetivo foi o de evidenciar, através de um trabalho de pesquisa empírica, os elementos que caracterizam as políticas juvenis e as boas práticas promovidas por alguns Municípios do território piemontês.

Aqui serão apresentados de forma sintética os dados que emergiram.

As políticas juvenis

A promover e realizar as políticas juvenis são geralmente as Prefeituras através de seus Secretarias para as políticas juvenis (Setores para políticas sociais juvenis), que para a concretização instituem, em alguns casos, grupos ou mesas para tornar mais eficaz o próprio trabalho. As *parcerias*, seja com as entidades privadas que públicas, e a *disponibili-*

* Katiuscia Greganti, psicóloga, é doutora em Psicologia social do desenvolvimento numa perspectiva aplicada.

zação *em rede* das diferentes realidades da comunidade resultam ser fundamentais para sua realização.

Os *destinatários* geralmente são jovens que estão entre os 11 e os 35 anos, sobretudo estudantes.

O que leva as diferentes Administrações a investirem nas políticas juvenis é em primeiro lugar a necessidade de promover a *cidadania ativa* e a *participação juvenil*, além de desenvolver o sentido de *pertencer* à própria comunidade local, nacional e internacional para criar os novos cidadãos do futuro. A realização de *espaços* torna-se essencial para alcançar os objetivos que as políticas se deram, juntamente com a promoção do território onde as políticas são promovidas.

As Administrações parecem seguir uma linha em comum que coloca o percurso de crescimento dos jovens em termos de *identidade* e de *autonomia*, mas que ao mesmo tempo valoriza o sentido de *pertencer*, de *participação* na comunidade e de *convivência social* como finalidade a serem perseguidas através da construção de relações de parceria e colaboração recíproca, necessárias para poder alcançar os objetivos que foram estabelecidos.

As táticas que as políticas buscam estão na capacidade de *promover*, *incrementar*, *apoiar* e *ativar redes*. A metodologia adotada, partindo do trabalho de rede, move-se então sobretudo através da ativação de ações que permitem movimentar-se em diferentes níveis: no desenvolvimento da consciência e participação na vida da cidade, na promoção de intercâmbios e confronto entre semelhantes, jovens e adultos e jovens e território e na formação e informação dos jovens. Aspecto crítico é a pouca importância dada, do ponto de vista metodológico, à *avaliação/monitoragem*, extremamente importantes quando se pensa em termos de "pesquisa-ação" que permite fazer intervenções, orientando-as com base em uma contínua avaliação dos resultados. O *trabalho de grupo* é reconhecido como um instrumento eficaz para lidar com as políticas juvenis e isto acontece através de mesas interinstitucionais e não.

Cada vez mais parece assumir importância também o *mundo informático* como instrumento príncipe para atingir e comunicar com os jovens. A necessidade não só de envolver a população jovem, mas também de conhecê-la de modo mais profundo antes de "agir", requer a possibilidade de fazer pesquisa no território. Tal questão parece ter entrado nas práticas implementadas pelas Administrações, sobretudo através dos Observatórios sobre a realidade juvenil, aspecto central para melhor orientar as ações de *start up* nos projetos que envolvem os jovens.

Entre os *recursos* que as políticas juvenis se valem, encontramos em primeiro lugar as Administrações Locais que destinam fundos para sua atuação, mesmo se muitas vezes limitados. Por tal motivo se voltam também a outras fontes (fundos de licitação, contribuições provinciais, fundos regionais, fundos do Departamento da Juventude da Presidência do Conselho dos Ministros, fundos da Agência nacional dos Jovens, fundos comunitários, fundos colocados a disposição por parceiros).

A questão coloca em evidência a necessidade de ter figuras específicas que cuidem expressamente, de um ponto de vista estratégico e operativo, da busca estruturada de fundos para a promoção e realização de projetos dentro das políticas juvenis. Também



Turim, 17 de janeiro de 2011. Entrega dos prêmios aos jovens pesquisadores do Co.Co.Pa. pelo Comitê Diretor do *Coordinamento*.

as estruturas que são colocadas à disposição são sobretudo de competência das Administrações, mas não faltam situações em que os espaços são fornecidos pelas associações ou cooperativas que participam dos projetos.

A complexidade do quadro delineado apresenta *aspectos críticos* que parece encontrarem-se substancialmente em três níveis: *fragilidade* em relação à capacidade de construir, desenvolver e manter a rede entre Administrações e Terceiro Setor (mas também entre os diferentes Setores das próprias Administrações); dificuldade de *envolvimento e prolongamento da motivação* por parte dos jovens e enfim a *carência de espaços próprios*. Tal tema, também se não presente em todas as Cidades, tem de qualquer forma uma importância significativa, do momento que os lugares que podem ser tornar atrativos para os jovens têm também a função de envolver os/as moços/moças que muitas vezes são difíceis de alcançar.

As boas práticas

Para ampliar a visão até aqui delineada com relação às políticas juvenis, foram analisados também projetos ativados.

As fichas apresentadas sobre as *boas práticas* e relacionadas às sete Cidades anteriormente descritas trazem até três projetos ligados às políticas juvenis, num total de doze projetos. A duração vai de um mínimo de três meses, com ações até agora em curso, e os custos variam muito seja no que se refere ao custo total do projeto, seja pelos custos fixos a eles atribuídos (de um mínimo de 500,00 euros a um máximo de 150.000,00 euros).

Os *destinatários* são, coerentemente com as políticas juvenis, jovens que se encontram numa fase de formação (estudantes das escolas médias e universitários) e que são residentes no território do Município que promove o projeto (tal critério é especificado em mais de um Município). Além dos jovens, encontramos também outros destinatários em relação aos projetos descritos, como: pais, professores, operadores sociais; funcionários dos trabalhos públicos, planejamento urbano/ meio ambiente, polícia municipal, Terceiro Setor, escolas, funcionários e operadores juvenis das Cidades parceiras, etc. A *promoção* dos projetos parece ser entregue quase exclusivamente às Administrações; muito diferente, porém, é o quadro que se apresenta no que se refere à *gestão*, quase sempre entregue a sujeitos externos do Terceiro Setor, e a *criação* que, mesmo mantendo uma predominância pública, evidencia também a presença de cooperativas e de grupos informais de jovens.

As necessidades de onde nascem os projetos partem, em primeiro lugar, daquelas de convivência social e cidadania ativa, que são vistos como aspectos embasados para dar possibilidade aos jovens de expressarem as próprias ideias e fazerem sentir a própria voz; em seguida, as necessidades de confronto com iguais e os adultos, as necessidades de formação/conhecimentos e de espaços apropriados.

Os objetivos que os projetos buscam parecem estar em linha com as necessidades detectadas e com aquelas que já emergiram dos dados sobre as políticas juvenis: promover o protagonismo juvenil, favorecer o contato entre os jovens e o território, desenvolver competências, favorecer o confronto entre iguais e confronto entre jovens e adultos.

Também para a realização dos projetos a constituição dos grupos de trabalho assume um papel fundamental, reconhecendo a função estratégica que eles podem exercer e reconhecendo nestes o instrumento ideal para trabalhar com os jovens.

A diferença dos documentos feitos para as políticas juvenis, onde era pouco evidente a questão da monitoragem/avaliação, aqui é reconhecida uma grande importância nesta fase.

As colaborações continuam a assumir um valor estratégico não só na atuação das políticas juvenis, mas também para os projetos, dentro dos quais fica explícita a importância de construir participações aptas para desenvolverem os processos que articulam as ações do projeto. Os recursos financeiros e estruturais são fornecidos pelas Administrações, diferentemente dos recursos humanos que na maioria das vezes são colocados em campo pelas cooperativas, às quais são geralmente entregues as gestões dos diversos projetos. Em relação aos recursos humanos, encontramos que as figuras empregadas tenham principalmente um contrato privado; a seguir os funcionários públicos e os voluntários, e enfim menos utilizadas as figuras do tipo consultoria.

Particularmente interessante é ver os *aspectos críticos* que são encontrados ao adentrar no detalhe dos projetos, ligados essencialmente a três questões: o *envolvimento dos jovens*, as *competências dos educadores* (não sempre se tem no próprio interior as competências específicas necessárias) e o *curto prazo* na realização dos projetos, junto com *espaços não sempre adequados*.

Os *aspectos críticos* que são ao invés notados *no contexto* revelam: *dificuldade na relação com as Administrações e com os Distritos*, *dificuldade no envolvimento de figuras adultas como tutores empresariais*, *dificuldade na gestão de alguns target específicos* (faixas a risco) e *no contínuo acompanhamento que os jovens requerem*.

Partindo dos aspectos críticos no interior da realização dos projetos e daqueles do contexto, os elementos que são indicados como aspectos inovadores se referem sobretudo ao trabalho que combina o *criar* e o *concretizar* (*aprender fazendo*) como etapas úteis não só para motivar na ação, mas também na realização de si para os jovens. Vimos ser interessante em particular modo o aspecto que coloca em evidência como os projetos se desenvolvem em modo *circular*, em relação às consequências que as ações podem ter sobre os diferentes atores: obviamente em primeiro lugar sobre os jovens, mas também sobre os educadores que participam da construção do processo e o mundo adulto e a realização entre os diversos mundos representados. Enfim, também importante é o aspecto emergente da *flexibilidade* como elemento inovador que faz vir à tona a capacidade de saber trabalhar com o imprevisto, como condição que traz em si limites mas também oportunidades e novas linhas a serem seguidas, numa ótica que se casa bem com a pesquisa-ação.

Com certeza, hoje em dia propor e trabalhar com os jovens resulta particularmente complexo. As políticas juvenis têm que enfrentar novos desafios, onde o primeiro importante objectivo é chegar até os jovens e envolvê-los através do cuidado do encontro e das relações. Evidencia-se a necessidade que as políticas não sejam mais algo distante promovido por uma Autoridade Local, mas sejam desenvolvidas através de uma organização capaz de se mover nos intentos dos jovens como no dos adultos, com a co-participação de ambos no crescimento e no desenvolvimento das próprias políticas.

AS INTERPRETAÇÕES



*COMO AS CIDADES DO MUNDO
DIALOGAM COM OS JOVENS*

NOTAS SOBRE OS OBSERVATÓRIOS DO MUNDO JUVENIL

Franco Garelli*

Li com grande interesse os relatórios das pesquisas efetuadas nas Cidades parceiras de *Mirando al Mundo* e deles tirei algumas sugestões, que ofereço para uma reflexão em comum.

1. A experiência de Rosário coloca em evidência a *imagem muito negativa* que os jovens do lugar se formaram seja *das normas e das regras sociais* (que regem as relações em vários ambientes públicos frequentados pelos jovens), seja *do conceito de autoridade*, encarando as normas em termos negativos, como dispositivos que proíbem ou impedem a livre expressão, mais do que como critérios organizativos necessários para a vida comum. Paralelamente, um adulto que exercita um papel de autoridade (como por exemplo um professor) é percebido mais como um sujeito que pune, impõe sanções, exercita funções restritivas, age em modo arbitrário, que como uma pessoa que tem funções importantes nas dinâmicas sociais (no caso do professor, como um adulto que transmite conhecimentos, oferece competências e estímulos, etc.). Esta imagem negativa das normas se estende às regras que governam o grupo de faixas etárias iguais, dos da mesma idade, enquanto neste caso parece prevalecer o rejeito de uma relação que preveja vínculos ou procedimentos organizados. O bom clima do grupo é expresso muito mais por imperativos “negativos” (como o não insultar-se, não brigar, não trair...) que por aspectos positivos.



Turim, 8 de novembro de 2011 – Palazzo Civico. O Professor Garelli durante seu discurso.

Não resta dúvida que esta imagem problemática das normas e da autoridade depende do quanto vivenciado pelos sujeitos, das problemáticas que eles acumularam ao longo do tempo nas suas relações normais. Isto para dizer que esta situação é difícil de ser modificada para que os jovens dos quais estamos falando (que vivem geralmente às margens da sociedade, em condições de rua e de sobrevivência) não se mudam as condições de base do seu grupo de amizades, seja nas dinâmicas com os adultos, seja dentro que fora das insti-

* Franco Garelli é professor catedrático de Sociologia dos processos culturais na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Torino.

tuições. Cada um de nós é filho das experiências maduras durante os anos de socialização intensiva. Abrimo-nos ao mundo e aos outros quanto mais respiramos na nossa própria vida um clima de confiança recíproca, de reconhecimento, de estímulos positivos; enquanto se corre o risco de ficar irremediavelmente confinados em uma lógica de desconfiança existencial quando tenha prevalecido o estigma, a negação de si, a desconfiança generalizada.

2. Partindo dos vários relatórios de pesquisa, faço a seguinte consideração. Alguns operadores evidenciam a necessidade de «pensar em outros espaços significativos para os jovens, onde eles possam ser envolvidos em modo ativo e responsável com base nas próprias experiências». Os exemplos trazidos se referem ao Centros para os estudantes, as microempresas juvenis, as organizações autônomas; em outros termos a “espaços de participação juvenil” mais livres do que aqueles encontram dentro das instituições (escola, família, ambientes de trabalho).

Trata-se de um ponto que merece uma reflexão aprofundada, para não alimentar a ideia que se consigam envolver os jovens somente em espaços alheios àqueles institucionais, onde eles possam expressar um protagonismo livre e espontâneo, enquanto a família, a escola, os ambientes de trabalho devem ser considerados “*locais impróprios*” para as tarefas do desenvolvimento ou para a relação educacional. Com certeza, é importante atender a tendência das jovens gerações a interagirem em espaços e momentos livres de vínculos e constrictões, mas é também urgente criar as condições para se redescobrir o valor da presença e do protagonismo dentro das instituições, nas interações secundárias aonde se formam para melhor entrar no futuro na sociedade.

3. São numerosas nos projetos analisados as citações às características e qualidade de uma *intervenção educacional eficaz*.

O relatório de Porto Velho nos lembra com muita insistência que os processos educacionais têm longos prazos, que é necessário partir da infância para oferecer aos jovens objetivos significativos de vida, que a maturação de atitudes positivas (a cooperação, a solidariedade, a resolução pacífica dos conflitos, a estreita relação entre direitos e deveres, etc.) requer um projeto e uma dedicação de longa duração. Aqui emerge com toda evidência a convicção que a pedagogia tem tempos longos, que o empenho educacional não tem efeito imediato, que a construção das atitudes é um itinerário que tem raízes distantes. Trata-se, em outros termos, de reconhecer que a interiorização de alguns valores, o fazer experiência dos mesmos, o verificar se e como eles são adquiridos, é o cerne de uma relação educacional que requer investimento e constância, continuidade e paciência, envolvimento e sagacidade.

É somente dentro de uma formação intensiva de longo prazo que o jovem pode enfrentar aqueles problemas (assunção de um comportamento de legalidade, aceitação das diversidades, experiência de confiança para a coletividade, criação de um “sentido de nós” que se abre à ideia da comunidade, equilíbrio entre direitos e deveres, etc.) cuja solução condiciona a sua introdução positiva na sociedade.

O projeto de Cidade Mãe chama ao invés a atenção para



Turim, 8 de novembro de 2011 – Palazzo Civico. O público durante a mesa-redonda.

a importância do “clima educacional”, para o fato que neste campo possam não ser suficientes as qualidades e a abnegação de um único educador, enquanto um grande poder formativo é de competência do “ambiente” no qual os jovens são introduzidos. O “fator campo” age quando os jovens experimentam um ambiente propositivo, que é composto por adultos caracterizados por uma tensão em comum, por objetivos compartilhados, por harmonia e confiança recíproca.

De particular interesse é a chamada de atenção (feito pelos projetos de La Paz e de Várzea Paulista) para evitar que os jovens madurem grandes expectativas de realização social e profissional diante dos diversos vínculos que caracterizam as suas condições de vida de oportunidades de emprego.

4. É muito frequente o apelo a *não tratar os jovens como um problema social*, a não aplicar-lhes um estigma que os condicione por toda a vida. Trata-se de uma ques-



Turim, 8 de novembro de 2011 – Palazzo Civico. Os três oradores – Sergio Balardini, Giorgia D’Errico e Franco Garelli – durante a mesa-redonda.

tão recorrente quando se fala dos jovens, que se propõe em modo agudo sobretudo lidando-se com sujeitos que vivem às margens da sociedade, têm déficits culturais e emocionais, não têm recursos e oportunidade (relacionais, de instrução, de confiança, de reconhecimento), que lhes permitam superar uma condição de emergência ou de sobrevivência. No lugar de ser compreensivos em relação a estas situações, muitas vezes considera-se estes jovens um perigo para a sociedade, sem alguma possibilidade de redenção ou de reabilitação.

Valer-se dos aspectos positivos existentes na vida de cada pessoa é então um imperativo cultural fundamental para evitar que também neste campo as profecias negativas se cumpram por si mesmas. Quanto mais etiquetamos negativamente os jovens, tanto mais eles terão dificuldades para escolher um caminho “normal” de vida, a relacionarem-se com outros em modo satisfatório. As experiências de cada um de nós são muito afetadas pela imagem que os outros têm de nós mesmos, do reconhecimento de si nas expectativas do nosso redor imediato. Poderíamos dizer (com o projeto de Várzea Paulista) que «os jovens querem ser escutados», não estigmatizados; que o diálogo é fundamental para alimentar neles a cultura do protagonismo e da cidadania.

5. Alguns relatórios de pesquisa (como o de Santos) indicam a exigência de *investir maiormente na escola*, a fim de oferecer aos jovens recursos cognitivos e competências adequadas para uma sua introdução na sociedade. Este é um tema fundamental para favorecer a *leadership* dos jovens; uma *leadership* que se constrói oferecendo-lhes estímulos importantes, alguns dos quais são veiculados pelos próprios ambientes escolares. É necessário então ser conscientes da especificidade da formação escolar, do fato que a escola promove um tipo específico de formação, não perseguido por outras instituições educacionais; portanto se ela falha na sua tarefa falta uma peça fundamental no desenvolvimento harmonioso das pessoas.

Estas reflexões contrastam com a tendência difundida hoje em dia a não pensar na escola como um ambiente que tem uma própria particularidade educativa, um próprio método e linguagem, os próprios objetivos; ou a pensar que a escola eduque somente

através da intervenção de especialistas ou de testemunhas externas, a quem se dá uma função formativa, que os professores não são mais capazes de cumprir; ou ainda em pensar que os conteúdos escolares e o método de aprendizagem tenham uma eficiência formativa frágil se colocados em confronto com outras propostas culturais; ou ainda a julgar que a tarefa principal da escola seja criar um clima socializante e democrático, enquanto a transmissão do saber, a preparação cultural, a construção das capacidades lógicas e críticas, a *forma mentis*, o gosto pelo belo, o sentido de memória da história... sejam bibelôs do sistema. Não, são/somos decididamente convicto/s que não obstante tudo a escola educa (seja no bem que no mal); que ela é um ambiente formativo absolutamente específico e singular, e que eventuais omissões formativas neste campo terão consequências na vida das pessoas.

Em síntese, na escola se educa com método escolar. É aqui que os jovens aprendem um certo tipo de cultura, afinam o seu conhecimento da realidade e do mundo, radicam-se na história, maduram o gosto pelo belo, pelo justo, pela verdade, exercitam-se na pesquisa, criam uma *forma mentis*, assumem instrumentos para viver em modo livre e crítico. Neste dinamismo, eles podem cultivar também valores cívicos, o sentido da cidadania, fazer experiência da consequência entre esforços e resultados, podem abrir-se à cooperação e à solidariedade... Portanto, a escola abre aos valores democráticos, faz experimentar os valores do mérito, é um lugar que favorece o "sentido do nós", a aceitação das diferenças, a cultura da comunidade... Além disto, é necessário lembrar que há também uma ação cultural e formativa específica da qual a escola não se pode eximir, com pena de falhar na sua função fundamental na sociedade.

VISÕES DOS OBSERVATÓRIOS DO MUNDO JUVENIL

Sergio Balardini*

Os documentos apresentados pelas Cidades latino-americanas envolvidas no projeto *Mirando al Mundo. Realização dos observatórios do mundo juvenil nas cidades da América Latina*, promovido pela Città di Torino e co-financiado pela Comissão Europeia, evidenciam uma diversidade de condições e realidades, que é necessário assinalar desde o começo quando se coloca o ariscado propósito de unir as diferentes situações.

Rosário (Argentina), La Paz (Bolívia), Porto Velho, Salvador, Santos e Várzea Paulista (estas últimas quatro, cidades do Brasil) estão relacionadas a um universo distinto quanto a demografia, produto interno bruto, matriz produtiva, sistemas sociais (educação, saúde, previdência social), distribuição da riqueza e outros aspectos que representam contextos diferenciados e que devem ser levados em conta no momento em que se deseja compreender em modo adequado a realidade específica de cada uma delas e as vidas dos/das jovens que nelas residem.



Turim, 8 de novembro de 2011 – Palazzo Civico. Sergio Balardini e Giorgia D'Errico durante a mesa-redonda.

Neste quadro, e neste contexto, enfrentaremos o desafio de criar uma visão de conjunto, que analise sem simplificações as questões em comum. Este trabalho, na realidade, não tem a intenção de reassumir todos os estudos efetuados; trata-se mais de procurar descobrir e assinalar as temáticas mais frequentes, os pontos de abordagem e alguns elementos específicos, caso o problema identificado adquira relevância em relação ao conjunto das realidades.

Características gerais: os jovens alvo dos estudos, as interrogações e as metodologias utilizadas

Em todos os casos estudados, a atenção foi concentrada sobre os jovens pobres, pertencentes às classes populares ou em condições de exclusão. No caso da cidade de La Paz, foram incluídos jovens da classe média em condições de vulnerabilidade.

Entre os argumentos alvo do estudo foram enfrentados principalmente: a escolaridade, o mercado de trabalho, o reconhecimento da autoridade e das instituições, a violência e a pobreza, a visão da sociedade e o viver a juventude.

* Sergio Balardini é Director de projetos sobre a juventude da Fundación Friedrich Ebert (FES) e membro do Programa de Estudos sobre a Juventude da FLACSO (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales) de Buenos Aires.

As pesquisas integraram métodos quantitativos e qualitativos e a aplicação de várias técnicas de levantamento de dados, em particular a realização de pesquisas (questionários estruturados e semi-estruturados), a constituição de *focus group* e a realização de entrevistas aprofundadas. Em todos os casos foram criados questionários e trechos de entrevistas *ad hoc*.

Quanto às técnicas qualitativas, agiu-se através de grupos focais com mecanismos participativos (La Paz), laboratórios motivacionais e diagnósticos participativos (Várzea Paulista) e com a c.d. terapia comunitária integral (Santos).

Em geral, os estudos são considerados como *input* para o desenvolvimento de políticas públicas capazes de incidirem, a partir da formulação do problema no projeto, na realização e na avaliação dos programas. Em maneira explícita, entendem-se a «construção de uma linha de base», o *follow-up* e a monitoração direta para efetuar os ajustes necessários.

Uma outra questão a ser sublinhada é a perspectiva de valor presente nas pesquisas. Sobre este ponto há uma clara e explícita referência às políticas que conduzem à construção de uma «sociedade de direitos e democracia» (Rosário) e à necessidade de dispor da «definição de uma agenda que se interesse de valores levando em consideração a pobreza, as discriminação, a desigualdade, a diversidade....».

O documento de Várzea Paulista evidencia que o Observatório deve representar um novo espaço de diálogo e interlocução e que se deve interessar destes aspectos partindo das categorias de sujeito político e de cidadão ativo. O Observatório deve aproveitar a participação popular (o dever de escutar os cidadãos jovens) e a necessária coordenação das áreas de gestão estadual, para uma ação integrada e integral.

O texto do Observatório do Mundo Juvenil do Governo Autônomo Municipal de La Paz evidencia que o resultado dos estudos permitirá «orientar as políticas municipais em direção à garantia dos direitos dos jovens».

Quando à juventude, é considerada «como uma fase plena da vida, não uma mera transição ao mundo adulto», «da construção histórico-social, contemplando a existência de uma diversidade de modos de ser jovens» (Rosário). Portanto, o modelo de política juvenil requer transversalidade na gestão (intersectorialidade), integralidade de ações, um olhar plural e uma perspectiva intergeracional.

Ao mesmo tempo evidencia-se que, no quadro da democratização das decisões, as políticas públicas destinadas

aos jovens deveriam ser estudadas em modo consensual e participativo, abrindo cenários de discussão, debate e tomada de decisões e que devem «articular-se instâncias públicas e privadas no âmbito político, econômico, social e cultural» (La Paz).



Rosario, 3 de novembro de 2010. Um momento do concerto durante o segundo Seminário internacional do projeto.

A autoridade e o papel da lei

Os jovens de Rosário em condições de vulnerabilidade, em vários contextos de inclusão/exclusão educacional, não têm dificuldade em reconhecer o valor predominante da

lei, mas são do parecer que a “sustentabilidade” da mesma dependa da sua aplicação, da proporcionalidade e dos critérios de justiça.

Estas “representações” da lei, construídas entre a família, a escola e o grupo de iguais, apresentam diferenças em função do gênero, da frequência escolar, da participação no mercado de trabalho e da idade. Enquanto as mulheres associam a lei à sua dimensão de obrigação, os homens a colocam em relação com o governo e a polícia (Rosário). A escola, da sua parte, influi imprimindo mais força às representações da lei ligadas à obrigação, ao respeito, à convivência e ao direito.

Em geral, o respeito pela autoridade está ligado ao silêncio, ao “ficar calado”, enquanto a divergência de opiniões parece conduzir sempre a situações de agressão ou de violência (Rosário).

A maior parte dos/das jovens declara que são os pais, os irmãos e os avós a obrigá-los a respeitarem as leis e as normas; portanto consideram que as regras a serem respeitadas são aquelas estabelecidas na família e, somente em medida menor, aquelas externas a ela. Origina-se então uma tensão com as instituições, em primeiro lugar com a escola (Rosário).

Os jovens entrevistados têm uma imagem negativa da polícia, associada à violência e à corrupção; todavia, a consideram necessária para fazer respeitar as leis. No discurso dos jovens, portanto, observa-se a convivência de duas ideias contrárias: «De um lado, o repúdio e a raiva; do outro o apelo e a necessidade» (Rosário).

Em relação aos iguais, observa-se a existência de códigos compartilhados. A ideia de respeito está em primeiro lugar (o não se agredir verbalmente e fisicamente), juntamente à mútua defesa em caso de agressão por parte de terceiros.

No estudo de Rosário, a ideia de lei está associada à obrigação e o seu cumprimento à sanção, muito legitimada pelos jovens que, quando se encontram na situação, têm o hábito de adotar um papel punitivo. Nas suas representações, a ideia de lei está diretamente ligada ao «poder que sanciona, condena, controla, ordena o caos e a desordem». Ao contrário, «a falta de leis, normas e regras é associada pelos jovens de ambos os sexos ao caos, à desordem, aos roubos e à morte de indivíduos».

Portanto, as representações da lei estão baseadas em algo distante e estranho ao sujeito, uma norma estabelecida ou imposta, «que obriga e proíbe, mas dificilmente é interpretada como algo que permite e garante direitos» (Rosário).

A escolaridade

O valor da escola continua a ser presente. A escola é considerada como um instrumento que «transmite conhecimento, valores e, fundamentalmente, uma credencial que torna possível uma formação superior e o acesso a trabalho melhores» (Rosário). Associa-se a escola a «uma ideia de futuro, à possibilidade de construir-se uma identidade e um sentimento de pertencer» (Rosário).

No caso de Várzea Paulista, exprime-se em termos de solicitação de programas que permitam dar «continuidade educacional» e «um diálogo com o mundo do trabalho».

Os/as jovens em condições de exclusão que vivem nas ruas de Salvador, indicam como primeira razão na base da inscrição na Fundação Cidade Mãe o fato de «receber uma formação». Estes mesmos jovens declaram que a falta de instrução é uma das principais causas de violência: «Os professores te ensinam a respeitar os outros».

Além do que, a maior parte dos jovens que abandonam a escola reconhecem a importância da instrução (Santos).

Quanto às razões e aos principais motivos do abandono escolar, encontram-se: maternidade/paternidade (cuidar dos filhos), trabalho, conflitos ou mal-tratos na escola, desinteresse (Rosário e Santos). Outras razões citadas são: cansaço, vergonha, depressão, falta de apoio da família (Santos). A opinião dos educadores é muito diferente: exigências materiais, falta de motivação ou desinteresse, motivos familiares e problemas ligados à escola.

Entre as causas de abandono escolar, aparecem também os problemas de acessibilidade e migração. Aqueles que abandonam a escola são geralmente os mais pobres, os que têm uma renda inferior e escasso acesso aos serviços de base ou os filhos de pais com baixos níveis de escolaridade. Portanto, pode-se notar que não obstante deem valor à escola, muitos jovens não continuam a estudar por causa da necessidade de dar uma resposta às suas «condições materiais imediatas» (Santos).

Entre aqueles que abandonam os estudos, observa-se que a interrupção ocorre no final da escola primária (Santos).

Para o estudo de Santos, foram interpelados alunos que prosseguem os estudos, perguntando-lhes os motivos pelos quais continuam a fazê-lo; nas respostas obtidas evidencia-se a importância da família e da auto-estima: satisfação, alegria, apoio familiar, perspectiva de vida para os filhos, superação pessoal.

Em relação ao tema da autoridade e do respeito pela instituição, os jovens declaram respeitar quem os respeita e estabelecem, como ponto chave, um vínculo de reciprocidade (Rosário). Nesta ótica, têm uma relação melhor com os diretores, preceptores ou tutores (figuras de autoridade) ao invés que com os professores (figuras de produção do saber). Todavia, os jovens de Santos indicam os professores como o melhor aspecto da escola.

O estudo de Porto Velho, centrado no papel da instrução para os jovens, evidencia a contradição entre o aumento da população juvenil e a redução das estruturas escolares dedicadas ao ensino médio. Ao mesmo tempo, o trabalho indica que a diminuição dos matriculados na escola pode implicar, a curto e médio prazos, a redução das oportunidades para os jovens, um aumento do nível de desigualdade social e um incremento da violência como efeito derivado.

Trabalho e ocupação juvenil

As perspectivas do mundo do trabalho para os jovens evidenciam as dificuldades em todos os casos observados.

Para a Cidade de La Paz, o estudo se concentra sobre a necessidade de detectar a situação do mundo do trabalho juvenil e progredir no desafio de enfrentar o desemprego, considerando que 2/3 dos desempregados são jovens. Dar uma dimensão ao problema deveria servir para orientar os programas de apoio à ocupação dos jovens, como acontece para o programa *Mi primer empleo* (*O meu primeiro emprego*) iniciado em 2007, que prevê a admissão de «jovens diplomados e/ou que possuam um título em matéria técnica ou de uma diploma universitário que lhes permita desenvolver as primeiras experiências de trabalho no interior da estrutura municipal».

Uma definição importante, todavia, consiste no fato que «os diferentes problemas no âmbito do trabalho e da ocu-



Rosario, 3 de novembro de 2010. A banda de rock “Los Vandalos” em concerto durante o segundo Seminário internacional do projeto.

pação juvenil requerem políticas públicas diferenciadas» (La Paz). Neste sentido, é necessário considerar as exigências territoriais (o estudo concentra-se sobre elas), algumas profissões técnicas, determinados papéis para os quais existe uma demanda, e outros que aparecem saturados.

Por outro lado, as características da ocupação juvenil nesta cidade são caracterizadas por um aspecto específico: uma crescente demanda de jovens pouco ou não qualificados (65%), que torna a “desocupação instruída” um problema a ser enfrentado. «O mercado de trabalho abre as portas aos jovens sob forma de trabalho esporádico, mal remunerado e sem que haja uma necessidade de formação adequada» (La Paz). Por sua vez, quem possui um trabalho ou está empregado ou trabalha em condições de ausência de proteção, falta de reconhecimento dos próprios direitos, escassa qualidade da ocupação, exploração, salários baixos.

Os jovens acham que existem poucas políticas públicas capazes de atenderem integralmente à questão do trabalho e que a Prefeitura é a principal responsável para defendê-las, estabelecê-las e atuá-las. Evidenciam também uma abordagem adultocêntrica.

O estudo da Cidade de La Paz indica a necessidade de replanejar o currículo educacional «em relação ao mercado de trabalho», para evitar de continuar a alimentar «a contradição atualmente existente entre as expectativas de formação dos/das jovens e a abertura do mercado de trabalho voltado para eles». Ao mesmo tempo indica a necessidade de estudar o fenômeno da migração dos jovens e a relação com as condições de exploração no trabalho da qual são vítimas.

Os principais obstáculos que os jovens indicam quando procuram um trabalho são:

- falta de experiência e solicitação de um elevado nível de formação;
- adultos discriminantes, com uma visão patriarcal na atribuição das funções produtivas;
- uma visão adultocêntrica da informalidade dos/das jovens, que desemboca em abusos e na violação dos direitos (não são interpelados, a sua capacidade inovadora não é considerada e até mesmo é tratada com desprezo);
- falta de atendimento das necessidades de formação permanente;
- inexistência de ofertas de trabalho nas áreas que se referem à expressões relevantes nesta fase da vida, como arte e cultura (La Paz).

A visão da sociedade e o ser jovem

O estudo realizado na cidade de Várzea Paulista concentrou-se na pesquisa dos «modos de viver e sentir a cidade». Uma cidade jovem, próxima a outras que têm maiores recursos, que procura estimular um horizonte de desenvolvimento e identidade própria.

Este trabalho permitiu advertir a presença de uma visão de “grande bairro” ou pequena cidade, com os problemas consequentes da migração para outras cidades, da visão de «cidade dormitório sem atribuições de cidade, de cidade subalterna» e a consequente falta de estímulos. A isto se soma a imagem de um cidade violenta cujo crescimento, mesmo acontecendo, é lento em confronto a de outras cidades.

Portanto, o estudo permitiu uma primeira leitura «das oportunidades e dos obstáculos na vida dos jovens», do momento que os jovens constituem um terço da população. O estudo registra que «os modos de viver e sentir a cidade têm limites na periferia» e que, ao mesmo tempo, existem diferenças de visão em função do gênero e da idade.

Entre as propostas que os jovens fizeram parece prevalecer a solicitação ao Estado para desenvolver iniciativas «para atrair maiores investimentos e empresas e qualificar o mercado», com a finalidade de ativar o mercado de trabalho (no estudo é citado espe-

cificamente a construção de um *shopping center*). Indica-se porém também a necessidade de criar espaços para o tempo livre, que permitam ter um importante lugar de socialização, interação, expressão (através de várias linguagens) das suas visões de mundo. Em última análise, exprimem, como cidadãos ativos, as suas expectativas de vivenciarem a vida cultural da cidade.

Quanto à visão do serem jovens, apresentam-se vários argumentos: o evidente da idade e dos aspectos associados

ao “vigor”, «à energia física e mental próprias desta fase de vida» e, coisa muito importante, o valor atribuído ao lazer, ao tempo livre e ao divertimento.

É também interessante observar que somente os jovens entre 15 e 18 anos indicam a falta de responsabilidade como aspecto característico da sua faixa de idade, enquanto outros afirmam que a juventude é «ser responsáveis e irresponsáveis ao mesmo tempo». Neste ponto é necessário sublinhar que, como indica justamente o estudo, «não obstante haja ainda quem afirme que seja justo que os jovens se dediquem unicamente à escola, esta realidade não coincide com as suas vidas». Na América Latina é frequente que os/as jovens cuidem das tarefas familiares e trabalhem enquanto estudam, procurando gozar dos momentos de lazer no tempo livre de que dispõem.

Os jovens dos 25 aos 29 anos, por sua vez, mesmo estando incluídos na categoria “juventude” exprimem um certa distância da vida juvenil.



Jovens de La Paz com educadores do Governo Autônomo Municipal.

Visão da violência

A visão da violência dos jovens de Salvador que vivem nas ruas em condições de exclusão e que estão incluídos nos programas educacionais da Fundação Cidade Mãe indica, em primeiro lugar, uma relação direta com a agressão física e a morte. Uma representação, esta, que não inclui, mas oculta intimidação, coerção e negligência. Também o abuso sexual emerge com dificuldade. Todavia, um segundo grupo reconhece a agressão verbal e psicológica. Em todo caso, esta visão é índice das condições de mal-tratamentos e exclusões sofridas por estes jovens, muitos dos quais banalizam algumas formas de violência até ao ponto que não as reconhecem como tais, como acontece por exemplo para o abuso sexual, tema sempre difícil de se tratar. 60% dos jovens (a amostra inclui mais mulheres que homens) afirma ter sofrido uma forma qualquer de violência.

Entre os problemas específicos causa de violências indicam como principal fator as drogas, mas também a desigualdade social, a falta de instrução e a falta de oportunidade de trabalho. Como atores de violência citam a polícia e, em alguns casos, a família.

No documento de Porto Velho se sublinha que «o sistema educacional tem uma responsabilidade específica [...] no processo de formação intelectual e moral das novas gerações», que não pode ser excluída e que resulta imprescindível para reduzir a violência, evitando de banalizá-la. Também isto faz parte das tarefas da Fundação Cidade Mãe na cidade de Salvador.

Diferenças de gênero

O gênero é muito determinante em todos os argumentos considerados: seja nas representações, nos papéis e nas divisões das tarefas na família, seja com respeito à apropriação dos espaços públicos (Rosário).

Um jovem comenta: «Não, não me fazem fazer nada, na minha casa limpam somente minha mãe e minha irmã», enquanto uma jovem diz: «Sim, limpo o meu quarto, o do meu irmão e o quintal [...]. Meu irmão volta do trabalho, dorme, depois sai com os amigos e vai dormir cedo» (Rosário).

Nenhuma das jovens teve problemas com a polícia, enquanto os jovens sim. As mulheres têm mais problemas com os docentes e com os adultos de suas famílias.

Os motivos na base do abandono escolar variam em modo significativo de um sexo para o outro (Rosário e Santos). Enquanto as mulheres das duas cidades declaram ter abandonado os estudos por causa de uma gravidez ou de um mal-estar físico, os homens se referem em geral a desinteresse, enfado, conflitos e violações das normas institucionais.

Além do que, em Várzea Paulista as vagas de trabalho para os homens são maiores e melhores retribuídas. Para os homens, os empregos são nas empresas e nas indústrias; para as mulheres, no setor administrativo.

Conclusões

É interessante notar que, embora os estudos abordem realidades de jovens que pertencem a cidades muito diferentes, eles permitem, ao mesmo tempo, definir uma série de problemas que aparecem como nós centrais: a difícil permanência no sistema escolar, a dificuldade de entrar no mercado do trabalho, a “representação ideacional” de uma autoridade que obriga e sanciona ao invés de garantir direitos, a visão de uma sociedade adultocêntrica que não os convida a participarem ativamente, um modo de ser jovens que inclui seja responsabilidade que exigência de lazer, a existência de uma violência sempre próxima e a disparidade de condições entre homens e mulheres.

Com certeza, cada caso requer uma visão contextual e relacional, uma construção de sentido que se pode alcançar somente estando no território. Os estudos dos Observa-

tórios vão nesta direção e são *input* fundamentais quando se devem iniciar ações e programas de uma política juvenil, democrática, transparente, participativa, que contribua a construir uma sociedade de direitos para todos.



O professor Sergio Balardini.

PALAVRAS E IDÉIAS PODEM MUDAR O MUNDO

Giorgia D'Errico*

«Palavras e idéias podem mudar o mundo»
(Prof. John Keating [Robin Williams])
no filme Sociedade dos Poetas Mortos [USA 1989]

Quando me foi apresentado o projeto *Mirando al Mundo*, o meu primeiro pensamento foi: «Finalmente um projeto dedicado aos jovens que induz a pensar no mundo com um olhar distante e pleno de esperança para o futuro!».

Então aprofundei no que consistia e quais eram os seus objetivos e tive a confirmação que era exatamente aquela a intenção: um projeto de cooperação internacional voltado para o futuro, com os jovens e para os jovens, dando-lhes confiança e expectativas positivas.

Cooperação e jovens são de fato um binômio perfeito, porque reúnem as especificidades de um e do outro: energia, interação, competências e experiências. O significado mesmo desta iniciativa, «olhando o mundo», permitiu a todos nós de nos sentirmos parte de um único continente, com o único desejo de conquistá-lo e de fazê-lo nosso.

Faz muito tempo, na verdade, que ao lado da palavra jovem não é comum encontrar a palavra «recurso» mas «emergência». Isto para quem é jovem no presente não é com certeza um bom ponto de partida, porque não permite ter confiança em si mesmo nem na sociedade. Os efeitos que esta situação provoca nos jovens de hoje, e então sobre os adultos de amanhã, deve ser considerada e examinada com grande atenção.

Poder discutir sobre tudo isto com as cidades de La Paz, Porto Velho, Rosário, Salvador, Santos e Várzea Paulista consente estar ainda mais motivados e permite a Turim, chefe de fila do projeto, demonstrar todas as próprias potencialidades no âmbito da cooperação e sobretudo colocar a disposição a própria experiência no campo das políticas juvenis. A nossa Prefeitura tem de fato 35 anos de experiência em tema de políticas juvenis, que tiveram uma evolução e uma mudança contínua, capaz agora de poder acompanhar outras Cidades que apenas começaram a abordar estes temas.

Em Turim, os primeiros *Progetti Giovani* partiram das iniciativas das Autoridades Locais já no final dos anos sessenta e nos primeiros anos setenta do século XX, solicitados com certeza pela explosão de um “conflito geracional” bem conhecido pela história e pelos nossos pais. Tudo isto inspirou na nossa cidade uma reflexão pública, considerando os jovens como categoria a parte, então merecedora de atenção. Nasceram assim as primeiras pesquisas sobre as políticas que lhes diziam respeito, elaborando já nos anos sessenta, primeira Cidade na Itália, um *Progetto Giovani* (*Projeto Jovens*) voltado à faixa etária de 14 a 29 anos.

A seguir, as linhas principais que orientaram o Setor das Políticas Juvenis seguiram um percurso que passou através da informação, com a abertura em 1980 do *Informaggiovani*, que surgiu seguindo um modelo parisiense e precursor na Itália. Decidiu-se assim passar de uma política do tipo assistencial a uma política de acompanhamento em direção à autonomia e em direção ao protagonismo juvenil. Já a partir de 1997, de facto,

* Staff do Prefeito de Turim para as políticas de juventude.



Turim, 8 de novembro de 2011 – Palazzo Civico. Giorgia D'Errico durante seu discurso.

houve uma profunda mudança de perspectiva, deslocando a atenção do conceito de jovens como problema ao dos jovens como recurso para a cidade.

Não é por acaso que hoje, em 2012, aqui em Turim, as políticas juvenis são de responsabilidade do Prefeito Piero Fassino, que adotou o pensamento segundo o qual «as políticas dos jovens são as políticas do país». Pensa-se, em verdade, numa Prefeitura que em todas as suas políticas de setor se dirija às novas gerações de hoje e de amanhã, para construir uma

cidade que seja capaz de atender às mudanças, de incluir os jovens nas suas escolhas, de reconhecer e premiar o mérito.

Para alcançar estes objetivos pensamos em programar concretamente as políticas endereçadas aos jovens, não só com Setor específico, mas envolvendo todas as Secretarias em um trabalho sinérgico, onde o papel dos jovens torne-se ativo e não isolado a uma “condição juvenil”.

O início deste projeto foi possível graças à experiência tricenal que as políticas juvenis em Turim trouxeram consigo, em uma evolução de pensamento absolutamente de grande respiro.

Se os primeiros anos dedicados ao *Progetto Giovani* eram voltados sobretudo aos jovens mais a risco, com uma visão mais do tipo assistencial, com o passar dos anos procurou-se dar às novas gerações maior autonomia, colocando os jovens no centro e tornando-os protagonistas do seu espaço, do seu tempo, valorizando a sua linguagem e naturalmente a sua criatividade. Acreditou-se muito na participação e no associacionismo como ocasião extraordinária para construir uma rede de realidades animadas pelos jovens.

Em uma “sociedade adultocêntrica”, para utilizar uma expressão do Prof. Garelli, não é irrelevante que as instituições de uma cidade como Turim decidam empregar recursos, tempo, espaços para os jovens, criando para eles verdadeiras oportunidades de crescimento e formação.

Em um momento onde se torna adultos muito mais tarde por motivos bem conhecidos, primeiro por causa da dificuldade em entrar no mundo do trabalho para garantir-se uma autonomia financeira, é inegável que na percepção geral a condição juvenil é uma fase de *disempowerment*. Mais simplesmente, «os jovens contam menos»¹.

O desafio desta Prefeitura, que nos jovens acreditou e quer continuar a acreditar, é de continuar a dar-lhes voz. Investir nas novas gerações quer dizer investir no futuro de Turim, da Itália, da Europa e do mundo; e alcançar estes objetivos com os amigos das cidades sul-americanas, em uma ação de cooperação, torna tudo ainda mais estimulante e interessante!

¹ Cf. a propósito da aula pronunciada pelo Sen. Prof. Massimo Livi Bacci por ocasião da IV Lettura Annuale Ermanno Gorrieri (Módena, 3 de abril de 2009), disponível no site web [www.fondazionegorrieri.it/UserFiles/File/LetturaPerPdf\(2\).pdf](http://www.fondazionegorrieri.it/UserFiles/File/LetturaPerPdf(2).pdf) (último acesso efetuado em 30 de janeiro de 2012).

A PALAVRA AOS JOVENS

PRÓLOGO

Maria Bottiglieri

Os Observatórios do Mundo Juvenil das cidades nascem como instrumento de escuta estruturada dos jovens cidadãos, com o objetivo de construir políticas juvenis que aderem à realidade e que respondem às necessidades e aspirações dos cidadãos mais jovens.

A *escuta* institucional tem, deste modo, um sentido não sem um fim em si mesmo (porque, de outro modo, teria maior pertinência em um contexto de pesquisa científica), mas pré-ordenado à ação política e administrativa. Cada Prefeitura promoveu e promove ações e políticas diferentes para satisfazer as necessidades de participação e cidadania expressas de vários modos por jovens cidadãos.

Para compreender então quais são os possíveis desenvolvimentos e êxitos naturais de uma atividade de observação e escuta estruturada promovida através dos Observatórios, pedimos diretamente a alguns jovens para contar de que modo se sentiram “atendidos” pelas suas Administrações.

As intervenções a seguir reúnem portanto o ponto de vista de alguns jovens das cidades parceiras de *Mirando al Mundo*, os quais nos indicam experiências, iniciativas, políticas, programas em cujo âmbito puderam dialogar de modo construtivo e produtivo com as suas instituições.

As experiências contadas são, com frequência, diferentes, e diferentes são as linguagens também. E ainda nesta diversidade, que é o espelho não só das distintas personalidades dos autores, mas também das diferentes experiências de participação e diálogo com as instituições de suas cidades, podem ser obtidos alguns elementos de semelhança.

Três nos parecem ser os tipos recorrentes da participação ativa dos jovens na vida institucional das suas cidades:

- habitar o espaço;
- habitar a política;
- habitar o próprio futuro.

Em relação à dimensão “*espacial*” da participação juvenil, parece que notamos algumas afinidades entres as experiências dos jovens turinenses, que de forma diferente e coordenada tiveram a possibilidade de habitar espaços públicos (os centros *To&Tu*) tornando-os uma casa de protagonismo juvenil, e aquela dos jovens de Santos que, nos Centros da Juventude da Zona Noroeste, da Zona Leste, da Região Central Histórica e da Zona dos Morros, constituíram laboratórios culturais, atividades de promoção da saúde integral, cidadania e informação.

A *política local* nos parece bem “habitada” tanto por os jovens de Várzea Paulista e Rosário, graças ao *Orçamento Participativo Jovem*, quanto por os de Santos, com o seu Conselho Municipal da Juventude, e de La Paz, que tiveram uma experiência de participação ativa na redação da *Carta fundamental* da sua Municipalidade.

As experiências de diálogo com as instituições contadas pelo pesquisador de Porto Velho e da educadora de Salvador indicam claramente que a participação em projetos pontuais (como no caso da pesquisa participativa realizada por Porto Velho no âmbito de *Mirando al Mundo*) ou uma aproximação positiva com entes públicos de cunho educativo conseguem dar aos jovens cidadãos os instrumentos úteis para valorizar as próprias capacidades e construir o próprio *futuro*.

Estes pequenos camafeus nos parecem exprimir, com linguagens diversas, que em cada cidade parceira os jovens não são *cidadãos em devir* ou *habitantes de um futuro distante*, mas *cidadãos do presente*.

DIREFAREBACIARE

HISTÓRIA, ESSÊNCIA E FORÇA DE UMA REDE

Valentina Gallo, Silvia Danesi e Pietro Ravazzolo

A história da rede *direfarebaciare*

A associação do segundo nível *direfarebaciare* (*dizer, fazer, beijar*) nasce do encontro de realidades associativas heterogêneas, que começaram a colaborar no projeto *Centri per il protagonismo giovanile To&Tu* (*Centros para o protagonismo juvenil To&Tu*).

Um passo atrás na história das políticas de juventude da Città di Torino. No início de 2000, a Prefeitura tem desencadeado um processo de reconhecimento e construção de espaços voltados para o protagonismo juvenil. Estes espaços, chamados *Centri To&Tu*, foram escolhidos pela Prefeitura segundo critérios de qualidade de espaços e tipo de público-alvo.

Treze áreas foram selecionadas e as associações de gerenciamento colocadas em rede no tema das artes cênicas contra o protagonismo juvenil.

Ao longo dos anos houve muitas mudanças do panorama político-social que levou as instituições a uma filosofia voltada principalmente ao autofinanciamento dos projetos culturais e a uma maior prudência na gestão econômica.

Este clima de austeridade mudou a rede dos centros, empurrando as realidades mais estreitamente relacionadas à uma estrita colaboração em nome do lema «a união faz a força»; e nossa força é a rede.

Inicialmente cinco associações, em seguida oito, se uniram em um projeto chamado *Dire fare baciare nuovi linguaggi si fanno strada in città* (*Dizer, fazer, baixar, novas linguagens abrem-se caminho na cidade*), através do qual foram organizados vários eventos de grande impacto e grande multidão.

O percurso de co-projeto, que durou três anos, tem evoluído naturalmente para um processo de homogeneidade estrutural, gerencial e conceitual. As associações sentiram a necessidade de formalizar sua parceria constituindo uma associação de segundo nível (associação de associações) denominada *direfarebaciare* com o objetivo de buscar os conceitos de otimização de recursos, economia de escala e gerenciamento de um serviço sócio-cultural orgânico a cidadania.



Valentina Gallo
CAP 10100

Turim, 8 de novembro de 2011 – Palazzo Civico. Os representantes das associações juvenis durante a mesa-redonda.

A essência da rede *direfarebaciare*

No momento do 2006 em que a Prefeitura informou os centros *To&Tu* que a situação econômica não podia mais garantir a rede de ser suportada como no passado, a reação foi quase imediata: em rede continuaram cinco centros em treze.

E é precisamente naquele momento que fulgurou a faísca, um processo que estruturou-se realmente “de baixo”, tornando-se escolha informada e compartilha de objetivos. No momento em que escolheram trabalhar dessa maneira, as associações decidiram investir pesadamente em termos de recursos econômicos e pessoal. Foi uma aposta apoiada pela clarividência que, na época, fazia-nos pressentir apenas o potencial do



Um momento do *Student Performing Festival*, evento realizado no âmbito de *Torino 2010 European Youth Capital*.

que poderíamos fazer unindo as forças. Certamente foi um caminho de tensões, que nos obrigou a confrontar nossas intenções, em todo o caso honestamente; nós dissemos o que éramos capazes de investir, cada um com sua própria história e suas próprias habilidades. Entre nós há pessoas realmente especializadas em teatro, música, dança, agregação, educação, provenientes de áreas da cidade muito diferentes de onde eles trabalham e vivem, ouvindo diariamente demandas, necessidades e sonhos que provêm daí.

A partilha das nossas reali-

dades, enquanto trabalhamos e crescemos juntos, tornou-se *direfarebaciare*.

- *Dire* (dizer): a metodologia, ou seja, a capacidade de agregar, de tornar um ponto de referência na cidade para os jovens.
- *Fare* (fazer): o caminho, ou seja, a capacidade de fazer propostas que orientem os meninos nos percursos artísticos e culturais estruturados.
- *Baciare* (beijar): a qualidade, ou seja, a capacidade de oferecer oportunidades profissionais e profissionalizantes em vários campos.

Nossa força tem sido a de fazer de maneira que os diferentes setores, agregativo, educacional, cultural e artístico fossem osmóticos, e que para todos os jovens houvesse a possibilidade de ter oportunidades de crescimento pessoal, em termos de autoestima e autodeterminação, e artístico, em termos de oportunidade e reconhecimento.

Nós também começamos a pensar e a trabalhar como uma única realidade.

Para citar somente um exemplo: na *Biennale Democrazia*, em abril de 2011, *direfarebaciare* propôs um evento de 12 horas sem parada de *performances*, a partir das 16:00 h até às 04:00 h do dia seguinte, no interior do Palazzo Nuovo, sede da universidade de Turim. Isto significou que em 24 horas tivemos que montar o palco e outras instalações, lidar com mais de 100 artistas e desmontar o palco após a realização, deixando a universidade limpa, dado que de segunda haveria aulas.

Nós fizemos isso.

Tudo isso, nós pudemos fazer não porque somos super-homens, mas porque somos uma rede.

*Silvia Danesi
Cecchi Point*

A força da rede *direfarebaciare*

A associação do segundo nível (associação de associações) *direfarebaciare* nasceu talvez no momento mais complicado dos últimos anos: a força motriz que deu à luz primeiro os *Centri per il Protagonismo Giovanile* (Centros para o Protagonismo Juvenil) da Città di Torino e, em seguida, a rede que os juntava sob um mesmo chapéu estava praticamente terminada. De uma consolidação nas competências acercava-se um fisiológico decréscimo nas possibilidades econômicas que a Prefeitura poderia dedicar a este projeto.

A força da rede foi então a de relançar em um momento difícil: olhar-se nos olhos, descobrir quem poderia melhor interpretar este esforço extra e fundar juntos uma realidade que, mesmo do ponto de vista formal, nos unia realmente.

Desde então, uma verdadeira mudança de mentalidade se pôs em prática. Nós tivemos que entender que, a partir deste momento, de “aglomeração” de associações com interesses às vezes distantes, nos tornamos uma única associação com os mesmos objetivos.

A mudança no ponto de vista transformou as diferenças em riquezas a otimizar e a sentir como as próprias porque fazemos parte da associação.

Foi um tremendo crescimento em comunicação e imagem. Uma única mensagem com uma força multiplicada por seis! Nós juntamos nossas listas de correspondência, planejamos um logotipo comum, concordamos uma imagem corporativa, decidimos o que queríamos dizer aos jovens de Turim.

O poder disso tudo, acho que é fácil de imaginar; no entanto, nós o entendemos realmente só depois.

Do ponto de vista logístico, *direfarebaciare* reduziu muito o cansaço. Desde a sua criação, a escrita de um projeto não envolve necessariamente todas as associações, mas envolve a associação. Nós decidimos, então, quem está disponível para participar na elaboração do conceito, e os outros têm confiança na equipe e entregam-se a ela.

Nesta fase a confiança é crucial e não poderia existir se não tivéssemos oficialmente o nosso “casamento”.

Além disso, quando a equipe de projeto trabalha, ela sabe que tem em mãos uma enorme gama de habilidades no campo



Infogiro, o ônibus do Centro InformaGiovani de Turim.



O Centro InformaGiovani de Turim.

artístico, cultural, educacional e de animação. *direfarebaciare* reúne efectivamente associações que envolvem os jovens através da dança, teatro, música, vídeo, educação de rua, mobilidade internacional, cidadania ativa, etc. Encontrar tudo isso em uma associação "simples" é realmente difícil; se unindo em uma associação de segundo nível torna-se real.

Último, mas não menos importante valor acrescentado pelo nascimento de *direfarebaciare* é o crescimento de relações fortes entre as associações que a compõem. Estar unidos estreitamente leva a partilhar idéias, habilidades, sensibilidade e forças; você faz porque sabe que o reforçar os outros é como reforçar si mesmo. Uma rede informal simples mantém aquela distância de segurança que impede, na maioria dos casos, a capacidade de compartilhar realmente.

Não faltam, nem faltarão certamente, as dificuldades. O trabalho realizado ao longo da estrada está apenas começando. Mas percebemos que a direção é a certa. Estar juntos adiciona dificuldade porque cada um tem a sua própria especificidade, mas reforça porque em tempos difíceis viver na solidão não pode ser a solução.

direfarebaciare existe; e nós sonharíamos que se tornasse boa prática replicável em qualquer lugar onde existem jovens associações que realmente querem ser protagonistas do crescimento de baixo de suas cidades.



Jovens em Turim por ocasião da edição de 2009 de *Biennale Democrazia*.

Pietro Ravazzolo
El Barrio

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CÍVICA DOS JOVENS NO MUNICÍPIO DE LA PAZ

Amael Rodríguez Choque*

Somos parte da nossa história

Nos últimos dez anos, em um cenário que oferecia a reconfiguração do Estado boliviano e a plena recuperação da democracia, vivemos no nosso país momentos importantes. Neste mesmo cenário é iniciado um processo constituinte com a elaboração da nova *Constituição política* do Estado, prelúdio de um novo sistema das autonomias. Trata-se de um momento importante para a reconfiguração do novo Estado boliviano. Mas, neste contexto, que papel ocupam as/os jovens?

É uma pergunta que cada jovem deveria se fazer, com o objetivo de “ser parte” deste processo como sujeito de mudanças e transformações. Em La Paz, as/os jovens representam estatisticamente mais de 35% da população; mas vale a pena refletir sobre o fato que, destes, pouquíssimos incidem politicamente e fazem parte dos processos decisoriais na Administração Pública e na gestão dos recursos do Estado.

As nossas experiências de participação política

Em 2007, o Governo Autônomo Municipal de La Paz abriu as portas à participação juvenil mediante o Primeiro encontro das identidades juvenis, um espaço de debates, reflexões, perguntas e respostas para melhorar e reforçar as políticas e a gestão pública do nosso Município.

As temáticas dos Encontros das identidades juvenis mudam ano após ano, em função da conjuntura social e política do Município; em 2009 foi abordado um dos temas mais



Um Centro juvenil em La Paz.

* Amael Rodríguez é um estudante do último ano da Faculdade de Economia da Universidad Mayor de San Andrés de La Paz. É líder juvenil, membro da organização TINKU Juvenil e responsável do Centro de In/Formación para Jóvenes – Periférica, um programa realizado pelo Governo Autônomo Municipal de La Paz.



Jovens em um Centro juvenil em La Paz.

importantes até agora desenvolvidos, uma oportunidade graças a qual as/os jovens elaboraram de modo difuso a sua proposta perante a IIª Assembleia do Município, que redigiu um projeto preliminar de um *Estatuto* do Município de La Paz, documento que irá constituir o instrumento jurídico mais importante desta cidade.

Neste processo participaram pela primeira vez 54 membros jovens da Assembleia, representantes de organizações, unidades educativas, universidades, que coordenaram outros

300 representantes de organizações territoriais, setoriais e funcionais.

Graças a esta participação, foi formada uma rede de organizações juvenis chamada “Movimento juvenil de La Paz” que, no âmbito da própria agenda de reivindicações, trata de temas como a participação política e da cidade, a ocupação e atividade empresarial, os direitos sexuais e reprodutivos, o ambiente e a mudança climática, a violência em geral, a arte, a cultura e a interculturalidade.

Portanto, em La Paz a incidência política das/dos jovens, apesar de uma presença não evidente, conseguiu resultados de alto impacto, como por exemplo a obtenção da representação no Conselho municipal da Juventude, órgão máximo representativo juvenil.

Hoje, conscientes de que se trata de um desafio que implica em muitos esforços e o apoio das instituições públicas e privadas e da comunidade no seu conjunto, as/os jovens de La Paz tomaram plena consciência de ser o presente e o motor do desenvolvimento humano e econômico do país... e, algo mais importante, sentem-se prontos!

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM: A EXPERIÊNCIA DE ROSÁRIO

María Paula Luna*

Desde 2005, o Município de Rosario oferece aos e às jovens entre 13 e 18 anos a possibilidade de participar da vida pública da cidade criando, debatendo e aprovando as ações locais em matéria juvenil através do projeto *Presupuesto Participativo Joven* (*Orçamento Participativo Jovem*).

O projeto é coordenado pelo Centro da Juventude, que refere-se à Secretaria de Promoção Social e trabalha de modo conjunto com várias escolas e organizações juvenis da cidade.

O objetivo principal é aquele de criar espaços de discussão e debate à propósito da democracia participada, dos direitos dos cidadãos, da avaliação da administração municipal e da co-responsabilidade nas decisões públicas.

O projeto se propõe ainda a reforçar a participação dos jovens, permitindo que eles escutem, pensem, planifiquem e participem de vários projetos para o próprio bairro, ampliando assim o leque de oportunidades ligadas ao exercício de seus direitos individuais, políticos, sociais e econômicos.

No quadro do *Orçamento participativo* geral foi evidenciada a falta de atenção em relação à população jovem da cidade: geralmente, eram apresentadas propostas que não levavam em consideração os interesses e as exigências dos jovens.

Surgiu, assim, a necessidade de pensar junto com eles, de reassumir as suas “vozes” e incluir os seus “olhares”. Neste modo, nas políticas sociais promovidas pela Prefeitura, a consideração dos jovens como sujeitos protagonistas e titulares de direitos foi reforçada, promovendo a ideia de um sujeito que não apenas se confronta, pede e denuncia, mas que se interessa, projeta, propõe, participa e sonha.



O Centro de la Juventud em Rosário.

* María Paula Luna nasceu em General Villegas, na Província de Buenos Aires, em 12 de janeiro de 1982. Dez anos atrás, transferiu-se para Rosario para estudar Ciências da Educação. No final dos estudos, escolheu viver nesta cidade para «a sua gente, a sua cultura, a sua diversidade, o seu rio e os seus projetos». Um dia, enquanto estava ainda estudando, entrou por acaso no Departamento para a Orientação e o Planejamento dos Projetos Sociais da Secretaria de Promoção social da Municipalidade de Rosario, do qual equipe hoje faz parte. Participou nos laboratórios do *Orçamento participativo* e na elaboração do *Plano integral da juventude*. Atualmente, faz parte da Comissão do *Programa de voluntariado social* na qual estão envolvidas muitas organizações juvenis.



Rosário, 3 de novembro de 2010. O concerto de "Los Vandalos" durante o segundo Seminário internacional do projeto.

Em março de 2004, foi realizada a primeira experiência piloto com 150 jovens de seis escolas do Distrito Sudoeste, escolhido entre os seis da cidade porque contava com o maior número de organizações dedicadas aos jovens. «Trabalhou-se, levando em conta algumas características dos jovens de hoje: a sua escassa representação como classe, a ruptura de valores solidários devidas ao crescente individualismo, a estigmatização da qual são vítimas por causa da falta de reconhecimento das suas capacidades

de achar soluções e ser empreendedores e os escassos espaços que dispõem para participar e tomar decisões na gestão das políticas públicas»¹.

Considerando a avaliação positiva da experiência, o Município decidiu estender a possibilidade aos outros Distritos, oferecendo as mesmas oportunidades a todos os interessados: antes de tudo, o debate sobre as exigências e as prioridades dos bairros na sede da assembleia e, em seguida, a escolha dos próprios Conselheiros, responsáveis em representar e avaliar as instâncias concordadas e elaborar os projetos alinhados com as propostas avançadas.

Realizam-se depois as reuniões de distrito dos Conselheiros, durante as quais se discutem, se analisam e se reagrupam as várias temáticas para necessidades e interesse. Enfim, são convidados os jovens participantes de todos os Distritos a votar nos projetos a serem desenvolvidos no ano seguinte.

A crescente participação, ano após ano, e a responsabilidade assumida pelos jovens demonstram um empenho ativo que deixa vestígios.

¹ BIFARELLO, M. *Políticas para la gobernabilidad*. Rosario: Municipalidad de Rosario, 2006.

SALVADOR

Maria Angélica Oliveira Lima*

Tenho dezoito anos, moro em Salvador-BA e vivo em abrigo desde meus quatro anos de idade. Eu sou uma pessoa alegre, amável, extrovertida, inteligente, crítica e estou sempre aberta a novos conhecimentos e a novas aventuras. Sou apaixonada por esporte. Amo jogar futebol, porém, hoje não tenho mais tempo para praticar essa arte. Tenho uma grande mãe e uma tia maravilhosa e familiares que, hoje, me ajudam. Minha mãe, mesmo sem condição financeira e mental, sempre confiou em mim e acredita na minha força de vontade.

Gosto de participar de projetos sociais: ajudar uma pessoa utilizando a educação e a arte, faz-me sentir bem. Sonho em realizar muitos projetos sociais nos abrigos de Salvador e em outras instituições para incentivar as crianças e os jovens a participarem de projetos sociais.

O fato de morar em abrigo não me fez ser revoltada ou me sentir inferior aos outros. Digo sempre que Deus sempre sabe o que faz! Por isso, agradeço a Ele tudo o que aconteceu e acontecerá comigo, pois, hoje sei a importância do ser humano que sou e do papel que eu desenvolverei na sociedade através da minha história de vida, da minha força de vontade, da pessoa que me transformei e do conhecimento que adquiro a cada momento da vida para transmitir a outros.

Com muito esforço, dedicação e amor que tenho pela minha mãe, com dezesseis anos passei no vestibular da Universidade Federal da Bahia e estou cursando Licenciatura em Educação Física porquê, além de amar essa área, amo o ato de transmitir o conhecimento e, para tal, pretendo dar aula em escolas públicas para transmitir o conhecimento e contribuir para a melhoria de vida dos estudantes que pertencem a classe trabalhadora, de forma que ajude aos alunos a terem uma perspectiva de vida melhor e transforme a vida de suas famílias, de forma que os mesmos se tornem grandes protagonistas. E, nada melhor que utilizar a educação como fator importantíssimo para o processo de emancipação dessa classe (que é a classe menos favorecida e mais prejudicada, a classe de onde eu venho).

Hoje estou cursando o 3º semestre do curso de Educação Física e graças ao abrigo trabalho no Tribunal de Justiça da Bahia. Conseguir esse emprego através de um concurso promovido pela Instituição Voluntárias Sociais da Bahia e, hoje, faço um programa de aprendizagem na área de Família em um cartório no Fórum Ruy Barbosa¹. Recebo um salário que me ajuda a pagar as despesas da Universidade e guardo para no futuro comprar uma moradia para eu e minha mãe morar, com a Fé em Deus.

Tenho vários sonhos, como conseguir comprar uma casa para cuidar da minha mãe, lecionar em escolas públicas, ajudar a instituição que me acolheu por muitos anos, participar de projetos sociais, ter uma vida digna e proporcionar uma vida melhor para a

* Maria Angélica Oliveira Lima foi educanda da Fundação Cidade Mãe.

¹ O Fórum Ruy Barbosa foi sede desde 1947 até 2000 do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; hoje abriga unidades judiciárias da Comarca (subdivisão territorial do Estado) de Salvador [NE].

minha mãe, aprender e conhecer novas culturas, e, principalmente, de mostrar as pessoas que é a partir de nossas atitudes que mudaremos a nossa realidade. A nossa felicidade depende de nós. E, assim como eu tive oportunidades, é importante que os jovens hoje tenham oportunidades para progredirem. É aí que o protagonismo juvenil ganha força: através da cultura, educação, dedicação e oportunidades.

*Depende de nós, quem já foi ou ainda é criança,
quem acredita ou tem esperança,
quem faz tudo pra um mundo melhor!*

Ivan Lins



Salvador, 2010. O pessoal da Fundação Cidade Mãe com Francesca Pignatelli, *Assistant Technical Manager* do projeto.

SANTOS

Wellington Araújo*

Desde 1998, ano da promulgação da *Constituição Federal* do Brasil, todo jovem de 16 e 17 anos ganhou o direito de votar. Sem obrigatoriedade, muitos acabam esperando completar a maior idade para participar das decisões políticas de onde vivem.

Em Santos 21% da população têm entre 15 e 29 anos, faixa etária reconhecida como a da juventude brasileira.

Os espaços de participação da juventude estão localizados em pontos estratégicos da cidade: nos Centros da Juventude da Zona Noroeste, Zona Leste, Região Central Histórica e da Zona dos Morros os jovens participam de oficinas culturais, atividades de promoção da saúde integral, cidadania e informação, desenvolvendo suas potencialidades e trabalhando elementos concretos para a construção de projetos de vida.

Oficializando por lei no município em 2009, existe o Conselho Municipal da Juventude, formado por 32 titulares e os respectivos suplentes, o modelo adotado é de formação tripartite, composto por 11 representantes indicados pelo Governo, 11 organizações vinculadas ao segmento de juventude e 10 representantes da sociedade civil. Este espaço tem a função de auxiliar, fiscalizar e participar das decisões do poder executivo e colaborar com a sociedade na aplicação de políticas voltadas ao seu segmento representativo.

Para que tudo isso aconteça, é necessário integrar e equilibrar as ações e serviço, empoderando os jovens, assegurando os direitos, integrando as políticas públicas e colocando nas mãos do próprio jovem. Sabemos que é difícil, porém é necessário mudar o olhar e abdicar de paradigmas já instaurados, trazendo a juventude para reflexão e mudança da sociedade em que vivemos. Quando tornar realidade o Observatório da Juventude será uma ferramenta para auxílio a pesquisas, trabalhos escolares e acadêmicos, desenvolvimento de projetos e atuação juntos aos jovens e ao Conselho da Juventude.

* Wellington Araújo trabalha na Assessoria das Políticas Públicas de Juventude da Prefeitura de Santos, subsidiando o conjunto de órgãos municipais que atuam ações intersetoriais na área da juventude e garantindo a execução das atividades nos espaços dos Centros da Juventude.

VÁRZEA PAULISTA

Vinícius Rocha Camargo*

Considero que as ações realizadas no ano de 2011 com jovens e adolescentes em Várzea Paulista tiveram marco no ano anterior com a pesquisa do Observatório da Juventude. Por meio desse mapeamento juvenil foi possível entender o que os jovens pensam, o que querem de sua cidade, como eles a enxergam e quais oportunidades e entraves encontram.

As atividades realizadas com adolescentes e jovens foram sustentadas pelos pilares da Educação Social, da valorização da cultura, da participação popular, da troca de experiências e sempre movidas pelo protagonismo juvenil. Como instrumento pedagógico foi utilizado o *Orçamento Participativo Jovem*, um grande desafio pela inovação e poucos referenciais encontrados. Porém, foi possível construir projetos coletivos com os jovens dentro de seus territórios. É importante ressaltar que a metodologia construída e utilizada trouxe um novo significado para as questões da juventude varzina, alcançando repercussão regional e até nacional, através dos elogios pelo reconhecimento do diferencial metodológico por parte do Ministério de Desenvolvimento Social.

Concluo que a pesquisa do Observatório da Juventude, bem como todas as ações realizadas pela equipe envolvida com o trabalho com a juventude da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e todos os jovens participantes, têm fortalecido e contribuído para a transformação social, a construção de identidades e o desenvolvimento social de Várzea Paulista.

* Vinícius Rocha Camargo tem 28 anos, é formado em Musicoterapia e pós-graduando em Psicopedagogia. Trabalha como monitor social na Prefeitura Municipal de Várzea Paulista atuando na educação social da juventude.

PORTO VELHO

Magnum Aparecido de Oliveira*

Grande parte das ações sociais desenvolvidas, principalmente no Brasil, visa à melhoria na qualidade de vida de crianças e adolescentes, pois como dizia a conhecida e celebre frase: «A criança é o futuro de um país», que pode ser facilmente complementada com um pensamento similar: «Criança feliz, adulto feliz».

Estar engajado no desenvolvimento de projetos que proporcionem mudanças positivas na rotina de jovens, que muitas vezes deparam-se com as dificuldades cotidianas e facilmente desanimam de batalhar por uma situação social digna, significa buscar meios para fomentar a melhoria do ambiente social trabalhado, com o gratificado retorno de lição executada com sucesso.

A criação de um projeto com a magnitude do *Mirando al Mundo* implica no desejo tanto de atender quanto de suprir as necessidades das pessoas com as quais se trabalha. Não se restringe apenas a uma área, mas está voltado para cultura, esporte, lazer, saúde, educação e segurança.

Têm por intuito atenção a crianças em situação de vulnerabilidade social, priorizando a análise do desenvolvimento pessoal e social de jovens em diversas questões, as quais são apresentadas de forma inadequada em locais menos favorecidos.

O foco básico do trabalho tende a formular soluções para minimizar os problemas causados pela exclusão social e violência urbana que se apresentam no âmbito da comunidade, principalmente entre as crianças e os adolescentes.

A formulação do projeto objetiva a promoção da integralização das instituições envolvidas com as comunidades carentes, através da realização de estudos envolvendo principalmente as crianças, com o intuito de analisar o universo cultural e educacional que estão inseridas, verificando se existem condições para melhora do convívio familiar e social, e ao mesmo tempo, proporcionando aos pesquisadores um contato direto com realidades maquiadas pela sociedade, ampliando seus conhecimentos quanto à sociedade, formando profissionais preparados a lidar com as dificuldades a que se depararem.

Certamente os pesquisadores se depararão com diversos problemas, mas para que o trabalho possa surtir resultados é necessário priorizar, dentre as necessidades, aquelas que serão mais facilmente solucionadas e resultarão em resultados gratificantes.

Participar representa uma oportunidade de proporcionar um futuro melhor para os jovens deste meio social, oferecendo-lhes novos objetivos a serem alcançados.

* Magnum Aparecido de Oliveira é acadêmico de Medicina da Faculdade São Lucas em Porto Velho e pesquisador junior do projeto *Mirando al Mundo*.

A CONSTITUIÇÃO DOS OBSERVATÓRIOS



DA PESQUISA SOCIAL AO PROJETO: OS OBSERVATÓRIOS DA CONDIÇÃO JUVENIL NAS AUTORIDADES LOCAIS

Renzo Gallini

Porque se faz a pesquisa social

Todos os dias nos vários campos da organização social tomam-se decisões.

É possível que cada uma de tais decisões em si seja tomada de modo irrepreensível do ponto de vista técnico. É também possível que, não obstante isto, ela produza somente em parte, ou de modo algum, os efeitos desejados. A diferença entre o efeito desejado da decisão e o efeito realmente obtido deriva, na maior parte dos casos, do fato que qualquer ação que tenha um caráter técnico específico geralmente dá origem a processos sociais de caráter geral¹.

O conhecimento sociológico e a pesquisa social consentem adquirir a competência necessária para determinar quais processos sociais serão ativados por alguma decisão. Neste sentido, a sociologia e a pesquisa social representam uma ferramenta profissional para auxiliar os decisores na realização de sua difícil tarefa.

Do ponto de vista profissional, a sociologia, e com ela a pesquisa social, têm várias funções:

- a construção de indicadores estatísticos para medir empiricamente muitos fenômenos da organização social;
- funções ligadas ao projeto e à gestão de organizações complexas;
- funções ligadas à análise e aos modos de intervenção em situações de mal-estar social;
- funções relativas ao desenho urbano e ao governo da cidade;
- funções relativas ao mapeamento da distribuição das doenças de vários tipos entre as diferentes classes sociais, nas diferentes áreas geográficas de um país².

Uma outra função importante da pesquisa social é a de reduzir a incerteza, cada vez mais presente nos sistemas complexos.



Turim, 8 de novembro de 2011 – Palazzo Civico. Os responsáveis do projeto pela Prefeitura de Rosário, Josefina Bianchi e José María Catena, e pela Faculdade São Lucas, Honorio Moraes, apresentam as pesquisas realizadas nas suas cidades.

¹ GALLINO, L. *Manuale di Sociologia*. Torino: UTET, 1997².

² *Ibidem*.

A incerteza pode ser considerada como um fator constitutivo e filosófico das organizações [...]. O problema que as organizações devem enfrentar é então aquele de conter, reduzir o grau de incerteza percebido para tornar possíveis as ações de gestão e de projeto necessárias para seu funcionamento. As estradas que podem ser percorridas para alcançar este objetivo têm a ver com a abordagem dos processos de conhecimento e concernem, por consequência, os temas que se referem ao uso dos dados. É possível, como de fato, reduzir a incerteza através da produção de representações simplificadas das situações e dos fenômenos observados [...] aumentando o conhecimento e a compreensão dos fenômenos organizativos considerados através do uso articulado dos dados à disposição³.

A pesquisa tem também a função de produzir uma representação simplificada, através de um modelo descritivo ou explicativo, de um problema complexo, facilita a sua compreensão, mesmo que somente por hipótese e não em termos absolutos.



Turim, 8 de novembro de 2011 – Palazzo Civico. Os responsáveis do projeto pelo Governo Autônomo Municipal de La Paz, Tania Nava Burgoa, e pela Fundação Cidade Mãe, Auristela Leal da Anunciação, apresentam as pesquisas realizadas nas suas cidades.

Estas funções da pesquisa – a redução da incerteza e a produção de uma representação da realidade, atuadas através da construção de uma consciência, mesmo que parcial, de um problema, de um aspecto saliente da realidade – favorecem a orientação na delicada operação de formação da decisão daqueles que estão envolvidos na gestão das políticas públicas, sejam eles administradores, diretores, operadores.

Nesta perspectiva a pesquisa é uma atividade que precede e acompanha o processo decisivo, mas pode assumir também um valor de ação que em determinados contextos participativos pode promover a mudança. A pesquisa torna-se assim ela mesma ação para promover a mudança.

O melhor conhecimento e consciência das características e das dinâmicas de um problema, de uma situação crítica, pode facilitar o processo de ideação de um projeto através do qual enfrentar o problema estudado. Deste modo entra-se no campo da pesquisa aplicada, uma atividade exploratória, descritiva e em alguns casos também explicativa dos fenômenos sociais, com o objetivo de introduzir, através da atividade de projeto, uma transformação do problema: a mudança das condições que o geraram ou a transformação da sua representação.

A pesquisa é uma atividade incluída no processo do projeto desde as suas fases iniciais. Pode acompanhar também o projeto nas suas fases de atuação e conclusão, quando assume a função de monitoragem e de avaliação.

O uso da pesquisa como fase inicial do projeto implica na disponibilidade para superar comportamentos ideológicos, burocráticos e tecnocráticos que caracterizam muitas vezes as organizações que fornecem serviços à pessoa. Implica também na curiosidade em relação ao novo e a disponibilidade para mudar a própria maneira de trabalhar.

O uso da pesquisa como fase inicial do projeto implica na disponibilidade para superar comportamentos ideológicos, burocráticos e tecnocráticos que caracterizam muitas vezes as organizações que fornecem serviços à pessoa. Implica também na curiosidade em relação ao novo e a disponibilidade para mudar a própria maneira de trabalhar.

³ BRUNOD, M. *Il trattamento dei dati nella progettazione dei servizi. La progettazione sociale, Quaderni di Animazione e Formazione*. Torino: Edizioni Gruppo Abele, 1999.

A pesquisa é com certeza parte integrante da metodologia do trabalhar por projetos e não para fins. Neste segundo caso, de frequente os dados são utilizados para justificar uma escolha já pré-concebida e não acompanham o esforço criativo da produção de uma nova ideia, uma mudança.

Na criação, promoção e gestão dos serviços para a pessoa, a pesquisa assume a importante função de construir uma representação da necessidade. Aquilo que os potenciais usuários dos serviços requerem pode ser definido de várias maneiras: carências, interesses, desejos, necessidades, aspirações. Não sempre estas dimensões da solicitação podem ser claramente expressas na esfera da consciência; as vezes existem em forma latente ou camuflada.

O comportamento, a expressão verbal nem sempre são claros e explícitos com relação à manifestação de uma solicitação, muitas vezes são a representação mascarada de uma necessidade, da qual o próprio sujeito não tem uma perfeita consciência.

Pode-se tomar como exemplo o comportamento violento dos jovens, as agressões, os vandalismos, e todas as formas com as quais se exprime a violência. Não basta parar nos aspectos fenomenológicos para entender este comportamento; em relação às necessidades, é preciso superar a aparência e entrar no significado que alguns comportamentos assumem, sobretudo do ponto de vista da comunicação e então da função expressiva da violência. É preciso assumir a violência como forma extrema de uma linguagem a ser decodificada e a ser interpretada⁴.

A pesquisa social nos ajuda a descobrir as dimensões latentes dos comportamentos e então permite identificar as carências, as exigências explícitas claramente e, sobretudo, aquelas latentes.

Finalidade da pesquisa no âmbito de um Observatório da condição juvenil

No campo das intervenções no social, nas últimas décadas desenvolveram-se Observatórios e Sistemas Informativos; estes representam alguns serviços ou alguns projetos que produzem pesquisas com regularidade e com a finalidade de facilitar, orientar, apoiar o projeto. A difusão, ainda que muito contida, destes serviços, indica o valor que a pesquisa está assumindo nas políticas sociais; isso por que um Sistema Informativo ou um Observatório são organizações que permanecem no tempo e com esses a pesquisa não é mais um evento ocasional ligado a uma necessidade de projeto contingente, mas entra no sistema do projeto e da programação das políticas sociais.

A finalidade substancial da pesquisa social através do instrumento do Observatório é a construção de uma consciência compartilhada, sistemática e organizada da condição juvenil através da análise das principais mudanças e da complexa segmentação da realidade juvenil nas cidades, para evidenciar as exigências que o mundo juvenil exprime.

Em segundo lugar, o Observatório fornece um quadro de referência sintético e orgânico da condição juvenil, capaz de atender as exigências de informação diferenciadas feitas pelos diferentes atores sociais que por diferentes motivos lidam com jovens.

Com as próprias atividades, o Observatório pode oferecer uma bagagem de conhecimentos útil para a programação das políticas juvenis e para o projeto das iniciativas voltadas aos jovens: para determinar orientações político-administrativas adequadas no tempo são realmente indispensáveis informações e reflexões miradas sobre os diferentes aspectos que caracterizam a vida dos/das jovens.

⁴ Cf. BERZANO, L. *Giovani e violenza. Comportamenti collettivi in area metropolitana*. Torino: Ananke, 1997.



Turim, 8 de novembro de 2011 – Palazzo Civico. Os responsáveis do projeto pela Prefeitura Municipal de Várzea Paulista, Giany Aparecida Povoia, e pela Prefeitura de Santos, Maria del Pilar Ferrer Camara, apresentam as pesquisas realizadas nas suas cidades.

O Observatório é um serviço através do qual promover e apoiar a relação entre reflexão e ação, onde o conhecimento da condição juvenil, entrando em conexão com as políticas públicas atuadas no passado, pode gerar criação e desenvolvimento de políticas futuras adequadas e inovadoras, realizadas para e juntamente com os jovens.

Através da pesquisa social do Observatório, realizada com a participação ativa dos jovens, torna-se fundamental promover e apoiar os jovens num processo de construção do conhecimento e de tomada de consciência de si mesmos, seja na dimensão individual seja coletiva, dando voz às suas necessidades para poder colaborar pessoalmente e de modo eficaz na construção e realização de políticas voltadas a eles mesmos.

O Observatório pode também ser considerado como um espaço aberto, dedicado à troca e ao confronto de conhecimentos e de experiências entre quem lida com jovens com posições e papéis diferentes, seja das instituições públicas que privadas. Um espaço aberto e dedicado também ao diálogo, ao confronto entre os jovens, finalizado a um possível envolvimento dos jovens mesmos no processo do projeto.

Esta função de “espaço aberto para a participação e o confronto” permite ao Observatório tornar-se um laboratório na promoção da cidadania.

GUIA DE LEITURA DAS FICHAS SOBRE OS OBSERVATÓRIOS

Maria Bottiglieri, Elide Delponte e Francesca Pignatelli

Mirando al Mundo foi uma ponte.

Uma ponte no espaço, porque promoveu uma rede de colaboração Leste-Oeste (do mundo) mas também Norte-Sul (da América Latina); de fato, os pilares ideais sobre os quais o projeto se apóia são pelo menos quatro: um italiano, um argentino, um boliviano, um brasileiro.

Uma ponte no tempo, porque permitiu ligar os processos de cooperação sobre as políticas juvenis que ligavam os parceiros do projeto.

Uma ponte metodológica, porque com este projeto as Cidades parceiras ativaram seis percursos de pesquisa análogos com base em pressupostos compartilhados, de acordo com uma metodologia de pesquisa concentrada e no quadro de um processo participado.

A estrada que cada parceiro percorreu com *Mirando al Mundo* era a mesma, mas as pernas com as quais cada um deles a enfrentou foram diferentes, assim como diferentes eram o comprimento do passo, o ritmo da caminhada, as paradas durante o percurso. O que importava não era marchar todos no mesmo modo, mas caminhar juntos e na mesma direção, ajudando-se uns aos outros nos momentos de dificuldade, esperando os últimos e respeitando as diferenças recíprocas. Tudo isto na convicção que se procede conjuntamente não apenas para chegar na meta, mas também para o gosto de caminhar juntos.

Esta unidade na diversidade nos parece bem exemplificada pelas fichas que seguem.

Pareceu-nos útil ter um instrumento de confronto, uma comparação que tem o objetivo de evidenciar as diferentes declinações da questão juvenil que cada Observatório se propõe a continuar a monitorar. Uma complexidade, esta, que é expressão também das diferenças existentes entre os jovens cidadãos das Cidades parceiras.

Estas diferenças se refletem na estrutura mesma do Observatório: em alguns casos, foi constituído um Observatório do mundo juvenil; em outros, este Observatório é inserido no interior das políticas sociais da Municipalidade parceira. As razões são diferentes: em algumas cidades, resolveu-se dar centralidade às políticas para os jovens; em outras desejou-se sublinhar a necessária coerência entre as políticas para os jovens e as políticas sociais.

Existe também uma diversidade entre os tipos de pessoa pública responsável de cada



Várzea Paulista, 15 de julho de 2009. Um momento dos trabalhos do primeiro Seminário internacional do projeto.

Observatório, o qual normalmente é o mesmo ente que já se ocupa na cidade das políticas locais para os jovens: da fundação municipal de Salvador aos diferentes escritórios da Municipalidade nas outras cidades. Entre estes últimos, sinaliza-se a diferença entre as Cidades que instituíram, através de diferentes atos formais (como leis e atos organizativos), uma estrutura específica e outras que ao invés disso potenciaram estruturas já existentes.

A diversidade de objetivos de cada Observatório é coerente com as diversidades das necessidades que a pesquisa realizada graças a *Mirando al Mundo* evidenciou em cada realidade e sobre a qual cada realidade pretende continuar a trabalhar: das temáticas



Turim, 9 de novembro de 2011. Um momento do *meeting Giovani e Salute* no *Polo cittadino della Salute*.

da violência dos jovens e sobre os jovens àquelas do abandono escolástico, da desocupação juvenil à cidadania ativa.

Perfis de interesse são explicitados também pela atitude metodológica: a condissão do método da pesquisa social, realizada no início do projeto, soube afirmar-se nas diversas realidades, sem enrijecimentos.

Diversos são ainda as tipologias dos parceiros de cada Observatório, mas é interessante evidenciar que cada Municipalidade é em constante diálogo com as realidades públicas e do privado social presentes no

próprio território, a evidenciar um papel de direção institucional que valorize a participação do povo a 360 graus. Além disso, a participação dos cidadãos, sozinhos ou associados, na definição das políticas públicas locais não é só um instrumento de políticas cívicas, mas uma finalidade que a Carta fundamental (*Statuto, Lei Orgânica, Carta Orgânica*) de todas as Cidades parceiras se presta como objetivo.

Em termos de sustentabilidade do projeto, a escolha de cada parceiro de destinar ao Observatório pessoal interno da própria Administração é muito significativa: tanto porque tratam-se de custos não adicionais, quanto porque significa que a instituição desejou dar relevância política a esta atividade, investindo nele do próprio.

Deve ser enfim evidenciada a variedade na tipologia de atos administrativos com os quais cada parceiro escolheu formalizar a constituição do Observatório: esta reflete as diferentes normativas vigentes em cada Cidade parceira e lembra como a cooperação descentralizada entre Autoridades Locais é também cooperação administrativa e organizativa.

Foi difícil provar para sintetizar os diversos planos de trabalho que cada Município estabeleceu-se para a constituição do Observatório. Os esquemas que seguem não são exaustivos porque representam uma síntese de uma visão mais ampla sobre as políticas juvenis de cada Cidade.



GOBIERNO AUTÓNOMO MUNICIPAL DE LA PAZ

OBSERVATÓRIO DO MUNDO JUVENIL

Plano de trabalho

NOME DO OBSERVATÓRIO	<i>Observatorio del Mundo Juvenil</i>
DADOS DO ENTE	Gobierno Autónomo Municipal de La Paz Dirección de Gobernabilidad Delegación Municipal para la Promoción de la Juventud
ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	A estrutura organizativa do Observatório é coordenada por um Delegado municipal para a promoção da juventude, sob a supervisão do Coordenador dos programas e dos projetos e do Coordenador da cooperação internacional e do financiamento; nesta estrutura, a parte logística e operativa será confiada a uma equipe de pesquisadores especializados em vários temas.
OBJETIVO GERAL	Determinar condições, possibilidades e expectativas profissionais dos jovens de idade entre 15 e 25 anos, nos 21 Distritos comunais de La Paz.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Determinar as condições profissionais dos jovens com idade entre 15 e 25 anos que possuem atualmente uma relação profissional qualquer, para conhecer assim as expectativas em ambos os segmentos da população em relação à inserção no mundo do trabalho.
METODOLOGIA	<i>Follow-up</i> , monitoramento, análise e avaliação das políticas públicas juvenis e dos vários temas a serem tratados no âmbito das pesquisas. Para a coleta e elaboração das informações serão utilizados instrumentos quantitativos e qualitativos. As pesquisas se basearão em três fases sequenciais: a revisão, o levantamento de informações do campo e o levantamento de informações através de testemunhas chave.
PARCERIAS	<ul style="list-style-type: none"> • Uma rede de Observatórios municipais, entre os quais o Observatório da democracia participativa, o Observatório sobre a transparência municipal, o Observatório sobre a segurança urbana, o Observatório sobre a cultura da cidadania. • AOS COSUDE – PADEM. • EMIDEL – Desenvolvimento local e emigração na América Latina.
RECURSOS HUMANOS E ECONÓMICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Delegado municipal. • Coordenador da cooperação internacional e do financiamento. • Coordenador dos programas e dos projetos. • Grupo de pesquisadores especializados nos vários temas.
TIPO DE LEI/BASES JURÍDICAS DO OBSERVATÓRIO	O funcionamento do Observatório do mundo juvenil será garantido através da promulgação de uma deliberação comunal executiva assinada pela máxima autoridade executiva do Município.



MUNICIPALIDAD DE ROSARIO

OBSERVATÓRIO JUVENIL

Plano de trabalho

NOME DO OBSERVATÓRIO	<i>Observatorio Juvenil Rosario</i>
DADOS DO ENTE	Dirección de Políticas Públicas de Juventudes (D.P.P.J.) Secretaría de Promoción Social Municipalidad de Rosario (Provincia de Santa Fe – Argentina)
ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	O pessoal do Observatório juvenil de Rosário e o <i>Plano integral para a juventude</i> representam o grupo de trabalho transversal da Direção das Políticas públicas para os Jovens. O Observatório juvenil articula as suas atividades com aquelas do Observatório social de Rosário ¹ .
OBJETIVO GERAL	Melhorar a qualidade dos processos de projeto e implementação das políticas públicas locais em matéria de juventude, para o fortalecimento do exercício da plena cidadania dos jovens como atores estratégicos.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer instrumentos para otimizar os processos de gestão e tomada de decisões da Municipalidade em matéria de políticas públicas para os jovens. • Conhecer as inquietudes, as solicitações e as exigências da população juvenil de Rosário, considerando os jovens como atores estratégicos. • Facilitar o acesso às informações e o intercâmbio delas com organizações, instituições e atores da sociedade civil.
METODOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas quantitativas e qualitativas sobre vários temas ligados à juventude. • Criação de um banco de dados referente aos vários aspectos da realidade juvenil da cidade de Rosário, a partir da condução de uma pesquisa que contemple os indicadores construídos pela Direção das Políticas públicas para os Jovens. • Construção de uma rede interinstitucional que permita o intercâmbio de informações sobre o tema.
PARCERIAS	O Observatório sobre políticas juvenis depende da Direção das Políticas públicas para os Jovens do Governo da Província de Santa Fé.
RECURSOS HUMANOS E ECONÔMICOS	<p><i>Recursos humanos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • uma pessoa de coordenação; • três pessoas do grupo de trabalho transversal da Direção das Políticas públicas para os Jovens. <p><i>Recursos econômicos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • o orçamento deriva de fundos comunais destinados à Direção das Políticas públicas para os Jovens.
TIPO DE LEI/BASES JURÍDICAS DO OBSERVATÓRIO	Deliberação nº 333/12 de 17 de janeiro de 2012 da Secretaria para a Promoção social da Municipalidade de Rosário.

¹ Órgão dependente do Gabinete para a orientação e planejamento dos projetos sociais – Secretaria para a Promoção Social da Municipalidade de Rosário.



FUNDAÇÃO CIDADE MÃE

OBSERVATÓRIO DO MUNDO JUVENIL

Plano de trabalho



NOME DO OBSERVATÓRIO	<i>Observatório do mundo juvenil</i>
DADOS DO ENTE ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	Fundação Cidade Mãe FMC/CMSE – Prefeitura de Salvador Rua Aloisio de Caralho Filho, n. 219 Engenho Velho de Brotas Salvador – BA (Brasil)
OBJETIVO GERAL	O Observatório, pautado na cidadania e protagonismo juvenil, tem como escopo a indicação de alternativas para superação da violência em suas múltiplas dimensões, a partir da percepção das crianças, adolescentes e jovens atendidos nas Empresas Educativas da Fundação Cidade Mãe com base no resultados do estudo diagnóstico quali-quantitativo realizado no âmbito desta entidade.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nesse contexto a implantação do Observatório justifica sua importância visto que irá desenvolver através de um trabalho pautado na cidadania ações voltadas para intervenção e enfrentamento da violência. Destacam-se nesse universo as principais demandas sociais existentes na área da infância e juventude com foro na representação de tais sujeitos acerca da violência e suas múltiplas dimensões. Será utilizado para isso a transversalidade da violência em relação às variáveis da famílias, segurança, lazer, sexualidade, inclusão social, convivência comunitária e o protagonismo juvenil.
METODOLOGIA	Se a aprendizagem envolve a ação e reflexão, a metodologia que orienta a ação educativa da Fundação Cidade Mãe não pode envolver menos do que isso: é necessário ainda que crianças e jovens identifiquem, nas situações que lhes são apresentadas, um bom motivo para desejarem aprender. Estas situações precisam, então, fazer sentido para eles, tem que ter significado. Devem motivá-los, estimulá-los a questionar, analisar, levantar hipóteses, relacionar informações, generalizar, aplicar o seu conhecimento para buscar soluções e descobrir o que ainda não sabe, tomar decisões, inferir, trabalhar coletivamente.
PARCEIROS	No que tange as parcerias, se faz necessário salientar destas para o bom desenvolvimento das atividades. Dentro estas, podemos citar entre outros: SETAD – Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Desenvolvimento do Cidadão; lideranças comunitárias; associações de bairro; UNOPAR; SENAC e CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; REVITA; SECULT, Educação Banco do Brasil; D. Avelar Brandão Vilela.
RECURSOS HUMANOS E ECONÔMICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Educadores cursos culturais • Educadores cursos de iniciação profissional • Educadores serviços gerais • Educadores merendeira • Educador apoio pedagógico • Assistentes sociais • Psicopedagogos • Coordenadores pedagógicos • Apoio administrativo • Subgerentes/Encarregados
TIPO DE LEI/TERMO INSTAURANDO O OBSERVATORIO	Fundação Cidade Mãe – Portaria n. 066/2011 do 30 de novembro de 2011



PREFEITURA DE SANTOS
Secretaria de Assistência Social

PREFEITURA DE SANTOS

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS JUVENIS E SOCIAIS

Plano de trabalho



Observatório de Políticas
Juvenis e Sociais - SANTOS

NOME DO OBSERVATÓRIO	<i>Observatório de Políticas Juvenis e Sociais de Santos</i>
DADOS DO ENTE	Prefeitura de Santos Praça Visconde de Mauá, s/nº - Centro Santos – SP (Brasil)
ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	<p>O Observatório a ser criado oficialmente estará ligado ao Gabinete do Sr. Prefeito juntamente com a Coordenadoria Municipal da Juventude.</p> <p>O Observatório, de fato, na presente data, está alocado na Secretaria de Assistência Social de Santos, localizado a Rua XV de Novembro nº 195 – 8º andar – Centro – Santos. A estrutura que faz uso é a administrativa da Secretaria e conta com a seguinte estrutura:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenador – Economista/Administrador de empresas, com larga experiência em pesquisa no âmbito público e privado (Sr. Jorge Telesforo Branco); • Assistente – Assistente Social de carreira na Secretaria, com experiência em gestão e coordenadora do projeto <i>Mirando al Mundo</i> (Sra. Maria del Pilar Ferrer Camara); • Administrativo – Operadora Social de carreira na Secretaria, com experiência em relatórios de gestão (Sra. Denice Pereira Mota). <p>Os recursos de 1.500 euro provenientes do projeto <i>Mirando al Mundo</i> através da Cidade de Turim, em forma de estímulo, serão utilizados no Observatório.</p> <p>A estrutura física é composta por 03 mesas e computadores, equipamento multimídia, notebook, uma impressora, 03 cadeiras, uma mesa de reuniões com 05 cadeiras.</p>
OBJETIVO GERAL	Colher informações relativas as questões da juventude que possam alimentar as políticas sociais no município de Santos e dar suporte às demais políticas sociais.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver um banco de dados que alimentem as políticas sociais nas questões inerentes a juventude. • Desenvolver pesquisas a partir das necessidades apontadas pelo gestores, a fim de dar subsídios para um planejamento estratégico. • Captar informações primárias e secundárias de temas específicos, de acordo com as necessidades dos diversos gestores das políticas sociais. • Diagnosticar a situação da população jovem em Santos além de avaliar e subsidiar a implementação de políticas públicas em áreas específicas de atuação.
METODOLOGIA	A metodologia atenderá as necessidades de cada projeto a ser desenvolvido. Até a presente data se fez uso dos métodos: qualitativo, quantitativo e o misto.

<p>PARCEIROS</p>	<p>Implicados no Observatório temos as Secretarias Sociais (Educação, Saúde, Cultura, Esportes, Meio-Ambiente, Assistência Social, Direito, Defesa da Cidadania, Turismo) e as Secretarias Meio que viabilizam os recursos administrativos indiretos necessários (Gestão, Desenvolvimento e Assuntos Estratégicos, Planejamento, Finanças) ao funcionamento como parceiras, somadas as instituições privadas que desenvolvem ações complementares (Universidade Federal de São Paulo, Universidade Santa Cecília), e os conselhos de direito que referendam os recursos destinados as ações (Conselho Municipal da Assistência Social, Conselho Municipal da Educação, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Conselho da Pessoa Portadora de Deficiência, Conselho da Igualdade Racial e Étnica e do Comitê dos Objetivos do Milênio). Indiretamente são parceiros o Governo Estadual e o Governo Federal, por meio dos Ministérios da Educação e Cultura, Ministério da Saúde e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.</p> <p>A Secretaria Nacional de Juventude, que está neste momento firmando um convênio com o Município de Santos a fim de estabelecer parceria na troca de informações e de estudos, tendo em vista a mesma estar finalizando estudo para implantação do Observatório Nacional de Juventude. A Secretaria está envolvida ainda no comitê que está finalizando estudos para implantação do Observatório Latino-Americano da Juventude.</p> <p>Parceiros externos contamos com o convênio bilateral firmado com a Cidade de Turim (Itália) e com a União Europeia que financiou a primeira pesquisa desenvolvida pelo Observatório, por meio do projeto <i>Mirando al Mundo</i>.</p>
<p>RECURSOS HUMANOS E ECONÔMICOS</p>	<p>Os recursos humanos são custeados pela Secretaria de Assistência Social e os econômicos, até a presente data, são oriundos do Setor de Cooperação Internacional e Paz de Turim (Itália) e da União Europeia que financiaram a primeira pesquisa desenvolvida; na presente data os recursos econômicos que custeiam a pesquisa em andamento são garantidos pelo Conselho Municipal da Assistência Social, provenientes do Índice de Gestão Descentralizada. A pesquisa tem por objetivo localizar famílias em situação de extrema pobreza e encontra-se em andamento. Os recursos necessários para implantação oficial farão parte da Lei complementar.</p>
<p>TIPO DE LEI/TERMO INSTAURANDO O OBSERVATÓRIO</p>	<p>Lei complementar com a nova estrutura da Prefeitura, a partir de janeiro de 2013.</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA

OBSERVATÓRIO DA JUVENTUDE

Plano de trabalho



NOME DO OBSERVATÓRIO	<i>Observatório da Juventude de Várzea Paulista</i>
DADOS DO ENTE	Prefeitura Municipal de Várzea Paulista Av. Fernão Dias Paes Leme, 284 – Centro Várzea Paulista – SP (Brasil)
ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	Coordenação Geral: Giany Aparecida Povoia (Secretária Municipal de Desenvolvimento Social) Estrutura física: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
OBJETIVO GERAL	Dar sustentabilidade ao Observatório da Juventude de Várzea Paulista.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar pesquisas quantitativas e qualitativas. • Disponibilizar dados sobre a juventude da cidade, metodologias de trabalho com os jovens desenvolvidas pelo Governo Municipal e informações sobre projetos e programas voltados para a juventude no município. • Identificar as problemáticas específicas e necessidades de adolescentes e jovens do município. • Propor políticas públicas para essa população. • Promover o protagonismo juvenil. • Monitorar e avaliar as ações relacionadas aos adolescentes e jovens no município. • Fazer articulação entre os programas para a juventude desenvolvidos pelo Governo Municipal. • Ampliar o diálogo entre Poder Público e jovens. • Formar grupos de jovens lideranças. • Fomentar a inclusão digital dos jovens da cidade e ações de ciberativismo. • Fomentar a cultura da cidade através dos grupos juvenis. • Fomentar a criação de empreendimentos solidários constituídos por grupos de jovens.
METODOLOGIA	<p>A metodologia de trabalho do Observatório da Juventude de Várzea Paulista está norteada pelo eixo do protagonismo jovem. A partir do conceito de protagonismo jovem, a juventude é considerada um ator estratégico do desenvolvimento comunitário. Nesse caso, o enfoque das ações é preparatório, exigindo, por um lado, iniciativas em prol do acúmulo de “capital humano” pelo jovens e, por outro lado, iniciativas intersetoriais entre os vários campos da atuação pública (desenvolvimento social, educação, saúde, cultura, etc.) e o incentivo à participação política juvenil. Nesse sentido, considera-se importante o mapeamento dos espaços de atuação (formais e informais) da juventude e a pluralidade de formas pelas quais essa parcela da população se insere nas esferas da vida social.</p>

PARCEIROS	Além da articulação entre as três Supervisões que compõem a Secretaria de Desenvolvimento Social (Inclusão Social, Inclusão Produtiva e Participação Popular) na estruturação das ações do Observatório da Juventude, o objetivo é envolver “parceiros internos”, como outras Secretarias Municipais que façam trabalho de interface com o público jovem, e “parceiros externos”, como entidades prestadoras de serviço e organizações não governamentais.
RECURSOS HUMANOS E ECONÔMICOS	Os recursos humanos e econômicos serão totalmente disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Várzea Paulista. A equipe de trabalho contará com: <ul style="list-style-type: none"> • 01 coordenadora geral, representada na figura da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social; • 01 coordenador do equipamento; • 01 assessor técnico; • 03 monitores sociais; • 08 agentes jovens. A previsão dos gastos inclui o aluguel e os encargos de um espaço físico utilizado especificamente para o Observatório da Juventude, os salários do coordenador do equipamento, do assessor técnico e dos monitores sociais, as bolsas dos agentes jovens e todo o material de consumo do equipamento.
TIPO DE LEI/TERMO INSTAURANDO O OBSERVATORIO	Lei complementar nº 220 de 24 de outubro de 2011.



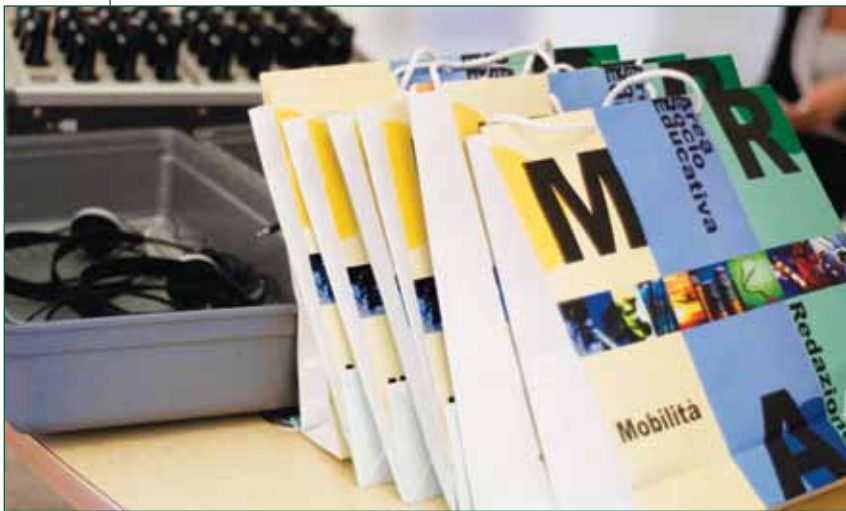
FACULDADE SÃO LUCAS DE PORTO VELHO

OBSERVATÓRIO DA JUVENTUDE

Plano de trabalho

NOME DO OBSERVATÓRIO	<i>Observatório da Juventude</i>
DADOS DO ENTE ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	Faculdade São Lucas Rua Alexandre Guimarães, 1927 Porto Velho – RO (Brasil)
OBJETIVO GERAL	Aglutinar informações quali-quantitativas sobre a população jovem da cidade em um instrumento de comunicação, útil para o planejamento e a implementação de políticas integradas da juventude.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Promover estudos científicos. • Publicar, compor e facilitar o acesso as redes locais e sociais de enfrentamento das desigualdades sociais, e em conjunto com as Cidades parceiras do projeto <i>Mirando al Mundo</i>. • Articular e compartilhar as práticas positivas e as realidades das condições do universo juvenil.
METODOLOGIA	O estudo terá como estratégia de investigação a análise situacional dentro da realidade social em que se manifesta. Em seu cerne serão observados os fatores econômicos, políticos e sociais e as consequências da violência urbana juvenil.
PARCEIROS	<ul style="list-style-type: none"> • Colegio Carmela Dutra, E.E.E.F.M Osvaldo Piana, E.E.E.F.M. Tancredo Neves, E.E.E.F.M. São Luiz. • Hospital Cosme e Damião, Pronto Socorro João Paulo II.
RECURSOS HUMANOS E ECONÓMICOS	<ul style="list-style-type: none"> • A equipe é composta por 04 pesquisadores <i>senior</i> e 12 acadêmicos denominados pesquisadores <i>junior</i>. • Como contrapartida, o Centro de Ensino São Lucas disponibilizará equipamentos de informática para instalação e manutenção do portal, sala específica e suporte técnico de apoio às pesquisas e desenvolvimento dos trabalhos de campo. • Suporte financeiro para pagamento dos 12 acadêmicos.
TIPO DE LEI/TERMO INSTAURANDO O OBSERVATORIO	Portaria nº 052/2011.

APÊNDICE



MIRANDO AL MUNDO

REALIZAÇÃO DE OBSERVATÓRIOS DO MUNDO JUVENIL NAS CIDADES DA AMÉRICA LATINA

FICHA DO PROJETO

Maura Favero*

Objetivos gerais

1. Contribuir à consolidação da governança democrática dos governos locais e ao fortalecimento da justiça social, através da consolidação das instituições locais e dos mecanismos de coesão social.
2. Contribuir ao melhoramento das capacidades das Autoridades Locais dos países parceiros no planejamento das políticas e das ações que favorecem a participação, a integração, as decisões e o envolvimento dos grupos juvenis no diálogo, sob a direção das mesmas Autoridades Locais.
3. Perseguir o objetivo da consolidação dos direitos do cidadão para as jovens gerações que resultam ainda excluídas das políticas locais.
4. Contribuir para fazer crescer uma red para o desenvolvimento, partindo da consolidação da parceria entre associações das Municipalidades.



Objetivo específico

Objetivo específico do projeto *Mirando al Mundo* é a realização de Observatórios sobre a condição e as políticas juvenis em seis cidades sul-americanas.

Parceiros

1. Gobierno Autónomo Municipal de La Paz – Bolívia
2. Municipalidad de Rosario – Argentina
3. Fundação Cidade Mãe de Salvador – Brasil
4. Prefeitura Municipal de Santos – Brasil
5. Prefeitura Municipal de Várzea Paulista – Brasil

* Maura Favero é encarregada de projetos para o Brasil e o Senegal no Settore Cooperazione Internazionale e Pace da Città di Torino.

6. Faculdade São Lucas de Porto Velho – Brasil
7. Frente Nacional de Prefeitos (FNP) – Brasil
8. Coordinamento Comuni per la Pace della Provincia de Torino (Co.Co.Pa.) – Itália

Grupos interessados

Municipalidades sul-americanas e europeias envolvidas no projeto.

Beneficiários finais

Os jovens, as associações juvenis e todas as entidades públicas e privadas que envolvem os jovens como protagonistas e que se ocupam, de várias formas, de jovens e projetos juvenis.

Resultados alcançados

1. **Realização de um Observatório do mundo juvenil em cada cidade sul-americana envolvida no projeto**, com a tarefa de promover metodologias de investigação social finalizadas à melhorar o conhecimento da realidade juvenil do seu território, necessário para promoção de políticas públicas adequadas.
2. **Realização de 06 pesquisas sobre a condição juvenil** focalizadas na análise qualitativa e quantitativa de temas prioritários da questão juvenil em cada cidade sul-americana parceira do projeto.
3. **Realização de reuniões técnicas e seminários internacionais** com o objetivo de concertar um método de trabalho comum para o início da atividade de pesquisa, de comparar com continuidade o avanço da gestão administrativa do projeto e de apresentar e divulgar os resultados alcançados pelas pesquisas realizadas em cada cidade sul-americana parceira do projeto.
4. **Publicação** de um relatório que colecte as pesquisas sobre a condição juvenil realizadas nas seis cidades sulamericanas e as atas do seminário conclusivo do projeto.
5. **Realização de 02 pesquisas sobre as boas práticas e as políticas públicas juvenis** realizadas e promovidas nos Municípios da FNP e do Co.Co.Pa. As duas redes de Municípios conduziram uma atividade de coleta, análise e sistematização das boas práticas e das políticas públicas juvenis realizadas e promovidas nas diversas Cidades que aderem as duas redes no âmbito do programa *100 Cidades para 100 Projetos Itália-Brasil*, coordenadas para essa iniciativa pelo Co.Co.Pa. na Itália e pela FNP no Brasil.
6. **Monitoramento e avaliação da ação.**

Indicadores

1. **Realização de um Observatório do mundo juvenil em cada cidade sul-americana envolvida no projeto**, certificada por:

- *Addendum* à acordo técnico de cooperação para a realização do projeto *Mirando al Mundo*.
 - Ato constitutivo do Observatório da instituição sul-americana.
 - Plano de trabalho inerente as modalidades organizativas estimadas mais adequadas por cada instituição para a realização das atividades do seu Observatório.
 - Eventos de lançamento do Observatório ou de apresentação da pesquisa realizados em cada cidade (por exemplo: Várzea Paulista, julho de 2009; Faculdade São Lucas de Porto Velho, abril de 2010; Rosário, novembro de 2010; La Paz e Salvador, julho de 2011; Santos, fevereiro de 2012).
2. **Realização de 06 pesquisas sobre a condição juvenil**, recolhidas e publicadas em DVD:
- *Trabalho e ocupação juvenil* (Gobierno Autónomo Municipal de La Paz).
 - *Jovens: lei, autoridade... e direitos?* (Municipalidad de Rosario).
 - *A violência e suas múltiplas dimensões na percepção dos educandos atendidos pela Fundação Cidade Mãe* (Fundação Cidade Mãe de Salvador).
 - *A evasão escolar na cidade de Santos* (Prefeitura Municipal de Santos).
 - *Ser jovem em Várzea Paulista* (Prefeitura Municipal de Várzea Paulista).
 - *As convivências sociais e suas consequências no município de Porto Velho* (Faculdade de São Lucas de Porto Velho).
3. **Realização de reuniões técnicas e seminários internacionais:**
- *Primeiro seminário (Várzea Paulista, 14-16 julho de 2009)*, com a presença de cerca de 350 participantes. Imprimiram-se 700 exemplares in três línguas dos anais do seminário, baixáveis em formato .pdf no site web do projeto ao endereço <http://www.comune.torino.it/cooperazioneinternazionale/mam-primo-seminario.shtml>
 - *Segundo seminário (Rosário, 02-04 de novembro de 2010)*, com a presença de cerca de 250 participantes ao encontro institucional e de cerca de 1000 jovens ao concerto. Produziram-se 50 exemplares das vídeo-atas e 50 exemplares de um vídeo sobre o projeto, ambos publicados no site web do projeto ao endereço <http://www.comune.torino.it/cooperazioneinternazionale/pt/mam-secondo-seminario.shtml>
 - *Seminário conclusivo (Torino, 07-10 de novembro de 2011)*, com a presença no seminário dos dias 08 e 09 de cerca de 200 operadores e 70 jovens e de cerca de 450 cidadãos ao evento público da tarde do dia 09 nas OGR. Produziram-se as vídeo-atas publicados no site web do projeto ao endereço <http://www.comune.torino.it/cooperazioneinternazionale/pt/mirandoalmondo.shtml>
4. **Publicação *Mirando al Mundo***. *Realização de Observatórios do mundo juvenil nas cidades da América Latina*, Cantalupa (TO): Effatà Editrice, 2012, impressa nas três línguas do projeto em 1400 exemplares no total (350 exemplares em italiano, 400 exemplares em espanhol e 650 exemplares em português). Esta publicação inclui seja as sínteses do relatório da pesquisa realizada pelas cidades parceiras seja as atas do seminário conclusivo.
5. **Realização de 02 pesquisas sobre as boas práticas e as políticas públicas juvenis realizadas e**



promovidas nas Municipalidades da FNP e do Co.Co.Pa., recolhidas e publicadas em um DVD anexo à publicação mencionada no ponto 4:

- *A pesquisa sobre as políticas juvenis nas Cidades da FNP (Brasil).*
- *A pesquisa sobre as políticas juvenis nas Cidades do Co.Co.Pa. (Itália).*

6. **Monitoramento e avaliação da ação**, cumpridos através de: a) uma ação de monitoramento e avaliação do projeto realizada por um profissional independente segundo o critério do quadro lógico e b) uma atividade de auto-monitoramento e autoavaliação efectuada pelos parceiros por ocasião dos seminários técnicos segundo o critério dos processos de cooperação descentralizada. Indicadores:

- Relatório de monitoramento e avaliação realizado por um profissional independente.
- Sessões de auto-monitoramento e autoavaliação *on-going* financeira, administrativa e técnica do projeto realizada em cada um dos três seminários internacionais.
- Relatório de autoavaliação realizado em três línguas e publicado no site web do projeto; a versão italiana foi incluída na publicação inerente às atas do seminário do dia 10 de novembro de 2011, intitulada *Le città e la cooperazione decentrata. Il caso del progetto europeo Mirando al Mundo* (Roma: Anci ComuniCare, 2012), impressa em 1500 exemplares e difundida entre os Municípios italianos por ANCI (Associazione Nazionale Comuni Italiani).



Duração da ação

15 de março de 2009 – 15 de julho de 2012.

ÍNDICE

Credits	pag. 3
INTRODUÇÕES	» 5
Saudação da Città di Torino	» 7
Saudação do Gobierno Autónomo Municipal de La Paz	» 8
Saudação da Municipalidad de Rosario	» 10
Saudação da Prefeitura Municipal de Salvador	» 11
Saudação da Prefeitura de Santos	» 12
Saudação da Prefeitura Municipal de Várzea Paulista	» 13
Saudação da Faculdade São Lucas	» 14
Saudação da Frente Nacional de Prefeitos (FNP)	» 15
Saudação do Coordinamento Comuni per la Pace della provincia di Torino (Co.Co.Pa.)	» 16
Prefácio	» 18
O projeto europeu <i>Mirando al Mundo</i> entre políticas juvenis e políticas de cooperação descentralizada	» 19
Metodologia para iniciar os Observatórios da condição juvenil	» 25
Indicações de trabalho para iniciar um Observatório	» 26
A vontade política, administrativa e técnica	» 26
O grupo técnico	» 26
Conteúdos: aspectos da vida dos jovens a serem observados e analisados	» 27
As fontes onde buscar dados e informações	» 27
Levantamento de dados e arquivo	» 28
Elaboração e produção do relatório da pesquisa	» 28
Comunicação	» 29
Do projeto ao processo	» 30
As seis ilhas	» 30
O arquipélago	» 32
<i>Mirando al Mundo</i>: as origens	» 34

AS PESQUISAS » 37

Trabalho e ocupação juvenil.

As condições de trabalho dos/das adolescentes e dos/das jovens entre 15 e 30 anos e as suas expectativas de trabalho no município de La Paz	» 39
Apresentação	» 39
1. Introdução	» 40
1.1. A situação	» 40
1.2. Políticas públicas em matéria de trabalho juvenil	» 41
2. Quadro metodológico	» 42
2.1. Perguntas na base da pesquisa	» 42
2.2. Temas da pesquisa	» 42
2.3. Trabalho dos laboratórios nos macrodistritos	» 43
2.4. Mesas de trabalho com a participação dos/das jovens	» 43
2.5. Propostas dos/das jovens	» 43
3. Fontes consultadas durante a pesquisa	» 44
3.1. Empresas públicas	» 44
3.2. Empresas privadas: empresas médias, microempresas, empresas unipessoais	» 45
3.3. Centros de formação acadêmica: universidades públicas e particulares, institutos de formação técnica	» 45
4. Análise dos dados	» 46
4.1. Macrodistrito <i>Periférica</i>	» 46
4.2. Macrodistrito <i>San Antonio</i>	» 46
4.3. Macrodistrito <i>Mallasa</i>	» 47
4.4. Macrodistrito <i>Sur</i>	» 47
4.5. Macrodistrito <i>Cotahuma</i>	» 47
4.6. Macrodistrito <i>Max Paredes</i>	» 47
4.7. Macrodistrito <i>Hampaturi</i> (área rural)	» 48
4.8. Macrodistrito <i>Centro</i>	» 48
5. Resultados	» 48
5.1. Percepções – Expectativas	» 48
5.2. Condições do trabalho	» 49
6. Conclusões	» 49
7. Recomendações	» 50

Jovens: lei, autoridade... e direitos?

Abordagem dos significados atribuídos às leis pelos jovens de Rosário	» 51
Introdução	» 51
Procedimento de escolha do tema	» 52
Definição do problema	» 52
Objetivo geral	» 53
Objetivos específicos	» 53
Delimitação da área de estudo	» 54
Quadro metodológico	» 54
Resultados obtidos em cada etapa	» 54
1. Fase de exploração: análise dos focus group	» 54
2. Estudo quantitativo	» 55
3. Análise qualitativa	» 57
Conclusões	» 60
Referências bibliográficas	» 64

A violência e suas múltiplas dimensões na percepção dos educandos atendidos pela Fundação Cidade Mãe	» 65
1. Introdução	» 65
2. A Fundação Cidade Mãe	» 66
3. Procedimentos metodológicos e instrumentos da pesquisa	» 67
3.1 A pesquisa de campo e os instrumentos de pesquisa	» 67
3.2. A realização da pesquisa de campo propriamente dita	» 67
3.3 Organização e análise das entrevistas	» 68
4. Educandos da Fundação Cidade Mãe: perfil, representações sobre violência e cidadania	» 68
4.1. Análise das entrevistas	» 68
5. Dificuldades encontradas	» 75
6. Algumas considerações: pontos a serem analisados e aprofundados	» 76
Referências bibliográficas	» 77
 A evasão escolar na cidade de Santos	» 79
Prefácio	» 80
1. Introdução	» 80
2. Metodologia aplicada e instrumentos de pesquisa	» 81
2.1. Etapa 1 – Pesquisa quantitativa	» 81
2.2. Etapa 2 – Terapia comunitária integrativa (“Rodas de conversa”)	» 81
2.3. Etapa 3 – Entrevista com educadores	» 82
3. Resultados alcançados	» 82
3.1. Perfil dos jovens evadidos	» 83
3.2. Escolaridade e relacionamento dos jovens com a escola	» 85
3.3. Motivos da evasão: o ponto de vista dos jovens	» 88
3.4. Fatores que influenciam a evasão escolar	» 91
3.5. Motivos da evasão: o ponto de vista dos educadores	» 91
3.6. O ponto de vista dos jovens que permaneceram na escola	» 92
4. Criticidades	» 93
5. Pontos a serem analisados e aprofundados	» 94
6. Conclusões e perspectivas de intervenções voltados aos jovens após os resultados	» 94
 Ser jovem em Várzea Paulista	» 97
Apresentação	» 97
Introdução	» 98
Metodologia	» 99
Amostra	» 99
Áreas de investigação	» 100
1. Visão da cidade	» 100
2. Ser jovem em Várzea Paulista	» 100
3. Oportunidades e entraves para a vivência da condição juvenil	» 100
Resultados	» 100
1. A cidade na visão dos jovens	» 100
2. Ser jovem em Várzea Paulista	» 102
Considerações finais	» 107
Referências bibliográficas	» 108
 As convivências sociais e suas consequências no município de Porto Velho	» 109
Contextualização e perfil da instituição parceira	» 109
Escolha do tema	» 110
Dificuldades e ganhos no processo de parceria	» 111

Material e método	» 111
A contextualização da criança e do adolescente frente a violência	» 112
A população e o desenvolvimento social e econômico	» 115
Contexto e realidade juvenil de Porto Velho	» 117
Violência	» 118
Equipe e produto decorrente deste projeto	» 120
Considerações finais	» 120
Referências bibliográficas	» 122
Juventude e Governo Local:	
um estudo de caso em seis cidades brasileiras	» 123
Considerações gerais	» 123
Considerações específicas sobre as seis cidades brasileiras	» 124
Principais iniciativas dos Governos Locais	» 124
Análises das iniciativas dos Governos Locais	» 126
Conclusões	» 127
Referências bibliográficas	» 128
Síntese do relatório de análise dos documentos sobre as políticas juvenis e as relativas boas práticas atuadas em sete cidades piemontesas (Collegno, Grugliasco, Nichelino, Rivalta, Settimo Torinese, Turim, Venaria Reale)	» 129
As políticas juvenis	» 129
As boas práticas	» 131
AS INTERPRETAÇÕES	» 133
<i>Como as cidades do mundo dialogam com os jovens</i>	» 135
Notas sobre os Observatórios do mundo juvenil	» 136
Visões dos Observatórios do mundo juvenil	» 140
Características gerais: os jovens alvo dos estudos, as interrogações e as metodologias utilizadas	» 140
A autoridade e o papel da lei	» 141
A escolaridade	» 142
Trabalho e ocupação juvenil	» 143
A visão da sociedade e o ser jovem	» 144
Visão da violência	» 145
Diferenças de gênero	» 146
Conclusões	» 146
Palavras e idéias podem mudar o mundo	» 147
<i>A palavra aos jovens</i>	» 149
Prólogo	» 150
<i>direfarebaciare.</i>	» 151
História, essência e força de uma rede	» 151
A história da rede <i>direfarebaciare</i>	» 151
A essência da rede <i>direfarebaciare</i>	» 152
A força da rede <i>direfarebaciare</i>	» 153

Participação política e cívica dos jovens no município de La Paz	» 155
Somos parte da nossa história	» 155
As nossas experiências de participação política	» 155
Orçamento participativo jovem: a experiência de Rosário	» 157
Salvador	» 159
Santos	» 161
Várzea Paulista	» 162
Porto Velho	» 163
A CONSTITUIÇÃO DOS OBSERVATÓRIOS	» 165
Da pesquisa social ao projeto: os Observatórios da condição juvenil nas Autoridades Locais	» 167
Porque se faz a pesquisa social	» 167
Finalidade da pesquisa no âmbito de um Observatório da condição juvenil	» 169
Guia de leitura das fichas sobre os Observatórios	» 171
Gobierno Autónomo Municipal de La Paz	
Observatório do mundo juvenil. Plano de trabalho	» 173
Municipalidad de Rosario	
Observatório juvenil. Plano de trabalho	» 174
Fundação Cidade Mãe	
Observatório do mundo juvenil. Plano de trabalho	» 175
Prefeitura de Santos	
Observatório de políticas juvenis e sociais. Plano de trabalho	» 176
Prefeitura Municipal de Várzea Paulista	
Observatório da juventude. Plano de trabalho	» 178
Faculdade São Lucas de Porto Velho	
Observatório da juventude. Plano de trabalho	» 180
APÊNDICE	» 181
<i>Mirando al Mundo. Realização de Observatórios do mundo juvenil nas cidades da América Latina</i>	» 183
Ficha do projeto	» 183
Objetivos gerais	» 183
Objetivo específico	» 183
Parceiros	» 183
Grupos interessados	» 184
Beneficiários finais	» 184
Resultados alcançados	» 184
Indicadores	» 184
Duração da ação	» 186

